

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

ELETROBRAS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A

ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A

RELATÓRIO DE GESTÃO

2014

ELETOBRAS ELETRONUCLEAR S.A

Página na Internet

<http://www.eletronuclear.gov.br>

Sede

Rua da Candelária, 65 – Centro – RJ

CEP: 20091-906

Tel: (21) 2588-7000

Fax: (21) 2588-7200

Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto

BR 101 Sul – Rodovia Mário Covas, Km 517 (Rio Santos) – Itaorna – 4º Distrito de Angra dos Reis – RJ

CEP: 23948-000

Tel: (24) 3362-9000

Fax: (24) 3362-9090

Escritório de Brasília

Ed. Via Capital, 15 Andar, salas 1505/08

CEP: 70041-906

Tel/Fax: (61) 3328-0556

Escritório no Recife

Rua Agenor Lopes, 25 – Sala 503

Empresarial Itamaraty – Boa Viagem

Recife – Pernambuco

CEP: 51021-110

Tel/Fax: (81)3326-5443

Conselho Fiscal

Efetivos:

Luiz Augusto Pereira de A. Figueira
Eduardo de Carolis
Bruno Westin Prado Soares Leal

Suplentes:

Artur Obino Neto
Paulo Roberto Miguez B. da Silva
Raquel da Ressureição C. Amorim

Conselho de Administração

Presidente:

Armando Casado de Araujo

Conselheiros:

Ildo Wilson Grüdtner
Marco Aurélio de Almeida Garcia
Othon Luiz Pinheiro da Silva
Walter Baére de Araujo Filho
Raquel Barbosa Viana
Paulo Cesar Duarte Ferreira Junior

Diretoria Executiva

Presidência - Othon Luiz Pinheiro da Silva

Diretoria de Administração e Finanças – Edno Negrini

Diretoria de Operação e Comercialização – Pedro José Diniz de Figueiredo

Diretoria Técnica – Luiz Antônio de Amorim Soares

Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – Leonam dos Santos Guimarães

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório foi elaborado de forma a atender ao Art. 70 da Constituição Federal, as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014, bem como a Portaria CGU nº 2.546/2010.

A unidade responsável pela elaboração deste relatório de gestão foi a Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G. Esta unidade é subordinada à Superintendência de Planejamento e vinculada à Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente.

A numeração dos capítulos, títulos, quadros, tabelas e anexos, que compõem a estrutura deste Relatório de Gestão seguiu sequência própria de acordo com a necessidade de expressar de forma adequada às informações pertinentes e afetas à natureza jurídica da Eletrobras Eletronuclear S.A.

Os itens da DN TCU nº 134/2013 que não constam desse Relatório não foram incluídos por não serem pertinentes à Eletronuclear.

Em atendimento ao item 12 da Parte A, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013 do Conteúdo Geral, que trata das Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, Demonstração da Composição Acionária do Capital Social e Pareceres dos Auditores e do Conselho Fiscal encontram-se no **ANEXO 1** desse Relatório.

Em atendimento ao item 63, da Parte B, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013 do Conteúdo Específico, que dispõe sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, encontra-se no **ANEXO 2**, as Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza e no **ANEXO 3** as Demonstrações Contábeis do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social.

Em atendimento ao item 1.3 da Parte A, do Anexo II da DN TCU nº 134/2013, que dispõe sobre a demonstração do organograma funcional, encontra-se no **ANEXO 4**, a estrutura funcional formal da Eletrobras Eletronuclear ao final do exercício de referência desse Relatório.

Em atendimento ao item 18 da parte B do Anexo II da DN TCU nº 134/2013, que trata sobre o ambiente de gestão e de negócios relativos especificamente à Eletronuclear, as informações encontram-se a partir das fls. 152.

SUMÁRIO

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL.....	9
1. ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A.....	10
1.1 Relatório de Gestão Individual.....	10
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Eletrobras Eletronuclear.....	10
1.3 Organograma Funcional.....	12
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	14
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	16
2.1 Estrutura de Governança.....	16
2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	17
2.3 Sistema de Correição.....	37
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	38
2.5 Remuneração Paga aos Administradores.....	40
2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	40
2.5.2 Demonstrativo de Remuneração de Membros de Conselhos.....	41
2.5.3 Demonstrativo Sintético de Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos.....	42
2.5.4 Demonstrativo de Remuneração Variável dos Administradores.....	43
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	44
3.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	44
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	44
3.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços.....	44
3.4 Acesso às Informações da Eletronuclear.....	44
3.5 Avaliação do Desempenho da Eletronuclear.....	44
3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade.....	44
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	45
4.1 Informações do Ambiente de Atuação da Eletronuclear.....	45
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	46
5.1 Planejamento da Eletronuclear.....	46
5.1.1 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	46
5.1.2 Execução de Planos de Metas ou de Ações.....	55
5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	52
5.2.1 Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletronuclear.....	52
5.2.2 Programa N020 - Energia Elétrica.....	53
5.2.2.1 Ação 4477 - Manutenção do Sistema de Geração Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).....	53
5.2.2.2 Ação 5E88 - Implantação da Usina Termonuclear de Angra III(RJ).....	64
5.2.2.3 Ação 6508 - Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica.....	71
5.2.2.4 Programa de Gestão de Manutenção do Ministério das Minas e Energia N 123.....	72
5.2.2.4.1 Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	72

5.2.2.5 Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.....	72
5.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão.....	73
5.4 Informações Sobre Indicadores de Desempenho Operacional.....	73
5.4.1 Indicadores de Desempenho Operacional no Exercício de 2014.....	74
5.5 Informações Sobre Custos de Produtos e Serviços.....	88
5.5.1 Custos de Produção.....	88
5.5.2 Custo de Geração.....	89
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	90
6.1 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda.....	90
6.1.1 Publicidade Legal.....	90
6.1.2 Publicidade e Patrocínio.....	90
6.2 Transferências de Recursos.....	91
6.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	91
6.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Últimos Três Exercícios.....	93
6.2.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	93
6.2.4 Informações sobre as Análises das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	94
6.2.5 Análise Crítica.....	95
6.3 Renúncias sob a Gestão da Eletronuclear.....	96
6.3.1 Renúncias Tributárias.....	96
6.3.1.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimada e Quantificadas da Eletronuclear.....	96
6.3.1.2 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia.....	96
6.4 Gestão de Precatórios.....	96
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	97
7.1 Estrutura de Pessoal da Eletronuclear.....	97
7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Eletronuclear.....	97
7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho.....	99
7.1.3 Custos de Pessoal da Eletronuclear.....	101
7.1.4 Irregularidades na Área de Pessoal.....	103
7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	103
7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos.....	103
7.1.5 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas.....	103
7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	103
7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários.....	104
7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	104
7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangida pelo Plano de Cargos da Eletronuclear.....	105
7.2.3 Análise Crítica dos Itens 7.2.1 e 7.2.2.....	106
7.2.4 Contratação de Estagiários.....	107

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	108
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	108
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	118
8.2.1 Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	118
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	119
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	119
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
.....	124
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	124
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	125
11.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU.....	125
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	125
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimentos ao Final do Exercício.....	127
11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	144
11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	144
11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	144
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	149
11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	149
11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	149
11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	150
11.5 Alimentação SIASG E SICONV.....	150
11.5.1 Alimentação SICONV.....	150
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	150
12.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	150
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	150
13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela Eletronuclear.....	150
II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	151
14. ELETROBRAS TERMOELÉTRICA S.A. (ELETRONUCLEAR).....	152
15. UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	155
16. ENCERRAMENTO.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	10
Quadro A.1.3 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	12
Quadro A.2.2.1 - Trabalhos de Auditoria Realizados no Exercício de 2014.....	17
Quadro A.2.2.2 - Plano Anual de Atividades Interna - PAINT.....	21
Quadro A.2.2.3 - Pessoal da Auditoria Interna.....	36
Quadro A.2.4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Eletronuclear.....	38
Quadro A.2.5.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	41
Quadro A.2.5.3 - Síntese da Remuneração dos Administradores.....	42
Quadro A.2.5.4 - Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores	43
Quadro A.5.2.1 - Ações Orçamentárias de Responsabilidade da Eletronuclear.....	52
Quadro A.5.2.2 - Dados Gerais da Ação.....	52
Quadro A.5.2.2.2 - Dados Gerais da Ação.....	64
Quadro A.5.2.2.3 - Dados Gerais da Ação.....	71
Quadro A.5.2.2.4 - Dados Gerais da Ação.....	72
Quadro A.5.2.2.5 - Dados Gerais da Ação.....	72
Quadro A.5.5.1 - Custo de Produção 2010 a 2014.....	88
Quadro A.5.5.2 - Custo da Geração - SIN (Combustível) 2014.....	89
Quadro A.6.2.1- Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência ..	91
Quadro A.6.2.2 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela Eletronuclear nos três últimos Exercícios..	93
Quadro A.6.2.3 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela Eletronuclear na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.....	93
Quadro A.6.2.4 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.	94
Quadro A.6.3.1.1 - Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletronuclear – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela Eletronuclear.....	96
Quadro A.6.3.1.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas	96
Quadro A.7.1.1.1 - Força de Trabalho da Eletronuclear - Situação Apurada em 31/12/2014.....	97
Quadro A.7.1.1.2 - Distribuição da Lotação Efetiva - Situação Apurada em 31/12/2014.....	97
Quadro A.7.1.1.3 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Eletronuclear - Situação Apurada em 31/12/2014.....	98
Quadro A.7.1.2 - Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho.....	99
Quadro A.7.1.3 - Custos do Pessoal da Eletronuclear.....	101
Quadro A.7.2.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva.....	104
Quadro A.7.2.2 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	105
Quadro A.7.2.4 - Composição do Quadro de Estagiários.....	107

Quadro A.8.2.1 - Bens Imóveis Locados de Terceiros no Rio de Janeiro.....	118
Quadro A.8.2.2 - Bens Imóveis Locados de Terceiros em Brasília.....	118
Quadro A.8.2.3 - Bens Imóveis Locados de Terceiros no Recife.....	118
Quadro A.9.1 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	122
Quadro A.10.1 - Aspectos da Gestão Ambiental.....	124
Quadro A.11.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	125
Quadro A.11.1.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	127
Quadro A.11.2.2 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	144
Quadro A.11.3 - Demonstrativo do Cumprimento por Autoridades e Servidores da Eletronuclear, da Obrigação de Entregar a DBR.....	149
Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela A.5.2.2.4.1 - Histórico de Geração de Energia Bruta em MWh - Angra 1 e Angra 2.....	61
Tabela A.5.2.2.5.1 - Faturamento da Eletrobras Eletronuclear S.A - 2014.....	63
Tabela A.5.2.2.2.1 - Recursos BNDES - Financiamento (Dispêndios Internos).....	67
Tabela A.5.2.2.2.2 - Recursos GRG - Financiamento (Dispêndios Internos).....	67
Tabela A.5.2.2.2.3 - Recursos ELETROBRAS - Financiamento.....	67
Tabela A.5.2.2.2.4 - Recursos CEF - Financiamento (Dispêndio no Mercado Externo).....	68
Tabela A.5.2.2.2.5 - Avanço Físico dos Prédios/Estruturas.....	70
Tabela A.5.4.1.1 - Fator de Disponibilidade - Central.....	74
Tabela A.5.4.1.2 - Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada.....	77
Tabela A.5.4.1.3 - Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H Críticas.....	78
Tabela A.5.4.1.4 - Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) Alta Pressão.....	79
Tabela A.5.4.1.5 - Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA)	80
Tabela A.5.4.1.6 - Performance de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GGD)	81
Tabela A.5.4.1.7 - Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND).....	82
Tabela A.5.4.1.8 - Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência.....	82
Tabela A.5.4.1.9 - Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000 HH Trabalhadas.....	83
Tabela A.5.4.1.10 - Exposição Coletiva à Radiação (HSv).....	84
Tabela A.5.4.1.11 - Índice de Confiabilidade do Combustível (yCi/g).....	85
Tabela A.5.4.1.12 - Indicador Químico.....	86
Tabela A.5.4.1.13 - Energia Bruta Gerada - EBG.....	87
Tabela A.5.4.1.14 - Volume de Rejeito Sólido Gerado	87
Tabela A.9.1 - Necessidades de Novos Sistemas.....	121
Tabela B.15.1 - Valores das Contribuições de Previdência Complementar.....	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação Auxiliar
ADR – American Depositary Receipt
AGE – Assembleia Geral Extraordinária
AGO – Assembleia Geral Ordinária
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
AOP – Autorização de Operação Permanente
ATWS – Anticipated Transient Without Scram
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
CA – Conselho de Administração
CAEFE – Caixa de Assistência aos Empregados de Furnas
CAON – Comitê de Análise de Operação Nuclear
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEF – Caixa Econômica Federal
CEG – Cronograma Executivo Geral
CER – Contrato de Energia de Reserva
CGE – Circular Geral
CGU – Controladoria Geral da União
CLO – Condições Limite de Operação
CNAEA – Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
COFIEEX – Comissão de Financiamentos Externos
DA – Diretoria de Administração e Finanças
DG – Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente
DGD – Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DO – Diretoria de Operações
DOU – Diário Oficial da União
DT – Diretoria Técnica
EBG – Energia Bruta Gerada
EC – Elementos Combustíveis
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONUCLEAR – Eletrobras Termonuclear S.A
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
ERP – Sistema de Gestão Empresarial
ETG – Edifício do Turbo Gerador
ETN – Eletrobras Eletronuclear
FD – Fundação
FRG – Fundação Real Grandeza
FSAR – Relatório Final de Segurança da Usina
GAC.G – Gerência de Acompanhamento. Diretoria de Gestão
GDD – Sistemas de Segurança do Grupo de Gerador Diesel
GDU.O – Gerência de Desempenho de Sistemas e de Reator de Angra 1. Diretoria de Operações
GMU.O – Gerência de Manutenção de Angra 1. Diretoria de Operações

GOM.G – Gerência de Organização e Métodos. Diretoria de Gestão
GRI – Global Reporting Initiative
GTD & C – Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização
GV's – Geradores de Vapor
HHT – Homem Hora Trabalhada
HSv – Homem Sieverts (unidade de dose radiológica)
ICC – Índice de Confiabilidade do Combustível
II – Imposto de Importação
INB – Indústria Nucleares do Brasil
IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados
JNA – Sistema de Remoção de Calor Residual do Reator
JND – Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão
LAR – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência
LO – Licença de Operação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LT – Licença de Trabalho
MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico
MCRMA – Manuais de Controle Radiológico do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE – Ministério de Relações Exteriores
MWh – Megawatt hora
NA – Não Aplicável
NUCLEN – Nuclebras Engenharia S.A
ND – Não Disponível
NSCL – Novo Sistema de Contabilização e Liquidação
NÚCLEOS – Instituto de Seguridade
NUCLEP – Nuclebras Equipamentos Pesados S.A
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico
OSART – Operational Safety Review Teams
PCU – Piscina de Combustível Usado
P & D + I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PIANOS – Plataforma Ibero Americana Nuclear de Operadores na Área de Segurança
PLD – Preço de Liquidação de Diferenças
PMA – Plano de Meta e Ações
PMP – Pedido de Modificação de Projeto
PPA – Programa Plurianual do Governo Federal
PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
RDE – Resolução da Diretoria Executiva
REIDI – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra Estrutura
RENUCLEAR – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares
RET – Sistema de Refrigeração da Turbina
RGR – Reserva Global de Reversão
RPS – Reavaliação Periódica de Segurança
PWC – Price Water House Coopers
RH – Recursos Humanos
RJ – Rio de Janeiro

SALTO – Safety Assessment for Long Term Operation
SAP – Sistemas, Aplicações e Produtos no Processamento de Dados
SOB – Station Blackout
SEE – Secretaria de Energia Elétrica
SG.T – Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos. Diretoria Técnica
SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério do Planejamento
SIN – Sistema Interligado Nacional
SIS – Sistemas de Injeção de Segurança de Alta Pressão
SMF – Sistema de Medição para Faturamento
SM.O – Superintendência de Manutenção. Diretoria de Operação e Comercialização
SOX – Lei Sarbanes – Oxley
SP.G – Superintendência de Planejamento. Diretoria de Gestão
SRH.A – Superintendência de Recursos Humanos. Diretoria Administração
TI – Tecnologia da Informação
UO – Unidade Organizacional
Wano – World Association of Nuclear Operators

I. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO GERAL

1. ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 – Identificação da Eletronuclear – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia - MME		Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Eletrobras Termonuclear S.A		
Denominação Abreviada: Eletronuclear		
Código SIORG: 60609	Código LOA: 0033	Código SIAFI: Não se Aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		
Principal Atividade: Geração de Energia Elétrica		Código CNAE: 3511-5
Telefones/Fax de Contato:	(021) 2588 7000	(021) 2588 7200
Endereço eletrônico: mgomes@eletronuclear		
Página Internet: http://www.eletronuclear.gov.br		
Endereço Postal: Rua da Candelária, nº 65, Centro, 2º ao 14º andar – CEP: 20291-020 – Rio de Janeiro		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997 e das Portarias nºs 315, de 31 de julho de 1997, e 184, 185 e 186, de 31 de julho de 1997, respectivamente, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.		
Outras Normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
A atual estrutura organizacional da Empresa foi aprovada pelo Conselho de Administração em sua 166ª Reunião, de 08/04/2003, e implementada a partir de 01/06/2003. Posteriormente, na 170ª reunião, de 07 de agosto de 2003, o Conselho aprovou a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG, que foi implementada após a publicação do Estatuto Social (alterado para contemplar cinco diretorias), em 27 de novembro de 2003.		
O Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004 modificou a empresa transformando-a em concessionária e comercializadora de energia e a portaria da ANEEL nº 320, de 03 de dezembro de 2004 definiu a tarifa a ser praticada pelo Decreto nº 4.899, de 26 de novembro de 2003, publicado no DOU de 27 de novembro de 2003, foi aprovado o Estatuto Social nos termos das deliberações da 61ª e 62ª Assembleias Gerais Extraordinárias da Eletronuclear, realizadas em 16 de janeiro de 2003 e 28 de outubro de 2003, respectivamente.		
A empresa, enquanto S.A é regida pelas leis 6.404/76 e 11.638/07, e pelo manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Eletrobras Eletronuclear

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, subsidiária da ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. criada em maio de 1997 a partir da fusão entre a antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A e a NUCLEN - Nuclebrás Engenharia S.A. Em 16 de dezembro do mesmo ano o decreto presidencial nº. 76803 aprovou o novo estatuto social da empresa, que recebeu a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

A sede da Empresa fica na cidade do Rio de Janeiro, as instalações industriais que incluem as usinas Angra 1 e Angra 2; depósitos de resíduos; escritórios, centros de informação e vila residencial, em Angra dos Reis e escritórios, vilas residenciais, o Laboratório de Monitoração Ambiental e o Centro de Treinamento, em Paraty, contando ainda com escritórios de representação em Brasília e Recife.

Na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAEA, composta de duas usinas em operação – Angra 1, de 640 MW, de fornecimento Westinghouse, e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada. No mesmo sítio está localizada a usina Angra 3, em fase de construção, semelhante a Angra 2.

Para operar as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAEA, cuja potência nominal é de 1.990 MW além das atividades de projeto e construção da usina Angra 3, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR conta com um efetivo de 2.550 empregados.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR alcançou em 2014 o montante de 15.434.507 MWh de energia bruta gerada, o que representa uma parcela expressiva do total da energia térmica gerada no país.

No Brasil, a participação da energia elétrica de fonte nuclear em 2014 foi de aproximadamente 2,86% da geração total. A característica predominantemente hidroelétrica do parque gerador nacional assegura uma posição única para o Brasil, por apresentar uma matriz elétrica calcada em fonte renovável e com baixa emissão de gases geradores de efeito estufa.

Contudo, dada a variabilidade característica dos regimes hidrológicos, há uma necessidade de complementação por meio de energia térmica de base, de forma a assegurar o suprimento de eletricidade em anos mais secos. De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a participação da geração elétrica por fonte térmica tem aumentado nos últimos anos.. Essa trajetória crescimento acentuou-se em 2014, em função da baixa afluência nos reservatórios das grandes hidrelétricas. Nesse contexto, a geração termonuclear desempenha um papel fundamental, dada a sua característica de operar na base com reduzido custo de combustível.

A demanda atual de energia térmica acomodaria facilmente a energia da usina Angra 3, os 11.300 GWh anuais aproximadamente, se ela estivesse gerando hoje. O Plano Nacional de Energia – PNE, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, prevê que a quarta usina nuclear com potência de 1.000 MW esteja conectada ao sistema interligado nacional entre 2020 a 2022. Observamos que dado o consumo atual, mesmo em anos com condição hídrica favorável, existe espaço para o suprimento de energia por fonte nuclear.

Ao término de 2014, conforme dados da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, estavam em operação 438 usinas nucleares em 30 países, com capacidade total de 375.962 MW(e). Os Estados Unidos permanecem na liderança com 99 reatores em operação e 5 em construção o que corresponde a uma participação na matriz elétrica de 19,47% seguindo pela França com 58 reatores operacionais e um em construção, com uma participação de 76,93%, e o Japão com 48 usinas operacionais e duas em construção.

Ainda ao final de 2014 estavam em construção 70 novos reatores com capacidade instalada total de 68.460 MW, demonstrando assim o forte aquecimento do setor. Esse esforço está sendo desenvolvido por 15 países que representam 2/3 da população mundial, na perspectiva de atendimento à crescente demanda por energia elétrica a partir de fontes não emissoras de gases causadores de efeito estufa. Somente a China está construindo 28 novos reatores com potencia total de 27.756 MW. A Rússia segue em segundo lugar construindo 10 novas usinas adicionando 8.382 MW à sua capacidade instalada.

1.3 Organograma Funcional

VIDE ANEXO 4 – As atribuições de cada área estão explicitadas na própria denominação no organograma.

Caso necessário a Empresa poderá disponibilizar aos Órgãos de Controle o seu “Manual de Organização”, onde estas estão descritas de forma abrangente.

Para fins de complementação, apresentamos no quadro abaixo, os dados relativos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, nos moldes do Quadro A.13 da Portaria – TCU N° 90/2014, de 02/05/2014.

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação	
				Início	Fim
Conselho de Administração – CA	O Conselho de Administração é um órgão colegiado, de orientação superior da Eletronuclear, com funções deliberativas. Suas atividades regem-se pela Lei nº 6.404/76, pelo Estatuto Social e por seu Regimento Interno, sem prejuízo das normas legais e regulamentares que lhes sejam aplicáveis.	Armando Casado de Araújo	Presidente	06/12/13	-
		Ildo Wilson Grütner	Conselheiro	16/06/11	-
		Marco Aurélio de Almeida Garcia	Conselheiro	16/06/11	-
		Othon Luiz Pinheiro da Silva	Conselheiro	05/10/05	-
		Walter Baére de Araujo Filho	Conselheiro	27/08/13	-
		Raquel Barbosa Viana	Conselheiro	17/05/12	30/04/14
		Paulo Cesar Duarte Ferreira Junior	Conselheiro	01/05/14	-
Diretoria Executiva – DE	Compete à Diretoria Executiva a direção geral e a administração da Eletronuclear, respeitadas as diretrizes do Conselho de Administração.	Othon Luiz Pinheiro da Silva	Presidente	05/10/2005	-
Diretoria de Administração e Finanças – DA	A Diretoria de Administração e Finanças – DA é a responsável pela condução das atividades relacionadas com a administração Financeira e Comercial, a administração de Recursos Humanos, das Instalações Prediais, da Relação Sindical, da Política Inserção Regional da Empresa, atuando, para tanto, em estreita articulação com os demais membros da Diretoria Executiva.	Edino Negrini	Diretor	01/10/2009	-
Diretoria de Operação e Comercialização – DO	A Diretoria de Operação e Comercialização – DO tem as seguintes atribuições dentre outras: Estabelecer, submeter à apreciação da Diretoria Executiva promover a implantação de políticas, diretrizes e normas a serem adotadas nas atividades de operação das Usinas Nucleares de Angra, bem como na comercialização da energia gerada nestas unidades.	Pedro José Diniz de Figueiredo	Diretor	01/08/1997	-

Diretoria Técnica – DT	A Diretoria Técnica – DT tem como responsabilidade estabelecer, submeter à apreciação da Diretoria Executiva e promover a implantação de políticas, diretrizes e normas a serem adotadas na empresa para as atividades de Gerenciamento de Empreendimentos, Engenharia, Construção, Combustível Nuclear e Análise de Segurança, bem como dirigir a execução dessas atividades, além de coordenar as ações referentes a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, respondendo, através das Superintendências e Gerências a ela subordinadas.	Luiz Antônio de Amorim Soares	Diretor	16/01/2003	-
Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG	A Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG tem as seguintes atribuições dentre outras: Estabelecer, submeter à apreciação da Diretoria Executiva e promover a implantação de políticas, diretrizes e normas a serem adotadas na Empresa, para as atividades de Planejamento, Gestão Empresarial, Informática, Licenciamento Nuclear e Meio Ambiente e Gestão pela Qualidade.	Pérsio José Gomes Jordani	Diretor	08/04/2008	14/04/2014
		Leonam dos Santos Guimarães	Diretor	15/04/2014	-

1.4 Macroprocessos Finalísticos

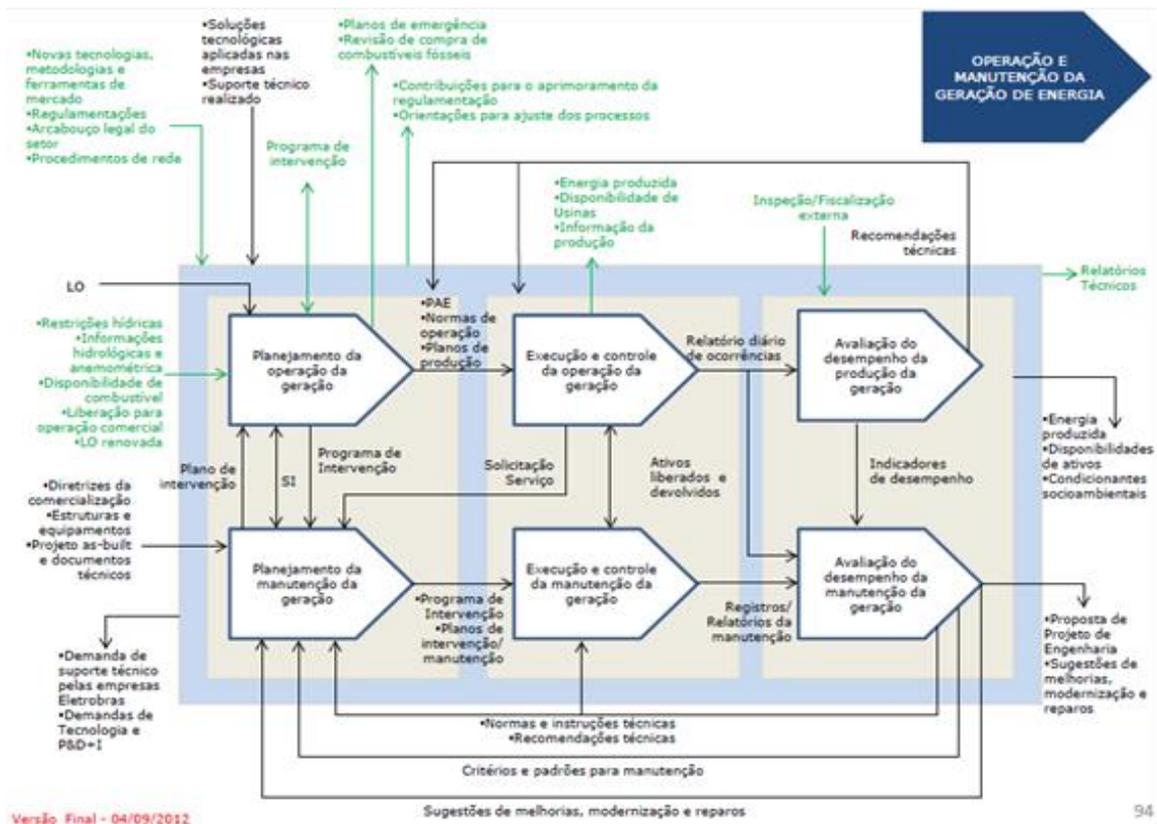
Os Macroprocessos da ELETRONUCLEAR foram integrados aos macroprocessos da controladora Eletrobras S/A, de forma a se ter uma arquitetura unificada dos processos nas Empresas Eletrobras. Assim, por se tratar de uma empresa exclusivamente de geração de energia, o macro processo aplicável à Eletronuclear é o Operação e Manutenção da Geração de Energia.

Macroprocesso: OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA

Objetivo: Maximizar a disponibilidade dos ativos de geração, atendendo aos requisitos técnicos, comerciais e regulatórios, com segurança, qualidade e economicidade.

Descrição: Do planejamento da produção de energia até a gestão do desempenho da produção de energia, descrito nos dois fluxogramas abaixo:





O bom desempenho desse processo traduz-se nos resultados obtidos na medição do desempenho das usinas.

Em 2014 a produção histórica acumulada das Usinas Angra 1 e 2 atingiu o valor de 228,5 milhões MWh. A produção de energia no ano de 2014 foi de 15.435 GWh.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança da ELETRONUCLEAR inclui as seguintes instâncias:

- **O Conselho de Administração**, constituído de seis conselheiros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano e possibilidade de reeleição, sendo um deles representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro representante dos empregados eleito por voto direto dentre empregados ativos, cabendo a um dos membros, que não poderá ser o Diretor-Presidente, a presidência do Conselho, ao qual se reporta a Auditoria Interna. O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.
- **O Conselho Fiscal**, constituído de três membros efetivos e três suplentes, com mandato de um ano, brasileiros, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral. Entre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e o respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.
- **A Diretoria Executiva**, constituída do Diretor Presidente e de até cinco diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, que exercem suas funções em regime de tempo integral, a saber:
 - Presidência;
 - Diretoria de Administração e Finanças;
 - Diretoria de Operação e Comercialização;
 - Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente; e
 - Diretoria Técnica.

A essas diretorias estão subordinadas superintendências, gerências e divisões responsáveis pelas atividades de linha da empresa.

- **Auditoria Interna**, que tem, entre outras, a atribuição de coordenar e examinar, com inteira liberdade de acesso, as atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais da Empresa, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas, verificando, para tanto, os procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, bem como o fiel cumprimento das diretrizes, normas internas e preceitos da legislação vigente. **A Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração.**
- **Comissão Executiva de Correição**, responsável por investigar os casos de denúncia ou violação ao Programa de Compliance, com as obrigações e responsabilidades, entre outras, do disposto no Manual de Compliance referente à Política de Anticorrupção.
- **Comissão Especial de Gestão de Demandas Institucionais**, com o principal objetivo de monitorar todas as notícias, denúncias, notificações e solicitações envolvendo o tema fraude e corrupção, a fim de subsidiar a Administração da Companhia, assim como o Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Comitê de Compliance acerca das informações que estavam sendo divulgadas nos diversos canais internos e externos, a fim de que os referidos órgãos pudessem estar bem informados para a adoção das providências pertinentes. Além disso, informou que a CEGDI tem como função reforçar o controle interno quanto ao monitoramento acerca do atendimento das providências determinadas pela Administração da Companhia e pelo Comitê de *Compliance* das Empresas Eletrobras a respeito do assunto.

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Neste subitem deverão ser consignadas informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna, especialmente sobre:

- a) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

“Não se aplica à UJ”.

- b) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

Apresentamos no quadro a seguir as informações referentes aos trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2014:

Quadro A.2.2.1 – Trabalhos de Auditoria Realizados no Exercício de 2014

Número do Relatório	Objeto	Unidade Auditada	Escopo Examinado	Cronograma Executado	Recursos Humanos (h/h)
01/2014, de 19/05/2014	Suprimento de Combustível Nuclear	Gerência de Combustível Nuclear – GCN.T e Gerência de Administração Contratual – GAC.T	<ul style="list-style-type: none"> - Registro, no SAP (Função ZMMO), dos instrumentos contratuais referentes à carga inicial de Angra 3; - Segregação das funções na aprovação dos pagamentos dos contratos referentes à carga inicial de Angra 3; - Documentação comprobatória quanto à regularidade trabalhista, referente ao contrato de Gerenciamento de Atividades do Ciclo de Combustível Nuclear; - Informações necessárias à realização do cálculo da variação cambial, referente ao contrato de Fornecimento de Urânio de Longo Prazo; - Formalização das atividades administrativas referentes ao Ciclo Bianual do Combustível Nuclear; - Evidência de execução e revisão dos controles de saldo e quantidades, para os contratos referentes ao Ciclo Bianual de Combustível Nuclear (Gerenciamento do Ciclo de Combustível, Fornecimento de Concentrado, Fornecimento de Urânio Enriquecido e Fabricação do Elemento Combustível); e - Cálculos manuais da variação cambial realizados em planilha EXCEL, sem a identificação dos responsáveis pela execução e pela conferência dos valores. 	13/01/14 a 12/05/14	2 Auditores 996 h/h
02/2014, de 03/06/2014	Administração dos Almojarifados das Usinas Angra I e II	Divisão de Materiais – DIMT.O	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidades de material, em estoque, acima do limite máximo estabelecido no cadastro do módulo MM do sistema SAP. - Adequação e segurança das instalações de armazenamento dos materiais nos almoxarifados. - Cumprimento de normas e procedimentos inerentes a administração de materiais pela DIMT.O. - Análise do Relatório de Movimentação de Materiais em Estoque – MME. 	13/01/14 a 23/05/14	2 Auditores 781 h/h

			<ul style="list-style-type: none"> - Materiais mantidos em estoque, sem movimentação por longo período. - Procedimentos de reposição de materiais em Estoque, através de análise técnica e série histórica de consumo médio. - Cumprimento da instrução normativa para realização de Inventário nos almoxarifados. 		
03/2014, de 13/06/2014	Atividades de Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa	Gerência de Infraestrutura de TI – GIN.G	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade dos serviços de projeto de rede estruturada e não estruturada; - Comitê de Segurança da Informação; e - Segurança dos Ativos da Rede Corporativa na Sede e em Angra. 	13/01/14 a 02/06/14	1 Auditor 452 h/h
04/2014, de 13/06/2014	Recursos Humanos	Gerência de Administração Pessoal – GAP.A	<ul style="list-style-type: none"> - Controles relativos à conferência da Folha de Pagamento; - Cálculos de rescisão, atentando para os controles de revisão e exclusão do empregado da folha de pagamento; - Cálculos de INSS Patronal e demais encargos sociais, bem como o seu recolhimento; - Valores recolhidos a título de IRRF sobre a folha de pagamento; - Cálculos e recolhimento do FGTS; - Cálculos de desconto para fundações de previdência privada NUCLEOS e Fundação Real Grandeza e respectivos repasses; - Documentação suporte para concessão de adicional de periculosidade inflamável para empregado cedido; - Cumprimento da Legislação Trabalhista quanto ao número mínimo de horas entre duas jornadas de trabalho - Interjornada; - Cumprimento da Legislação Trabalhista quanto ao Descanso Semanal Remunerado; 	06/01/14 a 05/06/14	2 Auditores 1280 h/h
05/2014, de 05/09/2014	Assistência, Benefícios, Desenvolvimento e Capacitação	Gerência de Administração de Benefício – GAB.A e Gerência de Desenvolvimento e Capacitação – GDC.A	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio Educacional; - Benefícios Creche/Pré-escola e Auxílio Guardiã(o); - Auxílio Óculos/Lente de Contato; - Reembolso de Despesas com Medicamentos / Materiais para Tratamento de Doenças Crônicas; - Plano Médico Assistencial - Curso de Idioma – Reembolso; e - Participação de Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu". 	04/06/14 a 05/09/14	2 Auditores 1117 h/h
06/2014, de 12/09/2014	Segurança Lógica do Sistema SAP ECC	Gerência de Sistema de TI – GSI.G	<p>Verificar e atualizar, nos controles da Auditoria Interna, informações sobre a configuração do ambiente, identificando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plataforma de hardware e sistema operacional em uso • Nome e localização dos servidores SAP • Instâncias do ambiente • Sistema Gerenciador de Banco de Dados de suporte • Meios externos autorizados de conexão ao ambiente • Topologia de rede do acesso interno e externo 	05/06/14 a 08/09/14	1 Auditor 500 h/h

			<p>ao ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome e tipo de usuários • Número e tipo de licenças <p>Verificação da implementação das instâncias de desenvolvimento, teste e produção, discriminando usuários autorizados por ambiente, usuários responsáveis pelo transporte, e os componentes em uso por ambiente;</p> <p>Verificar se os programas críticos desenvolvidos internamente possuem comando para controle de acesso;</p> <p>Verificação do acesso a transações críticas, e à lista de usuários com permissão para liberar ou bloquear transações.</p>		
07/2014, de 07/10/2014	Tributos e Encargos Sociais	Gerência de Contabilidade – GCT.A, Gerência de Administração Pessoal – GAP.A e Gerência de Operações Financeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Cálculos e respectivos recolhimentos dos tributos sobre o faturamento; - Cálculos e respectivos recolhimentos dos impostos e contribuições sobre o lucro real; - Cálculos e respectivos recolhimentos sobre tributos federais retidos na fonte pela Eletrobras Eletronuclear sobre compras de materiais e contratações de serviços no país; - Cálculos e respectivos recolhimentos sobre impostos incidentes sobre a circulação de mercadorias – ICMS; - Preenchimento e o posterior envio de declarações fiscais aplicadas à Eletrobras Eletronuclear; - Escrituração dos livros fiscais obrigatórios; - Certidões de Regularidade Fiscal, bem como os procedimentos adotados para a regularização de eventuais pendências; - Ocorrência de autos de infração de natureza fiscal. 	09/06/14 a 29/09/14	2 Auditores 812 h/h
08/2014, de 20/10/2014	Aquisições de Materiais	Gerências de Contratação Nacional de Bens e Serviços - GCN.A, Gerência de Contratação Internacional de Bens e Serviços – GCI.A, Gerência de Administração Contratual – GAC.T e a Gerência de Aquisição de Angra – GAA.A	<ul style="list-style-type: none"> - Processos de contratação através da modalidade Convite, Tomada de Preço e Concorrência, em conformidade com o art. 23 incisos I e II da Lei n.º 8.666/93; - Processos de contratação através de Dispensa de Licitação (Pequeno Vulto), em conformidade com o art. 24, inciso I, conjugado com parágrafo único da Lei n.º 8.666/93; - Processos de contratação através da modalidade Inexigibilidade e Dispensa de Licitação, averiguando a procedência das justificativas apresentadas, em conformidade com os arts. 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93; - Processos de contratação através da modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a IN 41.14 (Normas para Realização de Pregões), IN 41.15 (Normas e Procedimentos para a Realização de Pregões Eletrônicos), com a Lei n.º 10.520/02 e Decreto 5.450/05. 	04/06/14 a 01/10/14	2 Auditores 863 h/h
09/2014, de 19/12/2014	Fundo de Pensão	Fundação Real Grandeza	<ul style="list-style-type: none"> - Controles internos nas áreas de empréstimos aos participantes; - Evolução e rentabilidade dos investimentos em 	22/09/14 a	2 Auditores 748 h/h

			2013; - Situação atuarial; - Controle e movimentação patrimonial; - Processos de aquisição de bens e serviços; - Acompanhamento contratual.	17/12/14	
10/2014, de 19/12/2014	Contratações de Serviços	Gerências de Contratação Nacional de Bens e Serviços - GCN.A, Gerência de Contratação Internacional de Bens e Serviços – GCI.A, Gerência de Administração Contratual – GAC.T e a Gerência de Aquisição de Angra – GAA.A	- Processos de contratação através da Dispensa Licitação e Inexigibilidade da licitação, verificando a procedência das justificativas apresentadas em conformidade com Lei 8666/93, Artigos 24, 25 e 26 da Lei Nº 8.666/93. - Processos de contratação de serviços de pequeno valor (Pequeno Vulto), em conformidade com o Artigo 24, incisos I e II da Lei Nº 8.666/93. - Processos de contratação através da modalidade PREGÃO, em conformidade com: • Lei Nº 10.520, de 17 de Julho de 2002. • IN 41.14 – Normas para Realização de Pregões; • IN 41.15 – Normas e Procedimentos para a Realização de Pregões Eletrônicos. - Processos de contratação de serviços através das modalidades: (i) Convite, (ii) Tomada de Preço e (iii) Concorrência, em conformidade com a Lei Nº 8.666/93.	25/09/14 a 18/12/14	3 Auditores

c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

Os trabalhos de auditoria programados no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, do exercício de 2014, foram integralmente concluídos.

Apresentamos no quadro a seguir os trabalhos realizados em 2014, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão:

Quadro A.2.2.2 – Plano Anual de Atividades Interna – PAINT

Relatório de Auditoria: 01/2014, de 19/05/2014					
Objeto: Suprimento de Combustível Nuclear					
Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação
Falta de segregação de funções na aprovação dos pagamentos dos contratos referentes à carga inicial de Angra 3.	Os pagamentos por adiantamento referentes aos contratos da carga inicial de Angra 3, no que concerne à solicitação de pagamento e aprovação via workflow no SAP/R3, serão aprovados pelo analista e liberados pelo gerente da GAC.T a partir do próximo pagamento à INB. Portanto, a partir daí, iremos emitir, os “Slips” para encaminhamento à GOF.A para pagamento.	GCN.T / GAC.T	Por meio da COI GCN.T – 0346/2014 de 11/12/2014, a GAC.T informou que o pagamento por adiantamento, seguindo a metodologia de pagamento e aprovação via workflow no SAP/R3, através da aprovação pelo analista e liberação pelo gerente da GAC.T, referente aos contratos da Carga Inicial de Angra 3, ocorrerá no próximo pagamento dos documentos de cobrança recebidos da INB, tendo em vista que os faturamentos relativos a Carga Inicial de Angra 3 estão, atualmente, suspensos “sine die”, por interesse da Eletrobras Eletronuclear. Adicionalmente foi informado que há previsão de faturamento para os contratos da Carga Inicial de Angra 3, para o ano de 2015.	MAR/2015	Pendente
Falta de atualização da Matriz de Objetivos de Controle e da Narrativa do Sub-Processo MAT2 - Combustível Nuclear (Recebimento / Transferência / Baixa).	A Gerência de Combustível Nuclear – GCN.T entrou em contato com a Gerencia de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles - GRC.G, para obter a documentação SOX necessária, e realizar, até 31/08/2014, as atualizações pertinentes, no Sub-Processo MAT2 - Combustível Nuclear (Recebimento / Transferência / Baixa).	GCN.T / GAC.T	Por meio da COI GAC.T – I – 0239/2014, a GAC.T informou que foram atualizadas a Matriz de Objetivos de Controle, bem como a narrativa de sub-processo, em reunião realizada em 4/9/2014, que contou com a participação da consultoria Deloitte, da Gerência de Combustível Nuclear – GCN.T, da Gerência de Contabilidade – GCT.A e da Gerência de Administração Contratual – GAC.T, sendo validados os procedimentos que dizem respeito a GAC.T.	SET/2014	Solucionado
Relatório de Auditoria: 02/2014, de 03/06/2014					
Objeto: Administração dos Almojarifados das Usinas Angra I e II					
Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação

<p>Controle inadequado nos registros de movimentação de materiais em estoque.</p>	<p>A DIMT.O dentro de 90 dias irá elaborar um plano de ação após avaliar junto à Gerência de Sistemas de TI - GSI.G, tendo em vista que a princípio esta nova transação depende fundamentalmente do apoio da TI, pois irá interagir com várias áreas da empresa.</p>	<p>DIMT.O</p>	<p>Por meio da COI GPS.O – 130/14 de 18/12/2014, a Gerência de Planejamento e Suporte à Operação – GPS.O informa que a atividade está em fase de desenvolvimento pela GSI.G.</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>
<p>Itens de material com saldo acima do estabelecido pelos usuários e órgãos requisitantes.</p>	<p>Quando houver necessidade da reposição será adotada uma nova quantidade máxima, sempre com base no histórico de consumo real, adotando conseqüentemente novas quantidades para o limite máximo. Para efeito de controle será emitida uma listagem através da transação ZMM15 mostrando o status atual.</p>	<p>DIMT.O</p>	<p>Por meio da COI GPS.O – 130/14, de 18/12/2014, a Gerência de Planejamento e Suporte à Operação – GPS.O informa que em 17.12.2014, conforme ZMM15, 829 itens permanecem na condição de saldo acima do nível máximo e que os referidos itens estão sendo analisados pela DIMT.O e usuários. A Gerência informa que este Plano de Ação não tem prazo definido de conclusão, um vez que, os itens vão diminuindo à medida que vão sendo consumidos, sugerindo que a verificação do saldo remanescente seja efetuada anualmente.</p> <p>Entretanto, em consulta realizada à transação ZMM15 no dia 22/12/2014, a Auditoria Interna verificou a existência de 1.683 itens nos depósitos 10 e 11 com saldo acima do nível máximo gerando um valor total excedente de R\$ 14.563.441,76.</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>

<p>Itens com saldo atual abaixo do nível de segurança, como também diversos itens com saldo zerado, mesmo tendo a quantidade mínima para a realização do pedido.</p>	<p>Iremos analisar todos os itens zerados, verificando se deve ser eliminado, se existe item devolvido (usuário ou em preservação), requisição emitida ou ainda necessidade de emissão de requisição.</p>	<p>DIMT.O</p>	<p>Conforme COI GPS.O – 085/14 de 25/08/2014 a Gerência de Planejamento e Suporte à Operação – GPS.O informa que em 13.06.2014 foi retirada a listagem dos itens com saldo abaixo do nível mínimo de estoque – TOTAL = 1.012 itens- Requisição emitida para reposição do estoque = 353 itens- Níveis zerados conforme análise de consumo = 370 itens- Material com saldo em outros depósitos. Ex. Dep. Parada = 70 itens- Material com entrega parcelada - saldo em contrato = 32 itens- Em análise na DIMT.O = 127 itens- Aguardando análise do usuário = 60 itens. A Gerência informa que fez análise de todos os itens zerados, verificando a possibilidade de eliminação de item, levando-se em conta os itens devolvidos, requisição emitida ou necessidade de emissão de requisição. Em complemento, através da COI COI GPS.O – 130/14 de 18/12/2014 a Gerência de Planejamento e Suporte à Operação – GPS.O informa os 127 itens foram analisados pela DIMT.O e, posteriormente, foram emitidas as requisições de compra para reposição e os 60 itens que estavam com os usuários para avaliação foram avaliados e emitidos os processos aquisitivos, quando aplicável. A GPS.O esclarece que o suprimento que o ressurgimento de materiais é um processo dinâmico que continuamente são alterados conforme relatório de reposição feito através do MRP – Relatório de Ressurgimento de Materiais levando-se em conta o histórico de consumo, paradas programadas e necessidade dos usuários durante operação das usinas.</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>
--	---	---------------	--	-----------------	-----------------

Itens de Materiais estocados na condição de Pendente aguardando solução definitiva por mais de uma década.	A DIMT.O propõe elaborar em conjunto com GEM.T e GCV.T um plano de ação para analisar todos os materiais que estão neste depósito pendente de documentação, dando destinação a estes itens quanto a uma aplicação ou alienação.	DIMT.O	Conforme COI GPS.O – 130/14 de 18/12/2014 a Gerência de Planejamento e Suporte à Operação – GPS.O informa que foram analisados todos os relatórios de Não conformidade – RNC e foram baixados os possíveis de fechamento com análise própria da DIMT.O. Da tabela constante do relatório de auditoria, ficaram pendente somente dois itens Haste de Válvula 258846 e trocador de calor 538972. As que sobraram, 170 RNCs, serão analisadas conjuntamente com as Gerências GEM.T e GCV.T para viabilizar o fechamento das mesmas, até março de 2015. A GPS.O informa que foi criado um novo depósito virtual para os itens de prateleira.	MAR/2015	Pendente
Controle inadequado da vida de prateleira dos itens de materiais sob a guarda da DIMT.O.	A DIMT.O através de uma força tarefa, fará um inventário destes itens, no sentido de atender o item 13.6 do Procedimento 2 PA-SG 20.	DIMT.O	Conforme COI GPS.O – 130/14 de 18/12/2014 a Gerência de Planejamento e Suporte à Operação – GPS.O informa que o inventário físico e a atualização no SAP foram concluídos em 31/10/2014.	DEZ/2014	Solucionado

Relatório de Auditoria: 03/2014, de 13/06/2014

Objeto: Atividades de Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa

Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação
O Comitê de Segurança da Informação se encontra inativo há pelo menos dois anos, contrariando Acórdão TCU 1233/2012-Plenário item 9.13.9.2, Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 item 6.1.2, Regimento Interno do Comitê de Segurança da Informação Art. 8º.	A SG.G se compromete a sistematizar o funcionamento do Comitê de Segurança da Informação, a revisar o seu regimento interno, se necessário, de forma a garantir o funcionamento adequado do mesmo.	ST.G	Através da COI SG.G 075/14 - 3001002 de 15/09/2014, a SG.G informou que estão preparando as alterações necessárias e alterando o prazo previsto. Por meio da COI ST.G 107/14-3001002 de 12/12/2014, a ST.G informou que ocorreu a reunião no dia 16/10/2014.	JAN/2015	Solucionado

<p>Falta de empregado substituto para a atribuição “Projeto de rede estruturada e não estruturada” na GAL.G, possibilitando a descontinuidade do serviço, em desacordo com o Acórdão TCU 1233/2012, Plenário - item 9.11.2.</p>	<p>O empregado Celso Oliveira foi remanejado para ser o substituto na atribuição “Projeto de rede”, a partir de 26/05/2014. A GAL.G está aguardando a implementação do Plano Diretor de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDSTI, já homologada pela Diretoria Executiva, para aumentar o quantitativo de demanda de TI, conforme evidência documental apresentada na reunião.</p>	<p>GAL.G</p>	<p>Através da COI SG.G 075/14 - 3001002 de 15/09/2014, a SG.G informou o remanejamento de um empregado para ser o substituto na atividade “Projeto de Rede”.</p>	<p>SET/2014</p>	<p>Solucionado</p>
<p>Falta de aterramento dos equipamentos da rede corporativa podendo oferecer risco aos ativos da empresa e aos empregados, em desacordo com os itens 9.2.1 alínea d) e g) da Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 – Código de Prática para a Gestão da Segurança da Informação.</p>	<p>A Gerência de Apoio Local – GAL.G se reunirá com a Gerência de Engenharia Elétrica e I & C – GEI.T para apresentar um documento com a solução para a falta de aterramento dos equipamentos da rede corporativa.</p>	<p>GAL.G</p>	<p>Através da COI GAL.G – 016/14 de 21/07/2014, a GAL.G informou as ações a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Contratação de uma empresa especializada na área elétrica para avaliação da situação atual dos equipamentos instalados; 2. Emissão de relatório da contratada identificando as pendências e definindo as necessidades de projeto; 3. Nova contratação para emissão dos projetos de aterramento, conforme prioridade recomendada pela GAL.G. 4. Os projetos serão executados pela DMCV.A. 5. A GEI.T irá definir o detalhe típico de montagem que será utilizado pela DMCV.A em todos as redes de telecomunicações que serão instalados em novos projetos. <p>Através de e-mail do dia 19/09/2014, a GAL.G informou que o plano de ação encontra-se na fase de contratação de empresa especializada na área elétrica, e solicitou alteração do prazo de conclusão. Por meio de e-mail de 06/01/2015, a ST.G informou o novo prazo previsto.</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>

Manter os armários da rede corporativa destrancados, gerando um risco potencial na segurança dos equipamentos e na interferência das comunicações, em desacordo com os itens 9.2.1 e 10.6.1 da Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 – Código de Prática para a Gestão da Segurança da Informação.	A DIPL.O se compromete a trocar o miolo das fechaduras dos armários de rede para assegurar que somente a mesma tenha o acesso a eles. Criará, também, um procedimento para executar vistorias regulares mensais aos armários de rede.	DIPL.O	Por meio da COI GPS.O-130/14 de 18/12/2014, a GPS.O informou que a DIPL.O concluiu a instalação dos cadeados nos armários de Angra 1 e da Área Externa da CNAAA, faltando os armários de Angra 2. Para todos os locais foram identificados os armários e as chaves dos cadeados, que serão mantidas sob guarda, no claviculário do setor de telecomunicações. A DIPL.O está elaborando o Procedimento para a execução das vistorias regulares mensais nos armários da rede.	JAN/2015	Pendente
Implementação de equipamentos da rede corporativa sem a instalação de nobreaks, podendo oferecer risco de interrupção dos serviços, em desacordo com os itens 9.2.2 da Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 – Código de Prática para a Gestão da Segurança da Informação.	Os nobreaks já foram instalados nestes locais. A DIPL. O apresentou as fotos que evidenciam as instalações.	DIPL.O		JUN/2014	Solucionado
Vazamento de água sobre os equipamentos da rede corporativa podendo oferecer risco aos ativos da empresa, em desacordo com os itens 9.2.1 alínea d) e 10.6.1 da Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 – Código de Prática para a Gestão da Segurança da Informação.	O vazamento de água sobre os equipamentos da rede corporativa já foi sanado. A DMCV.A encaminhará fotos como evidência documental até 02/07/2014.	DMCV. A		JUN/2014	Solucionado
Relatório de Auditoria: 04/2014, de 13/06/2014					
Objeto: Recursos Humanos					
Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação

<p>Exposição de empregados a regime de trabalho sem o período mínimo interjornadas de 11 horas, em desacordo com o art. 66 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A SH.A/GAP.A irá emitir um novo Informe de Recursos Humanos, ressaltando a importância da obediência ao artigo 66 da CLT, reiterando o Informe de Recursos Humanos 094/12 de 28/11/2012; • A GAP.A irá emitir uma correspondência interna para todas as UO's relacionadas no relatório de auditoria, alertando para os riscos pelo não cumprimento da legislação trabalhista em vigor. 	<p>GAP.A</p>	<p>Através da COI GAP.A – 086/14 de 07/07/2014, a GAP.A informou que tomou as seguintes providências, apresentando as respectivas evidências, concluindo assim, todo plano de ação estabelecido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emitiu o Informe de Recursos Humanos 038/14 de 27/06/2014, ressaltando a importância da obediência aos artigos 66 e 67 da CLT; • Foi encaminhada Correspondência Interna nº GAP.A-082/14 em 27/06/2014 à CR.P e às demais sessenta Unidades Organizacionais da empresa que tiveram no exercício de 2013 as respectivas ocorrências apontadas no Relatório de Auditoria, alertando para os riscos pelo não cumprimento da legislação em vigor. 	<p>JUL/2014</p>	<p>Solucionado</p>
<p>Exposição de empregados a regime de trabalho por mais de 6 (seis) dias sucessivos de trabalho, em desacordo com o art. 67 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A SH.A/GAP.A irá emitir um novo Informe de Recursos Humanos, ressaltando a importância da obediência ao artigo 67 da CLT, reiterando o Informe de Recursos Humanos 094/12 de 28/11/2012; • A GAP.A irá emitir uma correspondência interna para todas as UO's relacionadas no relatório de auditoria, alertando para os riscos pelo não cumprimento da legislação trabalhista em vigor. 	<p>GAP.A</p>	<p>Através da COI GAP.A – 086/14 de 07/07/2014, a GAP.A informou que tomou as seguintes providências, apresentando as respectivas evidências, concluindo assim, todo plano de ação estabelecido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emitiu o Informe de Recursos Humanos 038/14 de 27/06/2014, ressaltando a importância da obediência aos artigos 66 e 67 da CLT; • Foi encaminhada Correspondência Interna nº GAP.A-082/14 em 27/06/2014 à CR.P e às demais sessenta Unidades Organizacionais da empresa que tiveram no exercício de 2013 as respectivas ocorrências apontadas no Relatório de Auditoria, alertando para os riscos pelo não cumprimento da legislação em vigor. 	<p>JUL/2014</p>	<p>Solucionado</p>

<p>Assinatura indevida para diversos empregados no relatório de Programação Anual de Férias 2013 da GOD.O.</p>	<p>Enviar correspondência às UO's que foram apontadas, para que tomem as devidas providências para os acertos necessários;</p>	<p>GAP.A</p>	<p>STATUS - A GAP.A informou que já enviou correspondência às UO's que foram apontadas, para que tomem as devidas providências para os acertos necessários, apresentando as devidas evidências na reunião. Além disso, foi solicitada, por e-mail do dia 04/06/2014, a criação de um programa anual de férias e a confirmação mensal de férias através da intranet, com acesso dos empregados, gerentes e administradores da GAP.A via login e senha, de forma que as marcações, alterações e cancelamentos de férias possam ser realizadas diretamente nesse sistema, cujas informações serão extraídas e processadas por carga no sistema SAP.</p>	<p>JUN/2014</p>	<p>Solucionado</p>
<p>Relação de pedidos de alterações cadastrais de empregados solicitadas por e-mail, com risco de vulnerabilidade a alterações sem rastreamento, uma vez que tais pedidos ficam armazenados em pasta particular do Microsoft Outlook.</p>	<p>Arquivar os e-mails de solicitação de alteração cadastral em pasta no servidor, com acesso restrito aos empregados do núcleo de cadastro, e atribuir numeração sequencial a cada um deles;</p>	<p>GAP.A</p>	<p>Por meio da COI GAP.A-288/14 de 15/12/2014, a GAP.A informou que ainda não obtiveram informações quanto aos procedimentos utilizados pelas outras empresas do grupo Eletrobras no tratamento dos documentos de cadastro de pessoal, a fim de mitigar o risco apontado para o processo na Eletronuclear, ou se for o caso, redesenhar o controle.</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>
<p>Parametrização inadequada do sistema SAP para o cálculo de recolhimento de Pensão Judicial em folha de pagamento do empregado.</p>	<p>Será feita uma Solicitação de Serviço – SSS à Gerência de Sistemas de TI - GSI.G, com a finalidade de corrigir a parametrização dos cálculos do valor de pensão alimentícia descontadas em folha de pagamento, no sistema SAP;</p>	<p>GAP.A</p>	<p>Por meio da COI GAP.A-288/14 de 15/12/2014, a GAP.A informou que a solicitação de serviço SSS nº 55470 ainda não pôde se atendida pela GSI.G em virtude da existência de outras demandas mais urgentes.</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>
<p>Divergências identificadas entre os valores calculados para recolhimento de INSS e Encargos Sociais, apurados pelo sistema SAP e pelo Sistema de Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP.</p>	<p>Atribuir o devido grau de prioridade a esta demanda em relação às demais originadas pela GAP.A em andamento na GSI.G, procedendo à análise da situação atual considerando os fatores causadores das distorções, especificar e propor tecnicamente a melhoria a ser implementada no sistema, obtendo a aprovação da GAP.A para a sua implementação;</p>	<p>GAP.A / GSI.G</p>	<p>Por meio da COI GAP.A-288/14 de 15/12/2014, a GAP.A informou que a solicitação de serviço SSS nº 56130 ainda não pôde se atendida pela GSI.G em virtude da existência de outras demandas mais urgentes.</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>

Recolhimento de contribuição patronal ao Nucleos feito com base em valores calculados manualmente, devido a divergências identificadas com os valores apurados pelo sistema SAP.	Atribuir o devido grau de prioridade a esta demanda em relação às demais originadas pela GAP.A em andamento na GSI.G, procedendo à análise da situação atual considerando os fatores causadores das distorções, especificar e propor tecnicamente a melhoria a ser implementada no sistema, obtendo a aprovação da GAP.A para a sua implementação;	GAP.A / GSI.G	Por meio da COI GAP.A-288/14 de 15/12/2014, a GAP.A informou que a solicitação de serviço SSS nº 5613a ainda não pôde se atendida pela GSI.G em virtude da existência de outras demandas mais urgentes.	MAR/2015	Pendente
--	--	---------------	---	----------	----------

Relatório de Auditoria: 05/2014, de 05/09/2014

Objeto: Assistência, Benefícios, Desenvolvimento e Capacitação

Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação
Controle inadequado para o consumo de medicamentos por mais de 03 (três) meses.	Embora a GSM.A tenha se comprometido através de um plano de ação a adequar o sistema SRM, para controlar a quantidade de medicamentos prescritos pelo médico, com intuito de evitar o consumo superior a 3 (três) meses, como alternativa, a referida gerência se comprometeu, também, em implementar um controle alternativo interno (eletrônico), com o apoio a ser solicitado à área de TI da empresa, para acompanhamento destes consumos.	GSM.A	Por meio de e-mail de 12/12/2014, a GSM.A informou que solicitou à área GSI.G, através da ferramenta 3S, que desenvolvesse um programa que contemplasse o controle de compra de medicamentos, para que não ultrapassasse de 3 meses, conforme IN 24.07, rev. 03. No entanto, as implementações solicitadas, não foram desenvolvidas pela GSI.G, devido a demanda e prioridade de serviço da referida área.	MAR/2015	Pendente

Relatório de Auditoria: 06/2014, de 12/09/2014

Objeto: Segurança Lógica do Sistema SAP ECC

Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação
Conceder o acesso de dar manutenção em todas as tabelas, em desacordo com o documento “WB210 – R/3 para Auditores da SAP”, item 8.	A GRC.G apresentou a documentação “Authorizations in SAP Software – Design and Configuration (SAP Press)” onde é explicado como se cria, através de um procedimento específico recomendado pela SAP, transações parametrizadas restringindo o acesso a tabelas. Dessa forma, a AICA considera elidida a NÃO CONFORMIDADE.	GRC.G	Não conformidade elidida conforme Item 1.1 da Ata de Reunião.	DEZ/2014	Solucionado

Conceder o acesso de executar todos os programas no ambiente de produção, independente do grupo de autorização atribuído, em desacordo com o documento "Basis Application Infrastructure Audit", item IT2.02.	A Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles – GRC.G se reunirá com a Gerência de Sistemas de TI – GSI.G para apresentar um plano de ação para a não conformidade.	GRC.G	Por meio da COI GRC.G 008/2014 de 12/12/2014, a GRC.G informou que, em análise mais detalhada, verificou que a atribuição do objeto S_PROGRAM com o campo P_GROUP="*" para a transação SE37 (Construtor de Funções ABAP) em perfis de acesso é inofensiva no ambiente de produção, uma vez que a transação SE37 não está vinculada ao objeto S_PROGRAM para efeito de autenticação. Pela falta de vínculo, os testes relatados pela GRC.G apresentaram erros de autorização, conforme lançado em Ata de Reunião. Portanto, não há risco de segurança na configuração (Vide anexo: Tabela USOBT)	JAN/2015	Solucionado
Conceder autorização de alteração de programas diretamente no ambiente de produção em desacordo com o item 8.2.7 do "SAP Security Optimization Self-Service".	No decorrer dos trabalhos, a GRC.G tomou as providências para retirar este acesso através do serviço aberto 56125 no 3S, em 19AGO2014, podendo ser considerada elidida a NÃO CONFORMIDADE.	GRC.G	Durante os trabalhos de auditoria a não conformidade foi elidida.	DEZ/2014	Solucionado
Conceder o acesso de consultar todas as tabelas no ambiente de produção, em desacordo com o "SAP Security Optimization Self-Service" item 8.1.2 e "Basis Application Infrastructure Audit", item IT2.03.	A Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles – GRC.G se reunirá com a Gerência de Sistemas de TI – GSI.G para apresentar um plano de ação para a não conformidade.	GRC.G	Por meio da COI GRC.G 008/2014, de 12/12/2014, a GRC.G informou que, por e-mail datado de 11/11/2014, apresentou para a Gerência de Sistemas de TI - GSI.G sugestões para segregar o acesso como Plano de Ação. Em resposta por e-mail, datado de 10/12/2014, a GSI.G apresentou a distribuição de grupos de tabelas, para acesso dos analistas relacionados no ponto de auditoria. Para finalizar o Plano de Ação, a GRC.G está preparando o serviço no 3S que irá efetivar a segregação do acesso.	JAN/2015	Solucionado
Relatório de Auditoria: 07/2014					
Objeto: Tributos e Encargos Sociais					
Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação

<p>Recolhimento de IRPJ e CSLL após a data legal de vencimento, com incidência de multa e juros.</p>	<p>Elaboração de estudo sobre o assunto na busca de um entendimento das melhores práticas a fim evitar recolhimentos dessa natureza com acréscimos moratórios.</p>	<p>GCT.A</p>	<p>Por meio da COI SF.A-020/14 de 19.12.2014, a SF.A enviou Nota Gerencial GCT.A nº 05/2014 em anexo, informando que a opção pelo recolhimento estimado sempre foi bem arriscada diante das dificuldades operacionais para o fechamento do balanço nos meses de janeiro e fevereiro enquanto o exercício anterior ainda não estava encerrado. Tendo em vista a antecipação do cronograma de fechamento do exercício de 2014 para o início de março de 2015, a GCT.A estará envidando todos os esforços no acompanhamento junto às áreas envolvidas no processo de fechamento contábil para que todos os eventos contábeis sejam contabilizados tempestivamente a fim de permitir a elaboração de relatórios que suportem a estimativa do resultado fiscal para o recolhimento ou não do IRPJ/CSLL do mês de janeiro/2015. As compensações do IRPJ/CSLL antecipados durante o ano de 2014 serão processadas após o encerramento em definitivo do exercício de 2014, através de da abertura de PER DCOMP.</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>
<p>Não utilização de créditos fiscais na apuração do PASEP e CONFINS devidos nos meses de janeiro a dezembro de 2013.</p>	<p>Pesquisar junto às demais controladas do Sistema ELETROBRAS a forma adequada de contratação de uma empresa de consultoria para o aproveitamento dos créditos fiscais.</p>	<p>GCT.A</p>	<p>Por meio da COI SF.A-020/14 de 19.12.2014, a SF.A enviou Nota Gerencial GCT.A nº 05/2014 em anexo, informando que A GCT.A pesquisou junto às demais controladas do Sistema Eletrobras a forma adequada de contratação de uma empresa de consultoria para aproveitamento de créditos fiscais. No momento, está sendo preparado levantamento das necessidades para elaboração de contrato para apreciação da P.J.P.</p>	<p>MAI/2015</p>	<p>Pendente</p>

<p>Não utilização de créditos fiscais referentes aos encargos de depreciação e amortização relativos a máquinas e equipamentos incorporados ao ativo imobilizado, bem como, a edificações e benfeitorias em imóveis próprios utilizados na produção.</p>	<p>Pesquisar junto às demais controladas do Sistema ELETROBRAS a forma adequada de contratação de uma empresa de consultoria para o aproveitamento dos créditos fiscais.</p>	<p>GCT.A</p>	<p>Por meio da COI SF.A-020/14 de 19.12.2014, a SF.A enviou Nota Gerencial GCT.A nº 05/2014 em anexo, informando que A GCT.A pesquisou junto às demais controladas do Sistema Eletrobras a forma adequada de contratação de uma empresa de consultoria para aproveitamento de créditos fiscais. No momento, está sendo preparado levantamento das necessidades para elaboração de contrato para apreciação da P.J.P.</p>	<p>MAI/2015</p>	<p>Pendente</p>
<p>Faturamento de energia elétrica em duplicidade contra duas distribuidoras em janeiro de 2014, gerando recolhimento de PASEP/COFINS a maior ainda não ressarcido, no valor de R\$ 753.446,88.</p>	<p>Solicitar restituição do PASEP/COFINS pago a maior após a resposta ao segundo pedido de cancelamento junto a SEFAZ das notas fiscais emitidas em duplicidade.</p>	<p>GCT.A</p>	<p>Por meio da COI SF.A-020/14 de 19.12.2014, a SF.A enviou Nota Gerencial GCT.A nº 05/2014 em anexo, informando que A Eletronuclear entrou com processo administrativo de nº E-04/079/3129/14 em 22/08/2014 junto à SEFAZ-RJ, solicitando o cancelamento extemporâneo das nossas NF's nº 6.334 de CELESC Distribuição S.A emitida em 08/01/2014 e nº 6.367 de ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A emitida em 09/01/2014 por emissão em duplicidade. Cumpridas as formalidades iniciais, a fiscalização (SEFAZ-RJ) exigiu que o destinatário das citadas NF's deverá manifestar o “Desconhecimento da Operação” por meio do site da Nota Fiscal Eletrônica – Nfe para a conclusão do cancelamento. Atendido o cancelamento, a GCT.A solicitará a restituição do PASEP/COFINS pago a maior.</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>
<p>Recolhimento indevido de diferencial de alíquota em aquisições interestaduais de máquinas e equipamentos relacionados no Convênio ICMS nº 52/91.</p>	<p>Efetuar consulta junto aos auditores independentes para fechar um entendimento de qual é a melhor prática quanto ao recolhimento de diferencial de alíquotas nas aquisições interestaduais de máquinas e equipamentos relacionados no Convênio ICMS nº 52/91.</p>	<p>GCT.A</p>	<p>Por meio da COI SF.A-020/14 de 19.12.2014, a SF.A enviou Nota Gerencial GCT.A nº 05/2014 em anexo, informando que A GCT.A está fechando um entendimento com os auditores independentes sobre a melhor prática quanto ao recolhimento de diferencial de alíquotas nas aquisições</p>	<p>MAR/2015</p>	<p>Pendente</p>

			interestaduais de máquinas e equipamentos relacionados no Convênio nº 52/91.		
Inexistência de ferramenta de controle que garanta a escrituração tempestiva de todas as Notas Fiscais que deram entrada na Eletrobras Eletronuclear.	A Gerência de Contabilidade – GCT.A aguarda o processo de aquisição de um software que substitua o PROSOFT.	GCT.A	Por meio da COI SF.A-020/14 de 19.12.2014, a SF.A enviou Nota Gerencial GCT.A nº 05/2014 em anexo, informando que A GCT.A está aguardando o processo de aquisição de um software, o qual já se encontra em andamento, que substitua o Prosoft.	MAR/2015	Pendente

Relatório de Auditoria: 08/2014, de 20/10/2014

Objeto: Aquisições de Materiais

Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação
Emissão de Requisição de Compras liberadas sem o respectivo Relatório de Orçamento anexado.	<p>A Superintendência de Aquisição e Controle Contratual está orientando por meio de COI às gerências subordinadas à SA.A que não seja iniciado qualquer procedimento administrativo para aquisição de bens, materiais e serviços sem que o Relatório de Orçamento e a requisição tenham sido encaminhados com a devida aprovação pelo nível competente. Ação imediata com cópia da COI para AICA.</p> <p>Quanto a “anexação” do Relatório de Orçamento à requisição na forma literal descrita no item 6.1 da IN 41.01, caberá uma avaliação técnica da área de TI, bem como tratativas com as áreas requisitantes antes de uma eventual implementação de alteração no processo de tramitação da documentação que compõe os processos administrativos. Tendo em vista a saída do pessoal da empresa no PSPE/PID que vem impactando significativamente todas as áreas. Estimamos um prazo de até 90 dias para a</p>	SA.A	<p>Por meio da COI SA.A-I.085/2014 de 08.12.2014, a SA.A informou que já determinou às suas gerências subordinadas "que não seja iniciado qualquer procedimento administrativo para aquisição de bens, materiais e serviços sem que o Relatório de Orçamento e a requisição tenham sido encaminhados com a devida aprovação pelo nível competente.", conforme informado na COI SA.A.I.067/14, de 09.10.2014.</p> <p>Por meio da COI SA.A-I.085/2014 de 08.12.2014, a SA.A informou que em face do PSPE/PID, com relevante impacto em todas as U.O.s da empresa, ainda não foi possível promover uma discussão com as áreas requisitantes e de TI sobre a "anexação" do Relatório de Orçamento visando o cumprimento literal do item 6.1 da IN 41.01.</p>	DEZ/2014	Solucionado
		SA.A		MAR/2015	Pendente

	conclusão das tratativas e efetiva implementação de um plano de ação.				
--	---	--	--	--	--

Relatório de Auditoria: 09/2014, de 19/12/2014

Objeto: Fundo de Pensão

Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação
Ausência de cobrança judicial contra participantes inadimplentes de empréstimos pessoais.	Ajuizar as demandas remanescentes.	FRG	Dentro do prazo de resposta.	MAR/2015	Pendente
Não aplicação dos planos de custeio definidos pelas avaliações atuarias anuais, ocasionando excesso de contribuição em relação ao custo normal do Plano BD.	Providenciar a aprovação do regulamento do Plano BD, alterado em 13/10/2014 pelo Conselho Deliberativo da FRG, junto às instâncias competentes.	FRG	Dentro do prazo de resposta.	MAR/2015	Pendente
Inclusão manual do Fator Atuarial no Sistema Amadeus para o Cálculo da Renda Mensal Vitalícia do Plano CD.	Parametrizar o Sistema Amadeus para realizar o cálculo da Renda Mensal Vitalícia do Plano CD.	FRG	Dentro do prazo de resposta.	MAR/2015	Pendente
Benefícios concedidos aos participantes da Eletrobras Furnas, entre as datas base e de conclusão dos Acordos Coletivos de Trabalho de 2010 a 2013 sem que os valores contributivos do mesmo período tenham sido corrigidos pelos referidos acordos.	Reprocessar os benefícios com diferenças salariais/contributivas conforme plano de ação aprovado pela RDE Nº 004/1041.	FRG	Dentro do prazo de resposta.	MAR/2015	Pendente
Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios firmado com o Sr. Paulo Régis Soares Negrão com prazo de vigência indeterminado.	Entrar em contato com advogados da região de Passos/MG e adjacências objetivando encontrar profissionais que executem os serviços prestados Dr. Paulo Régis em valores inferiores à proposta do referido advogado.	FRG	Dentro do prazo de resposta.	MAR/2015	Pendente

Ausência de Controle Financeiro do Contrato NA.051/2011, referente ao fornecimento, manutenção e suporte técnico de Sistema de Empréstimo.	Elaborar e alimentar Planilha de Controle Financeiro do Contrato NA.051/2011, com todos os pagamento efetuados referente a esse contrato.	FRG	Dentro do prazo de resposta.	JAN/2015	Pendente
Ausência de prorrogação do prazo de vigência do Contrato NA.051/2011 cujo objeto ainda não foi concluído.	Providenciar o aditamento do Contrato NA.051/2011.	FRG	Dentro do prazo de resposta.	MAR/2015	Pendente

Relatório de Auditoria: 10/2014, 19/12/2014

Objeto: Contratações de Serviços

Não Conformidades	Planos de Ação propostos pela UO	U.O	Respostas das Unidades Organizacionais	Prazo Previsto	Situação
Motoristas com habilitações inadequadas e sem certificados de cursos de especialização estabelecidos no Contrato nº GCS.A/CT-4500167170.	Cobrar da empresa contratada os cursos de Condutores de Veículos de Produtos Perigosos – MOPP e Transporte Coletivo de Passageiros para os motoristas que não os possuem, bem como solicitar as mudanças das categorias de habilitação para os motoristas que não estejam adequados, conforme estabelecido no contrato nº GCS.A/CT-4500167170.	GIR.A	Dentro do prazo de resposta.	MAR/2015	Pendente
Existência de mais de um código de fornecedor por CNPJ registrado no sistema SAP R3.	Elaborar um plano de ação após avaliar a complexidade do assunto junto à Gerência de Sistemas de TI – GSI.G, pois estas ações poderão impactar as diversas Unidades Organizacionais da empresa que tem acesso ao cadastro de fornecedores.	GCO.A	Dentro do prazo de resposta.	MAR/2015	Pendente

Relação entre a quantidade de planos de ação propostos e a quantidade de planos de ação implementados no exercício de 2014		
Descrição	Quantidade	Percentual
Planos de ação propostos.	42	100%
(-) Planos de ação implementados.	14	33%
(=) Planos de ação pendentes de implementação.	28	67%

- d) eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

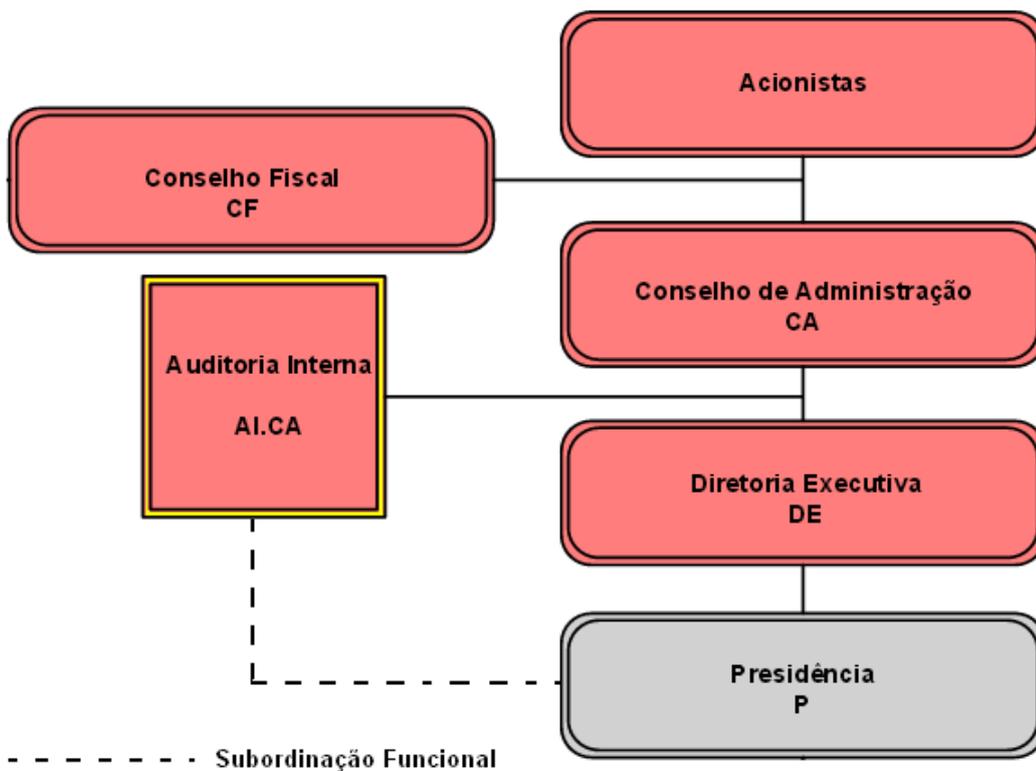
O quadro de pessoal da Auditoria Interna da Eletrobras Eletronuclear está composto da seguinte forma:

Quadro A.2.2.3 – Pessoal da Auditoria Interna

Descritivo	Quantidade
Auditor-Chefe	1
Supervisores	2
Auditores	4
Administrativo	1
Secretária	1
Total	9

Em relação ao exercício de 2013, a Auditoria Interna teve uma redução de 2 auditores e a substituição do Auditor-Chefe devido a aposentadoria dos mesmos no âmbito do Programa de Sucessão Programada de Empregados (PSPE-PID) implementado pela Eletrobras Eletronuclear em 2014.

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração e reporta-se à Presidência, em caráter funcional e para efeito de supervisão, mantendo o mesmo posicionamento na estrutura organizacional da Eletrobras Eletronuclear em relação ao exercício de 2013, conforme demonstramos a seguir:



-
- e) opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.

O Sistema de Controle Interno da Eletrobras Eletronuclear atende às exigências técnicas, legais e regulamentares em todos os aspectos relevantes. Nele há instrumentos que permitem avaliar a adequação e eficácia dos controles propriamente ditos. Como parte integrante do Sistema de Controle Interno da Eletrobras Eletronuclear, a Auditoria Interna, em função do resultado de seus trabalhos, realiza acompanhamento sistemático das recomendações emitidas, atuando para que as fragilidades sejam eliminadas pelos gestores auditados em prazo compatível com nível de criticidade da constatação, a complexidade das mudanças necessárias e os custos envolvidos. Além disso, a Auditoria Interna atua para que as recomendações expedidas pela Controladoria Geral da União – CGU e as determinações do Tribunal de Contas da União – TCU tenham o tratamento adequado para seu cumprimento.

Nos trabalhos realizados, que atenderam ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna da Eletrobras Eletronuclear de 2014, aprovado pelo Conselho de Administração e de conhecimento do Conselho Fiscal, foram avaliados os processos operacionais e respectivos controles com base em indicativos de materialidade, relevância e risco.

Em relação aos Testes da Administração SOX, ano-base 2014, a Auditoria Interna testou 257 controles internos de um total de 340, referentes a 28 processos relacionados às Demonstrações Financeiras da Eletrobras Eletronuclear, considerando os riscos identificados mais relevantes determinados pela materialidade definida pela ELETROBRAS. No decorrer deste trabalho foram identificadas 35 deficiências, que posteriormente foram reportadas para remediação junto às áreas responsáveis pelos processos.

Com exceção dos aspectos abordados nos Relatórios de Auditoria Interna, concluímos que os controles são adequados, pois possuem a capacidade de prevenir erros e ineficiências, constituindo-se, portanto, em mecanismo eficaz de monitoramento.

2.3 Sistema de Correição

No âmbito da Eletrobras Eletronuclear, foi implementado um Manual de Compliance, harmonizado para todas as Empresas Eletrobras (inclusive a Holding), onde as atribuições da “Comissão de Correição” ficaram assim estabelecidas:

No âmbito da Holding e de cada Empresa Eletrobras, a “Comissão Executiva de Correição” deverá:

- Investigar quaisquer informações ou alegações referentes a violações deste Programa ou referentes à outra conduta comercial inadequada, a partir de uma solicitação do Gerente de Compliance local;
- Demandar apoio de áreas técnicas específicas com vistas a desempenhar seu trabalho de investigação;
- Elaborar relatório técnico acerca de uma investigação demandada e encaminhá-lo ao Gerente de Compliance local.

Nos casos de grande repercussão institucional, como por exemplo, casos envolvendo risco reputacional, crimes comuns, ambientais ou de ordem tributário, ou quando houver inequívoco conflito de interesse, tais como aqueles que envolvam membros da Alta Administração, o Gerente de Compliance local remeterá todas as informações relacionados a esses casos ao Gerente de Compliance da Holding para que seja instaurado uma Comissão Executiva de Correição na Holding que conduzirá uma investigação a partir da denúncia de violação do Programa em uma das empresas que pertençam ao Sistema Eletrobras

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da Eletronuclear

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir					X

ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
<p>O ambiente de controle na Eletronuclear é testado anualmente em dois momentos: nos testes da Administração conduzidos pela Auditoria Interna e nos testes de controle realizados pelo auditor externo, na Certificação SOX. A definição da materialidade feita anualmente antecede os testes e norteia a definição do escopo dos processos/controles a serem testados. Estes controles apresentam-se como de maior impacto na elaboração das demonstrações financeiras. Para os controles considerados ineficazes, são elaborados planos de ação mitigatórios.</p> <p>Neste ano de 2014 houve a substituição do auditor externo, que até 2013 foi a Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, e a partir deste ano passou a ser a KPMG.</p> <p>Os riscos a que a Eletronuclear está exposta foram identificados e detalhados na matriz de riscos em 2010 e são revisados anualmente.</p> <p>No ano de 2013 foram priorizados 11 riscos da matriz como sendo os mais importantes a serem trabalhados em profundidade.</p> <p>Para mitigar os riscos de controle e concessão de acesso ao sistema corporativo SAP/ECC foi contratada a empresa Deloitte para auxiliar as áreas de Controles Internos e Segurança da Informação na implantação do módulo GRC/AC. Esta implantação será realizada ao longo de 2015.</p>					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Gerência de Gestão de Riscos e Conformidades de Controles – GRC.G

2.5 Remuneração Paga aos Administradores

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A Remuneração da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal é fixada anualmente em Assembleia Geral Ordinária – AGO, onde é fixado o valor da remuneração nominal mensal dos membros da Diretoria Executiva.

Este valor é definido por negociação entre a controladora – ELETROBRAS e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não havendo vinculação dessa remuneração a indicadores de desempenho cabendo, contudo, o direito à Participação em Lucros e/ou Resultados da empresa.

A remuneração global definida para os membros da Diretoria Executiva inclui todas as verbas que compõe a remuneração, tais como honorários mensais, 13º salário, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo e seguro funeral, auxílio-refeição, cobertura de despesas médicas, auxílio moradia, ajuda de custo de transferência bem como a citada participação nos lucros e/ou resultados e a contribuição a entidade previdenciária privada da qual a empresa é mantenedora. Esses benefícios são similares não sendo, contudo repassados aos respectivos honorários os benefícios que eventualmente sejam concedidos aos empregados da empresa por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho.

A remuneração dos Conselhos é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário pagos aos membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei no. 9.292 de 12.07.1996, não sendo computados para ambos os colegiados os demais benefícios.

Para o período de 1 abril de 2014 a 31 de março de 2015 esses valores foram estabelecidos na 38ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2014.

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro (a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Othon Luiz Pinheiro da Silva	05/10/05	-	3.355	3.355	3.355	3.355	5.166	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	45.476
Marco Aurélio de Almeida Garcia	16/06/11	-	3.355	3.355	3.355	3.355	5.166	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	45.476
Ildo Wilson Grütner	16/06/11	-	3.355	3.355	3.355	3.355	5.166	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	45.476
Raquel Barbosa Viana	17/05/12	30/04/14	3.355	3.355	3.355	3.355	1.324	-	-	-	-	-	-	-	14.746
Walter Baére de Araujo Filho	27/08/13	-	3.355	3.355	3.355	3.355	5.166	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	45.476
Armando Casado de Araujo	06/12/13	-	3.355	3.355	3.355	3.355	5.166	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	45.476
Paulo Cesar Duarte Ferreira Júnior	01/05/14	-	-	-	-	-	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	30.729
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Eduardo De Carolis	17/05/12	-	3.355	3.355	3.355	3.355	5.166	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	45.476
Bruno Westin Prado Soares Leal	01/05/13	-	3.355	3.355	3.355	3.355	5.166	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	45.476
Pedro Paulo da Cunha	01/05/14	-	-	-	-	-	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	3.841	30.729
Luiz Augusto P. de A. Figueira	21/11/05	30/04/14	3.355	3.355	3.355	3.355	1.324	-	-	-	-	-	-	-	14.746

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Eletrobras Eletronuclear S.A			
Órgão: Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros:	05	05	05
I – Remuneração Fixa	2.132.200	1.933.375	2.070.026
II – Remuneração Variável	326.859	680.387	463.265
III – Total da Remuneração (I + II)	2.459.059	2.673.762	2.533.291
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros:	06	08	08
I – Honorários	272.854	256.497	232.548
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros:	03	03	03
I – Honorários	136.427	152.235	106.333

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A.2.5.4 - Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Eletrobras Eletronuclear S.A			
Órgão: Diretoria Estatutária			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
I – Bônus	0	0	0
II – Participação no Resultado	0	254.987	238.870
III – Total (I + II)	0	254.987	238.870
Órgão: Conselho de Administração			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
I – Bônus	0	0	0
II – Participação no Resultado	0	0	0
III – Total (I + II)	0	0	0
Órgão: Conselho Fiscal			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
I – Bônus	0	0	0
II – Participação no Resultado	0	0	0
III – Total (I + II)	0	0	0

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de Acesso ao Cidadão

O canal que atende a tais demandas é o SOU – Sistema informatizado da Ouvidoria, comum às Empresas Eletrobras. São emitidos relatórios mensais e anuais para a Diretoria Executiva da Eletrobras Eletronuclear com os resultados quantitativo e qualitativo do desempenho da Ouvidoria.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Como a Eletrobras Eletronuclear não tem relacionamento de serviços ao cidadão, a mesma não faz uso de “Carta de Serviços ao Cidadão”.

3.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços

A Eletrobras Eletronuclear não tem relacionamento de serviços ao cidadão, então a mesma não provê pesquisa de satisfação de cidadãos-usuários em seu relatório de gestão.

3.4 Acesso às Informações da Eletronuclear

A Eletrobras Eletronuclear disponibiliza anualmente o seu Relatório Anual da Ouvidoria. vide relatório de 2013 (o de 2014 está sendo providenciado nos próximos dias) em: http://www.eletronuclear.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=DRHJRoK4I_0%3d&tabid=317

3.5 Avaliação do desempenho da Eletronuclear

A Eletrobras Eletronuclear não tem relacionamento de serviços ao cidadão, então a mesma não faz uso de mecanismos de medição de satisfação de cidadãos-usuários.

Fonte: Ouvidoria

3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade

O canal de comunicação da Eletronuclear com a sociedade é estabelecido através da ouvidoria. A Ouvidoria da Eletrobras Eletronuclear foi instituída pela Instrução Normativa nº 12.03, datada de 11/12/2007.

A Eletrobras Eletronuclear coloca a disposição da população o Sistema Geral de Ouvidoria, em total sintonia com a orientação governamental e tendo como referência os artigos 5º e 37º, § 3º, da Constituição Federal, a Lei nº 10.683, de 28/05/2003 e o Decreto nº 5.683/2006.

Fonte: Superintendência de Infraestrutura – SIA

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações sobre o Ambiente de Atuação da Eletronuclear

A ELETRONUCLEAR não foi afetada diretamente pela Medida Provisória 579/2012, que trata da renovação das concessões de geração e transmissão de energia elétrica, pois as usinas nucleares estão fora do regime de concessão. Não obstante, vem conduzindo um forte processo de redução de custos, com vistas a adequar-se a esse novo ambiente.

A partir de 1º de janeiro de 2013, de acordo com a Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, a ELETRONUCLEAR passou a comercializar a energia das Usinas Angra 1 e Angra 2 com as Empresas Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme cotas-parte definidas, antecipando o término do contrato de venda de energia para Furnas, antes previsto para dezembro de 2014.

Em decorrência da referida lei, foram emitidas pela ANEEL as seguintes resoluções:

- Resolução Homologatória nº 1.407, de 21 de dezembro de 2012, que estabeleceu as cotas-parte anuais e os montantes de energia a serem alocados às Empresas Distribuidoras referentes à compra da energia das usinas Angra 1 e Angra 2, para os anos de 2013 a 2018;
- Resolução Homologatória nº 1.405, de 21 de dezembro de 2012, que estabeleceu a receita de venda da energia das usinas Angra 1 e Angra 2;
- Resolução Normativa nº 529, de 21 de dezembro de 2012, que aprovou os procedimentos para cálculo da receita de venda da energia elétrica das usinas Angra 1 e Angra 2; e

Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, que estabeleceu a metodologia para o cálculo das cotas-parte e as condições para a comercialização da energia proveniente das usinas Angra 1 e Angra 2.

Princípios Éticos e Normas Gerais de Conduta

É compromisso da ELETRONUCLEAR agir sempre de forma correta e transparente com seus empregados, fornecedores, prestadores de serviços, clientes, acionistas, comunidade, meio ambiente, órgãos governamentais, mídia e sindicatos, bem como exercer com responsabilidade sua função social.

Para tanto, exige-se dos empregados que observem princípios, normas e condutas consubstanciados no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e no Código de Conduta da Alta Administração Federal, e principalmente Código de Ética das Empresas do Sistema Eletrobras que é aplicado a todos os agentes com os quais a empresa se relaciona.

5. PLANEJAMENTO DA ELETRONUCLEAR E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da Eletronuclear

Em março de 2010 o Sistema Eletrobras divulgou o seu Plano Estratégico Corporativo, fruto de um trabalho integrado das equipes de planejamento de todas as suas empresas.

Este plano foi referendado pela Eletrobras Eletronuclear, que adotou como sua a arquitetura estratégica do mesmo, na forma que se segue:

Missão – Atuar nos mercados de energia de forma integrada rentável e sustentável.

Visão – Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Valores

- Foco em resultados;
- Empreendedorismo e inovação;
- Valorização e comprometimento das pessoas;
- Ética e transparência.

5.1.1 Estratégias de Atuação a Frente aos Objetivos Estratégicos

A) Objetivos Finalísticos e Principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Ampliar e aprimorar os negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização (GTD&C) de energia elétrica de forma competitiva e rentável:

1. Participar ativamente das melhores oportunidades previstas no planejamento governamental para expansão de geração de energia elétrica;
2. Aprimorar o negócio de distribuição, obtendo rentabilidade compatível com as demais empresas do mercado;
3. Atuar seletivamente na comercialização de energia Investir em eficiência energética na oferta de energia: repotencialização de usinas e redução de perdas técnicas na geração e transmissão;
4. Investir na redução das perdas não técnicas na distribuição.

Objetivo 2 – Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes alternativas, na matriz energética do Sistema Eletrobras.

5. Desenvolver capacitação tecnológica e multidisciplinar para geração de energia limpa.
6. Investir em novos experimentos de geração com novas fontes renováveis.
7. Participar agressivamente dos leilões de geração com fontes renováveis, com garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos empreendimentos.
8. Investir na redução das emissões das fontes térmicas, assegurando o retorno dos investimentos.

Objetivo 3 – Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas.

-
9. Promover a aquisição de ativos e formar parcerias para a implantação de projetos hidrelétricos e de transmissão, com foco nas Américas.
 10. Intensificar a captação de recursos e a busca de incentivos fiscais para acelerar o processo de internacionalização do Sistema Eletrobras.
 11. Fortalecer institucionalmente a área internacional do Sistema, inclusive com a constituição de subsidiária.
 12. Atuar pró-ativamente junto ao MME e MRE para viabilização e proteção dos investimentos no exterior.
 13. Acelerar a seleção e a capacitação de pessoal para atuação específica na área internacional.

Objetivo 4 – Apoiar programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e de equilíbrio econômico-financeiro.

14. Negociar diretrizes, critérios e condições para participação do Sistema Eletrobras em programas governamentais associados à energia elétrica.
15. Pactuar com o MME contrato de gestão para cada programa governamental, explicitando metas, recursos, remuneração, cronograma e responsabilidades.
16. Aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e apropriação de custos dos programas de governo nos quais o Sistema Eletrobras tenha participação relevante.

Objetivo 5 – Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno.

17. Promover programas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de todos os empreendimentos nos quais o Sistema Eletrobras esteja envolvido.
18. Negociar e pactuar previamente com as comunidades os benefícios e as medidas propostos nos programas de inserção regional e desenvolvimento sustentável.

B) Objetivos de Gestão e Competências e Principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva.

1. Implementar a reestruturação societária do Sistema Eletrobras.
2. Desenvolver e implantar modelo de gestão consistente com as especificidades do Sistema Eletrobras e com as novas demandas e desafios.
3. Adequar a estrutura do Sistema, os processos organizacionais e os projetos a um novo paradigma de custos e eficiência.
4. Formular e implementar modelo e processo de gestão de mudança do Sistema Eletrobras.

Objetivo 2 – Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado.

5. Formular, desenvolver e implementar o modelo de governança corporativa, segundo as melhores práticas.
6. Adequar os estatutos e regimentos internos, exigindo um perfil adequado dos representantes dos acionistas nas empresas do Sistema Eletrobras.
7. Implementar suportes e mecanismos para o exercício das funções de administração superior e representação externa do Sistema Eletrobras.

Objetivo 3 – Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras.

8. Estabelecer políticas e aprimorar processos de gestão de pessoal, especialmente no domínio da seleção e do desligamento, remuneração, carreira e sucessão, avaliação de desempenho, compatíveis com o novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras.
9. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras.
10. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultados e competências.
11. Criar e manter ambiente de trabalho e métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas.

Objetivo 4 – Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias.

12. Aprimorar, implantar e integrar as práticas de gestão técnica e econômico-financeira de empreendimentos.
13. Criar e aprimorar instrumentos e condições para a negociação, estruturação, gestão e acompanhamento das participações e parcerias do Sistema Eletrobras.
14. Promover os investimentos e desinvestimentos necessários, buscando maximizar a rentabilidade da carteira.

Objetivo 5 – Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.

15. Associar a marca e a imagem do Sistema Eletrobras a um sistema empresarial de energia limpa, eficiente, rentável e indutor do desenvolvimento.
16. Consolidar a comunicação institucional e mercadológica do Sistema Eletrobras.

Objetivo 6 – Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas.

17. Identificar as amarras institucionais que dificultam a atuação do Sistema Eletrobras em condições competitivas e atuar junto às instâncias decisórias, visando à supressão das restrições.
18. Revisar e aprimorar os normativos internos (Suprimento, RH, Jurídico), visando à supressão de restrições endógenas.
19. Implantar uma gestão voltada para eliminação de redundâncias, ganhos de escala e busca de eficiência operacional.
20. Negociar e implantar contratos de medição de desempenho das empresas do Sistema Eletrobras com o acionista majoritário.

Objetivo 7 – Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras.

21. Consolidar e aprimorar os mecanismos de integração e de identificação, análise, proposição e execução de projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras.
22. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os mecanismos de mensuração de resultados.
23. Estabelecer mecanismos para assegurar fluxos contínuos de recursos para P&D+I.

Adicionalmente e em perfeito alinhamento com essas premissas comuns a todas as empresas do sistema, a Eletrobras Eletronuclear adotou o seguinte posicionamento, que a destaca inequivocamente e passa a orientar seus negócios e ações:

Declaração de Posicionamento – A Eletrobras Eletronuclear será o protagonista na expansão da geração nucleoeleétrica no Brasil, atuando de forma independente ou em parceria com outras empresas, contribuindo para a conquista da liderança global em energia limpa e segura pelo Sistema Eletrobras,

Atributos do posicionamento:

Protagonista

Pela sua trajetória no setor, a Eletrobras Eletronuclear concentra um inestimável capital de conhecimento em todas as fases de um empreendimento de geração nucleoeleétrica, da análise de viabilidade inicial até a excelência em operação, passando por todas as fases de escolha de sítios, de tecnologia, projeto, construção, comissionamento, operação e comercialização, colocando-a numa posição única de liderança na expansão dessa fonte de energia.

Expansão da Geração Nucleoelétrica

A orientação estratégica no sentido de ampliação da base de geração do Sistema Eletrobras contempla uma forte expansão da geração nucleoeletrica, reforçando o papel fundamental que a Eletrobras Eletronuclear deverá desempenhar para a realização da Visão do Sistema Eletrobras.

Investindo de forma independente ou em parceria

A realização dos investimentos previstos no Plano Nacional de Energia demandará um volume de recursos bastante expressivo. A Eletrobras Eletronuclear estará aberta a alternativas de viabilização dessa expansão.

Energia limpa

Energia elétrica gerada com baixa emissão de carbono e outros gases causadores de efeito estufa. As usinas nucleares, ao longo de seu ciclo de vida útil, têm uma emissão insignificante, o que as coloca no centro das soluções ambientalmente adequadas para geração de grandes blocos de energia no século 21.

Segurança

A ELETRONUCLEAR pautará suas ações de forma consistente com sua Política de Gestão Integrada de Segurança.

Em complementação aos objetivos estratégicos e as estratégias associadas descritos no Plano Estratégico do Sistema Eletrobras, a ELETRONUCLEAR procedeu ao seu desdobramento em Estratégias Específicas, que visam alinhar as suas ações às das demais Empresas do Sistema.

Este trabalho foi realizado tanto para os Objetivos Finalísticos quanto para os de Gestão. Adicionalmente, e em sintonia com sua Declaração de Posicionamento, a Empresa estabeleceu um conjunto de Objetivos Estratégicos Específicos, de forma a completar o seu arcabouço do seu Planejamento Estratégico.

No contexto da gestão empresarial, destacaram-se as seguintes ações:

Sustentabilidade Sócio-Ambiental

A ELETRONUCLEAR edita o Relatório de Sustentabilidade Socioambiental, segundo o modelo GRI desde 2007. Em 2014 o Sistema Eletrobras foi mais uma vez listado no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA compondo assim a carteira do mesmo para o exercício 2014. A participação da ELETRONUCLEAR foi decisiva para a permanência da controladora na carteira do índice.

A Gestão Ambiental da ELETRONUCLEAR está ligada à Política Ambiental das Empresas Eletrobras que por sua vez é um desdobramento do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras. Os objetivos e metas corporativas seguem os indicadores definidos no Contrato de Medição de Desempenho Empresarial - CMDE. O relacionamento da Eletrobras ELETRONUCLEAR com os stakeholders ou públicos que direta ou indiretamente mantêm interesses comuns relativos ao seu negócio é pautado pelos preceitos do Código de Ética das Empresas do Sistema Eletrobras e, para cada um deles, estabelecem-se parcerias e diferentes formas de interface.

Um ponto a destacar foi a adoção da Política Ambiental das Empresas do Sistema Eletrobras, destacando-se a incorporação de exigências ambientais nos contratos firmados pela empresa com seus fornecedores, a contabilização sistemática das emissões de gases do efeito estufa e a participação na uniformização das práticas de execução da compensação ambiental e de comunicação e educação ambiental.

Programa de Equidade

No contexto das atividades do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, criado em 2005 em conformidade com as diretrizes do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, a empresa assinou em novembro com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o novo Termo de Compromisso de Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero 2ª Edição, comprometendo-se em continuar a execução do plano de ação para implementar políticas de equidade.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é detentora do Selo Pró-Equidade de Gênero concedido pela referida Secretaria Especial de Política para as Mulheres, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho na 1ª edição do programa.

Certificação SOX

A adequação à Lei Sarbanes-Oxley é uma condição essencial para que a ELETROBRAS permaneça no patamar ADR 2 - American Depositary Receipt Nível 2, da Bolsa de Valores de Nova York, alcançado em 2008. Na qualidade de empresa controlada, a ELETRONUCLEAR está também sujeita a essas normas. Em junho de 2010 a empresa criou uma área específica para Gestão de Riscos e Conformidade de Controles que tem como atribuição, dentre outras, efetuar o aprimoramento do ambiente de controles sobre as demonstrações financeiras. Com este objetivo executa as atividades de atualização da documentação SOX, o monitoramento dos Planos de Ação elaborados em conjunto com as áreas de negócio para mitigar as deficiências apontadas e atuação como facilitador junto à Certificadora. As atividades relacionadas à certificação SOX são acompanhadas mensalmente pelo Conselho Fiscal.

Revisões Internacionais e Auto-avaliações

O ano de 2014 foi mais um no qual o programa de suporte técnico e revisões, efetuadas por organismos internacionais, teve grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional de Angra 1 e 2 e na preparação para a operação de Angra 3. Foram conduzidas, no Brasil, diversas revisões e treinamentos por organismos internacionais como a WANO – World Association of Nuclear Operators, a AIEA- Agência Internacional de Energia Atômica e pelo Pool de Seguradoras Internacionais.

Um número significativo de engenheiros da Empresa participou de missões internacionais, conduzidas pela AIEA (OSART) e WANO (Peer Review), em usinas da China, Espanha, França, Hungria e Eslovênia.

A empresa recebeu ainda a WANO Corporate Peer Review, uma revisão dos processos corporativos da ELETRONUCLEAR, com bons resultados.

O Pacto Global e os Valores da Empresa

A ELETRONUCLEAR aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU, expressando o suporte da Empresa aos seus preceitos com relação aos direitos humanos, trabalho, ambiental e anticorrupção. A formalização da adesão se deu em 6 de dezembro de 2006.

Em demonstração de seu apoio ao Pacto Global a ELETRONUCLEAR apresenta a cada ano, desde 2008, ano base 2007, seu Relatório de Sustentabilidade Socioambiental à ONU que o avalia e publica em seu site correspondente. O relatório de Sustentabilidade Socioambiental da empresa relativo ao ano de 2010, está classificado, após auto avaliação, como **Global Compact Advanced Level**.

5.1.2 Execução do Plano de Metas ou de Ações

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, por intermédio de sua Diretoria de Operação, estabelece ao final de cada exercício as metas a serem atingidas pelas unidades de produção (usinas) no ano seguinte. Essas metas são estabelecidas e acompanhadas por um extenso número de indicadores, que aferem desde o montante total de produção de energia até itens de gestão e segurança de trabalho além de vários outros de caráter técnico.

A evolução desses indicadores é acompanhada mensalmente, e ações corretivas são tomadas ao longo do ano para assegurar o cumprimento das metas.

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

5.2.1 Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletronuclear

As Ações Orçamentárias da Eletrobras Eletronuclear estão incluídas no Programa de Energia Elétrica – N020 de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

As ações estão associadas a objetivos deste Programa, conforme quadro abaixo:

Quadro A.5.2.1 – Ações Orçamentárias de Responsabilidade da Eletronuclear

Códigos	Título Ação
Programa Energia Elétrica - N020	
Objetivo 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.	
Iniciativa: Implantação da Usina Termonuclear Angra III	
25.752.0296.6486.0033	Manutenção do parque de obras e equipamentos da usina de Angra III
25.752.0296.5E88.0033	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III com 1.309 MW (RJ)
Objetivo 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.	
Iniciativa: Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico	
25.752.N020.6508	Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica
Objetivo 0437 - Promover a manutenção e a modernização das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema	
Iniciativa: Manutenção e atualização do parque gerador de energia	
25.752.0296.4477.0033	Manutenção do Sistema de Geração de Termonuclear de Angra I e II
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia - N123	
12.122.N123.2000	Administração da Unidade

5.2.2 Programa N020 – Energia Elétrica

- a) **Objetivo 0437 – Promover a manutenção e a modernização das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.**

Iniciativa: Manutenção e atualização do parque gerador de energia.

5.2.2.1 Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).

Quadro A.5.2.2.1 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação			
Ação: 4477	Denominação: Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).		
Finalidade da Ação: Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes. Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infra-estrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de carácter sócio-ambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.			
Objetivo Geral: As atividades requeridas para o cumprimento desta ação são de natureza contínua, ao longo de toda a vida útil das usinas, e incluem: análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; disponibilização de instalações adequadas para a deposição de rejeitos radioativos; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infra-estrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento. O sucesso dessa atividade é mensurado pela produção das usinas.			
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:		Eletrobras Eletronuclear S.A	
Coordenador nacional da ação:		Olívio da Conceição Napolitano	
Unidades Executoras:		Diretoria de Operação - DO	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:		Diretoria de Operação - DO	
Competência institucional requerida para a execução da ação:		Diretoria de Operação - DO	
Metas e Resultados da Ação			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	275.811.930	193.275.595	70,08%
Física	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

O Orçamento Estrutural da DO em 2014, após os diversos ajustes ocorridos durante o exercício, foi de R\$ 358,5 milhões, excetuando as naturezas “pessoal” e “combustível”. Até o dia 16.01.2015 está contabilizada uma realização de R\$ 311,2 milhões, representando 86,8% do total orçado e acham-se comprometidos R\$ 9,8 milhões, representando 2,7%. Deste total estimado, R\$ 52,9 milhões (17,0%) referem-se aos gastos com a Parada 1P20 de Angra 1 e R\$ 87,9 milhões (28,3%) referem-se aos gastos com a Parada 2P11 de Angra 2. Assim, excluindo-se os custos da Parada, as atividades de rotina da Diretoria (materiais, serviços de terceiros e outros dispêndios) consumiram cerca de R\$ 170,3 milhões (54,7%).

Quanto ao Custo Direto do Orçamento de Investimentos no Programa de Manutenção da Geração de Angra 1 e Angra 2, sob responsabilidade da DO em 2014, está contabilizada até 16.01.2015, totalizando uma realização de R\$ 162,6 milhões. Esse valor representa 71,7%, da proposta orçamentária de Investimentos, no montante de R\$ 226,8 milhões. Os restantes 28,3% não foram realizados, principalmente, em função da interrupção ou adiamentos na execução de serviços contratados e a serem contratados.

Resultados:

O ano de 2014 foi mais um no qual o programa de suporte técnico e revisões efetuadas por organismos internacionais teve grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional de Angra 1 e 2 e na preparação para a operação de Angra 3. Foi também o ano da avaliação internacional da estrutura corporativa da Eletronuclear. Foram conduzidas, no Brasil, as seguintes revisões e treinamentos por organismos internacionais:

- De 20.01 a 07.02 – Foi realizada nas usinas Angra 1 e Angra 2 a missão “WANO Peer Review”, que neste ano foi realizada simultaneamente nas duas usinas, utilizando uma equipe de 35 especialistas internacionais. Foi um grande desafio por ter as usinas projetos bastante diferentes entre si. Foi também a primeira vez que se usou o novo guia emitido pela WANO de “Performance Objectives and Criteria” de avaliações de usinas. Como aspecto adicional foi feita uma avaliação detalhada do atendimento pelas Usinas do conjunto de “Significant Operating Experience Reports (SOER)” emitidos pela WANO, em particular os SOER 2013-1 e 2, relativos a ações em resposta ao evento de Fukushima;
- De 06.10 à 16.10 – Foi realizada na Eletronuclear a missão “WANO CORPORATE Peer Review”, contando com uma equipe de 10 especialistas das alta gerências de empresas internacionais (CEO, CNO, VP etc.). Foram analisados todos os processos corporativos que devem dar suporte a operação segura das unidades. O trabalho foi realizado na sede e em visitas/entrevistas nas usinas. Foi também a primeira vez que se usou o novo guia emitido pela WANO de “Performance Objectives and Criteria” para avaliação corporativa; A pré-visita desta missão foi realizada também em 2014 entre 06 e 01.02;
- De 17.02 a 21/02 – Foi realizada em Angra 1 a missão “OSART Follow-UP” pela Agência Internacional de Energia Atômica, utilizando uma equipe de 5 especialistas;
- De 15.09 a 18.09 – Foi realizada a inspeção do “pool” de seguradoras internacionais com 4 especialistas e pelo Instituto de Resseguro do Brasil (IRB) com 3 especialistas, com a finalidade de avaliar os riscos das usinas Angra 1 e 2 e estabelecer o novo contrato de Seguro de Risco das Usinas;
- 23.10 – Realizada a 61ª Reunião da Junta de Governadores da WANO – Paris com participação de presidentes, CEO e CNO de diversas empresas da Europa. O eng. Pedro (DO) é o chairman desta junta;
- Um número significativo de engenheiros da Empresa participou de missões internacionais, conduzidas pela AIEA (OSART) e WANO (Peer Review), em usinas da China, Espanha, França, Hungria e Eslovênia;

-
- Diversos profissionais participaram em cursos técnicos nos Estados Unidos aplicados pelo Electrical Power Research Institute (EPRI);
 - Participação de diversos profissionais em testes de aceitação nos fabricantes, por exemplo: Baterias na Alemanha, Simulador na Espanha, Controle da Turbina nos Estados Unidos etc;
 - Participação de especialistas em seminários, treinamentos e reuniões técnicas no exterior, por exemplo: PWR Owners Group, EPRI, INPO, AREVA, AIEA, versando sobre diversos temas, tais como Plant Managers, System and Equipment Engineering, Operations Supervisor, Radiation Protection Dosimetry, Waste Processing, Reactor Coolant Pump etc;
 - Participação de profissionais das usinas como mão de obra auxiliar e especializada para suporte de atividades de parada na NASA – Argentina, além de negociações para convênio de reparo de cartões utilizados em Angra 2.

Angra 1 operou durante 331 dias em 2014 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e realizou sua Parada programada para reabastecimento de combustível e troca parcial do revestimento interno do condensador, com duração de 35,5 dias. A Unidade produziu 4.989.574,57 MWh de Energia Bruta, que representa a 2ª melhor geração histórica em um ano, desde sua entrada em Operação Comercial em 1985. É também a melhor geração elétrica anual, considerando ano com paradas. Em 2012 ocorreu a melhor geração histórica, mas não houve realização de parada neste ano. Os períodos de indisponibilidade ocorridos durante o ano foram devidos a parada programada, dois desligamentos não programados equivalendo à 2,2 dias de geração (alta pressão no Pressurizador durante a execução do Teste de Atuação dos Dispositivos de Segurança – Injeção de Segurança – TREM B e vazamento de fluido do Sistema de Controle da Turbina), além de operação equivalente 0,4 dias com potência reduzida para atender execução dos testes de continuidade dos circuitos dispositivos de segurança - trem B (PI-O 50 e PI-O 51).

Angra 2, operou durante 326 dias em 2014 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e realizou sua Parada programada para reabastecimento de combustível, com duração de 39,1 dias. A Unidade produziu 10.444.932,54 MWh de Energia Bruta, o que, apesar das indisponibilidades acarretadas pela extensão de parada, desligamento não programado e reduções de potência não planejadas, está entre os 5 melhores resultados em ano com parada de reabastecimento. Os períodos de indisponibilidade ocorridos durante o ano foram devidos a parada programada, extensão de parada de 8,2 dias, a alta temperatura na água de refrigeração do Disjuntor Principal –BAC; troca do mancal do motor da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC40AP001, desarme da Bomba de Refrigeração Principal PAC20AP001 por alta temperatura em uma fase do enrolamento do motor (falha do sensor) e 1,2 dias devido ao desarme do reator pela atuação do relé de impedância do gerador ,causada pela falha na linha de 500 kV - Zona Oeste –TKCSA.

Angra 2 operou parte do ciclo com falha de combustível, apesar do indicador calculado, conforme fórmula da WANO, apresentar resultados abaixo do limite de falha. Durante a parada de reabastecimento 2P11 o elemento combustível H036 foi identificado como falhado. Foi necessário o recálculo do núcleo a ser recarregado, pois este elemento voltaria para o núcleo.

A Superintendência de **Manutenção** conseguiu realizar as metas estabelecidas pelas usinas de manutenção corretivas (“backlogs”) e do número de retrabalhos decorrentes das atividades de manutenção para ambas as usinas, o que demonstra a efetividade da Manutenção em manter a boa confiabilidade dos equipamentos e componentes das usinas. Também foram conduzidas as auto avaliações da estrutura e processos da Gerência de Manutenção de Angra 2 (GMD.O) e da Gerência de Manutenção Integrado (GMI.O) e os planos de ações foram elaborados para solucionar as deficiências encontradas. A manutenção obteve bons resultados na Missão da AIEA “OSART Follow-up” de A1 e na Missão da WANO Peer Review das duas usinas.

Ações importantes para a melhoria da segurança das usinas foram concluídas em 2014, podendo destacar-se para Angra 2 a conclusão do projeto de interligação dos Geradores Diesel das redes de Emergência 1 e 2 e o término da instalação do Bleed & Feed pelo sistema Primário e para Angra 1, a conclusão dos estudos de Risco de Inundação Interna e Risco de Incêndio (FHA), com identificação das medidas a serem tomadas. Adicionalmente, atendendo a uma condicionante da Autorização Permanente de Operação (AOP), foi completada a 2ª. Reavaliação Periódica de Segurança de Angra 1, cobrindo o período de janeiro de 2004 a dezembro de 2013. Os resultados indicaram que a usina de Angra 1 operou de maneira segura ao longo desse período e que não há restrições de segurança para a continuação da sua operação.

No contexto da resposta ao evento de **Fukushima**, coordenado pela Diretoria Técnica, prosseguiram as iniciativas estabelecidas no Plano de Ação da Eletronuclear, considerando os subsídios fornecidos pelo Relatório de Resistência (Stress Test) das Usinas de Angra 1 e Angra 2. Foram concluídas as avaliações das margens de projeto de proteção contra movimentos de mar, deslizamento de encostas, tornados, chuvas e inundação e realizada avaliação preliminar da margem sísmica disponível para as usinas. Foi constatada a adequação dos projetos de proteção existentes e identificadas as medidas adicionais a serem tomadas para aumentar essas margens para resistir a eventos extremos. Foram emitidos todos os relatórios conceituais para as iniciativas previstas no Plano de Resposta a Fukushima e dado andamento à sua implementação. Os equipamentos móveis identificados no Relatório de Resistência, para fazer frente a essas situações, foram adquiridos e estão disponíveis na CNAEA. Adicionalmente, foram adquiridos e instalados Recombinadores Passivos Catalíticos (PAR) tanto em Angra 1 quanto em Angra 2 e concluídas todas as etapas de desenvolvimento e preparação para implantação das Diretrizes para Gerenciamento de Acidentes Severos (SAMG) de Angra 2 e avançado nas etapas de implantação das SAMG de Angra 1.

Em Relação ao Plano de Emergência Local (**PEL**), foi completado o Ciclo de Palestra sobre o Plano de Emergência Local e também realizados os exercícios simulados de emergência, com inclusão da nova metodologia de Classificação da Condição de Emergência das Usinas, para os membros da Escala de Plantão Especial de Emergência da Área Nuclear.

As usinas passaram por quatro avaliações internacionais no ano de 2014 (OSART Follow-up, WANO Peer Review, Inspeção do Pool de Seguradoras Internacionais e WANO CORPORATE Peer Review) com resultados positivos. As ações para atender as recomendações das Áreas para Melhorias (AFI – Areas for Improvement) já se encontram em andamento ou em elaboração para serem implementadas até a data da próxima visita de acompanhamento (Follow-up) destas missões. Vale ressaltar que a WANO considerou dois Pontos Fortes (Strength), um durante a missão WANO Peer Review para Angra 1 e 2 (“Os gerentes que trabalham ou atendem às Usinas são licenciados como Senior Reactor Operator- SRO pela CNEN”) e outro, durante a realização da missão Corporate Peer Review (“Estratégia de qualificação do Pessoal de Angra 3 com efetiva participação em Angra 2”).

De acordo com o Programa de Demissão Incentivada (PDI) elaborado pela Eletronuclear e no universo da DO, diversos profissionais foram relocados ou promovidos, visando a ocupar os cargos formais vagos, assim como as posições funcionais executivas técnicas e administrativas da DO. Um total de 94 empregados se desligou da empresa em 2014, restando ainda 130 empregados para serem dispensados até o fim de 2015. Como não há cadastro de reserva de concurso público para substituição destes profissionais que aderiram ao PDI, temporariamente estão sendo deslocados parte dos profissionais contratados para Angra 3 para ocuparem as posições vagas. No entanto, a quantidade e especialidades dos profissionais contratados para Angra 3 não atendem todas as necessidades de preenchimento de posições das áreas, por exemplo, técnicos de eletrônica e instrumentação, engenheiros elétricos e eletrônicos, especialistas de segurança etc.

No ano de 2014, a produção de 15.434.507,07MWh de energia bruta representou a melhor geração elétrica total da central num ano com realização de duas paradas de reabastecimento, transcorridos desde o primeiro sincronismo de Angra 1 em 1982. Também foi a terceira melhor geração elétrica na história das usinas. Somente nos anos de 2011 e 2012 houve maior geração elétrica pela central, mas com realização de apenas uma parada de reabastecimento nestes anos.

Ocorreram 3 desarmes não programados em 2014 nas usinas, sendo um número muito inferior aos 13 desarmes ocorridos em 2013. Isso demonstra a efetividade do plano de ação elaborado em 2013 para buscar eliminar as principais causas que levaram a esse número excessivo de desarmes das usinas. Ainda existem ações a serem complementadas, incluindo atividades relativas aos desarmes ocorridos em 2014.

Como já vinha ocorrendo nos últimos anos, as metas propostas para os Indicadores dos sistemas relacionados à Segurança de Angra 1 e Angra 2, não só foram atingidas, como alcançaram valores iguais ou melhores que o “Best Quartile” das usinas reportadas à WANO e à IAEA, expressando uma operação segura e confiável das mesmas. Tais resultados poderão ser visualizados nos anexo 2 (Indicadores de Desempenho), anexo 6 (Inter comparação do desempenho das usinas da Eletronuclear com as usinas dos centros de Paris e Atalanta da WANO) e anexo 7 (Monitor de Risco das Usinas).

Diversas ações para melhorias na segurança e na qualidade operacional das usinas foram implementadas ao longo de 2014, visando atender as ações Pós – Fukushima, SAMG etc., tais como instalação de Recombinadores Passivos de Hidrogênio em Angra 1 e 2, Interligação dos Barramentos 1 e 2 de Angra 2, Instalação do Simulador de Angra 1, Troca do Controle da Turbina de Angra 1 para o Sistema Ovation etc.

Vale destacar que dois Pontos Fortes (Strength) foram considerados nas avaliações internacionais realizadas pela WANO em 2014. O primeiro, durante a missão WANO Peer Review para Angra 1 e 2, onde os gerentes que trabalham ou atendem às Usinas são licenciados como Senior Reactor Operator (SRO) pela CNEN, o outro, durante a realização da missão Corporate Peer Review, pela estratégia de qualificação do Pessoal de Angra 3 com efetiva participação em Angra 2.

Em relação ao Programa de Demissão Incentivada (PDI), no universo da DO, um total de 94 empregados se desligou da empresa em 2014, restando ainda 130 empregados para serem dispensados até o fim de 2015. Ações estão em andamento para evitar os impactos das vagas em aberto e das movimentações de cargos técnicos e administrativos. Até o momento os impactos foram mínimos, uma vez que a maioria das funções de cargo de confiança e vazios ocorrerão ao longo do ano de 2015 e parte dos desligamentos está sendo temporariamente suprida por pessoal contratado pela DO para atender a formação da equipe de Angra 3.

1. Principais Destaques

Instalado, comissionado e testado o Simulador de escopo total da Usina Angra 1, sendo liberado para a fase de preparação de cenários e procedimentos pela área de treinamento. Previsão de aplicação de treinamento para a primeira turma de licenciados é para maio de 2015;

Concluído o desenvolvimento das Diretrizes para Gerenciamento de Acidentes Severos de Angra 2, com realização de exercício de validação da utilização dessas Diretrizes.

Durante a missão WANO Peer Review para Angra 1 e 2, foi considerado Ponto Forte (Strength) o fato dos gerentes que trabalham ou atendem às Usinas serem licenciados como Senior Reactor Operator (SRO) pela CNEN. Outro Ponto Forte (Strength), considerado durante a missão WANO Corporate Peer Review, foi a estratégia de qualificação do Pessoal de Angra 3 com efetiva participação em Angra 2.

Em **Angra 1** relacionamos os seguintes destaques em 2014:

- A melhor geração elétrica bruta anual com parada programada com 4.987,06 GWh de produção;
- Em julho de 2014, a geração elétrica bruta de 482.221,36 MWh foi a melhor geração mensal na história de Angra 1 com geração média de 648,1 MWe, superando a marca de 478.871,31 MWh obtida em outubro de 2013;
- Em 29 de agosto de 2014 foi concluída e entregue à CNEN a 2ª Reavaliação Periódica de Segurança - RPS de Angra 1. Essa RPS cobriu a operação de Angra 1 no período de 2004 a 2013 inclusive e foi elaborada em atendimento a condicionante da nova Autorização de Operação Permanente - AOP da Usina, emitida pela CNEN em setembro de 2010, pelo prazo de 14 anos.

As principais melhorias e modificações realizadas em **Angra 1** foram:

- Nas caixas 1 e 4 do condensador foram trocados os revestimentos internos, foram vedados os espaços ("GAP") entre tubo-espelho e desativados o sistema de pressurização dos espelhos;
- Instalados 20 Recombinadores Passivos Catalíticos (PAR) para controle de Hidrogênio, aumentando a segurança da usina no caso de evento além das bases de projeto;
- Realizada a revisão decenal do Gerador Diesel de Emergência - DG-4;
- Implementado o Software Ovation no Controle da Turbina;
- Substituição de todos os cartões dos sequenciadores de cargas, a fim de aumentar a confiabilidade deste sistema;
- Redução significativa do número de pendências da CNEN e de Garantia da Qualidade - SAC;
- Implementação do procedimento PA-GE 80 – Controle do Uso de Produtos Químicos.

Em relação a **Angra 2** registramos os seguintes destaques:

- Em Angra 2 foram produzidos 10.444.932,54 MWh de Energia Bruta, que está entre os 5 melhores resultados em ano com Parada de Reabastecimento;
- A partir do dia 02 de abril foi detectado pelas análises radioquímicas realizadas no líquido refrigerante do reator um aumento das atividades de gases nobres e radioiodos. Após avaliação pela Divisão de Química de Angra 2 - DQAD.O e Gerência de Combustível Nuclear - GCN.T, ficou evidenciado uma provável falha de combustível, que foi comprovada durante a Parada para Reabastecimento do núcleo do reator.
- Implementação do procedimento PA-GE 80 – Controle do Uso de Produtos Químicos.

As principais melhorias e modificações realizadas em **Angra 2** foram:

- Revisão e Modernização dos Transformadores de Alta Tensão BAT04 e BBT03;
- Instalação de 60 Recombinadores Passivos Catalíticos (PAR) para controle de Hidrogênio, aumentando a segurança da usina no caso de evento além das bases de projeto;
- Revisão Geral do Gerador Elétrico Principal;
- Concluída a interligação elétrica dos barramentos e dos grupos 1 e 2 dos Geradores Diesel de Emergência aumentando a segurança da Usina em caso de um evento de perda de energia externa;
- Conclusão da instalação do Sistema de Bleed & Feed do Sistema Primário, assegurando capacidade total de despressurização do Primário através das válvulas de segurança do Pressurizador, aumentando a segurança da Usina em caso de um evento além da base de projeto;
- Substituição de 100% dos Registradores originais da Sala de Controle por Registradores Digitais.

2. Paradas Programadas

Em **Angra 1**, foi realizada a 20ª parada para Reabastecimento de Combustível – 1P20 entre os dias 29 de Março (às 00h02min) e 03 de Maio (às 10h52min). Foram executadas 4.029 tarefas ultrapassando as 3586 tarefas planejadas, num prazo total de 35,5 dias contra uma meta proposta de 36 dias, atendendo as metas acordadas com o ONS. A dose coletiva permaneceu dentro da meta prevista, ou seja, foi planejado 640,0

pessoa.mSv e realizado um total de 424,57 pessoa.mSv ($\approx 66,3\%$). Não ocorreram acidentes industriais com perda nesta parada.

Além dos itens relacionados ao Reabastecimento de Combustível, destacamos a realização das seguintes atividades relevantes:

- Inspeção, limpeza do feixe tubular, substituição do revestimento de borracha das caixas 1 e 4 por revestimento polimérico (PLASTOCOR) e reparo do revestimento de borracha dos Condensadores 1A e 1B
- Upgrade do sistema digital de controle eletro-hidráulico (DEHC) – com a instalação do Software OVATION.
- Foi realizada a revisão geral e alinhamento dos selos da Bomba de Refrigeração do Reator BRR#2 de Angra 1;
- Executada a substituição dos Bancos de Baterias do sistema DC da Usina, classe 1E compostos de 60 células, que estavam em final de vida útil;
- Revisão da Turbina de Alta Pressão com manutenção de válvulas, introdução do canal de injeção de selante (groove) na superfície horizontal de selagem, revisão geral das válvulas governadoras e de bloqueio 1 e 2, reparo dos labirintos de selagem de óleo do pedestal 1 e mancal 9 etc;
- Manutenção das Linhas de Água de Serviço – Trem B com inspeção robótica;
- Feito reparo do cladding na caixa de entrada e saída do Trocador de Calor CC-1B;
- Inspeção das Soldas do Fundo do Vaso do Reator.
- Inspecionado e testado de forma completa o Sistema de Controle de Barras (SCB) e Indicação Digital de Posição das Barras de Controle (DRPI), usando o sistema automatizado de teste da Westinghouse. Foram trocados todos os cartões e fontes de alimentação;
- Realizada a troca de 15 termopares e 1 conector, dos 33 termopares do reator.
- Realizada, nos equipamentos do sistema de 138kV e 500kV, a manutenção preventiva dos transformadores de potência da Usina T1-A/B/C, reparo de pontos de vazamentos nos transformadores T1-B e T1-C e substituída a válvula de alívio original do T1-A1;
- Implementação do Sistema de Oscilografia.

Em **Angra 2**, foi realizada a 11ª Parada para Reabastecimento de Combustível – 2P11. Iniciada no dia 18/07/2014 às 23h38min, com duração prevista de 31 dias. A Parada foi concluída no dia 27/08/2014, às 02h33min, após 39,1 dias, com o sincronismo da unidade ao Sistema Elétrico. Contribuíram para o prolongamento da parada os seguintes itens: retardo para recebimento das ferramentas para intervenção no Gerador Elétrico Principal; falhas no teste de estanqueidade do Gerador Elétrico Principal; falha das Válvulas Piloto da Válvula de Bloqueio de Vapor Principal (LBA31AA002 A/C); falha do Conversor Eletro Hidráulico (MAX45BY001). Foram programadas inicialmente para a Parada 2P11, a execução de 3247 Licenças de Trabalho (LT), mas foram executadas 4195. A Dose Coletiva de Radiação estimada foi de 180 Pessoa.mSv enquanto a realizada foi de 215,62 Pessoa.mSv. O resultado de dose acima do estimado está relacionado diretamente ao aumento de número de homem-hora adicional, devido a aumento de escopo de inspeções em áreas e equipamentos com dose de radiação. Não houve aumento significativo das taxas de dose na cavidade em função da não realização da oxidação forçada.

Dentre as atividades rotineiras de reabastecimento de combustível, testes e inspeções, manutenções preventivas e corretivas e implantação de modificações de projeto merecem destaque as seguintes atividades:

- Atividades de manutenção e testes da Redundância Principal 10/50 sem retrabalho e afetar a linha crítica;
- Teste de Correntes Parasitas dos tubos dos Geradores de Vapor – JEA10/40;
- Ultrassom Mecanizado nos Geradores de Vapor – JEA20/30;
- Instalação de 32 Recombinadores Catalíticos Passivos de Hidrogênio, no Edifício da Contenção, nas salas não acessíveis durante operação da usina;

- Implementação da Modificação de Projeto da “Interligação do Sistema Gerador Diesel de Emergência 1 e Sistema Gerador Diesel de Emergência 2;
- Reparo por remandrilhamento dos tubos no espelho e inspeção de correntes parasitas dos tubos do Trocador de Calor de Saída do sistema de Controle Químico e Volumétrico - KBA11BC002;
- Revisão geral de 08 anos da Turbina de Alta Pressão, Gerador Elétrico e Excitatriz;
- Substituição de Bancos de Baterias dos Sistemas de Segurança;
- Conclusão da instalação das válvulas para aumento da capacidade do BLEED & FEED do Circuito Primário;
- Instalação de Sistema de Separador de Umidade para proteção dos tubos dos Pré-aquecedores de Alta Pressão – LAD61/62BC001;
- Revisão da Estação de Válvulas do Vapor Principal – LBA40;
- Revisão das Válvulas Piloto de Acionamento das Válvulas de Vapor Principal – LBA30;
- Revisão da Estação de Válvulas do Pressurizador - JEF;
- Implementação da modificação de projeto referente a retirada dos Filtros do Sistema de Vapor Principal – LBA, com melhoria na performance térmica da usina;
- Modernização dos equipamentos de medição de Energia Bruta e Líquida para a ONS do Sistema de Monitoração de Faturamento – SMF e Telesupervisão;
- Modernização do Sistema de Monitoração de Vibrações do Circuito Primário;
- Inspeção de válvulas do Sistema de Remoção de Calor Residual (JN) das redundâncias 10/20 e do Sistema de Refrigeração da Piscina de Combustível Usado FAK 10;
- Inspeção do eixo da Bomba de Água de Refrigeração de Serviço de Segurança PEC10AP001 quanto à corrosão e substituição do mesmo se necessário;
- Inspeção/reparo dos Pré-aquecedores de Alta Pressão LAD51/52/61/62BC001;
- Implementação do Sistema de Oscilografia.

3. Desligamentos Não Programados

Em **Angra 1**, nesse ano de 2014, ocorreram 2 Desligamentos não Programados, conforme abaixo:

- No dia 28 de fevereiro ocorreu o desarme automático do Reator devido alta pressão no Pressurizador durante a execução do Teste de Atuação dos Dispositivos de Segurança – Injeção de Segurança – TREM B (PI-O 124A). Esse desarme foi repetição de outro evento, cuja ação corretiva é a alteração de projeto do transmissor de vazão de vapor. A compra do mesmo está em andamento e precauções estão sendo tomadas para evitar o desarme durante testes, enquanto este transmissor não é substituído;
- No dia 05/05/2014 às 11h39min ocorreu o desarme automático do Reator pelo desarme da Turbina devido à vazamento de fluido do Sistema de Controle da Turbina (SCT). Na fase de análise e reparo após o desarme, foi decidido pela eliminação deste flange por solda de tubulação, a fim de evitar a repetição deste evento.

Em **Angra 2** ocorreu 1 Desligamento não Programado, conforme a seguir:

- No dia 22 de novembro ocorreu o desarme do Reator devido a perda de 2 de 4 Bombas de Refrigeração do Reator (JEB) por atuação do relé de impedância do Gerador Elétrico (zonas 1, 2 e retaguarda) causada pela falha na linha de 525 kV - Zona Oeste –TKCSA. Neste caso, o evento iniciador foi uma perturbação na linha externa de 500kV, que foi agravado por uma falha do relé de proteção de impedância interno de Angra 2, que causou o desarme da unidade. O relé já está operacional e precauções foram tomadas para evitar a repetição da falha.

4. Geração de Energia

A produção histórica acumulada das duas unidades alcançou o valor de 228,53 milhões de MWh. Na tabela abaixo apresentamos a geração bruta acumulada até o final de 2014 e o número de dias em operação, ano a ano, desde o início de operação de cada unidade.

Para 2015, de acordo com as prospecções atuais do ONS para o Custo Marginal de Operação - CMO e as condições meteorológicas, há grande probabilidade das usinas serem despachadas a 100% de sua capacidade durante todo o ano de 2015, o que representa excelentes perspectivas de ganho de parcelas de produção de energia.

Tabela A.5.2.2.4.1 – Histórico de Geração de Energia Bruta em MWh – Angra 1 e Angra 2

Ano	ANGRA 1		ANGRA 2		CENTRAL
	Nº Dias em Operação com reator crítico	Geração Bruta (MWh)	Nº Dias em Operação com reator crítico	Geração Bruta (MWh)	Geração Bruta (MWh)
1997	261	3.161.440,0	-	-	3.161.440,0
1998	296	3.265.251,5	-	-	3.265.251,5
1999	359	3.976.943,2	-	-	3.976.943,2
2000	272	3.423.307,6	134	2.622.652,0	6.045.959,6
2001	304	3.853.499,2	349	10.498.432,7	14.351.931,9
2002	316	3.995.104,0	337	9.841.746,1	13.836.850,1
2003	273	3.326.101,3	336	10.009.936,2	13.336.037,5
2004	333	4.124.759,2	281	7.427.332,2	11.552.091,4
2005	304	3.731.189,7	235	6.121.765,3	9.852.955,0
2006	288	3.399.426,4	335	10.369.983,9	13.769.410,3
2007	232	2.708.723,5	319	9.656.675,3	12.365.398,8
2008	294	3.515.485,9	325	10.488.288,9	14.003.774,8
2009	225	2.821.494,7	338	10.153.593,5	12.975.088,2
2010	305	4.263.040,8	326	10.280.766,5	14.543.807,3
2011	334	4.654.487,0	363	10.989.764,4	15.644.251,4
2012	365	5.395.561,3	337	10.645.229,2	16.040.790,5
2013	290	3.947.626,4	336	10.692.555,3	14.640.181,7
2014	331	4.989.574,6	326	10.444.932,5	15.434.507,1
Totais	5.051	88.289.176,2	4.677	140.243.654,0	228.532.830,2

Fonte: Diretoria de Operação e Comercialização – D.O

5. Comercialização de Energia

O montante de energia contratada da Eletronuclear para Angra 1 e Angra 2, em 2014, foi de 1.576 MW médios (13.802.194,7 MWh). A tarifa de venda de energia elétrica, aplicada em 2014, foi de 156,79 R\$/MWh - valor associado à Receita Fixa de R\$ 2.164.000.808,70 (dois bilhões, cento e sessenta e quatro milhões, oitocentos e oito reais e setenta centavos), conforme determinada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória 1.672, de 19 de dezembro de 2013 e Lei no 12.111, de 09 de dezembro de 2009, onde a energia produzida pelas Usinas Angra 1 e Angra 2 passou a ser comercializada diretamente com as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Vale saber também que, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, a metodologia para o cálculo das cotas-parte das usinas Angra 1 e Angra 2 pertencentes à Eletronuclear e as condições para a comercialização da energia proveniente dessas usinas, a diferença anual entre a energia entregue no centro de gravidade e a garantida física das Usinas Angra 1 e Angra 2, descontados os respectivos consumos internos e as perdas referidas, quando positiva, 50% da diferença deverá ser valorada pelo PLD médio anual (Preço de Liquidação de Diferenças calculado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE). Quando negativa, a diferença total deverá ser valorada pelo maior valor entre a Receita Fixa (em R\$/MWh) e o PLD médio anual. Esta diferença deverá ser faturada ou ressarcida, conforme o caso, pela Eletronuclear às distribuidoras cotistas, no ano seguinte, em duodécimos. Isto está de acordo com a.

O faturamento bruto correspondente à Receita Fixa de R\$ 2.164.000.808,70 foi pago a empresa, em 12 parcelas mensais, descontados os devidos tributos e os custos administrativos, financeiros, e tributários (CAFT) incorridos pela CCEE.

No ano de 2014 a Eletronuclear entregou um montante de energia superior em 36 MW médios (ou 311.581,191 MWh) ao compromisso regulatório de 1.576 MW médios. Desta forma, em 2015, a Empresa deverá receber das distribuidoras cotistas o valor estimado de R\$ 107 milhões, em duodécimos, originado pelo cálculo do montante positivo, ao valor do PLD médio de 2014, calculado preliminarmente em 689,49 R\$/MWh.

Adicionalmente no ano de 2014, conseguiu-se reduzir o Ressarcimento às distribuidoras, relativo ao ano de 2013, em aproximadamente R\$ 7 milhões. Após contestação junto ao ONS e à CCEE, os desligamentos ocorridos nas usinas, nos meses de outubro e dezembro de 2013, devido a perturbações de origem sistêmica, foram considerados como isentos de Ressarcimento.

Na tabela abaixo é apresentado o resultado da comercialização da energia produzida no ano de 2014 considerando-se os valores preliminares acima apresentados.

As despesas relativas ao Uso do Sistema de Transmissão e à Conexão ao Sistema de Transmissão totalizaram, respectivamente, R\$ 67.377.673,29 e R\$ 708.495,35.

No que diz respeito à comercialização de energia de Angra 3, atendendo ao disposto pela Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 980, de 21 de dezembro de 2010, a Eletronuclear e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assinaram, no dia 26 de agosto de 2011, o Contrato de Venda de Energia de Reserva CER/126 para a comercialização de 1.184 megawatts MW médios provenientes da Usina Nuclear Angra 3. O prazo de suprimento contratual será de 35 anos - com início em 1º de janeiro de 2016 - e o preço de venda da energia contratada, na modalidade por quantidade de energia, será de R\$ 148,65/MWh (base setembro de 2009), conforme fixado anteriormente pela já citada portaria do MME.

Devido a postergação da entrada em operação comercial da usina Angra 3, a ELETRONUCLEAR solicitou à CCEE, através da correspondência P-263/14, em 24 de setembro de 2014, um aditamento no Contrato de Venda de Energia, com alteração na data de início do fornecimento, que passaria de 1º de janeiro de 2016 para 31 de dezembro de 2018. O prazo de suprimento contratual continua sendo o mesmo de 35 anos e o ponto de entrega será no submercado Sudeste/Centro-Oeste, onde está localizado o empreendimento. Por meio da Carta CT-CCEE-2935/2014, de 30 de outubro de 2014, resposta à Carta P-263/14, a CCEE entende que qualquer aditivo contratual que altere prazo, volume ou preço só poderá ser efetuado com a manifestação do MME, declarando-se, por conseguinte, impossibilitada em atender o pleito apresentado pela ELETRONUCLEAR na correspondência P-263/14. Em 10 de novembro de 2014, a Eletronuclear emitiu a Carta P-312/14, para a Eletrobras (em resposta a Carta Eletrobras CTA-PR-409/14), encaminhando o documento “Angra 3: Questões Supervenientes à Assinatura do Contrato para a Comercialização de Energia com a CCEE”. O aludido documento apresenta as principais razões, de natureza externa e não gerenciáveis pela Eletronuclear, que forçaram o replanejamento do início da operação comercial de Angra 3 e a indicação da adequação do Preço de Venda da energia a ser produzida pela usina.

Tabela A.5.2.2.5.1 – Faturamento da Eletrobras Eletronuclear S.A – 2014

Período	SUPRIMENTO DE ENERGIA			PLD Médio Anual	RECEITA DE VENDA DA ELETRONUCLEAR			
	Garantia Física no Centro de Gravidade	Suprimento Líquido no Centro de Gravidade	Desvios		Receita Fixa	Parcela Variável/ Ressarcimento do ano atual	Parcela Variável/ Ressarcimento do ano anterior	TOTAL
	(MWmed)	(MWmed)	(MWmed)		(R\$/MWh)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
jan a nov	1.576	1.589	13	-	1.983.667.408	-	-94.903.748	1.888.763.660
dez	1.576	1.850	274	-	180.333.401	-	-8.627.613	171.705.787
jan a dez	1.576	1.611	36	689,49	2.164.000.809	107.415.392	-103.531.361	2.060.469.448

Parâmetros de Comercialização	
Garantia Física no Centro de Gravidade	13.802.194,680 MWh (1.576 MWmédios)
Receita Fixa	R\$ 2.164.000.808,70 (156,79 R\$/MWh)
Desvio Positivo	Parcela Variável: 50% do desvio anual, valorado pelo PLD médio anual e faturado no ano seguinte, em duodécimos
Desvio Negativo	Ressarcimento: 100% do desvio anual, valorado pelo maior valor entre o PLD médio anual e a Receita Fixa em R\$/MWh e será descontado, no ano seguinte, em duodécimos

Fonte: Diretoria de Operação e Comercialização – DO

5.2.2.2 Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)

Quadro A.5.2.2.2 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação			
Ação: 5E88	Denominação: Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).		
Finalidade da Ação: Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio ambiental e cultural.			
Objetivo Geral: A implementação de Angra 3 requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, deverão as atividades do empreendimento estão concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.			
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:		Eletrobras Eletronuclear S.A	
Coordenador nacional da ação:		Luiz Manuel Amaral Messias	
Unidades Executoras:		Diretoria Executiva da Eletronuclear	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:		Diretoria Executiva da Eletronuclear	
Competência institucional requerida para a execução da ação:		Diretoria Executiva da Eletronuclear e Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG.T	
Metas e Resultados da Ação			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.038.168.595	1.776.520.209	87,16%
Física	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

O avanço físico realizado no período, considerando o progresso individual das disciplinas envolvidas no empreendimento, foi de 51,57%.

A revisão do Cronograma Executivo Geral foi concluída e apresenta 31 de dezembro de 2018 como a nova data para entrada em Operação Comercial da usina.

Entretanto, o Cronograma está pendente de uma avaliação final associada a evolução das obras civis, liberação dos projetos para a montagem eletromecânica e prazos dos fornecimentos AREVA e locais. Apesar da necessidade da avaliação mencionada, a nova revisão buscou racionalizar as interfaces existentes e minimizar os atrasos encontrados em diferentes atividades.

As principais premissas utilizadas para revisão foram: o cronograma de repactuação proposto pela AG e aceito pela ELETRONUCLEAR e a assinatura do contrato de Montagem Eletromecânica com o consórcio ANGRAMON.

Dentre as principais razões, além das já citadas, que ao longo do processo implicaram na necessidade de revisão do CEG, podemos citar:

- Evolução da contratada para obras civis;
- Os atrasos na definição e na disponibilidade de financiamento para suportar os contratos de serviços estrangeiros e suprimentos importados;
- As subcontratações AREVA indicando dificuldades em atender prazos de entregas;
- Os prazos AREVA para a I&C digital, considerando as dificuldades ELETRONUCLEAR para fornecimentos de dados para a conclusão dos projetos e dos suprimentos;
- O desempenho insatisfatório das empresas nacionais de engenharia;
- O desempenho insatisfatório de alguns fornecedores nacionais/condições financeiro econômicas inaceitáveis / eventuais impactos na sequência das atividades. Como exemplo há a situação da FUZI-TEC, que encerrou recentemente suas atividades.

Resultados:

Com relação a Implantação da Operação de **Angra 3**, foram realizadas as ações planejadas, consistentes com a evolução do empreendimento, no que diz respeito à Diretoria de Operação e Comercialização. Destacam-se as atividades realizadas junto à Diretoria Técnica na definição da Interface Homem Máquina da Sala de Controle, a inspeção com inventário dos volumes de equipamentos incompletos “canibalizados”, comissionamento e manutenção de pontes e transformadores etc. Prossegue também o Programa de Qualificação do Pessoal Licenciado.

Os destaques para a implantação de operação de **Angra 3**:

- Mantido em 265 o efetivo de empregados contratados para a Superintendência de Angra 3. Esses empregados permaneceram lotados na própria Superintendência de Angra 3 e também nas Superintendências de Coordenação da Operação e de Manutenção de forma a cumprir o Programa de Treinamento e Qualificação de Pessoal;
- Foi realizado pela CNEN o Exame Escrito para 1º. Grupo de Operadores de Reator visando a operação de Angra 3, licenciados em Angra 2;
- Assim como ocorreu em 2013, ao longo de 2014 não foi autorizada a contratação dos demais 245 empregados necessários à Implantação da Operação de Angra 3;
- Iniciados os trabalhos de inspeção com inventário de equipamentos incompletos (“canibalizados”) com participação da equipe de manutenção das usinas;
- Iniciadas atividades de manutenção preventiva em pontes rolantes e transformadores.
- Considerado como Ponto Forte (Strength) pela WANO, durante a missão Corporate Peer Review, a qualificação do pessoal de Angra 3 utilizando de forma efetiva a obtenção de experiência em Angra 2

Dentre os principais riscos identificados para a Implantação da Operação é a falta de solução para a contratação do Simulador de Angra 3. Ao longo do período foi dado prosseguimento as discussões técnicas e comerciais com a Diretoria Técnica e com a AREVA. A indisponibilidade do simulador poderá impactar a formação do pessoal a ser licenciado pela CNEN e, conseqüentemente, afetar a linha crítica da partida da unidade.

Como destaque na Superintendência de **Manutenção**, podemos citar:

- Início do processo de qualificação de Supervisores e Líderes como Orientadores (Coaching);
- Estabelecimento do processo de Movimentação e Elevação de Cargas, bem como a qualificação dos Operadores, Supervisores e Engenheiros;
- Reorganização Interna da Manutenção com a junção das Supervisões de Condição Material e Implementação de Projetos na Gerência de Planejamento Integrado (GPI.O), com vistas a otimização de recursos de empresas contratadas e de interfaces internos;
- Está em negociação um convênio com a NASA (Nucleoelectrica Argentina SA) pra reparo de cartões relacionados a segurança instalados em Angra 2, pois a NASA possui pessoal e equipamento qualificado para esta tarefa.

I) Contrato para Suprimentos de Bens e Serviços Importados – AREVA

Após o período de renegociação com a AREVA, foram assinados, em 16 de outubro de 2013, o Contrato de Garantias (Aditamento 9502 – C) e o Contrato de Serviços (Aditamento 9504 – C). O Contrato de Suprimentos (Aditamento 9501 – C) foi assinado em 06 de novembro de 2013. Os contratos se tornaram efetivos a partir de 10 de dezembro de 2013. A data base considerada nos contratos é janeiro de 2013.

O Contrato de Garantias estabelece as obrigações assumidas pela AREVA em relação ao cumprimento dos contratos, além das disposições relacionadas a garantias de desempenho operacional da usina. Esse contrato não possui valor, visto que os valores referentes aos serviços e suprimentos a serem fornecidos pela AREVA estão alocados nos outros dois contratos.

O Contrato de Suprimentos inclui os componentes fabricados diretamente pela AREVA e aqueles fabricados por suas subcontratadas. Observe-se que os principais equipamentos de Angra 3 já foram entregues, como parte integrante do escopo do contrato para Suprimentos para Angra 2 e 3.

O valor total deste contrato é EUR 896.468.837,0. O pagamento da 1ª parcela do *downpayment* foi efetuado em 19 de novembro, no valor de EUR 86.971.123,0. O pagamento da 2ª parcela do *downpayment* foi efetuado em 31 de junho de 2014.

Aprovado, em reunião do Conselho de Administração, de 16-dez-14, o aditamento 01 ao contrato de suprimentos, no valor de EUR 75,77 milhões, incluindo no contrato o conjunto de CPMPs referentes a painéis, motores, eixos das bombas JEB, entre outros, no valor de EUR 74 milhões e a CPMP das bombas PAC no valor de EUR 1,77 milhão. O referido aditamento foi assinado pela ELETRONUCLEAR e AREVA em 19-dez-14. A fatura do *downpayment* referente a 15% do pacote já está na ELETRONUCLEAR.

Próximo de completar um ano de efetivação dos contratos com a AREVA, o progresso realizado do contrato de suprimentos representa 20% do total.

Entrega de *Supply Packages* no Brasil:

- 7 *Supply Packages* entregues nos dias 26 e 29 de dezembro no canteiro;
- 5 *Supply Packages* entregues no porto do Rio, com previsão de chegada no canteiro em 09-jan-15.

O Contrato de Serviços tem como escopo a execução dos serviços importados necessários à construção, supervisão de montagem e comissionamento de Angra 3. O valor total desse contrato é EUR 389.194.145,0. O referido contrato foi averbado pelo INPI em 25 de novembro e o pagamento da 1ª parcela do *downpayment* foi efetuado em 09 de dezembro, no valor de EUR 38.919.415,0. O pagamento da 2ª parcela do *downpayment* foi efetuado em 31 de junho de 2014.

Após implementação de comentários pela AREVA, a ELETRONUCLEAR analisou a *Annual Work Order Proposal 2015* e liberou para emissão da primeira *Semestral Work Order* de 2015. A ELETRONUCLEAR irá emitir a SWO até o dia 09-jan-15.

Após interrupção no período do Natal e Ano Novo, as inspeções de canibalizados estão previstas para recomeçarem em 06-jan-15. A previsão de término de todas as inspeções é abr-15.

- Inspeções de canibalizados já realizadas: *KSB (Válvulas); Sempell; Taprogge e KSB (Bombas);*
- Inspeções de canibalizados em andamento: *Siemens (TG Set) e Siempelkamp;*
- Inspeções de canibalizados previstas para 2015: *MWM, Siemens (Motores), Schroedahl, Adams, Rieth, Zetll, SIPOS, Wirth, Welland & Tuxhorn.*

II) Financiamento do Empreendimento

a) Recursos BNDES – Financiamento de R\$6,1 bilhões (Dispêndios Internos)

A tabela a seguir apresenta a situação deste financiamento até dezembro de 2014.

Tabela A.5.2.2.2.1 – Recursos BNDES – Financiamento (Dispêndios Internos)

Data da Assinatura	Valor do Financiamento	Valor Liberado (MR\$)	% Liberado	Saldo (MR\$)
23-fev-11	6.100,0	2.306,0	38%	3.794,0

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

b) Recursos RGR – Financiamento de R\$890,0 milhões (Dispêndios Internos)

A tabela a seguir apresenta a situação deste financiamento até dezembro de 2014.

Tabela A.5.2.2.2.2 – Recursos GRG – Financiamento (Dispêndios Internos)

Data da Assinatura	Valor do Financiamento	Valor Liberado (MR\$)	% Liberado	Saldo (MR\$)
24-jan-11	890,0	594,2	67%	295,8

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

c) Recursos ELETROBRAS – Financiamento de R\$295,8 milhões

Em virtude de não mais haver liberação do recurso RGR, foi aprovado pelo Conselho de Administração da ELETROBRAS, o financiamento de R\$ 445,4 milhões. O montante total destinado para Angra 3 foi de R\$ 295,8 milhões, que representa o saldo do RGR.

A tabela a seguir apresenta a situação deste financiamento até dezembro de 2014.

Tabela A.5.2.2.2.3 – Recursos ELETROBRAS – Financiamento

Data da Assinatura	Valor do Financiamento	Valor Liberado (MR\$)	% Liberado	Saldo (MR\$)
29-set-14	295,8	295,8	100%	0,0

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

d) Recursos CEF – Financiamento de R\$3,8 bilhões (Dispêndios no Mercado Externo)

Conforme solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional, houve alterações na estruturação do arranjo contratual. O contrato de financiamento com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) para suportar os dispêndios no mercado externo, foi assinado em 30 de setembro de 2013 e estabelece as seguintes condições:

o Valor: R\$ 3,8 bilhões

o Tomadora: ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

o Garantia: UNIÃO, através da Secretaria do Tesouro Nacional

o Contragarantia: ELETRONUCLEAR - Recebíveis das usinas

o Recursos: Liberação de recursos do Tesouro Nacional à Caixa Econômica Federal

o Carência: 5 anos

o Prazo de Amortização: 20 anos

o Juros Nominais: 6,5% a.a.

Os recursos do financiamento abrangem os contratos assinados junto à AREVA e outros contratos externos. Entretanto, como parte dos requisitos para torná-lo efetivo, a ELETRONUCLEAR, em atendimento à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), notificou todas as distribuidoras, que comercializam energia de Angra 1 e 2 (44 ao todo), que a Contragarantia a ser ofertada à União, serão os recebíveis das respectivas Usinas. Em complementação a esta condicionante, na data de 07-nov-14, a STN renovou mais algumas solicitações, relativamente a declarações e cartas, que estão sendo atendidas. Como o contrato ainda não se encontra efetivo, foi solicitada à CEF, uma antecipação através do Empréstimo Ponte no valor de R\$ 1 bilhão, com vistas a garantir os pagamentos após os Eventos Iniciais do contrato com a AREVA. Esta solicitação se deve à exigência temporal por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, na análise ao Contrato de Contra Garantia a ser oferecida pela Garantia da União ao Contrato de Financiamento com a CEF e a ELETRONUCLEAR.

O contrato do Empréstimo Ponte foi assinado em 30 de setembro de 2013, com vigência até 27 de maio de 2014. Diante do fim da validade do contrato, a ELETRONUCLEAR assinou com a CEF, em 27 de maio de 2014, o aditamento por mais 6 meses (até 27-nov-14) no prazo deste contrato. Em 26 de novembro de 2014, foi liberado mais R\$ 249,1 milhões, esgotando assim o limite deste empréstimo.

O Ministério da Fazenda adiou, mais uma vez, a concessão da Garantia, ou seja, a assinatura do Contrato de Garantia. Com isto, o saldo para o financiamento estrangeiro, de 2,8 bilhões de reais com recursos da CEF do contrato global, não podem ser utilizados.

Considerando que o contrato global de financiamento estrangeiro (R\$ 3,8 bilhões) não foi efetivado, conforme mencionado anteriormente, a ELETRONUCLEAR, ELETROBRAS e a CEF, estão, neste momento, envidando esforços para renovação por mais 180 dias ao Empréstimo Ponte de R\$ 1 bilhão, de forma a garantir recursos para honrar os contratos com a AREVA.

A tabela a seguir apresenta a situação deste financiamento até dezembro de 2014.

Tabela A.5.2.2.2.4 – Recursos CEF – Financiamento (Dispêndio Mercado Externo)

Data da Assinatura	Valor do Financiamento	Valor Liberado (MR\$)	% Liberado	Saldo (MR\$)
30-set-13	1.000,0	1.000,0	100%	0,

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

III) RENUCLEAR (Lei nº 12.431/11)

Em 13 de novembro de 2014, foi publicada a LEI Nº 13.043, que revisa a Lei Nº 12.431/2011, instituindo o RENUCLEAR como único regime de suspensão do IPI, II, PIS e COFINS e eliminando a exigência da comprovação de não similar nacional para suspensão do II. A atual expectativa é que a ELETRONUCLEAR seja beneficiada com a isenção de impostos de cerca de R\$ 1,5 bilhão até o fim do empreendimento.

IV) Considerações Gerais

a) Modelo de Comercialização de Energia

A ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assinaram, no dia 26 de agosto de 2011, o Contrato de Venda de Energia de Reserva – CER nº 126/2011 para a comercialização de 1.184 megawatts MWmédios provenientes da Usina Nuclear Angra 3. O preço de venda da energia contratada, na modalidade por quantidade de energia, está fixado em R\$ 148,65/MWh (base setembro de 2009), conforme portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 980, de 21 de dezembro de 2010.

Em 24 de setembro de 2014, através da correspondência P-263/14, a ELETRONUCLEAR solicitou à CCEE, um aditamento no Contrato de Venda de Energia, com alteração na data de início do fornecimento, que passaria de 1º de janeiro de 2016 para 31 de dezembro de 2018. O prazo de suprimento contratual continua sendo o mesmo de 35 anos e o ponto de entrega será no submercado Sudeste/Centro-Oeste, onde está localizado o empreendimento.

Por meio da Carta CT-CCEE-2935/2014, de 30 de outubro de 2014, resposta à Carta P-263/14, a CCEE entende que qualquer aditivo contratual que altere prazo, volume ou preço só poderá ser efetuado com a manifestação do MME, declarando-se, por conseguinte, impossibilitada em atender o pleito apresentado pela ELETRONUCLEAR na correspondência P-263/14.

Em 10 de novembro de 2014, a ELETRONUCLEAR emitiu a Carta P-312/14, para a ELETROBRAS (em resposta a Carta Eletrobras CTA-PR-409/14), encaminhando o documento “Angra 3: Questões Supervenientes à Assinatura do Contrato para a Comercialização de Energia com a CCEE”.

O aludido documento apresenta as principais razões, de natureza externa e não gerenciáveis pela ELETRONUCLEAR, que forçaram o replanejamento do início da operação comercial de Angra 3 e a indicação da adequação do Preço de Venda da energia a ser produzida pela usina.

b) Contratação de Combustível

Em setembro de 2010 foi assinado o contrato para contratação de combustível com a INB.

c) Avanço Físico dos Prédios/Estruturas

A tabela a seguir apresenta o avanço físico para os principais prédios / estruturas da usina, considerando as etapas de: Superestrutura (armação e concreto), Estrutura Metálica e Acabamento.

Tabela A.5.2.2.2.5 – Avanço Físico dos Prédios/Estruturas

Área / Prédio		Progresso %
UJB	Edifício do Reator Annulus	69,1%
UJA	Edifício do Reator	20,7%
UJF	Estrutura de Eclusa de Equipamento e do Pórtico	38,2%
UJE	Compartimento de Válvulas do Vapor Principal e Água de Alimentação	24,0%
UKA	Edifício Auxiliar do Reator	61,6%
UKH	Chaminé de Descarga de Gases	43,5%
UBA	Edifício de Controle	51,9%
UBP	Edifício dos Geradores de Emergência e Água Gelada	6,1%
ULB	Edifício de Alimentação de Emergência	71,9%
UMA	Edifício da Turbo-Gerador	93,0%
UPC	Estrutura de Tomada D'Água Principal	55,3%
ULD	Edifício de Purificação do Condensado	41,6%
UYA	Edifício da Administração	29,5%
-	Área Externa - UZT e Demais Estruturas	60,0%
-	Atividades Preparatórias da Civil	100,0%
-	Adequação do Canteiro	93,1%
-	Urbanização e Proteção Física	0,0%
Total – Obras Civis		60,4%

b) Objetivo 0034 – Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Iniciativa: Realização de Estudos e projetos do Setor Elétrico

5.2.2.3 Ação 6508 – Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica

Quadro A 5.2.2.3 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação			
Ação: 6508	Denominação: Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica		
Finalidade da Ação: Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica. Realizar estudos de viabilidade e de localização de novas unidades de geração termonuclear.			
Objetivo Geral: Esta ação visa contemplar os estudos preliminares e detalhados para a escolha de sítios para localização de novas usinas nucleares em todo o território nacional, para atendimento da expansão prevista no Plano Decenal de Energia – PDE e no Plano Nacional de Energia – PNE. Incluem todos os estudos necessários para avaliação dos sítios conforme critérios técnicos, econômicos e sociais adequados.			
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:		Eletrobras Eletronuclear S.A	
Coordenador nacional da ação:		Marcelo Gomes da Silva	
Unidades Executoras:		Presidência – P.	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:		Presidência – P.	
Competência institucional requerida para a execução da ação:		Presidência – P.	
Metas e Resultados da Ação			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	15.883.638	5.489.166	34,56%
Física	N.A	N.A	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

5.2.2.4 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Minas e Energia – N123

5.2.2.4.1 Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Quadro A.5.2.2.4 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação			
Ação: 4102	Denominação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos		
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.			
Objetivo Geral: Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.			
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:		Eletrobras Eletronuclear S.A	
Coordenador nacional da ação:		Não há coordenador vinculado	
Unidades Executoras:		Não definida no SIGPlan	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:		Não definida no SIGPlan	
Competência institucional requerida para a execução da ação:		Não há coordenador vinculado	
Metas e Resultados da Ação			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.995.721	1.765.910	88,48%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

5.2.2.5 Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Quadro A 5.2.2.5 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação			
Ação: 4103	Denominação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento		
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.			
Objetivo Geral: Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.			
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:		Eletrobras Eletronuclear S.A	
Coordenador nacional da ação:		Não há coordenador vinculado	
Unidades Executoras:		Não definida no SIGPlan	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:		Não definida no SIGPlan	
Competência institucional requerida para a execução da ação:		Não há coordenador vinculado	
Metas e Resultado da Ação			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	20.000.000	9.991.054	49,96%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

5.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

“Sem ocorrência no período”

5.4 Informações Sobre Indicadores de Desempenho Operacional

Para os indicadores de desempenho de operação, a premissa básica é que as metas estabelecidas para os diversos indicadores de desempenho das usinas sejam atingidas no final de cada exercício, em dezembro do ano.

Ao estabelecer cada meta, são levados em consideração diversos fatores tais como, entre outros:

- O planejamento da operação, conforme a programação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)

- A(s) parada(s) programada(s) das usinas;

- Os resultados de usinas similares em outros países (benchmarking WANO);

- Os desafios propostos para nossa melhoria contínua;

- A disponibilidade de recursos prevista para o exercício;

- Os programas de investimentos;

Na Eletrobras Eletronuclear, com a finalidade de melhor expressar a tendência de cada parâmetro monitorado, os índices são apurados mensalmente e reportam sempre os últimos doze meses de cada indicador (por exemplo, o relatório de abril reporta o período compreendido entre maio do exercício anterior e abril daquele ano).

Desta forma, para cada indicador de desempenho de operação, as tabelas a seguir trazem o valor apurado no mês e o valor **acumulado** que refletirá o período de 12 meses imediatamente anteriores.

Essa prática faz com que durante o ano, com exceção do mês de dezembro, o valor reflita disfunções ocorridas ainda no exercício anterior. Somente o indicador acumulado de dezembro reflete o resultado dos 12 meses do exercício em tela, sendo este o valor a ser confrontado com a meta.

No ano de 2014 as metas propostas para os Indicadores de Desempenho relacionados à Segurança Operacional das usinas Angra 1 e 2 foram alcançadas ou superadas. Além disso, as Unidades operaram sempre na condição **SEGURA** (verde), conforme Análise Probabilística de Segurança na monitoração de risco dos trabalhos para as usinas Angra 1 e 2 em potência ao longo de 2014.

O número de desarmes não programados das usinas foi bastante reduzido, quando comparado ao do ano de 2013. Angra 1 teve dois desligamentos e Angra 2, apenas um. Esses desarmes não afetaram a meta de produção de energia das usinas.

Vale destacar que em 2014 ocorreu a melhor geração elétrica total da central num ano com realização de duas paradas de reabastecimento (A1+A2=15.434.507,07MWh). Também foi a terceira melhor geração elétrica na história das usinas. Somente nos anos de 2011 e 2012 houve maior geração elétrica pela central, mas com realização de apenas uma parada de reabastecimento nestes anos.

Devido às condições hidrológicas de poucas chuvas, as duas unidades foram despachadas a plena potência, pelo ONS, durante todo o período.

5.4.1 Indicadores de Desempenho Operacional no Exercício de 2014

Dos 18 indicadores sugeridos pela WANO / IAEA adotados por **Angra 1** para medir e acompanhar a eficácia dos programas de operação e manutenção, assim como desenvolvidos para avaliar a operação segura e confiável da Usina, observamos que 3 destes indicadores não atingiram resultados que atendessem as metas estabelecidas para Angra 1. Esses 3 indicadores referem-se a Perda de Disponibilidade Não Planejada, Taxa de Perda Forçada e Desligamentos Automáticos Não Planejados, que são consequência dos dois desligamentos automáticos ocorridos no período.

Dos 19 indicadores sugeridos pela WANO / IAEA e adotados por **Angra 2**, para avaliar a operação segura e confiável da Usina, além de medir e acompanhar a eficácia dos Programas de Operação e Manutenção, em 11 deles as metas foram alcançadas, incluindo-se todos os Indicadores relativos à Segurança Nuclear. No entanto, para 8 outros Indicadores, obtivemos resultados que não atenderam as metas estabelecidas. Sendo que 6 deles foram diretamente afetados pela extensão de 8,2 dias no do prazo da Parada 2P11 de 39,1 dias. Essa diferença entre prazo previsto e realizado, deveu-se ao atraso na entrega das ferramentas para a realização dos testes elétricos no Gerador Elétrico (5,6 dias) e a problemas em outros equipamentos (2,57 dias) na fase final da Parada. Os outros 2 Indicadores que não atingiram a meta se referem a “Acidente Industrial com afastamento com pessoal da ETN”, onde ocorreram 2 acidentes e o Desligamento Automático Não Planejado, com um desarme acontecido em novembro de 2014.

A seguir apresenta se uma coletânea dos principais Indicadores de Desempenho de Angra 1 e Angra 2, mostrando os valores obtidos em 2014, as metas estabelecidas para o ano e os resultados obtidos nos anos anteriores. A análise dos indicadores relacionados à “Segurança” das duas unidades permite concluir que as mesmas operaram durante todo o ano de maneira segura e confiável, enquanto os dados referentes à Produção e à Disponibilidade não alcançaram os resultados esperados.

Tabela A.5.4.1.1 – Fator de Disponibilidade – Central

1) Fator de Disponibilidade – Central												
A) Utilidade:		Indicar a disponibilidade de suprimento de energia das usinas da Eletrobras Eletronuclear, ou seja, sua capacidade de atender o sistema elétrico.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		≥ 89,72 %										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: $\frac{\text{Energia de Referência} - \text{Perdas}}{\text{Energia de Referência}} \times 100$										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal através de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2014										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	99,660	98,992	95,544	67,260	93,341	99,561	71,791	43,360	100,000	99,960	97,303	100,000
Acu.	86,520	89,080	89,825	88,577	93,167	93,556	92,229	88,338	88,352	88,919	88,697	88,845
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angral												
Janeiro:												
Em 28/01/14 às 23h00min, foi iniciada uma redução de carga de 20MW para permitir a troca das Bombas de Água de Alimentação e de Condensado devido a alta temperatura na bucha da Fase B de Baixa Tensão do Transformador T1A1, enrolamento Y.												
Em 29/01/14 à 00h20min, iniciada a elevação de carga para 100% no Reator. À 01h26min, a carga foi estabilizada em 632 MWe, 100% no Reator, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.												

Fevereiro:

Em 20/02 às 08h22min, foi iniciada uma redução de carga para o isolamento da Bomba de Vácuo VC-1A. Às 08h52min, a carga foi estabilizada em 608 MWe. Às 09h34min, foi iniciada a elevação de carga para 100% no Reator. Às 11h14min, a carga foi estabilizada em 638 MWe.

Em 27/02 às 16h00min, foi iniciada uma redução de carga para correção do Tmed/Tref devido a abertura da válvula PV-1425. Às 16h22min, a carga foi estabilizada em 632 MWe. Às 18h23min, foi iniciada uma redução de carga para permitir manobra de transferência de barras do Transformador T1A1 para o T1A2. Às 19h20min, a carga foi estabilizada em 630 MWe.

Em 28/02 às 03h18min, o Reator foi desarmado automaticamente devido a alta pressão no Pressurizador durante a execução do Teste de Atuação dos Dispositivos de Segurança - Injeção de Segurança - TREM B - RELÉ K-602- PI-O 124A. Às 20h00min, o Reator foi criticalizado.

Março:

Em 01/03 à 00h40min, foi fechada a Chave de manobra em carga sincronizando a Unidade ao SIN. Iniciado elevação de carga para 100% no Reator.

Em 05/03 às 23h30min, a carga foi estabilizada em 636 MWe, 100% no Reator.

Em 28/03 às 14h05min, foi iniciada uma redução de carga para o Programa de Parada 1P20.

Em 29/03 à 00h02min, a Chave de Manobra em Carga foi aberta desconectando a Unidade do SIN. O Reator foi desligado à 01h35min, dando início à Parada 1P20.

Abril:

A Unidade permaneceu o mês de abril na Parada 1P20.

Maiço:

Em 01/05 às 18h24min, o Reator foi criticalizado.

Em 03/05 às 10h52min, foi fechada a Chave de Manobra em Carga sincronizando a Unidade ao Sistema Interligado Nacional (SIN), encerrando a Parada 1P20. Iniciado elevação de carga e testes após a Parada 1P20.

Em 05/05 às 11h39min, ocorreu o desarme do Reator pelo desarme da Turbina devido a vazamento de fluido do Sistema de Controle da Turbina (SCT). Às 18h41min, o Reator foi criticalizado.

Em 06/05 às 17h48min, foi fechada a Chave de Manobra em Carga sincronizando a Unidade ao SIN. Iniciado elevação de carga para 100% no Reator.

Em 08/05 às 17h20min, a carga foi estabilizada em 647 MWe, 100% no Reator, mantendo-se nesta carga conforme programação com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

Junho:

Em 06/06 às 23h00min, foi iniciada uma redução de carga para 50 MWe em atendimento a intervenção AI 00.021.761-14 para execução do teste dos Dispositivos de Segurança do Sistema de Proteção do Reator (PI-O 050 e PI-O 051).

Em 07/06 às 09h15min, a carga foi estabilizada em 65 MWe e iniciado os testes PI-O 050/051. Às 14h44min, foram concluídos os testes PI-O 50/51 e encerrada a AI 00.021.761-14. Iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator.

Em 08/06 às 09h10min, a carga foi estabilizada em 630 MWe, 98% no Reator, para realizar o teste para Determinação Especial da Potência Térmica do Reator (PP-R 022). Às 12h45min, foi encerrado o PP-R 022 e iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 13h40min, foi paralisada a elevação de carga em 646 MWe, 100% no Reator, mantendo-se nesta carga conforme programação com o ONS.

Julho:

Em 15/07 à 00h00min, foi iniciada uma redução de carga para a execução do Teste de Atuação dos Dispositivos de Segurança - Injeção de Segurança - TREM A/B - RELÉ K-602 (PI-O 113A/124A). À 00h30min, a carga foi estabilizada em 617 MWe. À 01h42min, foi iniciada a elevação de carga para 100% no Reator. Às 03h25min, a carga foi estabilizada em 648 MWe, mantendo-se nesta carga conforme programação com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

Agosto:

No dia 09 às 22h00min, foi iniciado uma redução de carga para 450 MWe, em atendimento a intervenção AI 00.027.277-14 para a realização do Teste de Operabilidade das Válvulas da Turbina - PI-O 033.

No dia 10 à 01h34min, a carga da Unidade foi estabilizada em 75% no Reator, 450 MWe. Às 02h50min, foi executado o PI-O 033 com sucesso e iniciada uma elevação de carga para 98% no Reator. Às 10h10min, a carga da Unidade foi estabilizada em 98% no Reator, 625 MWe, para execução do teste para Determinação Especial da Potência Térmica do Reator - PP-R 022. Às 16h15min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 17h15min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 647 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.

Setembro:

No dia 14 à 00h00min, foi iniciado uma redução de carga para 612 MWe, em atendimento a intervenção AI 00.034.979-14 para a realização do Teste de Atuação dos Dispositivos de Segurança - Injeção de Segurança - TREM A - RELÉ K-602 - PI-O 113A. À 00h30min, a carga da Unidade foi estabilizada em 95% no Reator, 612 MWe. À 00h42min, foi executado o PI-O 113A com sucesso e iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 02h26min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 646 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.

Outubro:

No dia 19 à 01h00min, foi iniciado uma redução de carga para 610 MWe, para a realização do PI-O 124A - Teste de Atuação dos Dispositivos de Segurança - Injeção de Segurança - TREM B - RELÉ K-602.

À 01h30min, a carga da Unidade foi estabilizada em 95% no Reator, 610 MWe. À 01h38min, foi executado o PI-O 124A com sucesso e iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator.

Às 03h25min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 644 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.

Novembro:

No dia 15 às 22h06min, foi iniciado uma redução de carga para 450 MWe, para a realização do Teste de Operabilidade das Válvulas da Turbina - PI-O 033.

No dia 16 à 01h30min, a carga da Unidade foi estabilizada em 75% no Reator, 450 MWe. Às 02h48min, foi executado o PI-O 033 com sucesso e iniciada a elevação de carga para 98% no Reator. Às 10h00min, a carga da Unidade foi estabilizada em 98% no Reator, 625 MWe, para execução do teste para Determinação Especial da Potência Térmica do Reator - PP-R 022. Às 13h50min, foi iniciada a elevação de carga para 100% no Reator. Às 14h30min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 641 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.

Dezembro:

No dia 14 à 00h00min, foi iniciado uma redução de carga para 610 MWe, para a realização do PI-O 124A - Teste de Atuação dos Dispositivos de Segurança - Injeção de Segurança - TREM B - RELÉ K-602.

À 00h55min, a carga da Unidade foi estabilizada em 95% no Reator, 610 MWe. À 01h05min, foi executado o PI-O 124A com sucesso e iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator.

Às 03h10min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 642 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.

Angra 2

JAN/2014 - redução potência - Alta temperatura disjuntor do gerador BAC.

MAI/2014 - redução potência - Manutenção planejada motor PAC40AP001.

JUL/2014 - diferença de 8,2 dias entre previsto e realizado, deve-se ao atraso na entrega das ferramentas e equipamentos para a realização dos testes elétricos no Gerador Elétrico e à problemas em outros equipamentos na fase final 2P11.

OUT/2014 - redução potência - Alta temperatura motor PAC20AP001.

NOV 14 - ocorreu desarme do Reator devido a perda de 2 de 4 Bombas de Refrigeração do Reator por atuação do relé de impedância do gerador (zonas 1, 2 e retaguarda) causada pela falha na linha de 500 kV.

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamentos reparados com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

Tabela A.5.4.1.2 – Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada

2) Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada												
A) Utilidade:		Contabiliza perdas forçadas (não planejadas) na geração de energia.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		Angra 1 \leq 0,82% Angra 2 \leq 0,55%										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Perda de Geração de Energia não Planejada no Período</u> Max. Quantidade de Energia Possível Gerada no Período										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal através de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2014										
Angra 1: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,01	3,08	3,27	0,00	5,97	1,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acu.	9,08	9,32	9,25	6,98	7,39	7,27	4,07	1,58	1,58	1,58	1,58	1,13
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Angra 2: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mens.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,45	0,00	0,00	0,00	0,00
Acu.	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	0,00	0,00	2,23	2,23	2,23	2,23	2,23
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra1												
Jan/14 - Alta temperatura na bucha da Fase B do trafo T1A1.												
Fev/14 e Mar/14 - Desarme automático do Reator devido alta pressão no Pressurizador durante PI-O 124A.												
Mai/14 - Desarme do Reator automático pelo desarme da Turbina por vazamento de fluido do Sistema de Controle da Turbina.												
Jun/14 - Redução de carga para atender execução dos testes PI-O 50/51.												
Angra2												
Agosto:												
A diferença de 8,2 dias de parada, entre previsto e realizado, deve-se ao atraso na entrega das ferramentas para a realização dos testes elétricos no Gerador Elétrico (5,6 dias) e à problemas em outros equipamentos (2,57 dias) na fase final 2P11.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Equipamentos reparados com sucesso.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela A.5.4.1.3 – Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H Críticas

3) Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H críticas												
A) Utilidade:		Acompanhar os desligamentos forçados ocorridos com o reator em operação.										
B) Tipo:		Eficácia										
C) Meta ETN:		Central = 0 Angra 1 = 0 Angra 2 = 0										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com o Reator Crítico}}$										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal a partir de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2014										
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas da Central												
Indicador: (Angra 1x número de horas do reator crítico em Angra 1 nos últimos 12 meses) Angra 2 x número do reator crítico nos últimos 12 meses + número do reator crítico em Angra 2 nos últimos 12 meses)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	4,940	5,160	4,297	3,561	2,990	2,990	2,590	2,690	2,670	1,780	1,780	1,340
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	5,57	5,97	5,11	3,66	3,67	3,67	2,70	2,70	2,65	2,65	2,65	1,77
Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos nos últimos 12 meses} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de Horas com o Reator Crítico nos últimos 12 meses}}$												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	4,347	4,341	3,468	3,468	2,403	2,403	2,490	2,687	2,687	0,894	0,896	0,896
Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de Horas Crítico no período}}$												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra 1												
Fevereiro:												
Em 28/02/14 às 03h18min – alta pressão no pressurizador durante a execução do PI-O 0124A.												
Mai:												
Em 05/05/14 às 11h39min – desarme da Turbina devido a vazamento de fluido do Sistema de Controle da Turbina – SCT.												
Angra 2												
Novembro:												
Em 22/11/14 - Ocorreu desarme do Reator devido a perda de 2 de 4 Bombas de Refrigeração do Reator (JEB) por atuação do relé de impedância do gerador (zonas 1, 2 e retaguarda) causada pela falha na linha de 500 kV - Zona Oeste -TKCSA.												
Total de horas com reator crítico nos últimos 12 meses foi de 7808.5 h.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Equipamentos reparados com sucesso.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela A.5.4.1.4 – Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) Alta Pressão

4) Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) – Alta Pressão – Angra 1												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade de SIS, sistema importante para a segurança de Angra 1.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,0005										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do SIS</u> Nº de horas com o Reator Crítico x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do SIS										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2014										
Mês:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Maio: Concentração de boro do TIB menor que 2500 ppm (2368 ppm). Adicionados 8 kg de ácido bórico ao TIB. Verificada a concentração de boro dentro da especificação (2540 ppm). (Tempo de indisponibilidade - 0,85 horas).												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela A.5.4.1.5 – Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA)

5) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA) – Angra 1												
A) Utilidade:				Acompanhar a disponibilidade do AAA, sistema importante para a segurança de Angra 1.								
B) Tipo:				Efetividade								
C) Meta ETN:				≤ 0,0005								
D) Fórmula de Cálculo:				Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens								
E) Método de Aferição:				Contagem direta das horas paradas do AAA								
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:				Diretoria de Operação – DO								
G) Resultado no Exercício:				2014								
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Maio: Falha na partida da bomba de água de alimentação auxiliar AF-1A para execução do PI-O 28A. Substituído o disjuntor pelo reserva e executado o PI-O 28A com sucesso. (Tempo de indisponibilidade 0,72 horas).												
Junho: Inoperabilidade da AF-1A devido isolamento para execução LT 201405393. (Tempo de indisponibilidade 0,75 horas).												
Setembro: Set/14 - Isolamento da bomba de água de alimentação auxiliar AF-1B em atendimento a LT 201410791. (Tempo de indisponibilidade 3,75 horas).												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela A.5.4.1.6 – Performance de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GDD)

6) Performance dos Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GGD) – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade do GGD, sistema importante para a segurança de Angra 1 e Angra 2.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	Angra 1 $\leq 0,0005$ Angra 2 $\leq 0,0005$											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens											
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do GGD e posterior cálculo.											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2014											
Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	0,005
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,003	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Angra 1												
Novembro:												
Inoperabilidade do Gerador Diesel 1B por falha do circuito de regulação de tensão e do GD-4 por não haver sido testado sob condições de rejeição de carga sendo somente considerado para Station Blackout. Foi substituído o conjunto de 03 fusíveis do transformador potencial (TP), do lado de alta tensão, do circuito do Regulador de Tensão, instrumentos e relés de proteção e executado com sucesso o procedimento PI-O 15B. (Tempo de indisponibilidade 3,57h).												
Angra 2												
Outubro:												
Gerador Diesel de Emergência 20 isolado concomitantemente durante 7horas, com Gerador Diesel de Emergência 40 que já estava isolado para manutenção preventiva programada.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Equipamento reparado com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela A.5.4.1.7 – Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND)

7) Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND) – Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do JND, sistema importante para a segurança de Angra 2.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,00001										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do JND</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do JND e posterior cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2014										
Performance dos Sistemas de Segurança JND – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do JND</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunção no período. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela A.5.4.1.8 – Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência

8) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência (LAR) – Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do LAR, sistema importante para a segurança de Angra 2.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,0001										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do LAR e posterior cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2014										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunção no período. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela A.5.4.19 – Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas

9) Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas												
A) Utilidade:				Indicador padrão da Indústria Nuclear para acompanhamento da segurança industrial.								
B) Tipo:				Efetividade								
C) Meta ETN:				= 0 Acidentes								
D) Fórmula de Cálculo:				Indicador: abaixo discriminado.								
E) Método de Aferição:				Medição mensal e cálculo								
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:				Diretoria de Operação – DO								
G) Resultado no Exercício:				2014								
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,62	0,00	0,00	1,62	0,00	0,00	0,00
Acu.	0,39	0,26	0,26	0,26	0,13	0,27	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
Indicador: $\frac{\text{N}^\circ \text{ acidentes c/perda de tempo na Área Protegida nos últimos 12 meses} \times 200.000\text{HH trabalhadas}}{\text{N}^\circ \text{ HH Trabalhadas na Área Protegidas nos últimos 12 meses}}$												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
Junho:												
Em 04/06/2014 Mecânico ao fazer esforço para soltar plugue de dreno em posição inadequada, sofreu torção muscular na região lombar.												
Setembro:												
Em 03/09/14 Operadora descendo escada sentiu pequena vertigem vindo sofrer queda.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Todos os acidentes são investigados para determinar e corrigir as suas causas e evitar novas ocorrências.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela A.5.4.1.10 – Exposição Coletiva à Radiação ((HSv)

10) Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
A) Utilidade:		Indicador padrão da Indústria Nuclear que visa medir a dose total de exposição à radiação dos trabalhadores das usinas.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,205 PSv no ano										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: É o total de Homem – Sieverts contabilizados no período										
E) Método de Aferição:		Medida direta										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2014										
Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,001	0,001	0,001	0,001	0,002	0,002	0,002	0,000	0,002	0,001	0,002	0,001
Acu.	0,149	0,149	0,149	0,148	0,149	0,011	0,107	0,227	0,228	0,228	0,230	0,230
Indicador Angra 1 + Indicador Angra 2 Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Agosto: Meta de Operação: 0,025 P.Sv // Real de Operação: 0,014 P.Sv; Meta da Parada (Escopo Original) : 0,180 P.Sv // Real da Parada: 0,216 P.Sv; Início da Parada 2P11 em 19/07/14. Finalizada Parada 2P11 em 27/08/14.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

Tabela A.5.4.1.11 – Índice de Confiabilidade do Combustível (µ Ci/g)

11) Índice de Confiabilidade do Combustível (µ Ci/g) - Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a confiabilidade do combustível na geração de energia.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		≤ 0,000005 µ Ci/g										
D) Fórmula de Cálculo:		$\left[J1x \left(0.047619 + \frac{J3}{0.000021} \right) - 0.0318xJ2 \left(0.916667 + \frac{J3}{0.00024} \right) \right] x \left[\left(\frac{Ln}{J5} \right) \left(\frac{100}{J4} \right) \right]$ <p> J1 = Iodo 131 (µ Curie/g) J2 = Iodo 134 (µ Curie/g) J3 = Constante de Taxa de Purificação J4 = Nível de Potência (%) J5 = Taxa Linear de Geração de Calor (kW/foot) Ln = 5.5 kW/foot </p>										
E) Método de Aferição:		Através de medições e cálculos mensais										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2014										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ICC.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções.												

Tabela A.5.4.1.12 –Indicador Químico

12) Indicador Químico – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:	Indica a existência ou não de risco de alguma deterioração das linhas e equipamentos, se superior a 1 (um) ano.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	Angra 1 = 1,00 Angra 2 = 1,00											
D) Fórmula de Cálculo:	<p>Angra 1: $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + Cu)_{AAP} / VL_{Cu}$</p> <p>Angra 2: $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + CC)_{GV} / VL_{CC} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + O_2)_{AAP} / VL_{O_2}$</p> <p>VLx = Valor limite para cada parâmetro GV = Gerador de vapor AAP = Água de Alimentação Principal CC = Condutividade Catiônica</p>											
E) Método de Aferição:	Medições mensais e cálculos.											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2014											
Indicador Químico – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	1,00	1,00	0,00	1,02	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Indicador Químico – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,05	1,00
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
<p>I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.</p> <p>Não houve disfunções no período.</p> <p>Responsável: Diretoria de Operação – DO</p>												

Tabela A.5.4.1.13 – Energia Bruta Gerada – EBG

13) Energia Bruta Gerada – EBG (GWh)	
A) Utilidade:	Medir a quantidade de energia produzida pela geração das usinas.
B) Tipo:	Eficiência
C) Meta ETN:	Não se aplica.
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Energia Bruta no Período
E) Método de Aferição:	Medição direta
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado do indicador no exercício:	Produção de 15.433 GWh de energia bruta
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.	
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Meta Atingida.	

Tabela A.5.4.1.14 - Volume de Rejeito Sólido Gerado (m³)

14) Volume de Rejeito Sólido Gerado (m³)												
A) Utilidade:	Controlar e gerenciar os rejeitos gerados pelas usinas durante suas atividades de operação e manutenção											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 122,2 m³ ao ano											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Contagem direta do volume de rejeito gerado											
E) Método de Aferição:	Através de contagem direta do volume de rejeito gerado											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2014											
Volume de Rejeito Sólido (m³) – Central												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	11,610	2,000	13,000	16,740	4,960	2,500	0,000	1,660	3,000	4,700	7,380	3,910
Acu.	11,610	13,610	26,610	43,350	48,310	50,810	50,810	52,470	55,470	60,180	67,550	71,460
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções no período. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

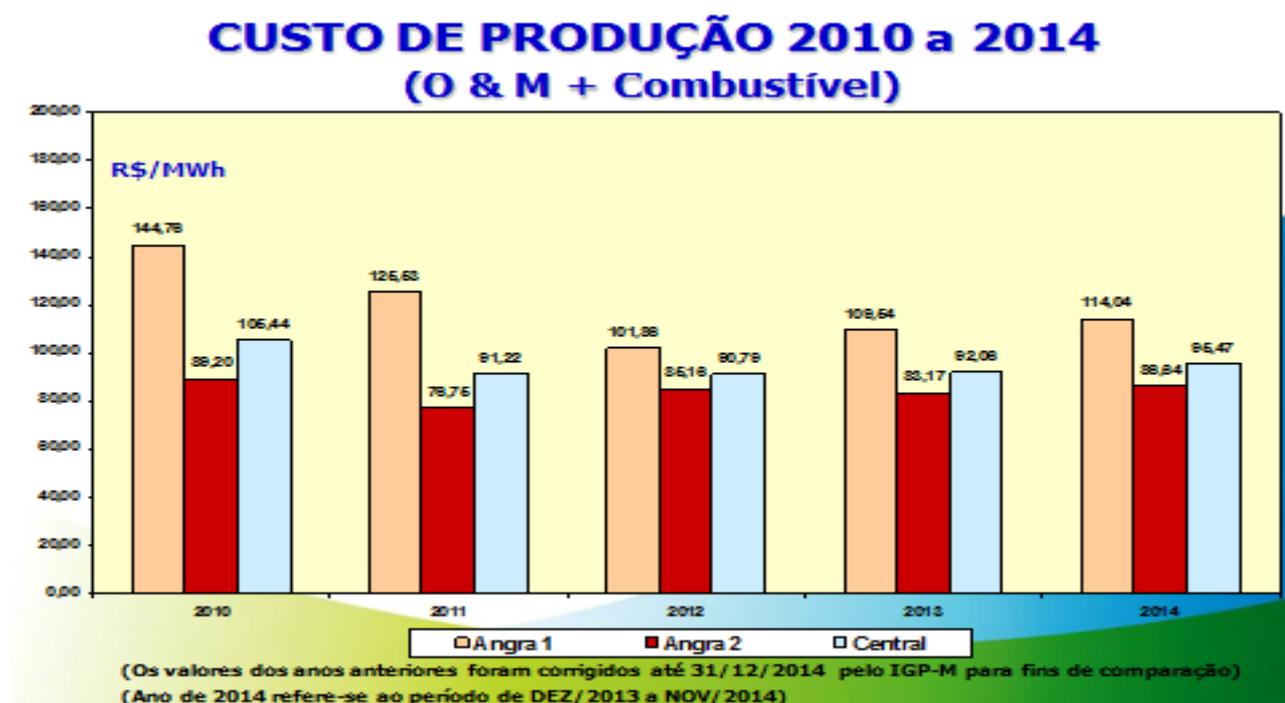
5.5 Informações Sobre Custos de Produção e Custo de Geração

5.5.1 Custo de Produção

O Custo de Produção da Central no ano de 2014, cujo valor preliminarmente apurado (período de dezembro de 2013 a novembro de 2014) foi de 95,47 Reais/MWh, incluídos os custos de O&M (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros) e do Combustível Queimado. O Custo de Produção da Central ainda reflete um valor elevado, atingindo 19,34 % acima da meta estabelecida (80,00 Reais/MWh) e pode sofrer pequenas variações até o encerramento do exercício contábil de 2014, em função da efetiva realização dos valores comprometidos.

No quadro abaixo é apresentado o Custo de Produção da Central no período de 2010 a 2014.

Quadro A.5.5.1 Custo de Produção 2010 a 2014



Fonte: Diretoria de Operações e Comercialização– DO

5.5.2 Custo da Geração

No quadro abaixo, o Custo de Geração – Combustível, apresenta-se uma comparação entre os custos de geração das Usinas Nucleares e das Térmicas Convencionais despachadas centralizadamente pelo ONS, e com os custos de combustível imediatamente superiores para gerar a mesma quantidade de energia em 2014.

Quadro A.5.5.2 Custo da Geração – SIN (Combustível) 2014

CUSTO DA GERAÇÃO - SIN (combustível) 2014					
Usina	Tipo de combustível	Geração bruta (MWmed)	Geração bruta (MWh)	Custo do combustível (R\$/MWh)	Custo da geração (R\$)
Angra 1	Nuclear	689,68	4.889.676	23,21	116.808.026,84
Angra 2	Nuclear	1.182,20	10.443.877	20,12	210.128.786,48
Total Nuclear	Nuclear	1.781,78	16.433.262	21,12	326.934.811,32
NO.FLUMINENSE	Gas	770,78	8.762.033	37,80	266.228.839,84
UT.MARANHAO 3	Gas	42,68	372.828	83,17	23.651.293,16
CANDIOTA III	Carvão	223,28	1.866.833	84,08	126.338.173,82
TERM.OPERNAMBU	Gas	431,28	3.778.013	70,18	285.086.378,06
B.FLUMINENSE	Gas	287,34	2.341.898	88,89	203.018.172,30
PORTO PECÉM I	Carvão	489,08	232.648	112,86	26.288.462,80
Total Térmicas Convencionais			16.433.262	68,22	888.486.410,08

Obs.: Comparação entre os custos de combustível das Usinas Nucleares e das térmicas convencionais despachadas centralizadamente pelo ONS em 2014, para gerar a mesma quantidade de energia

Fonte: ONS

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

6.1 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

6.1.1 Publicidade Legal

A Publicidade Legal é feita pela EBC- Empresa Brasileira de Comunicação através do contrato GCC.A/CT – 260/2007.

A Eletrobras Eletronuclear no exercício de 2014 efetuou pagamentos no valor R\$1.118.892,56.

Fonte: Gerência de Operações Financeiras – GOF.A

6.1.2 Publicidade e Patrocínio

Publicidade Institucional – R\$ 108.704,40

Publicidade de Utilidade Pública – Não houve no exercício

Patrocínios Culturais e Esportivos – R\$ 738.300,00

Vigência do contrato com a Agência 3 Comunicação Integrada S.A:

Contrato GCS.A/CT – 4500151063 – CNPJ 04.180.208/0001-90

Período de vigência: 10/04/2012 a 09/04/2015

Valor do contrato: R\$ 2.700.000,00

Aditamento autorizado pela Diretoria Executiva até 09/04/2016.

Fonte: Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação – CR.P

6.2 Transferências de Recursos

6.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.6.2.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Posição em 31/12/2014

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR									
CNPJ: 42.540.211/0001-67					UG/GESTÃO: CR.P				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até Exercício	Início	Fim	
1	ARS.P-002/09	29.933.850/0001-60 (*1)	2.309.968	-	(263.502)	1.425.269	11/02/10	10/02/14	1
1	ARS.P-005/09	42.498.659/0001-60 02.395.530/0001-01 (*2)	16.180.987	-	(787)	16.178.206	18/11/09	17/01/14	1
1	ARS.P-CV-006/10	07.367.088/0001-23	3.355.002	270.200	746.439	3.064.100	01/07/10	31/12/14	1
1	ARS.P-CV-007/10	40.254.401/0001-92	2.250.000	-	450.000	2.024.254	01/07/10	30/06/15	1
1	ARS.P-CV-001/11	72.060.999/0001-75	150.000	-	59.870	149.835	21/03/12	20/06/14	1
1	ARS.P-CV-003/11	03.638.124/0001-95	4.605.515	383.199	852.916	2.529.299	15/07/11	14/07/16	1
1	ARS.P-CV-003/12	04.128.664/0001-91	1.320.000	-	437.668	859.385	14/05/12	13/05/16	1
1	CR.P-CV-012/12	33.621.319/0001-93	1.463.377	-	663.442	1.079.264	18/02/13	09/01/15	1
1	CR.P-CV-008/14	29.172.475.0001-47	200.000	-	200.000	200.000	03/07/14	02/01/15	1
1	CR.P-CV-002/14	08.599.737.0001-90 28.521.870.0001-25	92.591.234	50.357.470	16.112.260	26.121.209	03/06/14	02/05/15	1
1	CR.P-CV-003/14	29.172.475.0001-47 19.080.515.0001-77	20.006.978	-	7.594.658	12.412.320	09/04/14	08/04/16	1
1	CR.P-CV-004/14	29.051.216.0001-68	5.119.235	-	5.119.235	5.119.235	03/07/14	02/02/15	1
1	CR.P-CV-007/14	29.172.467.0001-09	8.094.593	-	1.289.814	6.804.779	03/07/14	02/07/16	1
1	CR.P-CV-009/14	29.172.467.0001-09 14.018.541.0001-51	1.970.389	-	616.445	1.353.943	03/07/14	02/07/15	1
1	CR.P-CV-010/14	29.172.475.0001-47 29.830.015.0001-69	728.466	-	578.287	150.178	03/07/14	02/05/15	1
1	CR.P-CV-011/14	07.387.415.0001-09	150.000	-	30.000	120.000	03/07/14	02/07/16	1
LEGENDA					LEGENDA				
Modalidade:					Situação da Transferência:				

1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado
Fonte: Coordenação de responsabilidade socioambiental e Comunicação – CR.P	

Nota: (*1) Convênio firmado com o CNPJ 02.993.385.0001-60, o valor negativo refere se a devolução parcial da verba repassada.

(*2) Convênio firmado com o CNPJ 42.498.659.0001-60, tendo como o executor o CNPJ 02.395.530001-01. Os valores são transferidos para o executor. Os valores são Transferidos para o executor. O valor negativo refere se a aplicação de glosa.

6.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.2.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela Eletronuclear nos três Últimos Exercícios

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR						
CNPJ: 42.540.211/0001-67				UG/GESTÃO: CR.P		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes Repassados em cada exercício, Independente do ano de Celebração do Instrumento. (Valores em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	8	1	7	34.486.750	7.789.800	19.543.936
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	8	1	7	34.486.750	7.789.800	19.543.936

Fonte: Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação – CR.P

6.2.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.2.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela Eletronuclear na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.				
CNPJ: 42.540.211/0001- 67			UG/GESTÃO: CR.P	
Exercício da prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas prestadas	Quantidade	17	-
		Montante Repassado (R\$)	34.486.750	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2013	Contas prestadas	Quantidade	11	-
		Montante Repassado (R\$)	7.789.800	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2012	Contas prestadas	Quantidade	6	-
		Montante Repassado (R\$)	2.107.565	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado (R\$)	20.289.179	-
Anteriores a 2012	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-

6.2.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.2.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse. Posição 31/12

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.					
CNPJ: 42.540.211/0001- 67			UG/GESTÃO: CR.P		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			17	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	17	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	34.486.750	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-	
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2013	Quantidade de contas prestadas			11	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	11	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante repassado	7.789.800	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-		
2012	Quantidade de Contas Prestadas			6	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	6	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
Montante Repassado		-	-		
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Fonte: Coordenação Socioambiental e Comunicação – CR.P

6.2.5 Análise Crítica

- Em caso de inadimplência é emitida correspondência para o conveniente solicitando a regularização dos valores devidos e enquanto não é apresentada a prestação de contas, as parcelas ainda não pagas não são liberadas.
- Da análise do quadro A.6.5. depreende-se que os dispêndios são compatíveis com as atividades da empresa, notadamente no que se refere ao biênio 2013/2014 cujas despesas correspondem basicamente às obrigações decorrentes das condicionantes do licenciamento ambiental das obras da usina de Angra 3.
- Grande parte dos convênios prestam contas dentro dos prazos devido à necessidade de novas liberações das parcelas posteriores.
- Não existem registros de atraso na análise da prestação de contas por parte da Eletrobras Eletronuclear.
- Periodicamente, nos períodos previstos nos Planos de Trabalho, é feita a fiscalização *in loco*, para verificação da execução das etapas previstas no Cronograma de Execução. O fiscal emite um relatório descritivo e/ou fotográfico, dependendo do objeto do convênio, relatando que foi observado durante as fiscalizações.
- A celebração de Convênios pela Eletrobras Eletronuclear visa simultaneamente atender às ações determinadas pelas condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento, e a implantação de melhores condições sociais e educacionais nos municípios situados no entorno da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, como parte de sua estratégia de integração regional.

6.3 Renúncia sob a Gestão da Eletrobras Eletronuclear S.A

6.3.1 Renúncias Tributárias

6.3.1.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimada e Quantificadas da Eletronuclear

A Eletrobras Eletronuclear está habilitada aos benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI para a construção de Angra 3. Ao final de 2010 a Construtora Andrade Gutierrez (CNPJ 17.262.213/0001-94) foi incluída neste regime na qualidade de empresa co-habilitada.

Quadro A.6.3.1.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletronuclear – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela Eletronuclear

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
PASEP/COFINS	Lei 11.488/2007	Suspensão de Exigência	Implantação de Obras de Infraestrutura	Não há	13/07/2014	Não há

Fontes: Gerência de Planejamento e Orçamento - GPO.T; Gerência de Administração de Contratos - GAC.T; Gerência de Sistemas de TI - GSI.G; Gerência de Contabilidade - GCT.A

6.3.1.2 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

Quadro A.6.3.1.2– Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
DF	1	30.659,61	-	-	-	-
MG	1	7.243.100,25	1	33.909.284,63	-	-
PR	2	613.148,82	-	-	-	-
RJ	15	16.222.451,89	15	12.241.528,06	19	14.964.554,60
RS	1	15.304,54	-	-	-	-
SC	1	2.499,79	1	4.999,58	1	895,16
SP	17	13.209.360,91	9	25.308.937,39	3	264.554,50
Total	38	37.336.525,81	26	71.464.749,66	23	15.230.004,26
Não Aplicável	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
EXTERIOR	7	23.157.537,56	1	413.620,19	-	-

Fontes: Gerência de Planejamento e Orçamento - GPO.T; Gerência de Administração de Contratos - GAC.T; Gerência de Sistemas de TI - GSI.G; Gerência de Contabilidade - GCT.A

6.4 Gestão de Precatórios

À Eletronuclear não se aplica a sistemática de pagamento de condenações judiciais via precatório. A Empresa paga as condenações judiciais via depósito judicial.

Com relação ao recebimento, pela Eletronuclear, de valores dos entes da Administração Pública que realizam pagamentos de condenações judiciais via precatórios, não existe nenhum expedido em favor da Eletronuclear.

Fonte: Procuradoria Jurídica – P.J.P

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de Pessoal da Eletronuclear S.A

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Eletronuclear

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da Eletronuclear – Situação Apurada em 31/12/2014.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Empregados		2.164	56	349
Cedidos		41	0	11
Licença sem Vencimentos		3	0	0
Licença Reclusão		0	0	0
Empregados Anistiados		36	7	0
Empregados Próprios		2.244	63	0
Art. 37 da CF/88		38	0	2
Requisitados		22	5	0
Aposentados por Invalidez		45	0	0
Diretores		5	2	2
Total	2.659	2.354	70	364

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

OBS: O quadro efetivo da empresa, base dez/2014 fechou com total de 2.263 empregados. Este número abrange: Empregados Próprios + art. 37 + Requisitados – Cedidos.

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva – Situação Apurada em 31/12/2014.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
Empregados	479	1.685
Cedidos	31	10
Licença sem Vencimentos	0	3
Licença Reclusão	0	0
Empregados Anistiados	26	10
Empregados Próprios	536	1.708
Art. 37 da CF/88	30	8
Requisitados	21	1
Aposentados por Invalidez	16	29
Diretores	3	2
Total	606	1.748

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Eletro Nuclear – Situação Apurada em 31/12/2014.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados que Recebem Remuneração Global (RG)		115	11	16
2. Empregados que Recebem Gratificação por Função (GF)		129	20	29
Total de servidores com RG e GF (1+2)		244	31	45

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Nota: Consideramos no Quadro A.7.1.1.3:

- 1) Os empregados que recebem Remuneração Global (Superintendentes, Gerentes, Chefes de Divisão, Assessores de Diretores e Consultor Jurídico);
- 2) Os empregados que recebem Gratificação de Função (Supervisores);
- 3) 4 empregados que constam nesse número, são empregados requisitados que recebem Remuneração Global.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

O quadro abaixo apresenta o percentual de HHT por Unidade da Diretoria de Operação e Comercialização – DO – Angra – Anual 2014.

Quadro A.7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho – Diretoria de Operação e Comercialização 2014

UNIDADE ORGANIZACIONAL	HHT	HH/ACUM.	% HHT DOANGRA
DO - Diretoria Operacional	64	20.584	0,3%
SU - Superintendência de Angra 1	653	14.648	4,5%
SM - Superintendência de Manutenção	822	9.760	8,4%
GMI - Gerência de Manutenção Integrada	3.764	216.944	1,7%
GPI - Gerência de Planejamento Integrado e Modificação de Projeto	889	80.544	1,1%
GDU - Gerência de Des. de Sist. e de Reator de Angra 1	7.461	94.544	7,9%
GMU - Gerência de Manutenção de Angra 1	8.362	230.792	3,6%
GOU - Gerência de Operação de Angra 1	16.562	222.328	7,4%
DQAU - Divisão de Química de Angra 1	402	30.416	1,3%
DITU - Divisão de Controle de Trabalho de Angra 1	1.972	47.048	4,2%
SD - Superintendência de Angra 2	1.328	22.840	5,8%
GDD - Gerência de Des. de Sist. e de Reator de Angra 2	3.354	91.832	3,7%
GMD - Gerência de Manutenção de Angra 2	7.379	314.264	2,3%
GOD - Gerência de Operação de Angra 2	40.868	226.144	18,1%
DQAD - Divisão de Química de Angra 2	914	39.544	2,3%
DITD - Divisão de Controle de Trabalho de Angra 2	945	38.216	2,5%
SC - Superintendência de Coordenação da Operação	256	17.520	1,5%
GMO - Gerência de Monitoração	1.252	5.080	24,6%
ST.O - Superintendência de Angra 3	7.448	74.256	10,0%
GOT - Gerência de Operação de Angra 3	102.369	198.328	51,6%
DIPR - Divisão de Proteção Radiológica	11.770	187.928	6,3%
GPS - Gerência de Planejamento e Suporte à Operação	16	7.808	0,2%
DIPL - Divisão de Planejamento	144	23.424	0,6%
DIMT - Divisão de Materiais	1.970	121.024	1,6%
GTS - Gerência de Treinamento e Segurança Nuclear	16	4.608	0,3%
DITR - Divisão de Treinamento	9.945	97.040	10,2%
DISN - Divisão de Segurança Nuclear	1.120	17.568	6,4%
DISE - Divisão de Segurança Empresarial	2.669	198.456	1,3%
TOTAL	234.712	2.653.488	-
MÉDIA			8,8%

HHT = Homem hora treinado no mês.

HH/MÊS = Efetivo do órgão multiplicado pelo nº de horas trabalhadas por dia, multiplicado pelo nº de dias uteis no mês.

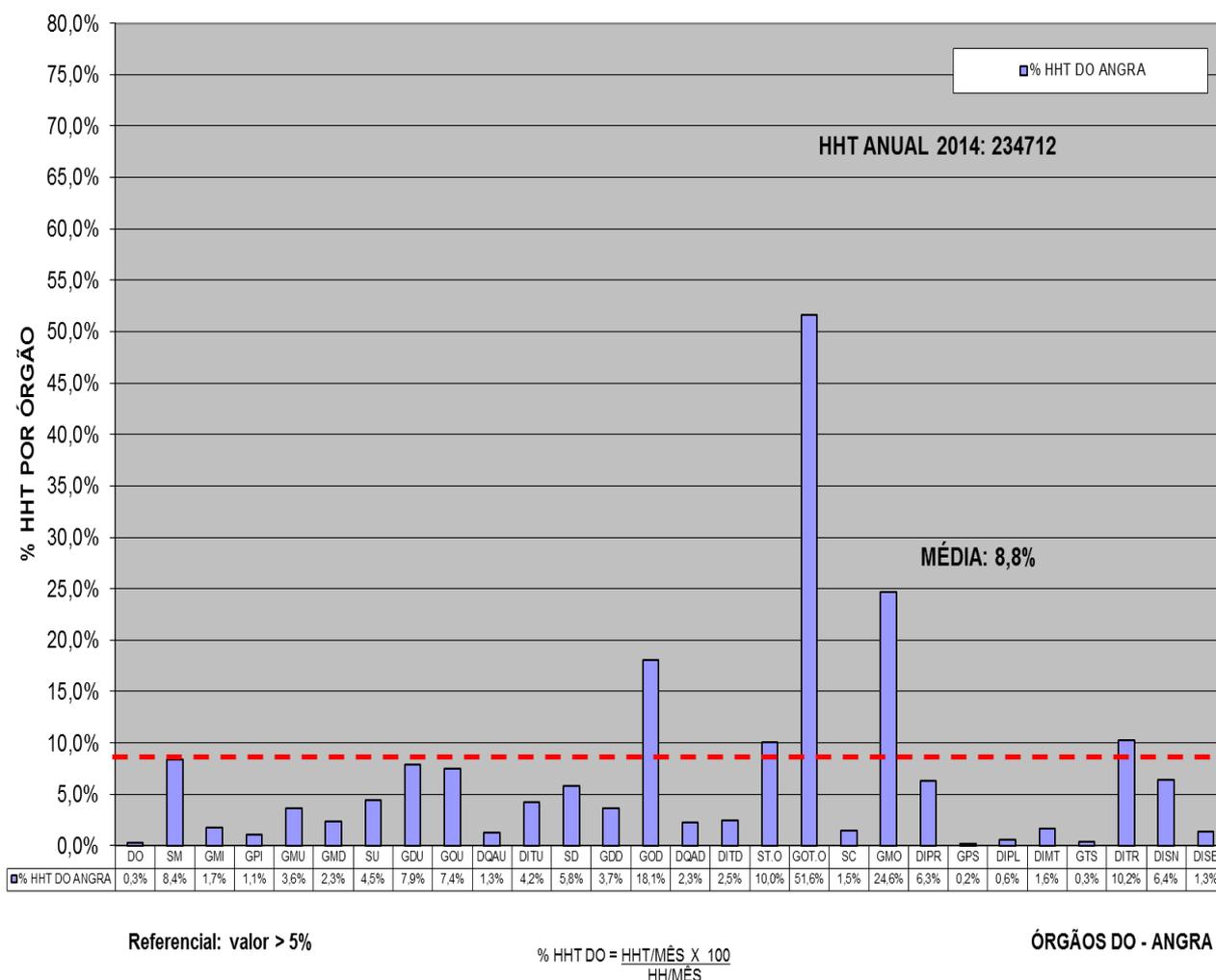
$$\% \text{HHT DO} = \frac{\text{HHT/MÊS} \times 100}{\text{HH/MÊS}}$$

MÉDIA= 8,8%

HHT ANUAL = 234.712

O gráfico a seguir demonstra a evolução dos treinamentos no exercício de 2014 relativos as Unidades de Angra 1, Angra 2 e Angra 3.

DIVISÃO DE TREINAMENTO - DITR.O
PERCENTUAL DE HOMEM HORA TREINADO POR ÓRGÃO DA
DIRETORIA DE OPERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO/ ANGRA - ANUAL 2014



As principais Metas de 2014 da DITR.O, conforme estabelecido no documento de metas da Diretoria de Operação e Comercialização, foram atingidas em sua grande maioria, e podem ser citadas:

- Instalação e realização dos Testes de Aceitação (SAT) do Simulador de Angra 1.
- Conclusão do Curso de Formação de Operadores de Área Controlada (CFOAC) para o pessoal de Angra 2 e 3.
- Continuação dos treinamentos referentes aos Programas de Formação de Operadores Licenciáveis para Angra 2 (HEISS 9).

Fonte: Divisão de Treinamento – DITR.O

7.1.3 Custos de Pessoal da Eletronuclear

Quadro A.7.1.3 – Custos do Pessoal da Eletronuclear

(Valores em R\$1,00)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Estatutários (inclusive os cedidos com ônus)											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Celetistas (inclusive os cedidos com ônus)											
Exercícios	2014	295.276.171	-	14.189.580	96.264.535	12.102.852	51.790.157	52.629.340	-	-	522.252.636
	2013	283.219.610	-	12.000.021	81.919.547	1.417.725	47.183.383	48.208.789	-	-	473.949.077
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo) – Diretores recebem honorários.											
Exercícios	2014	2.459.059	-	-	-	-	-	-	-	-	2.459.059
	2013	2.673.762	-	-	-	-	-	-	-	-	2.673.762
Requisitados com Ônus para a Eletronuclear											
Exercícios	2014	1.161.037	-	-	-	-	-	-	-	-	1.161.037
	2013	827.0128	-	-	-	-	-	-	-	-	827.0128
Requisitados sem Ônus para a Eletronuclear											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A e Gerência de Administração de Benefícios – GAB.A

Observações:

- Na rubrica – Vencimentos e Vantagens Fixas – estão inseridas as seguintes despesas: Salários e Diferenças Salariais; Complemento Piso Engenheiro; Salário Maternidade; Abono Salarial – ACT; 13º Salário; Abono Pecuniário; Férias e Gratificação de Férias e PLR;
- Na rubrica – Adicionais – estão inseridas as seguintes despesas: Temporalidade; Tempo de Serviço; Ats s/Gtf. Incorporada; Periculosidade; Transferência; Turno e Penosidade; Qualificação Operacional;
- Na rubrica – Indenizações – estão inseridas as despesas com Verbas Rescisórias e Indenizações relativas ao PDI;
- Na rubrica – Benefícios Assistenciais e Previdenciários – estão inseridas as despesas com: Auxílios (Creche e Funeral); Complemento de Aux. Doença; Reembolsos (Auxílio Instrução, Curso Idioma; Tratamento Excepcional; Medicamentos; Óculos; Aparelhos Auditivo/Similares); Benefícios INSS; constam ainda os custos da empresa com os Benefícios do Plano Médico Assistencial (PMA); O custo total contempla dos empregados e seus beneficiários habilitados ao benefício;

-
- e) Na rubrica – Demais Despesas Variáveis – estão inseridas as seguintes despesas: Auxílio Mudança; Auxílio Instrução; Curso idioma; Adicional Noturno; Horas Extras; Repouso Semanal Remunerado; Sobreaviso;
- f) Na tipologia – Requisitados com Ônus para a Eletronuclear – estão inseridas somente a despesa com complementação por Cessão, paga através da folha de pagamento;
- g) Não estão sendo consideradas na composição dos Custos do Pessoal, as seguintes despesas: Diárias/Ajuda de Custos de Viagens País/Exterior; Bolsa Educacional; Salário Aprendiz; Vale Alimentação e Vale Transporte.

7.1.4 Irregularidades na Área de Pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não existe no quadro de pessoal, nenhum empregado que acumule cargo, função ou emprego público de forma indevida.

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Não se aplica à Eletronuclear. A Eletronuclear não contrata mão de obra terceirizada conforme TAC firmado com o Ministério Público do Trabalho.

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

7.1.5 Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Redução de efetivo em função do Plano de Sucessão Programada dos Empregados da Eletronuclear – PSPE / Plano de Incentivo ao Desligamento – PID sem o cadastro de reserva do Concurso Público para reposição das referidas vagas.

Fonte: Gerência de Desenvolvimento e Capacitação – GDC.A

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Área de Recursos Humanos possui indicadores, mas ainda não estabeleceu um padrão de gerenciamento que fixe metas decorrentes desses resultados.

Fonte: Gerência de Desenvolvimento e Capacitação – GDC.A

7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A													
UG/Gestão: (SA.A)							CNPJ: 42.540.211.0001-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O / GIR.A	GCS.A-CT- 4500164465	12313874000188	21/06/13	21/06/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2011	L	O / DASG.A	GCC.A- CT 489/10	36541241000195	16/02/11	15/11/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2011	L	O / DASG.A	GCC.A-CT 490/10	36541241000195	16/04/11	15/04/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2014	L	O / SIA	GCS.A-CT 4500171206	36541241000195	17/11/14	16/11/17	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2010	V	O/DISE.O	GCC.A-CT 060/10	03372304000178	29/06/10	28/12/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2014	V	O/DISE.O	GCS.A-CT 4500171606	03372304000178	05/11/14	02/11/17	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2012	L	O/SC.O	GCS.A/CT 4500152560	02812740000158	01/10/12	30/09/17	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
Observações: (*) – Não disponível Ressaltamos que tais contratos não se referem a locação de mão-de-obra e são firmados à luz das disposições do Decreto nº 2.271 de 07/07/97, onde se encontra vedada a inclusão de disposições que caracterizem o objeto como fornecimento de mão-de-obra.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Superintendência de Aquisição e Controle Contratual - SA.A

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos da Eletronuclear

Quadro A.7.2.2 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A													
UG/Gestão: (SA.A)							CNPJ: 42.540.211.0001-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza/ Gestão (**)	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	9	O / GIR.A	GSA.A-CT 429/10	30440119000146	28/04/11	27/04/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	p
2011	12	O/SO.T	GCS.A/CT- 4500144350	29884632000147	21/11/11	2011/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2011	9	O / GIA.A	GCS.A-CT 087/11	32225757000170	09/06/11	08/06/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2012	8	O / DASG.A	GCS.A-CT 604/11	34043125000110	01/06/12	31/05/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2009	9	O / GIA.A	GCC.A-CT 457/08	00277106000137	01/02/09	31/01/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2012	8	O/GPS.O	GCS.A/CT- 4500146178	32225757000170	10/04/12	09/04/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2009	2	O / DASG.A	GCC.A-CT 507/08	40217234000100	01/02/09	31/01/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2011	2	O / GIR.A	GCS.A/CT- 4500146915	76669670000167	27/12/11	31/01/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2013	6	O/SC.T	GCS.A/CT- 4500160508	02630719000131	01/02/13	30/04/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2010	3	O / GAL.G	GCC.A-CT 667/09	0717125531	29/03/10	28/03/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2008	6	O / GAL.G	GCC.A-CT 336/08	05630085000105	19/09/08	15/12/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2012	9	O/GCT.T	GCS.A/CT- 4500159061	32225757000170	27/12/12	30/06/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2013	3	O/GSE.G	GCS.A/CT- 4500164227	07094346000145	01/08/13	31/07/16	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2014	9	O/DMCV.A	GCS.A/CT- 4500164649	32596173000100	09/06/14	08/06/17	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2014	9	O/GPS.O	GCS.A/CT- 4500166146	01140147000140	10/02/14	09/03/18	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2014	4/5	O/SLA	GCS.A/CT- 4500167170	00277106000137	01/02/14	31/01/18	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2013	1	O/GPS.O	GCS.A/CT- 4500169365	10268543000148	18/12/13	17/02/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	E
2014	1	O/GPS.O	GCS.A/CT- 4500170243	10268543000148	14/02/14	13/02/19	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2014	12	O/GCT.T	GCS.A/CT- 4500170243	32225757000170	25/07/14	24/02/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A

2014	12	O/SO.T	GCS.A/CT- 4500173245	65135956000146	14/07/14	13/07/17	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A
2014	9	O/SM.O	GCS.A/CT- 4500177043	32596173000100	16/12/14	16/12/17	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	A

Observações: (*) – Não disponível

Ressaltamos que tais contratos não se referem a locação de mão-de-obra e são firmados à luz das disposições do Decreto nº 2.271 de 07/07/97, onde se encontra vedada a inclusão de disposições que caracterizem o objeto como fornecimento de mão-de-obra.

Consideramos os contratos de prestação de serviços, hoje existentes, cujos contratados prestam serviços nas instalações da ELETRONUCLEAR.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Superintendência de Aquisição e Controle Contratual - SA.A

7.2.3 Análise Crítica dos Itens 7.2.1 e 7.2.2

Ressaltamos que tais contratos não se referem a locação de mão-de-obra e são firmados à luz das disposições do Decreto nº 2.271 de 07/07/97, onde se encontra vedada a inclusão de disposições que caracterizem o objeto como fornecimento de mão-de-obra.

Consideramos os contratos de prestação de serviços, hoje existentes, cujos contratados prestam serviços nas instalações da ELETRONUCLEAR.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	34	36	45	41	283.016
1.2 Área Meio	88	78	82	82	602.316
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim	25	22	21	19	159.650
2.2 Área Meio	8	14	16	16	101.595
3. Total (1+2)	155	150	164	158	1.146.579

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

I) Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Eletrobras Eletronuclear

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Instrução Normativa 18.01.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Veículos pesados - Caminhões

Utilizados para o transporte de materiais e atendimentos ao PEL - Plano de Emergência Local.

Veículos pesados - Ônibus

Utilizados para atendimento ao Plano de Emergência Local - PEL, transporte de empregados que prestam serviços na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

Veículos pesados - Bombeiros

Para combate a incêndios e acidentes nas Usinas de Angra 1, 2 e 3.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo em geral:

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Veículos	Total	Funcionalidade
Caminhão baú	2	Transporte de materiais
Caminhão basculhante	1	Transporte de materiais
Caminhão carroceria	5	Transporte de materiais
Caminhão bombeiro	3	Brigada de incêndio
Caminhão munck	2	Transporte de materiais e rejeitos nucleares
Ônibus urbanos	20	Utilizados para atendimento ao Plano de Emergência Local - PEL, transporte de empregados que prestam serviços na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

Total da frota: 33 veículos

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Veículos	Total	Funcionalidade
Veículos leves	4	Atendimento as Diretorias e Empregados à serviço.

Total da frota: 4 veículos

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra.

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Caminhões: média de 12.412,53 km/ano

Ônibus: média de 24.266,25 km/ano

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Veículos leves: média de 32.090,29 km/ano

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Caminhões: 4,85 anos

Ônibus: 6,35 anos

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Veículos leves: 7,5 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Custo anual total de combustível (Diesel) da frota de veículos da ETN:

> Abastecimentos internos (Posto Itaorna): R\$340.756,53

> Abastecimentos externos (Estrada): R\$15.646,65

Custo anual de manutenção geral da frota de veículos ETN: R\$346.403,98

Custo anual IPVA, Seguro DPVAT, Taxa DAD (DETRAN) e Licenciamento anual (DETRAN): R\$54.571,16.

Custo anual total + encargos com pessoal responsável pela administração da frota de veículos ETN: R\$887.142,02.

Pessoal Responsável pela administração da frota:

Administração: 05

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Custo anual total de combustível da frota de veículos da ETN: R\$35.068,37.

Custo anual de manutenção geral da frota de veículos ETN: R\$20.557,96.

Custo anual IPVA, Seguro DPVAT, Taxa DAD (DETRAN) e Licenciamento anual (DETRAN): R\$4.031,40.

Custo anual total + encargos com pessoal responsável pela administração da frota de veículos ETN: R\$171.422,59.

Pessoal Responsável pela administração da frota:

Administração: 1

g) Plano de substituição da frota:

05 anos

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Devido a necessidade da disponibilização de veículos para atendimento ao PEL-Plano de Emergência Local, faz necessário que a Empresa tenha veículos próprios e alugados para atendimento em caso de uma paralização e/ou greve da categoria (Motorista).

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de Transporte.

ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS

Total de 05 colaboradores

ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)

Total de 01 colaborador

II) Frota de Veículos Automotores a Serviço da Eletronuclear, mas Contratada de Terceiros.

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:

Resposta:

> Disponibilidade dos veículos por tempo integral. A empresa locadora deverá providenciar a substituição imediata do veículo em caso de panes, durante as manutenções, em situações de acidentes e etc.

> Possibilidade de substituição dos veículos a cada 02 (dois) ou 03 (três) anos.

> Inexistência da necessidade de contratação de seguros e envolvimento da Empresa nos casos de acidentes e multas.

> Desgaste natural dos veículos, devida a alta quilometragem mensal rodada e a constante troca de motoristas.

> Inexistência da necessidade de controle (mão de obra) para as atividades de manutenção dos veículos.

> Inexistência da necessidade de aquisição de peças de reposição e controle de estoque para reposição de: pneus, lâmpadas, fusíveis, óleos lubrificantes etc. (prazos de aquisição, estoque).

> Inexistência da necessidade de contrato de manutenção, levando em consideração a dificuldade de mão de obra especializada e disponibilidade de peças de reposição na Região.

> Inexistência da necessidade de contrato para serviços de borracharia, lavagem e lubrificação.

> Inexistência da necessidade de mão de obra para pequenos reparos, normalmente realizados no próprio Setor.

> Facilidade para a mobilização de veículos adicionais para atividades específicas e temporárias como exemplo: Paradas das Usinas, Transporte de Combustível Nuclear, visitas e etc.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

BASE ANGRA DOS REIS

Empresa: Sibelly Transportes Ltda.

CNPJ - 40.217.234/0001-00

Empresa: OBDI Equipamentos Ltda.

CNPJ - 09.546.840/0001-29

Empresa: EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.

CNPJ - 28.500.981/0001-55

Empresa: J.H. de Paula Transporte e Turismo Ltda.

CNPJ - 03.222.025/0001-28

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Empresa: Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

CNPJ - 76.669.670/0001-67

Empresa: OBDI Equipamentos Ltda.

CNPJ - 09.546.840/0001-29

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

BASE ANGRA DOS REIS**Licitação por Pregão Eletrônico**

Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008 - Sibelly Transportes Ltda.

Objeto: Locação de veículos com e/ou sem motoristas para atendimentos pertinentes à CNAAA.

Vigência: Início - 01/02/2009 / Término - 31/01/2014

Valor contratado: R\$12.548.939,11

Valor pago até 31/01/2014(final do contrato): R\$12.548.939,11.

Dispensa de Licitação

Contrato n.º GAAA/CT- 4500169991- Sibelly Transportes Ltda.

Objeto: Locação de veículos e utilitários, para atendimentos à Eletrobras Eletronuclear.

Vigência: Início 01/02/2014 / Término 30/04/2014

Valor contratado: R\$717.532,00

Valor pago até 30/04/2014(Final do Contrato): R\$691.244,51

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato n.º GCS.A/CT- 4500169687 - OBDI Equipamentos Ltda.

Objeto: Locação de veículos e utilitários, para atendimentos à Eletrobras Eletronuclear.

Vigência: Início 01/05/2014 / Término 30/04/2018

Valor Contratado: R\$11.194.999,90

Valor pago até 31/12/2014: R\$1.736.307,93

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato n.º GCS.A/CT- 4500161932- EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Objeto: Contrato de prestação de serviços de transporte de pessoal vinculado à CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Vigência: Início - 01/10/2013 / Término - 30/09/2016

Valor contratado: R\$28.499.936,00

Valor pago até 31/12/2014: R\$11.594.246,70

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato n.º GCS.A/CT-4500160205 – J.H. de Paula Transporte e Turismo Ltda.

Objeto: Contrato de prestação de serviços de transporte de pessoal vinculado à CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Vigência: Início – 01/10/2013 / Término – 30/09/2016

Valor Contratado: R\$23.900.000,00

Valor pago até dezembro referente ao ano de 2014: R\$10.268.960,76

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato nº GCS.A/CT 4500146915 -TRANSVEPAR - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de locação de veículos Leves e Utilitários, com e/ou sem motoristas, para atendimentos pertinentes à Sede da Eletrobras Eletronuclear no Rio de Janeiro, Brasília e Recife.

Vigência: Início - 13/12/2011 / Término 13/01/2014

Valor do Contrato: R\$3.427.418,65

Valor pago até 31/12/2014: R\$3.425.459,29

Licitação por Pregão Eletrônico

Contrato nº GCS.A/CT- 4500169687 - OBDI Equipamentos Ltda.

Objeto: Locação de veículos e utilitários, para atendimentos à Eletrobras Eletronuclear.

Vigência: Início 01/05/2014 / Término 30/04/2018

Valor Contratado: R\$11.194.999,90

Valor pago até 31/12/2014: R\$1.736.307,93

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Instrução Normativa 18.01

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Resposta:

Veículos leves

Utilizados para atendimento aos empregados em viagens a serviço da Empresa e atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local.

Veículos utilitários

Utilizados para o transporte de materiais, compras de materiais, serviços de manutenção, transporte de equipamentos e atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local.

Veículos pesados - Ônibus

Utilizados para atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local e transporte de pessoal vinculado à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA.

f) Quantidades de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

BASE ANGRA DOS REIS

Sibelly Transportes Ltda.

Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008

Veículos	Total
-----------------	--------------

Veículos leves	23
----------------	----

Veículos utilitários	25
----------------------	----

Total geral de veículos: 48

Sibelly Transportes Ltda.
Contrato n.º GAA.A/CT- 4500169991

Veículos	Total
Veículos leves	23
Veículos utilitários	24
Total geral de veículos:	47

OBDI Equipamentos Ltda.
Contrato n.º GCS.A/CT- 450069687

Veículos	Total
Veículos leves	23
Veículos utilitários	24
Total geral de veículos:	47

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.
Contrato n.º GCS.A/CT-4500161932

Veículos	Total
Ônibus Rodoviário	17
Total geral de veículos:	17

J.H. de Paula Transportes e Turismo Ltda.
Contrato n.º GCS.A/GT-4500160205

Veículos	Total
Ônibus urbano	17
Total geral de veículos:	17

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.
Contrato n.º GCS.A-E-312/2011 - n.º GCS.A/CT-4500146915

Veículos	Total
Veículos leves	22
Veículos utilitários	2
Total geral de veículos:	24

Sibelly Transportes Ltda
Contrato n.º GAA.A/CT- 4500169991

Veículos	Total
Veículos leves	21
Veículos utilitários	1
Total geral de veículos:	22

OBDI Equipamentos Ltda.
Contrato n.º GCS.A/CT- 450069687

Veículos	Total
Veículos leves	21
Veículos utilitários	1
Total geral de veículos:	22

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra "f" supra:

BASE ANGRA DOS REIS

Sibelly Transportes Ltda.

Contrato n.º GAA.A/CT- 4500169991

Veículos	Km total/2014	Média km/ano
Veículos leves	398.161	17.311
Veículos utilitários	374.783	15.616

OBDI Equipamentos Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT- 450069687

Veículos	Km total/2014	Média km/ano
Veículos leves	739.788	32.165
Veículos utilitários	766.120	31.922

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT-4500161932

Veículos	Km total/2014	Média km/ano
Ônibus rodoviários	1.335.792	78.576

J.H. de Paula Transporte e Turismo Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT-4500160205

Veículos	Km total 2014	Média Km/ano
Ônibus urbanos	592.688	34.864

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Contrato n.º GCS.A-E-312/2011 – n.º GCS.A/CT-4500146915

Veículos	Km total	Média Km/ano
Veículos leves	81.334	81.334
Veículos utilitários	4.305	4.305

Sibelly Transportes Ltda.

Contrato n.º GAA.A/CT- 4500169991

Veículos	Km total/2014	Média km/ano
Veículos leves	187.930	62.643
Veículos utilitários	3.388	1.129

OBDI Equipamentos Ltda.

Contrato n.º GCS.A/CT- 450069687

Veículos	Km total/2014	Média km/ano
Veículos leves	447.683	56.085
Veículos utilitários	53.662	6.708

h) Idade média anual, por grupo de veículos:

BASE ANGRA DOS REIS

Sibelly Transportes Ltda.

Veículos	Idade Média
Veículos leves	1,86 anos
Veículos utilitários	2,04 anos

OBDI Equipamentos Ltda

Veículos	Idade Média
Veículos leves	1 ano
Veículos utilitários	1,21anos

Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Veículos	Idade Média
Ônibus rodoviário	2,5 anos

J.H. de Paula Transportes e Turismo Ltda.

Veículos	Idade Média
Ônibus urbano	3,14 anos

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Veículos	Idade Média
Veículos leves	3 anos

OBDI Equipamentos Ltda

Veículos	Idade Média
Veículos leves	1 ano

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado:

Sibelly Transportes Ltda.

Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008

Custo anual de combustíveis gastos com a frota de veículos da Sibelly Transportes Ltda.

Abastecimentos internos (Posto Itaorna):

- > Gasolina: R\$29.339,60
 - > Diesel: R\$174.413,71
 - > Álcool: Posto interno não trabalha com álcool
- Gasto total interno: R\$203.753,31**

Abastecimentos externos (Estrada):

- > Gasolina: R\$157,17
 - > Diesel: R\$3.965,29
 - > Álcool: R\$18.533,14
- Gasto total externo (Estrada) R\$22.655,70**

**Revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota etc.:
responsabilidade da Contratada.**

OBDI Equipamentos Ltda.

Contrato nº GCS.A/CT- 4500169687

Custo anual de combustíveis gastos com a frota de veículos da OBDI Equipamentos Ltda.

Abastecimentos internos (Posto Itaorna):

> Gasolina: R\$301.190,95

> Diesel: R\$57.504,06

> Álcool: Posto interno não trabalha com álcool

Gasto total interno: R\$358.695,01

Abastecimentos externos (Estrada):

> Gasolina: R\$867,67

> Diesel: R\$16.097,85

> Álcool: R\$58.566,72

Gasto total externo (Estrada) R\$75.531,84

**Revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota etc.:
responsabilidade da Contratada.**

BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Contrato n.º GCS.A-E-312/2011 - n.º GCS.A/CT-4500146915

OBDI Equipamentos Ltda.

Contrato nº GCS.A/CT- 4500169687

Custo anual total da frota de veículos:

Veículos Leves R\$266.778,53

Veículos de Carga R\$16.982,81

**Revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota etc.:
responsabilidade da Contratada.**

J) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Empresa: Personal Service Recursos Humanos e Assessoria Empresarial Ltda.

Estrutura de controle:

63 motoristas

04 supervisor

Empresa: EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.

Estrutura de controle:

48 motoristas

01 preposto

01 substituto

Empresa: J.H. de Paula Transportes e Turismo Ltda.

Estrutura de controle:

30 motoristas

01 preposto

10 administrativo

Empresa: Sibelly Transportes Ltda.

Estrutura de controle:

29 motoristas

01 supervisor

01 preposto

Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.

Estrutura de controle:

17 motoristas

02 prepostos

OBDI Equipamentos Ltda.

Estrutura de controle:

02 prepostos

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

8.2.1 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.8.2.1 Bens Imóveis Locados de Terceiros no Rio de Janeiro

Valores Em R\$1,00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Eletronuclear	
	Exercício 2014	Exercício 2013
Rio de Janeiro	1	1
CUSTO DE LOCAÇÃO (RS)	Exercício 2014	Exercício 2013
Custo de locação ¹	14.283.578	13.455.035
Custo de Manutenção ²	3.703.614	2.657.532
CONTRATOS/LOCADOR	ANDARES	
Contrato Previ	2º,3º,9º,10º,11º,12º,13º e 14º	
Contrato Valia	4º ao 8º	

Notas:

- 1) O custo de locação são referentes aos dois contratos de locação no Edifício Candelária Corporate, onde funciona a Sede da Eletrobras Eletronuclear;
- 2) Nos custos de manutenção estão inseridos: IPTU, Taxa de Incêndio e Condomínio.

Fonte: Superintendência de Infraestrutura – S.I.A

Quadro A.8.2.2 Bens Imóveis Locados de Terceiros em Brasília

Valores Em R\$1,00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Eletronuclear	
	Exercício 2014	Exercício 2014
Brasília	1	1
CUSTO DE LOCAÇÃO (RS)	Exercício 2014	Exercício 2013
Custo de locação	147.812	139.130
Custo de Manutenção	1.715	923

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.8.2.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros no Recife

Valores Em R\$1,00

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela Eletronuclear	
	Exercício 2014	Exercício 2013
Recife	1	1
CUSTO DE LOCAÇÃO (RS)	Exercício 2014	Exercício 2013
Custo de locação	27.918	29.526
Custo de Manutenção	5.300	6.114

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

a) Relação dos Sistemas Computacionais diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos

Sistema	Função
BLOCKSIM	Efetua análises de Confiabilidade. Disponibilidade e Manutenibilidade dos sistemas da Usina de Angra 2
CADORE	Cadastro de Documento e Registro Automatizado
CAE	Sistema de Controle de Acesso Eletrônico à Área Controlada
EOI	Banco de dados referentes a todos os relatórios de eventos de operação da Usina de Angra 2
MAXIMO	Permite consulta e inserção de dados referentes as atividades de manutenção
Mob1p01	Sistema de Contratação de Mão de obra Temporária
PMDB2.1	Aponta estratégias de manutenção para a mitigação das causas de falhas de equipamentos
Primavera	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS - PRIMAVERA
SINCRONIA	Permite consulta a todos os procedimentos de operação da Usina de Angra 2
Saldo de convênios	Planilhas de controle de acompanhamento de saldo de convênios - Controle e acompanhamento de toda movimentação financeira e bens adquiridos pelo conveniado.
Weibull	Calcula a probabilidade de falhas de equipamentos baseado nos dados de vida
Áreas Controladas	Planilha de Controle de Acesso às Áreas Controladas - Controle do acesso de todos os empregados de empresas terceirizadas
Caesar II	Análise de flexibilidade de tubulações
Comos	Gerenciamento e elaboração de fluxograma de engenharia de sistemas e catálogo de dados técnicos de componentes mecânicos das áreas de válvula e ventilação
Cosmos	Análise estrutural linear
SISCOR	Sistema Integrado de Correspondência na SG.T
TEC4Function	Ferramenta gráfica para elaboração de diagramas funcionais e de medidas das usinas
Tec4FDE	Detalhamento, alocação de instrumento e cabeamento de instrumentação de campo
Tec4VT	Banco de dados de medidas e informações gerais sobre Instrumentação e Controle
CCN	Controle de Combustível Nuclear
SISREJ	Sistema de Rejeitos Radioativos
BQCAD	CAD DE SUPORTES
BSS	Bentley Select Server
CALSUP	CÁLCULO DE SUPORTES
CIVIL3D	Sistema de CAD CIVIL
FECPAR	Fechamento de Aberturas

FORMAS	CAD DE FORMAS E LISTA DE MATERIAIS
FUP	Follow Up: Acompanhamento de vida dos isométricos e suportes (componentes de tubulação) - Angra II
KADIS	Sistema de Informações sobre Cabos e Plantas
KBLG	Armazenar informações sobre cabos
Lmtools	License manager
LMUC	Lista de material elétrico de uso comum
Mesa	Controle de Componentes elétricos, de instrumentação e controle, painéis
PACE	Placas Chumbadas
PC87	PIPING CONCEPT - Cadastro de tubulação - Angra II
PCA3	PIPING CONCEPT - Cadastro de tubulação - Angra III
PDS	Plant Design System
PROJSUP	PROJETOS DE SUPORTES
SC86	SUPPORT CONCEPT - Cadastro de suporte de tubulação - Angra II
SCA3	SUPPORT CONCEPT - Cadastro de suporte de tubulação - Angra III
SGL	Gestão do Licenciamento
SICI	Sistema de Apoio a Combate a Incêndio - Angra II
SIGAM	Gestão de Auditoria e Monitoramento
SIGEO	Sistema de gestão da Experiência Operacional
SIMPLEISO	CAD DE TUBULAÇÃO
SMF	Sistema de Medição para Faturamento
TESP	TEST AND EXAMINATION SEQUENCE PLAN - Acompanhamento de vida das soldas de tubulação - Angra II
WHS	WAREHOUSE SYSTEM FILE DATA WAREHOUSE SYSTEM FILE: Controle de Material de obra (almoxarifado) - Angra II

Fonte: Gerência de Governança, Segurança e Serviços de TI – GGS.G

b) Necessidades de Novos Sistemas Informatizados

Tabela A.9.1 – Necessidades de Novos Sistemas

Necessidade	Justificativa	Medidas Programadas
Necessidade de padronização da ferramenta de ERP SAP	É consequência de um projeto para estabelecer uma padronização da ferramenta de ERP nas empresas do grupo Eletrobrás. Este foi iniciado em 2011 e tem previsão de término em 2017. Seu objetivo é a uniformização e integração entre os sistemas de ERP das empresas do grupo e sua holding, Eletrobrás.	O projeto compõe-se das seguintes etapas: 1) Definição de estratégia de implantação do Programa; 2) Definição dos tipos, quantitativos e valores de licenças para atender à padronização; 3) Definição de subsídios para os processos aquisitivos de serviços, <i>hardware</i> e <i>software</i> ; 4) Definição de procedimentos para avaliação dos benefícios das implantações/adequações do sistema SAP ERP; 5) Definição de <i>template</i> Eletrobras; 6) Definição da estrutura de integração dos sistemas SAP ERP das empresas Eletrobras; 7) Implantações/adequações do sistema SAP ERP nas empresas Eletrobras.

Fonte: Gerência de Governança, Segurança e Serviços de TI – GGS.G

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência		Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
				CNPJ	Denominação		
GCS.A/CT-4500151644	Gestão de Empreendimentos - Serviços	01/08/13	31/07/17	04.963.136/0001-58	Solução Serviços Especializados LTDA	17.045.630,00	3.715.346,55
GCN.A/CT 4500177476	Licenciamento do software IBM	23/12/14	22/12/16	33.372.251/0062-78	IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços LTDA	11.828.000,00	-
GCC.A/CT-493/10	Manutenção do SAP R/3	01/12/10	30/11/14	74.544.297/0001-92	SAP Brasil LTDA	10.778.349,89	1.892.929,62
Contrato nº GCS.A/CT-4500166218	Serviços & Oficinas Técnicas às IEs-PDSTI	01/02/14	31/12/16	33.555.921/0001-70	Faculdade Católica - PUC RIO	9.703.200,00	3.997.718,40
Contrato GCS.A/CT-4500160065	Service-Desk - Central de Serviços de TI	04/07/14	03/07/18	12.023.465/0001-47	Solutis Tecnologias LTDA	8.599.999,68	292.312,81
GCS.A/CT-4500159633	Licenciamento do software IBM	20/12/12	31/12/14	33.372.251/0062-78	IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços LTDA	8.413.814,38	3.177.061,56
GCC.A/CT-756/09	Link de voz e dados Rio/Angra/Brasília	30/04/11	31/07/15	05.423.963/0001-11	Oi Móvel S/A	7.703.735,16	2.184.200,67
GCS.A/CT - 4500171056	Licenciamento de Softwares Microsoft	01/04/14	30/11/14	00.710.799/0001-00	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática LTDA	7.523.000,00	7.523.000,00
Contrato GCM.A/CT-4500162601 e 4500162602	Upgrade Solução de Storage ANGRA/RIO	24/07/13	24/07/16	09.366.306/0001-30	Storback Tecnologia Comércio e Serviços de Informática LTDA	7.463.900,00	-
GCS.A/CT-4500163034	Cópia e Impressão - ANGRA	08/01/14	07/01/17	07.432.517/0001-07	Simpres Comercio, Locação e Serviços S/A	6.079.999,68	1.605.526,82
GCM.A/CT-4500165465	Atualização Tecnológica IBM	29/08/13	28/08/16	33.372.251/0062-78	IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços LTDA	5.361.111,74	59.155,27
GCC.A/CT-667/2009	Serviços de Help-desk	29/03/10	28/09/14	07.171.299/0001-96	Central IT Tecnologia da Informação LTDA	4.924.507,79	658.114,75
GCC.A/CT-336/2008	Cópia e Impressão - ANGRA	16/09/08	15/03/14	05.630.085/0001-05	Vicma - Comercio de Equipamentos para Escritorios LTDA	4.430.238,21	168.227,44
Contrato GSC.A/ CT-4500146032	Salas-cofre - Manutenção Infraestrutura	01/12/11	30/05/15	43.209.436/0001-06	ACECO TI LTDA	4.197.339,14	1.334.541,88
GCS.A-4500155967	Manutenção do computador IBM	28/08/12	27/08/15	33.372.251/0001-56	IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços LTDA	3.964.747,24	3.297.707,43

GCS.A/CT-4500148797	Licenciamento de Software CA-UNIPACK	12/12/12	11/12/15	08.469.511/0001-69	CA - Programas de Computador, Participações e Serviços LTDA	3.762.248,00	1.254.082,58
GCS.A/CT-4500175465	Serviços de Telefonia - Emergencia	27/06/14	26/06/15	11.885.422/0001-08	IPSystems Creative Network Solutions LTDA	3.515.983,68	1.757.991,84
GCC.A/CT- 464/10	Licenciamento adicional SAP	30/09/10	29/09/14	74.544.297/0001-92	SAP Brasil LTDA	3.427.888,64	3.427.888,46
GCS.A/CT-4500146286	Licenciamento Software Microsoft	01/12/11	30/11/14	00.710.799/0001-00	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática LTDA	3.175.415,52	-
GCS.A/CT- 4500144603	Atualização Tecnológica do Storage	06/01/12	05/01/15	09.366.306/0001-30	Storback Tecnologia Comércio e Serviços de Informática LTDA	3.021.000,00	

Fonte: Gerência de Governança, Segurança e Serviços de TI – GGS.G

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
Algumas condições do Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimentos da ELETROBRAS estão sendo incorporadas nas Minutas de Contratos da ELETRONUCLEAR.			
A ELETRONUCLEAR está desenvolvendo um Plano de Compras Sustentáveis a ser avaliado pela Diretoria Executiva.			

Fonte: Gerência de Contratação de Serviços – GCS.A

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	043.738/2012-5	Acórdão 2236/2014 – Plenário, de 27/08/2014	9.1 e subitens	Determinação	Ofício 0719/2014-TCU/Sefti, de 01/09/2014.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti com objetivo de verificar a conformidade das publicações dos órgãos da Administração Pública Federal de avisos de licitação e extratos de contrato, dispensa e inexigibilidade no Diário Oficial da União;</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aos órgãos e entidades que apresentaram falhas em suas publicações no DOU, listados nas tabelas 4 a 7 do relatório, que, no prazo de 180 dias, assegurem que as seguintes informações obrigatórias estarão presentes em suas futuras publicações no DOU, ou que, alternativamente, passem a publicar por meio do Sidec ou Sicon:]</p> <p>9.1.1. para avisos de licitação: número do processo, descrição do objeto e local de disponibilização do edital, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48-A, I e Lei 8.666/1993, art. 21, § 1º;</p> <p>9.1.2. para extratos de contrato: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, identificação do procedimento licitatório que deu origem à contratação, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48-A, I;</p> <p>9.1.3. para extratos de dispensa ou de inexigibilidade: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, fundamento legal específico e autoridade ratificadora, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48-A, I e Lei 8.666/1993, art. 26.</p> <p>9.2. recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) que viabilize o acesso direto por hiperlink ao edital e demais informações complementares disponíveis no portal Comprasnet referentes a avisos de licitação gerados pelo Sidec e publicados no DOU;</p> <p>9.3. recomendar à Imprensa Nacional que inclua em seu web service controles e funcionalidades que tenham por objetivo alertar órgãos ou entidades acerca de eventuais falhas em matérias recebidas para publicação no DOU; e</p> <p>9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti que monitore o cumprimento dos itens 9.1, 9.2 e 9.3.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças – DA e Diretoria Técnica - DT					Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada					
As Unidades Organizacionais da Eletronuclear foram orientadas formalmente quanto às informações obrigatórias que devem constar em publicações de avisos de licitações e extratos de contrato, dispensa e inexigibilidade de licitação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aprimorou o processo de publicações de extratos de contratos e licitações no DOU, mitigando o risco de falhas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	009.182/2012-8	Acórdão 2827/2014 – Plenário, de 22/10/2014	9.1	Ciência	Ofício 0577/2014-TCU/SecobEnerg, de 28/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>VISTO, relatado e discutido este levantamento de auditoria realizado pela Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos - SecobEnergia, no âmbito do Fiscobras 2012, nas obras das usinas nucleares de Angra I e II, contratadas pela Eletrobras Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras/MME.</p> <p>ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:</p> <p>9.1. cientificar a Eletrobras Termonuclear S.A. da obrigatoriedade de adotar, desde o projeto básico, planilhas orçamentárias que expressem a composição dos custos unitários dos itens de serviço com detalhamento suficiente à sua precisa identificação, abstendo-se, por conseguinte, de utilizar-se de grandes "grupos funcionais" para mão de obra ou de outras unidades genéricas do tipo "quantia fixa", como constatado no contrato GCC.A/CT-545/08 e no processo licitatório que o antecedeu;</p> <p>9.2. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a integram, à Eletrobras Termonuclear S.A., às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e ao Ministério de Minas e Energia;</p> <p>9.3. arquivar o processo, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças – DA e Diretoria Técnica - DT					Não se aplica.
Síntese da Providência Adotada					
As Unidades Organizacionais requisitantes foram comunicadas formalmente que, doravante, as Áreas de Contratação, ao verificar a inobservância das determinações do Acórdão em epígrafe nas requisições de contratação, devolverão os documentos aos respectivos responsáveis para as retificações e ajustes que se fizerem necessários.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aprimorou o processo de orçamentação com vistas à contratação de serviços.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	005.215/2011-0	Acórdão 2707/2011 – TCU – Plenário, de 05/10/2011	9.2 e subitens e 9.5 e subitens	Determinação e recomendação	Ofício 476/2011-TCU/Secex9, de 10/10/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Levantamento de Auditoria, realizado na Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, com o objetivo de investigar a gestão do Fundo de Descomissionamento das usinas nucleares Angra I e II.</p> <p>Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) que, nos termos de suas competências institucionais insculpidas no artigo 2º, incisos II, IX, "a" e "e" da Lei 6.189/1974:</p> <p>9.1.1. ultime, no prazo de trinta dias, as ações para editar e publicar as normas regulamentadoras sobre a gestão da reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares brasileiras, necessárias a garantir o pleno atendimento do item i do artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos, promulgada pelo Decreto 5.935/2006, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);</p> <p>9.1.2. regulamente, no prazo de 120 dias, os requisitos básicos de segurança nuclear a serem atendidos durante o planejamento e a implementação do descomissionamento de usinas nucleoeletricas no país, de forma a garantir o pleno atendimento do item i do artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos, promulgada pelo Decreto 5.935/2006, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e definindo, especialmente, regramentos referentes a: (i)responsabilidades dos atores envolvidos na atividade; (ii)estratégia de descomissionamento a ser adotada pela operadora; (iii)critérios para a elaboração dos planos de descomissionamento; (iv)diretrizes para a elaboração das estimativas dos custos a serem incorridos; (v)identificação da fonte dos recursos a serem aportados ao fundo; (vi)modelo do fundo a ser constituído; (vii)critérios para revisões periódicas das estimativas de custos; (viii)condução das atividades de descomissionamento; (ix)licenciamento para o descomissionamento; e (x)salvaguardas para o caso de descomissionamento precoce;</p> <p>9.2. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/ TCU determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) que, no prazo de 120 dias após a publicação pela Cnen das normas a serem editadas em face da determinação contida no item 9.1.2 acima,elabore:</p> <p>9.2.1. estudo destinado a demonstrar, detalhadamente, as possíveis vantagens e desvantagens, sob os pontos de vista jurídico, contábil, financeiro e técnico, decorrentes de eventual decisão sobre a alteração total ou parcial da moeda vinculadora (dólar americano) atualmente adotada para a gestão do fundo de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2;</p> <p>9.2.2. estudo detalhado da oportunidade e conveniência, sob as perspectivas técnica e financeira, de se adotar mecanismos, a exemplo de seguros, fianças ou garantias de terceiros, em complemento às reservas financeiras já depositadas junto à Eletrobras, para a cobertura do risco de descomissionamento precoce/antecipado das instalações, com o encerramento das atividades antes do tempo previsto (em momento em que não se tenha juntado o montante total dos</p>					

recursos necessários ao descomissionamento das usinas), em atenção ao item 6.2 do Safety Requirements N. WS-R-5 - Decommissioning of Facilities Using Radioactive Material publicado pela AIEA;

9.3. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, determinar ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que, no prazo de 120 dias, promovam levantamento destinado a verificar a existência, nas tarifas de energia anteriores à Portaria MME 320/2004, de previsão de parcela de custo específica referente à composição do fundo de descomissionamento das usinas nucleares e, com base em estudos técnicos, contábeis e financeiros sobre sua evolução, manifestem-se, conclusiva e fundamentadamente, sobre a obrigatoriedade, a oportunidade, a conveniência e a viabilidade de se descontar da previsão de montantes a arrecadar para o fundo de descomissionamento constante da Portaria 320/2004 o valor das quotas que porventura tenham sido arrecadadas pela Eletronuclear até dezembro de 2004 e incluídas na composição do saldo da conta de passivo para descomissionamento;

9.4. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, recomendar à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) que:

9.4.1. na condição de órgão superior de orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e pesquisa científica do setor nuclear do país, conforme inciso I do artigo 1º da Lei 6.189/1974, tão logo sejam aprovadas/homologadas as estimativas de custos de descomissionamento encaminhadas pela Eletronuclear, comunique ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) os diversos parâmetros que devem balizar, por ocasião das revisões tarifárias anuais, o cálculo da parcela de custo referente à composição do fundo de descomissionamento, incluindo informações sobre o saldo atual da reserva financeira, o valor total previsto, o fluxo de caixa projetado e o tempo de vida útil remanescente para cada usina nuclear;

9.4.2. avalie a oportunidade e a conveniência de incluir na regulamentação a ser editada em face da determinação constante no item 9.1.2 acima, previsão de que o operador apresente estudo, planejamento e/ou estimativa de custos para o tratamento e/ou mitigação dos eventuais impactos econômicos e sociais nas comunidades circunvizinhas às centrais nucleares que advirão do futuro descomissionamento de suas usinas, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

9.5. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, recomendar à Eletronuclear S.A. (Eletronuclear) que:

9.5.1. promova, no prazo de 120 dias após editadas e publicadas pela Cnen as normas regulamentadoras nos termos da determinação proposta no item 9.1.2 acima, a reavaliação das estimativas de custos atualmente vigentes, observando, para tal finalidade, sempre que possível, técnicas baseadas em orçamentos e/ou projetos de engenharia, ainda que sintéticos, e na utilização de estruturas de desdobramento de trabalhos/atividades (WBS), preferencialmente, utilizando as premissas e os modelos propostos em documentos técnicos editados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

9.5.2 submeta as estimativas de custos de descomissionamento, revistas em face da providência recomendada no item 9.5.1 acima, à aprovação/homologação por parte da Cnen;

9.5.3. promova, após a conclusão da reavaliação das estimativas de custos conforme proposta do item 9.5.1 acima, se for o caso, o ajuste contábil na conta de passivo para descomissionamento, observando as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como fundamentando e descrevendo detalhadamente as técnicas e os procedimentos adotados, em especial os parâmetros utilizados para o cálculo do ajuste a valor presente (valor futuro, períodos e taxa de juros

9.5.4. faça incidir no recolhimento das quotas da reserva financeira para o descomissionamento referentes ao período de 2005 a 2007 a taxa de 2% a.a. adotada como paradigma pelo Grupo de Trabalho da Eletronuclear constituído através da Circular Geral n.17/2007, ou outra que venha a ser definida fundamentadamente, a fim de, com base nos princípios da eficiência e da moralidade insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, preservar o valor real das parcelas anuais que deveriam ser recolhidas em virtude da Portaria MME n. 320/2004 e revisões tarifárias posteriores promovidas pela Aneel;

9.6. recomendar, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletronuclear) que, considerando os regramentos a serem estabelecidos pela Cnen em virtude da determinação contida no item 9.1.1. acima, institua, mediante a edição de normas, mecanismos de controle e acompanhamento sobre a movimentação da conta bancária destinada a abrigar os recursos do fundo de descomissionamento das usinas nucleares, de forma que seja proibida a realização de saques para finalidades diversas às atividades para as quais foi instituído;

9.7. encaminhar, para ciência, cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam e do relatório da equipe técnica, a Eletronuclear Termonuclear (Eletronuclear), Centrais Elétricas Brasileiras (Eletronuclear), Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), assim como ao Ministério Público

Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis, tendo em vista a existência da Ação Civil Pública 2008.51.11.000962- 6;

- 9.8. determinar à 9ª Secex que, nos termos do artigo 243 do Regimento Interno do TCU, promova o monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações exaradas;
- 9.9. retirar o sigilo do presente processo, com fulcro no parágrafo único do artigo 6º da Resolução-TCU 229/2009;
- 9.10. classificar como sigilosa a peça 12 do presente processo, com fundamento no inciso VII do artigo 6º da Resolução-TCU 229/2009;
- 9.11. arquivar os autos, com fundamento no artigo 40, inciso V, da Resolução-TCU191/2006.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças - DA	Não se aplica.

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Para o atendimento das determinações contidas no acórdão em epígrafe se fazem necessárias interfaces entre a Eletronuclear, a Holding Eletrobras, o Ministério de Minas e Energia – MME, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, motivo pelo qual foi solicitada a prorrogação do prazo junto ao TCU, que por sua vez, foi acatada através do Acórdão 17/2015 - Plenário. (novo prazo para atendimento: 07/05/2015)

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
ELETOBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR	Não se aplica.

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	026.099/2011-0	Acórdão nº 843/2012 - TCU – Plenário, de 20/04/2012	9.1	Determinação	Ofício 232/2012-TUC/Secex-9, de 19/04/2012.

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
ELETOBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR	Não se aplica.

Descrição da Deliberação

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de acompanhamento da ação de cobrança pelo rito ordinário, ajuizada pela Eletronuclear em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas e Eletronuclear (Caefe) na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, Processo 0384270-27.2010.8.19.0001, em trâmite na 30ª Vara Cível da Comarca da Capital.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que promova o acompanhamento do Processo 0384270-27.2010.8.19.0001, em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas e Eletronuclear (Caefe), o qual se encontra tramitando na Justiça Estadual do Rio de Janeiro (30ª Vara Cível da Comarca da Capital), fazendo constar, em seu Relatório de Gestão anual, informação a este Tribunal sobre todas as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram até decisão definitiva, encaminhando imediata comunicação a esta Corte na oportunidade do desfecho da ação de cobrança;

9.2. arquivar os presentes autos.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Procuradoria Jurídica – P.J.P	Não se aplica.

Justificativa para o seu não Cumprimento:

A Procuradoria Jurídica da Eletronuclear realiza o acompanhamento do Processo 0384270 27.2010.8.19.0001. A sentença de primeiro grau julgou procedentes os pedidos formulados pela Eletronuclear. Interposto recurso de apelação, entendeu o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro por dar provimento aos pedidos, condenando a Eletronuclear ao pagamento de honorários no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), o que restou mantido nas demais instâncias superiores. Atualmente o processo encontra-se em fase de execução de honorários advocatícios, em favor da CAEFE.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	009.439/2013-7	Acórdão 2603/2013 – Plenário, de 25/09/2013	9.2 e subitens	Determinação	Ofício 0763/2013-TUC/SecobEnerg, de 30/09/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da auditoria (Fiscobras 2013) realizada nas obras de construção da Usina Termonuclear de Angra 3,</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:</p> <p>9.1. reclassificar a irregularidade tratada no achado 3.1.1 do Relatório de Fiscalização de IG-P para IG-C, nos termos do § 1º, IV c/c VI, e § 9º, do art. 93 da Lei 12.708/2012 (LDO/2013);</p> <p>9.2. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento, determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. que:</p> <p>9.2.1. em relação à Concorrência GAC. T/CN-003/13:</p> <p>9.2.1.2. exclua do orçamento original (R\$ 2.983.901.257,50) o montante de R\$ 10.105.631,90 (referente a encargos sociais, cesta básica, alimentação, transporte e outros itens de custos indiretos) e inclua, nas minutas contratuais do edital, cláusulas que prevejam que os valores de R\$ 20.325.442,47 (referente a folgas de campo) e R\$ 24.340.228,15 (referente à extensão de plano médico e odontológico aos dependentes dos funcionários), somente sejam pagos às contratadas, proporcionalmente, depois de exigidos por meio de Acordo/Convenção Coletiva de Trabalho;</p> <p>9.2.1.3. altere o conteúdo do item 10.10 da minuta do contrato, constante do edital, no sentido de informar: i) que o valor do contrato não considera a redução resultante do impacto positivo da suspensão do IPI e II, tendo em vista a aprovação pelos órgãos competentes do empreendimento ANGRA 3 no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - Renuclear, conforme dispõe a Lei 12.431/11; e ii) a obrigatoriedade de a contratada aderir ao benefício, com consequente expurgo, nos preços contratados, dos valores atribuídos aos tributos afetados pela adesão ao Renuclear;</p> <p>9.2.1.4. inclua cláusula na minuta do contrato, constante do edital, no sentido de informar: i) que o valor do contrato não considera a redução resultante do impacto positivo da "Desoneração da Folha de Pagamentos", instituída pela Lei 12.546/2011; e ii) a necessidade de adequação dos preços contratados em razão de ajustamento dessa nova legislação;</p> <p>9.2.2. em relação ao Contrato CT.NCO 223/83, firmado com a Construtora Andrade Gutierrez S.A. (item 3.2 do relatório 209/2013):</p> <p>9.2.2.1. apure a adequação dos valores já pagos, considerando a correta aplicação do Reidi nos faturamentos, levando-se em conta o expurgo dos valores de PIS/Cofins e a consequente redução de ISS;</p> <p>9.2.2.2. caso se confirme a ocorrência de pagamentos indevidos, nos termos do subitem anterior, adote as medidas cabíveis para restituição dos valores correspondentes e proceda, nas futuras medições, as devidas glosas;</p> <p>9.2.2.3. informe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas em relação aos subitens anteriores;</p>					

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria Técnica – DT	Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
<p>Por meio do Acórdão 2390/2014 – Plenário de 10/09/2014, o item 9.2.1 foi considerado atendido.</p> <p>A Construtora Andrade Gutierrez S/A opôs Embargos de Declaração, o qual foi acolhido parcialmente pelo TCU, com efeitos infringentes, a fim de tornar insubsistentes os itens 9.2.2.1 e 9.2.2.2 do referido acórdão, determinando a realização da oitiva da Construtora Andrade Gutierrez S/A.</p> <p>A Eletrobras Eletronuclear aguarda conclusão da matéria pelo TCU, após a oitiva.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Embargos de Declaração opostos pela Construtora Andrade Gutierrez em face do Acórdão nº 2.603/2013 – Plenário.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	013.515/2013-6	Acórdão 2859/201- Plenário, de 23/10/2013	9.2 e subitens	Determinação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog em razão de possível irregularidade, no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão de preços nos contratos que foram firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que estabeleceu a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:</p> <p>9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente;</p> <p>9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:</p> <p>9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;</p> <p>9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;</p> <p>9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico</p>					

sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, a medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;

9.4. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação, bem como da instrução da Selog, às unidades acima citadas;

9.5. determinar à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas que realize o monitoramento das determinações acima.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças - DA	Não se aplica.

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Para o cumprimento das determinações do acórdão em epígrafe, a Eletronuclear necessitará contratar, através de processo licitatório, empresa de consultoria com o objetivo de dar suporte técnico e apoio à Eletronuclear, de modo a verificar os impactos na economia dos contratos e permitir a apuração do ressarcimento dos valores pagos a maior.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
ELETOBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR	Não se aplica.

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	027.987/2011-6	Acórdão 243/2014 – 1ª Câmara, de 04/02/2014	1.7 e subitens	Determinação	Ofício 0071/2014-TCU/SecexEstatais, de 10/02/2014

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
ELETOBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR	Não se aplica.

Descrição da Deliberação

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 42 da Resolução-TCU 191/2006, ACORDAM em considerar atendidas as determinações constantes dos itens 9.1.1 e 9.1.2.2 e as recomendações dos itens 9.3.1, 9.3.2 e 9.4, do Acórdão 7.817/2010-1ª Câmara, e tornar insubsistente o item 9.1.2.1 do mesmo Acórdão, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário (TC-021.520/2010-0), bem como mandar adotar as seguintes providências, conforme pareceres emitidos, dando ciência desta deliberação à Eletronuclear S.A. (Eletronuclear).

1. Processo TC-027.987/2011-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Eletronuclear S.A. (Eletronuclear)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Eletronuclear S.A. (Eletronuclear), com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e em conformidade com o caput do art. 60, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT 127/2008, vigente à época, e art. 76 da

Portaria Interministerial MP/MF/MCT 507/2011, hoje em vigor, que no prazo de noventa dias remeta a este Tribunal a análise conclusiva da prestação de contas, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes, relativo ao Convênio ARS.P 001/2010, esclarecendo as possíveis irregularidades descritas abaixo:

1.7.1. notas fiscais emitidas após o encerramento do convênio, justificadas "por valores comprometidos por ocasião das licitações realizadas e atraso na entrega das mercadorias";

1.7.2. paradeiro dos equipamentos, adquiridos e não presentes no hospital, apontados no Relatório de Análise de Prestação de Contas de Convênio, e objeto de processo de localização e remanejamento por parte da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/RJ.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação – CR.P	Não se aplica.

Justificativa para o seu não Cumprimento:

O convênio ainda não pode ser encerrado, pois a Prefeitura de Angra dos Reis ainda não efetuou o remanejamento dos equipamentos para o Hospital da Japuiba.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
ELETOBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR	Não se aplica.

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	024.258/2013-0	Acórdão 1108/2014 – Plenário, de 30/04/2014	9.2 e subitens	Determinação	Ofício 0214/2014-TCU/SecexEstat, de 6/05/2014

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
ELETOBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR	Não se aplica.

Descrição da Deliberação

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de levantamento realizado pela SecexEstataisRJ com objetivo de reunir informações destinadas a identificar possíveis riscos e subsidiar futuras ações de controle acerca do gerenciamento seguro de rejeitos radioativos e de combustível nuclear usado, em especial no que se refere aos projetos de construção, por parte da Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen, bem como de repositórios e depósitos, e a avaliar a constituição de provisão financeira, por parte da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear, destinada a custear a transferência e a armazenagem de rejeitos e de combustível nuclear usado nos depósitos a serem construídos pela Cnen;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU (RITCU) que:

9.1.1. ultime, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências necessárias à tramitação do projeto de norma que dispõe sobre o licenciamento de depósitos de rejeitos radioativos de baixo e médio níveis de radiação, em atendimento aos subitens "ii" e "iii" do art. 19, item 2, da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos (internalizada no ordenamento jurídico pátrio através do Decreto nº 5.935, de 19 de outubro de 2006), e em atenção aos arts. 4º e 10 da Lei nº 10.308, de 20 de novembro de 2001, promovendo a consequente publicação do ato normativo no Diário Oficial da União (item 6.2.42 do Relatório);

9.1.2. apresente ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação da norma de que trata o item anterior, um plano de ação, a fim de cumprir com o estabelecido nos arts. 4º e 10 da Lei nº 10.308, de 2001, e nos subitens "ii" e "iii" do art. 19, item 2, da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos (internalizada

no ordenamento jurídico pátrio através do Decreto nº 5.935, de 2006), em que faça constar (item 6.3.25) o seguinte:

9.1.2.1. a descrição detalhada do processo de licenciamento de depósitos de rejeitos radioativos de baixo e médio níveis de radiação a ser implementado a partir da edição da nova norma, com a descrição das etapas, atividades, responsáveis, recursos e sistemas a serem utilizados;

9.1.2.2. o cronograma de licenciamento de todos os depósitos intermediários de rejeitos radioativos sob a responsabilidade da Cnen, com a descrição detalhada das etapas, atividades, tarefas, responsabilidades, recursos e prazos;

9.1.2.3. o cronograma de inspeção nos depósitos iniciais de rejeitos radioativos em todo o território nacional, com a finalidade de verificar a situação atual e de informar aos operadores de instalações geradoras de rejeitos sobre os requisitos, procedimentos e prazos para o cumprimento das exigências de licenciamento estabelecidas na nova norma;

9.1.3. elabore e publique no Diário Oficial da União, no prazo de 90 (noventa) dias, a tabela de que trata o art. 18, caput, da Lei nº 10.308, de 2001, com os valores dos serviços de depósito intermediário e final, correspondentes à indenização pelos custos incorridos pela Cnen, a ser elaborada de acordo com os fatores descritos no art. 18, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.308, de 2001 (item 7.4.22);

9.1.4. apresente ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação relativo ao cálculo dos valores devidos aos municípios e aos respectivos pagamentos das compensações financeiras previstas no art. 34 da Lei 10.308/2001, com a especificação de cronograma que contenha o detalhamento das etapas, atividades, responsabilidades e prazos para sua execução (item 7.5.18);

9.2. determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear, com fulcro no art. 250, inciso II, do RITCU, que:

9.2.1. apresente ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação relativo ao cálculo dos valores devidos ao município e aos respectivos pagamentos das compensações financeiras previstas no art. 34 da Lei nº 10.308, de 2001, com a especificação de cronograma que contenha o detalhamento das etapas, atividades, responsabilidades e prazos para sua execução (item 7.5.18);

9.2.2. recalcule, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação no Diário Oficial da União da tabela mencionada no item 9.1.3 acima, os valores estimados para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada a sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade - RBMN, de forma a, com fulcro nos Pronunciamentos Técnicos 25 e 27 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, diminuir o grau de incerteza sobre os valores que constam da provisão contábil realizada com base no Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pela CGE 037/10, de 1/6/2010 (item 7.6.19);

9.3. determinar à SecexEstataisRJ que promova o acompanhamento, nos termos do art. 241, inciso II, do RITCU, de todo o empreendimento tratado nestes autos a fim de examinar a execução do cronograma e os resultados alcançados pela Cnen e pela Eletronuclear, quanto ao projeto, construção, licenciamento e entrada em operação dos empreendimentos do RBMN, do UFC e do Prédio de Monitoração do CGR, avaliando, em especial, quanto ao andamento das etapas de seleção do local e licenciamento ambiental e nuclear, assim como os procedimentos de contratação de terceiros nas diversas etapas dos projetos e de alocação orçamentária (itens 7.2.19, 8.1.44 e 8.3.20);

9.4. recomendar à Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen, com fulcro no art. 250, inciso III, do RITCU, que:

9.4.1. elabore estudo destinado a definir indicadores que retratem, de forma abrangente e periódica, os resultados alcançados através do processo de elaboração de normas regulatórias a cargo da DRS, em que fiquem demonstrados o tempo decorrido no processo de tramitação (detalhado por etapa) e o cumprimento das metas e cronogramas previstos pelo Grupo Consultivo de Normas Nucleares decorrente da P-DRS-003 (item 6.2.18);

9.4.2. desenvolva e implemente sistema informatizado, a ser utilizado de forma integrada pela Corej e pelas unidades que gerenciam os depósitos intermediários, com a finalidade de controlar todas as etapas referentes ao gerenciamento e à fiscalização dos depósitos de rejeitos radioativos, contemplando especialmente: (i) controle de inventário e material armazenado; (ii) controle da ocupação dos depósitos; (iii) custos incorridos; (iv) entidades geradoras de rejeitos; (v) relatórios gerenciais; (vi) controles de relatórios de fiscalização e exigências formuladas; (vii) indicadores de desempenho (item 6.4.35);

9.4.3. elabore estudo técnico destinado a analisar se o arcabouço normativo atualmente existente (normas 6.05, 6.06 e 6.09), assim como as normas a serem editadas (8.01 e 8.02), são suficientes e adequados para amparar o gerenciamento seguro das fontes seladas fora de uso, em especial dos denominados "cabeçotes de radioterapia", especificando a forma pela qual cada um desses materiais deve ser classificado quanto ao nível de radiação, assim como se a estrutura normativa vigente atende ao determinado no art. 28, item 1, da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e de Rejeitos Radioativos (Decreto nº 5.935, de 2006) (item 7.3.18);

9.4.4. elabore plano de ação referente ao processo de repatriação das fontes seladas radioativas (cabeçotes de teleterapia), em que conste cronograma com identificação das etapas, atividades, responsáveis e prazos para sua execução (item 7.3.36);

9.4.5. elabore estudo técnico detalhado com a finalidade de avaliar a obrigatoriedade, a conveniência e a oportunidade de instituir, em âmbito nacional, normas regulatórias versando sobre a necessidade de que os geradores de rejeitos radioativos mantenham provisão e/ou reservas financeiras para garantir o cumprimento das obrigações estabelecidas no art. 18 da Lei nº 10.308, de 2001 (item 7.6.34);

9.4.6. elabore estudo técnico detalhado com a finalidade de avaliar a obrigatoriedade, a conveniência e a oportunidade de

instituir, em âmbito nacional, normas regulatórias destinadas a instar a Eletronuclear, geradora de combustível nuclear usado, a estabelecer provisão e/ou reserva financeira destinada a garantir o cumprimento dos arts. 4º e 22 da Convenção Conjunta sobre Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e de Rejeitos Radioativos (Decreto nº 5.935, de 2006), assim como as orientações e diretrizes técnicas delineadas no documento Storage of Spent Nuclear Fuel Specific Safety Guide Nº SSG-15, da AIEA (item 7.6.42);

9.5. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, na qualidade de coordenadora do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (art. 2º, inciso I, do Decreto s/n, de 2 de julho de 2008), ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) que atentem para:

9.5.1. a inexistência de política e estratégia formalizada sobre o gerenciamento de combustível nuclear usado em território nacional, com a ausência de posicionamento sobre a solução a ser adotada no País (deposição, reprocessamento ou espera por amadurecimento tecnológico/econômico das opções disponíveis), pode prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Brasil através do caput e incisos do art. 4º da Convenção Conjunta sobre Gerenciamento de Combustível Nuclear Usado e de Rejeitos Radioativos, promulgada pelo Decreto nº 5.935, de 2006, além de constituir importante risco ao processo de gerenciamento de combustível nuclear usado no País; (item 4.2.13);

9.5.2. o modelo jurídico-institucional atualmente existente no Brasil, que atribui à Comissão Nacional de Energia Nuclear – Cnen tanto atividades de regulação quanto de execução relativas ao gerenciamento de rejeitos radioativos e de combustível nuclear usado, encontra-se em desacordo com o comando insculpido no art. 20 da Convenção Conjunta sobre Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e de Rejeitos Radioativos (Decreto nº 5.935, de 2006), da qual o Brasil é signatário, configurando grave deficiência de controle no processo de regulação do setor, com potenciais prejuízos para a segurança das pessoas, da sociedade e do meio ambiente (item 4.3.19);

9.6. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, na qualidade de coordenadora do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro - CDPNB, encargo estabelecido através do art. 2º, inciso I, do Decreto s/n, de 2008, da Presidência da República, que atente para o fato de que a não atuação do CDPNB, com o conseqüente não alcance dos objetivos delineados no art. 1º do Decreto s/n de 2008 da Presidência da República, implica: (i) que decisões tenham sido e/ou venham a ser tomadas sem que hajam sido devidamente analisadas e consolidadas pela instância de governança criada por meio do Decreto s/n, de 2008, da Presidência da República; (ii) riscos de que não sejam estabelecidas apropriadamente diretrizes e metas sobre o processo de gerenciamento seguro de rejeitos radioativos e combustível nuclear usado - GRCN no Brasil; (iii) riscos de que não seja exercida adequada supervisão sobre o processo de GRCN no âmbito do Programa Nuclear Brasileiro, nos termos do art. 1º do Decreto s/n, de 2008 (item 4.2.17);

9.7. retirar o sigilo do presente processo, com base no art. 14, § 3º, da Resolução TCU 254, de 2013 (item 9.3);

9.8. classificar a Peça nº 16 do presente processo com o grau de sigilo "reservado", nos termos do Art. 23, inciso VII, da Lei de Acesso à Informação, c/c os arts. 4º, § 2º; 5º, § 4º; 7º, inciso VI, e 8º da Resolução TCU 254, de 2013, pelo prazo de 5 (cinco) anos (item 9.4);

9.9. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen; Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear; à Casa Civil da Presidência da República; ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal; e à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, bem como à Procuradoria-Geral da República, como subsídio para a tomada de eventuais decisões e para a adoção de providências cabíveis; e

9.10. arquivar os presentes autos.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças - DA	Não se aplica.

Justificativa para o seu não Cumprimento:

A Eletronuclear vem cumprindo desde 2009 com as obrigações decorrentes do art. 34 da Lei 10.308/2001, inclusive com pleito de ressarcimento de valor pago a maior, restando apenas a solução para o valor referente às quotas anteriores a esse período. Tão logo a Prefeitura de Angra dos Reis emita o parecer sobre o pleito de devolução dos valores pagos a maior, a Eletronuclear estará realizando a quitação da mencionada pendência, seja por compensação com a parcela devolvida e quitação da diferença ou quitação do valor total em caso de indeferimento do pleito.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	013.420/2013-5	Acórdão 1684/2014 – Plenário, de 25/06/2014	9.1 e subitens, 9.2 e 9.3	Determinação, recomendação e alerta.	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada na Eletrobrás Termonuclear S.A. com vistas a avaliar a implementação dos controles de TI informados em resposta ao levantamento do perfil de governança de TI de 2012, bem como verificar a adoção de planos e estratégias para implementação e melhoria da governança de TI.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. recomendar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que:</p> <p>9.1.1. elabore e aprove formalmente um processo de aprimoramento contínuo da governança de TI, a exemplo das boas práticas contidas no capítulo 3 do guia de referência da implementação do Cobit 5, que contemple pelo menos o seguinte:</p> <p>9.1.1.1. definição de papéis e responsabilidades voltadas especificamente para a melhoria da governança de TI;</p> <p>9.1.1.2. realização de diagnósticos ou autoavaliações de governança e de gestão de TI;</p> <p>9.1.1.3. definição e acompanhamento de metas de governança de TI e das ações necessárias para alcançá-las, com base em parâmetros de governança, necessidades de negócio e riscos relevantes.</p> <p>9.1.2. defina mecanismos que possibilitem à alta administração monitorar o funcionamento do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação, à semelhança das orientações contidas na seção 3.2 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009, bem como elabore os relatórios mensais das atividades desenvolvidas pelo referido comitê, em atenção ao art. 15, alínea "j", do Regimento Interno do CDTI;</p> <p>9.1.3. em consonância com o disposto no item 9.1.1 do acórdão 2308/2010-TCU-Plenário e com base nas boas práticas contidas na seção 3.3 da ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009, estabeleça formalmente:</p> <p>9.1.3.1. metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI para cada indicador definido;</p> <p>9.1.3.2. mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição;</p> <p>9.1.3.3. mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.</p> <p>9.1.4. em atenção ao art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, estabeleça processo de planejamento estratégico institucional que contemple, pelo menos, as práticas descritas nos itens 9.1.1.1 a 9.1.1.6 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário;</p> <p>9.1.5. em consonância com o art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, faça constar do plano diretor de TI vinculação das ações de TI (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio;</p> <p>9.1.6. em atenção ao art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967 e em consonância com o item 9.1.2 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, estabeleça processo de planejamento de TI que contemple, pelo menos, os elementos de caráter estratégico descritos nos itens 9.1.2.1 a 9.1.2.6 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário;</p> <p>9.1.7. tendo em vista o resultado da avaliação do pessoal de TI da entidade, adote providências no sentido de dotar esse setor com o quantitativo de pessoal identificado como adequado para suprir as necessidades de trabalho em TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO07.01 - Maintain adequate and appropriate staffing (Manter pessoal adequado e apropriado - tradução livre), levando em consideração as necessidades de pessoal das demais áreas da entidade;</p> <p>9.1.8. implemente processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI de acordo com as prioridades do negócio e dentro do orçamento estabelecido, à semelhança das orientações contidas na seção 6.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;</p> <p>9.1.9. elabore, publique e mantenha atualizado catálogo de serviços de TI da empresa, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, Prática de Gestão APO09.02 - Catalogue IT-enabled services (Catalogar serviços de tecnologia da informação)</p>					

habilitados – tradução livre), bem como na seção 6.1.3.2 da norma ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008;

9.1.10. elabore e execute processo de gestão de continuidade dos serviços de TI, à semelhança das orientações contidas no Cobit 5, DSS04.3 - Develop and implement a business continuity response (Desenvolver e implementar resposta à continuidade do negócio - tradução livre);

9.1.11. em consonância com o item 9.11.10 do acórdão 1233/2012-TCU-Plenário, defina processo formal de contratação e de gestão de contratos de soluções de TI, à semelhança das orientações contidas na IN - SLTI/MP 4/2010;

9.1.12. em atenção ao art. 5º, inciso VII, da IN - GSI/PR 1/2008, aperfeiçoe a Política de Segurança da Informação da entidade, que deve contemplar, em especial, os elementos estabelecidos no item 5.3 da NC - DSIC/GSI/PR 3/IN01, de 30 de junho de 2009, e na seção 5.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.1.13. em atenção às disposições contidas na NC - DSIC/GSI/PR 6/IN01, de 11 de novembro de 2009, e em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário, elabore, execute e teste periodicamente o plano de continuidade do negócio da instituição, de forma a minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da entidade, à semelhança das orientações contidas na seção 14 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, nas seções 8.6 e 8.7 da ABNT NBR 15999-1:2007 e no Cobit 5, DSS04.3 - Develop and implement a business continuity response (Desenvolver e implementar resposta à continuidade do negócio - tradução livre);

9.1.14. em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSI/PR 10/IN01, de 30 de janeiro de 2012, elabore e execute processo de gestão de ativos de informação da entidade, à semelhança das orientações contidas na seção 7.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e no Cobit 5, Processo BAI09 - Manage assets (Gerenciar ativos - tradução livre);

9.1.15. em atenção ao item 2.6 da NC - DSIC/GSI/PR 7/IN01, de 6 de maio de 2010, e em consonância com o item 9.2 do acórdão 1603/2008-TCU-Plenário, elabore e aprove formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI, com base nos requisitos de negócio e de segurança da informação da entidade, à semelhança das orientações contidas na seção 11.1.1 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.1.16. em atenção ao art. 8º do Regimento Interno do Comitê de Segurança da Informação, de 14 de outubro de 2010, identifique e corrija as falhas que originaram a baixa atuação desse colegiado nos últimos dois anos, a fim de garantir o seu efetivo funcionamento;

9.1.17. em atenção ao art. 5º, inciso IV, da IN - GSI/PR 1/2008 c/c o item 5.3.7.2 da NC - DSIC/GSI/PR 3/IN01, de 30 de junho de 2009, designe formalmente responsável pela segurança da informação e comunicações da entidade, à semelhança das orientações contidas no item 6.1.3 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.1.18. em atenção ao art. 5º, inciso V, da IN - GSI/PR 1/2008 e às disposições contidas na NC - DSIC/GSI/PR 5/IN01, de 14 de agosto de 2009, institua formalmente equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, à semelhança das orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.1.19. em atenção ao item 3.2.7 da NC - DSIC/GSI/PR 2/IN01, de 13 de outubro de 2008, elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, bem como institua formalmente equipe para tratar dos incidentes dessa natureza, à semelhança das orientações contidas na seção 13 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005;

9.1.20. em atenção ao disposto na NC - DSIC/GSI/PR 4/IN01, de 15 de fevereiro de 2013, elabore e implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação, à semelhança das orientações contidas na seção 4 da ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.

9.2. determinar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que inclua nos relatórios de gestão dos exercícios vindouros informações específicas que permitam o acompanhamento pelos órgãos de controle das ações afetas à governança de TI, conforme orientações contidas no item 7 e seus subitens do Anexo Único da Portaria-TCU 175/2013.

9.3. alertar a administração da Eletrobrás Termonuclear S.A. sobre os riscos atinentes à contratação de bens e serviços de TI, elencados no item 24 da proposta de deliberação, a que está exposta ao não adotar adequadamente as boas práticas utilizadas como parâmetro de avaliação, bem como as recomendações exaradas nos acórdãos de referência;

9.4. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente - DG	Não se aplica.

Justificativa para o seu não Cumprimento:

A Eletronuclear aguarda manifestação do TCU quanto ao atendimento das recomendações propostas no acórdão em epígrafe.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	000.901/2014-8	Acórdão 2390/2014 – Plenário, de 10/09/2014	9.1	Recomendação	Ofício 0473/2014-TCU/SecobEnerg, de 11/09/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Auditoria realizada nas obras de construção civil da Usina Termonuclear Angra 3.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1 recomendar à Eletrobrás Termonuclear S.A. nos termos do inciso III, do art. 250, do Regimento Interno do TCU, que reavalie os critérios de medição adotados no Contrato NCO-223/83, com vistas adoção de critério que permita o pagamento de custos diretos e indiretos de forma proporcional à execução física;</p> <p>9.2 determinar à SecobEnergia, com fulcro no art. 243, do Regimento Interno do TCU, que:</p> <p>9.2.1 mantenha, na próxima auditoria a ser realizada no empreendimento:</p> <p>9.2.1.1. a verificação da efetividade das medidas saneadoras promovidas pela Eletrobrás Termonuclear S.A., para mitigação dos custos desnecessários relacionados ao descompasso entre a execução física e o cronograma de desembolso previstos para o contrato NCO- 223/83, nos termos do item 9.3.2 do Acórdão nº 2.603/2013-TCUPlenário;</p> <p>9.2.1.2. a verificação da efetividade da contratação de verificador independente, medida pactuada entre a Eletrobrás Termonuclear S.A. e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), em auxílio ao processo de licenciamento nuclear, nos termos do item 9.3.3 do Acórdão nº 2.603/2013-TCU-Plenário;</p> <p>9.2.2 analise a regularidade do termo aditivo ao Contrato NCO-223/83 que vier a ser pactuado, mormente no que diz respeito aos valores eventualmente acrescidos, relacionados aos custos indiretos da obra e, caso seja verificado dano ao Erário, quantifique-o e identifique os responsáveis;</p> <p>9.3 considerar atendido o item 9.2.1 do Acórdão nº 2.603/2013-TCU-Plenário;</p> <p>9.4. juntar cópia das peças 11 e 22 dos presente autos, bem como deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao TC 009.439/2013-7;</p> <p>9.5. deferir, com fulcro no art. 146 do RI/TCU, o ingresso da Construtora Andrade Gutierrez como interessada nos presentes autos;</p> <p>9.6 encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para:</p> <p>9.6.1. o Ministério de Minas e Energia;</p> <p>9.6.2. a Eletrobras Termonuclear S.A.</p> <p>9.6.3. a Comissão Nacional de Energia Nuclear;</p> <p>9.6.4. a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados;</p> <p>9.6.5. a Construtora Andrade Gutierrez S.A.;</p> <p>9.7. arquivar os presentes autos.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria Técnica – DT					Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

A Eletronuclear pretende atender a recomendação no âmbito da repactuação do contrato NCO-223/83, prevista para ocorrer em 2015.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	027.428/2012-5	Acórdão 3020/2014 – Plenário, de 05/11/2014	9.7 e subitens, 9.8, 9.10 e 9.11	Determinação	Ofício 0506/2014-TCU/SecexEstat, de 11/11/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam do monitoramento do Acórdão 2.707/2011-Plenário, exarado em sede de levantamento de auditoria, que teve como objetivo produzir informações e conhecimentos sobre o fundo para o descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2.</p> <p>Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. considerar como não cumprida até o momento a determinação contida no item 9.1.1 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, devendo ser verificado seu atendimento no próximo monitoramento;</p> <p>9.2. considerar como cumpridas as determinações contidas nos itens 9.1.2 e 9.3 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário;</p> <p>9.3. considerar como em implementação as recomendações dos itens 9.4.1, 9.5.2 e 9.5.3 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, devendo ser verificado seu atendimento no próximo monitoramento;</p> <p>9.4. considerar como não implementada a recomendação do item 9.5.4 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, transformada em determinação, conforme item 9.8;</p> <p>9.5. considerar como não implementada a recomendação do item 9.6 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, devendo ser verificado seu atendimento no próximo monitoramento;</p> <p>9.6. tornar insubsistentes as determinações e recomendações constantes dos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.4.2 e 9.5.1 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário;</p> <p>9.7. determinar à Eletronuclear que, no prazo de sessenta dias, apresente plano de ação em que sejam detalhadas as responsabilidades, prazos e providências a serem adotadas com vistas a:</p> <p>9.7.1. elaborar estudo destinado a demonstrar as possíveis vantagens e desvantagens, sob os pontos de vista jurídico, contábil, financeiro e técnico, decorrentes de eventual decisão sobre a alteração total ou parcial da moeda vinculadora (dólar americano) atualmente adotada para a gestão do fundo de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2;</p> <p>9.7.2. elaborar estudo detalhado da oportunidade e conveniência, sob as perspectivas técnica e financeira, de se adotar mecanismos, a exemplo de seguros, fianças ou garantias de terceiros, em complemento às reservas financeiras já depositadas junto à Eletrobras, para a cobertura do risco de descomissionamento precoce/antecipado das instalações, com o encerramento das atividades antes do tempo previsto (em momento em que não se tenha juntado o montante total dos recursos necessários ao descomissionamento das usinas), em atenção ao item 6.2 do Safety Requirements WS-R-5 – Decommissioning of Facilities Using Radioactive Material publicado pela AIEA;</p> <p>9.7.3. implementar as recomendações dos itens 9.5.2 e 9.5.3 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário;</p> <p>9.7.4. promover a reavaliação das estimativas de custos atualmente vigentes, observando, para tal finalidade,</p>					

sempre que possível, técnicas baseadas em orçamentos e/ou projetos de engenharia, ainda que sintéticos, e na utilização de estruturas de desdobramento de trabalhos/atividades (WBS), preferencialmente, utilizando as premissas e os modelos propostos em documentos técnicos editados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

9.8. determinar à Eletronuclear que, com base em estudo financeiro detalhado a ser apresentado ao TCU em 60 dias, faça incidir, no recolhimento das quotas da reserva financeira para o descomissionamento referentes ao período de 2005 a 2007, a taxa de 2% a.a. adotada como paradigma pelo Grupo de Trabalho da Eletronuclear constituído através da Circular Geral 17/2007, ou outra que venha a ser definida fundamentadamente, a fim de, com base nos princípios da eficiência e da moralidade insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, preservar o valor real das parcelas anuais que deveriam ser recolhidas em virtude da Portaria MME 320/2004 e revisões tarifárias posteriores promovidas pela Aneel;

9.9. determinar à Aneel que efetue e encaminhe à Eletronuclear, à Eletrobras, ao MME, à Cnen e ao TCU, no prazo de 60 dias, o levantamento dos valores financeiros que tenham sido efetivamente recebidos pela Eletronuclear, pela via tarifária, a partir de seu faturamento realizado no período de 1997 a 2004, a título de recolhimentos para a composição da reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares;

9.10. determinar à Eletronuclear, à Eletrobras, ao MME e à Cnen que formalizem, no prazo de 60 dias, dando ciência ao TCU, com base em estudo financeiro detalhado, a forma de restituição de R\$ 72.815.861,25 (data-base: 30/4/1997), equivalentes a US\$ 68.450.000,00 (data-base: 30/4/1997), corrigidos monetariamente, por parte da Eletronuclear, à reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares, utilizados em 31/12/1999 para compensar dívida da Eletronuclear perante Furnas Centrais Elétricas S.A., por meio do Contrato 13.244, detalhando o período de recolhimento, a periodicidade dos aportes a serem realizados, os critérios de atualização monetária e as sanções pelo descumprimento, em atenção ao estabelecido nos itens 1.1.2 e 1.3 do Protocolo de Cisão, no item 'c' da Cláusula Primeira do Contrato 13.244, firmado entre Eletronuclear e Furnas, na Resolução 595.002/02 da Diretoria-Executiva da Eletronuclear, no art. 5º, inc. I Resolução CNPE 8/2002, no artigo 11 da Convenção de Segurança Nuclear de 1994 e no artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos de 1997);

9.11. determinar à Eletronuclear, à Eletrobras, ao MME e à Cnen que formalizem, no prazo de 60 dias após o recebimento do levantamento demandado na determinação contida no item 9.9 acima, dando ciência ao TCU, a forma de restituição, por parte da Eletronuclear, à reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares, dos montantes efetivamente arrecadados pela via tarifária no período de 1997 a 2004, atualizados monetariamente, detalhando o período de recolhimento das parcelas da restituição, a periodicidade dos aportes a serem realizados, os critérios de atualização monetária e as sanções pelo descumprimento, em atenção ao estabelecido no item 15 da Portaria Cnen 186/1997; na Resolução 595.002/02 da Diretoria-Executiva da Eletronuclear; no art. 5º, inciso I, da Resolução CNPE 8/2002; no artigo 11 da Convenção de Segurança Nuclear de 1994; e no artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos de 1997

9.12. dar ciência à Aneel no sentido de que os valores a serem restituídos pela Eletronuclear ao fundo de descomissionamento, conforme proposto nos subitens 9.10 e 9.11 acima, não devem ter novos reflexos tarifários, uma vez que se referem aos valores já considerados na tarifa durante o período de 1985 a 2004, sob pena de se configurar duplicidade e de se onerar indevidamente o comprador da energia elétrica;

9.13. encaminhar cópia do presente relatório ao Ministério de Minas e Energia (MME) informando-lhe que inexistem legislação e normas, em âmbito nacional, que disponham sobre a necessidade de estudos e medidas a serem adotadas em relação aos possíveis impactos sociais e econômicos nas comunidades circunvizinhas que advirão do futuro descomissionamento das usinas nucleares, o que se encontra em desalinhamento com as recomendações e melhores práticas propostas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em especial aquelas constantes do Tecdoc 1476 - Financial Aspects of Decommissioning;

9.14. determinar à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ) que:

9.14.1. realize, no prazo de um ano, novo monitoramento com o objetivo de avaliar a situação de cumprimento das determinações e de implementação das recomendações dos itens 9.1.1, 9.4.1, 9.5.2, 9.5.3 e 9.6 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, e dos itens 9.7 a 9.11 da presente deliberação;

9.14.2. acompanhe em processo apartado o atendimento, no prazo fixado, das determinações contidas nos itens 9.8 a 9.11 da presente deliberação, encaminhando os autos ao Relator assim que vencido os prazos concedidos;

9.15. comunicar à Cnen, à Eletronuclear e à Aneel que o descumprimento das determinações proferidas pelo TCU, em especial as que constam do item 9.1.1 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário e dos itens 9.7, 9.8, 9.9, 9.10 e 9.11 poderá, salvo motivo justificado, ensejar a aplicação de multa aos responsáveis, nos termos do §1º do art. 58 da Lei 8.443/1992 e do inciso VII do art. 268 do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), prescindindo de prévia audiência dos responsáveis, nos termos do §3º do art. 268 do RI/TCU;

9.16. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), Comissão Nacional de Energia Elétrica (Cnen), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Ministério de Minas e Energia (MME);

9.17. apensar os presentes autos ao TC 005.215/2011-0.	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças - DA	Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Para o atendimento das determinações contidas no acórdão em epígrafe se fazem necessárias interfaces entre a Eletronuclear, a Holding Eletrobras, o Ministério de Minas e Energia – MME, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, motivo pelo qual foi solicitada a prorrogação do prazo junto ao TCU, que por sua vez, foi acatada através do Acórdão 17/2015 - Plenário. (novo prazo para atendimento: 07/05/2015)	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	044.336/2012-8	Acórdão 6885/2014 – 2ª Câmara, de 18/11/2014	1.9 e 1.10	Determinação e Ciência	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica.
Descrição da Deliberação					
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares, dar quitação plena aos responsáveis, e mandar fazer as seguintes ciências e recomendação sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.</p> <p>1. Processo TC-044.336/2012-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)</p> <p>1.1. Responsáveis: Antonio Carlos Gomes Lima (106.341.263-34); Edno Negrini (140.993.061-00); Eduardo de Carolis (891.383.097-34); Ildo Wilson Grütner (375.801.169-87); Josias Matos de Araujo (039.310.132-00); José Henrique Paim Fernandes (419.944.340-15); Luiz Antonio de AmorimSoares (546.971.157-91); Marco Aurélio de Almeida Garcia (333.928.460-15); Miguel Colasuonno (004.197.618-53); Miriam Mara Miranda (221.806.131-72); Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00); Pedro José Diniz de Figueiredo (020.040.627-20); Pérsio José Gomes Jordani (109.681.057-34)</p> <p>1.2. Unidade: Eletrobras Termonuclear S/A - Eletrobras Eletronuclear, Ministério de Minas e Energia (MME)</p> <p>1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro</p> <p>1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado</p> <p>1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).</p> <p>1.6. Advogado constituído nos autos: não há.</p> <p>1.7. Julgar regulares as contas dos responsáveis abaixo nominados, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno:</p>					

Nome	CPF	Cargo
OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA	135.734.037-00	Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração
PEDRO JOSE DINIZ DE FIGUEIREDO	020.040.627-20	Diretor de Operação e Comercialização
LUIZ ANTONIO DE AMORIM SOARES	546.971.157-91	Diretor Técnico
EDNO NEGRINI	140.993.061-00	Diretor de Administração e Finanças
PERSIO JOSE GOMES JORDANI	109.681.057-34	Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente
MIGUEL COLASUONNO	004.197.618-53	Presidente do Conselho de Administração
EDUARDO DE CAROLIS	891.383.097-34	Conselheiro de Administração
ILDO WILSON GRODTNER	375.801.169-87	Conselheiro de Administração
MARCO AURELIO DE ALMEIDA GARCIA	333.928.460-15	Conselheiro de Administração
JOSE HENRIQUE PAIM FERNANDES	419.944.340-15	Conselheiro de Administração
MIRIAM MARA MIRANDA	221.806.131-72	Conselheiro de Administração
JOSIAS MATOS DE ARAÚJO	039.310.132-00	Conselheiro de Administração
ANTONIO CARLOS GOMES LIMA	106.341.263-34	Conselheiro de Administração

1.8. Dar ciência à Controladoria-Geral da União sobre a seguinte impropriedade:

1.8.1. que a ausência de avaliação, por parte da CGU, de justificativas para a baixa execução físico-financeira de Ações de responsabilidade da Eletronuclear (caso das Ações 4477 e 6508), constitui inobservância de orientação contida na DN TCU 117/2011, parte A, item 2, do Anexo III;

1.9. Dar ciência à Eletronuclear sobre a seguinte impropriedade:

1.9.1. que a ausência de justificativas, no Relatório de Gestão da Eletronuclear, para a baixa execução financeira de Ações de responsabilidade da entidade (caso das Ações 4477 e 6508), constitui inobservância de orientação contida na Portaria TCU 123/2011, Anexo A, itens 2.3.1 e 2.3.2;

1.10. Recomendar à Eletronuclear a implementação de processo de avaliação de riscos em consonância com diretrizes internacionais (Gerenciamento de Riscos - Estrutura Integrada / COSO II, INTOSAI GOV 9100 e 9130), bem como aderente à Matriz de Riscos definida em conjunto com a controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletronuclear;

1.11. Dar ciência deste Acórdão à Eletronuclear;

1.12. Arquivar as presentes contas.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente - DG	Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

A Eletrobras Eletronuclear não teve recomendações do CGU atendidas no exercício de 2014.

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.2.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201317769	Item 1.1.1.2 Recomendação 01	Ofício nº 16798/2014/NAC-6/CGU-Rio de Janeiro/CGU-PR, de 07/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Descrição da Recomendação			
Agilizar a implantação de sistemas CFTV nos saguões de acesso às áreas radiologicamente controladas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Engenharia de Apoio – SO.T			Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O material e serviços de instalação e comissionamento do sistema de CFT-IP a serem implantados em Angra 1, Angra 2 e acesso do Centro de Gerenciamento de Rejeitos, encontram-se em aquisição. A instalação será iniciada após a entrega do material, ao longo do ano de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201317769	Item 1.1.1.2 Recomendação 02	Ofício nº 16798/2014/NAC-6/CGU-Rio de Janeiro/CGU-PR, de 07/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Descrição da Recomendação			
Implantar funcionalidade no Sistema CAE, que registra os horários de entrada e saída das áreas controladas da CNAAA, incluindo o depósito de rejeitos radioativos, que minimize a possibilidade de fraudes nos acessos àquelas áreas.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência de Coordenação de Operação – SC.O	Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A Eletrobras Eletronuclear irá adquirir um novo sistema, em substituição ao sistema atual, entretanto, devido às características do novo software e os requisitos de segurança aplicáveis, sua contratação será feita durante o exercício de 2016, através de um processo de aquisição na modalidade de licitação internacional.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201317769	Item 1.1.1.3 Recomendação 01	Ofício nº 16798/2014/NAC-6/CGU-Rio de Janeiro/CGU-PR, de 07/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Descrição da Recomendação			
Efetuar levantamento de todos os servidores que perceberam adicional de periculosidade a partir de 13/10/2010, data da 1ª Revisão da Instrução Normativa n.º 24.09, a fim de comprovar a sua aderência aos ditames normativos, providenciando o ressarcimento ao Erário, pelos(s) responsável (eis) a ser(em) identificado (s), para os casos de valores pagos indevidamente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos – SH.A, Superintendência de Coordenação da Operação – SC.O e Superintendência de Gestão Empresarial – SG.G			Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Eletrobras Eletronuclear entende que não existem irregularidades na concessão da periculosidade ionizante, haja vista que todos os empregados que fizeram jus ao recebimento do adicional preencheram os requisitos da Portaria 518/2003, razão pela qual não seria necessário efetuar levantamento. Entretanto, a Superintendência de Recursos Humanos – SH.A está providenciando o referido levantamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201317769	Item 1.1.1.3 Recomendação 02	Ofício nº 16798/2014/NAC-6/CGU- Rio de Janeiro/CGU-PR, de 07/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Descrição da Recomendação			
Suspender o pagamento do adicional de periculosidade por radiação ionizante a todos os empregados lotados em Angra dos Reis, com relação aos quais o contato à condição de risco ocorra de forma eventual, a partir do mês subsequente ao recebimento deste Relatório da CGU-Regional/RJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos – SH.A, Superintendência de Coordenação da Operação – SC.O e Superintendência de Gestão Empresarial – SG.G			Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Eletrobras Eletronuclear entende que não há empregados recebendo adicional de periculosidade por radiação ionizante de forma eventual, razão pela qual não se justifica suspender o pagamento do adicional de periculosidade, à luz dos ditames da Portaria 518/2003 do MTE.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201317769	Item 1.1.1.3 Recomendação 03	Ofício nº 16798/2014/NAC-6/CGU-Rio de Janeiro/CGU-PR, de 07/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Descrição da Recomendação			
Suspender o pagamento do adicional de periculosidade por radiação ionizante a todos os empregados lotados no Rio de Janeiro, com relação aos quais o contato à condição de risco ocorra de forma eventual, a partir do mês subsequente ao recebimento deste Relatório da CGU-Regional/RJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos – SH.A, Superintendência de Coordenação da Operação – SC.O e Superintendência de Gestão Empresarial – SG.G			Não se aplica.

Justificativa para o seu não Cumprimento
A Eletrobras Eletronuclear entende que não há empregados recebendo adicional de periculosidade por radiação ionizante de forma eventual, razão pela qual não se justifica suspender o pagamento do adicional de periculosidade, à luz dos ditames da Portaria 518/2003 do MTE.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201317769	Item 1.1.1.5 Recomendação 01	Ofício nº 16798/2014/NAC-6/CGU-Rio de Janeiro/CGU-PR, de 07/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Descrição da Recomendação			
Estabelecer rotina prevendo o recadastramento geral dos CARs, com controles que assegurem: o adequado registro quanto à frequência real dos empregados às áreas de risco; o referendo de todos os agentes exigidos nos CARs; análise criteriosa por parte da Divisão de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, e a concordância do titular da Superintendência de Coordenação da Operação – SC.O, conforme disciplina a IN n.º 24.09, revisão 01, emitida em 13/10/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos – SH.A			Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Eletrobras Eletronuclear entende ter atendido esta recomendação através da revisão da IN 24.09, entretanto, a recomendação somente poderá ser considerada atendida após análise técnica da CGU sobre o Plano de Providências Permanente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201317769	Item 1.1.1.5 Recomendação 02	Ofício nº 16798/2014/NAC-6/CGU-Rio de Janeiro/CGU-PR, de 07/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Descrição da Recomendação			
Implementar rotina por meio da qual o formulário de requisição de dosímetro pessoal só seja analisado mediante a cópia do respectivo CAR.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos – SH.A	Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A Eletrobras Eletronuclear entende ter atendido esta recomendação através da revisão da IN 24.09, entretanto, a recomendação somente poderá ser considerada atendida após análise técnica da CGU sobre o Plano de Providências Permanente.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201317769	Item 1.1.1.5 Recomendação 03	Ofício nº 16798/2014/NAC-6/CGU-Rio de Janeiro/CGU-PR, de 07/07/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR			Não se aplica.
Descrição da Recomendação			
Orientar a empresa contratada para revisão dos laudos técnicos de periculosidade e reavaliação dos laudos individuais existentes, a incluir, no escopo de suas atividades, a avaliação precisa quanto à frequência dos empregados às áreas controladas, a qual deverá ser motivada e justificada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos – SH.A			Não se aplica.
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Eletrobras Eletronuclear repassou as orientações da CGU à empresa contratada em reunião realizada no dia 16/07/2014, entretanto, a recomendação somente poderá ser considerada atendida após análise técnica da CGU sobre o Plano de Providências Permanente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da Eletronuclear, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	4	4	10
	Entregaram a DBR	4	4	10
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	63	361	2.221
	Entregaram a DBR	62	204	1.518
	Não cumpriram a obrigação	1	157	703

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

- Providências adotadas pela Eletrobras Eletronuclear em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR; A Gerência responsável pelo recebimento das DBR's, divulga Informativos de Recursos Humanos solicitando a entrega da documentação e envia e-mail periódico às Diretorias com a relação dos empregados que não cumpriram a referida obrigação.
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR; A Unidade interna responsável pelo recebimento das DBR's é a GAP.A – Gerência de Administração de Pessoal.
- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento; A entrada do documento é protocolada e lançada em planilha de Excel.
- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá; O recebimento tanto das DBR's quanto das Autorizações de acesso, é feito por papel. As DBR's são entregues em envelope lacrado.
- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida; Não é feito nenhum tipo de análise, uma vez que os envelopes são entregues lacrados para arquivo.
- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações. As DBR's são arquivadas em cofre, localizado na SH.A – Superintendência de Recursos Humanos.

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Especificar razões

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

11.5.1 Alimentação SICONV

A alimentação é efetuada quando há transferência com recursos do Tesouro Nacional, a Eletronuclear utiliza recursos próprios.

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

“As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encontram-se no Anexo 1”

12.2 Composição Acionária do Capital das Empresas Estatais

12.2.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

“A Composição Acionária do Capital Social encontra se no Anexo 1”

12.3 Parecer da Auditoria Independente

“O Parecer da Auditoria Independente encontra se no Anexo 1”

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

“ Sem ocorrência no período”

II. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

14. ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. (ELETRONUCLEAR)

Informações sobre o ambiente de gestão e de negócios, contemplando dados e comentários sobre os assuntos mais relevantes, tais como: as operações; os desafios do crescimento; os projetos de investimentos existentes e planejados; alinhamento com as diretrizes traçadas no PNE e PDE; os impactos de eventuais mudanças regulatórias para os negócios; os fatores de risco e sua gestão.

GESTÃO EMPRESARIAL

No contexto da gestão empresarial, destacaram-se as seguintes ações:

- **Plano de Negócios**

A Diretoria Executiva aprovou em outubro de 2012 o Plano de Negócios da ELETRONUCLEAR 2012-2016, posteriormente homologado pelo Conselho da Administração. O Plano de Negócios é um desdobramento do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020. O Plano abrange praticamente todas as áreas da empresa, desde o projeto de novas usinas, passando pela construção de Angra 3, extensão da vida útil das usinas atuais, gestão do envelhecimento dos equipamentos e sua manutenção chegando, por fim, até a gestão administrativa da empresa.

- **Gestão de Riscos**

O processo de gestão de riscos corporativos na Eletrobras é coordenado pela holding, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização em todas as controladas do grupo. As atividades na ELETRONUCLEAR são regidas por uma Política de Gestão de Riscos, aprovada em Diretoria Executiva que orienta os trabalhos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos corporativos incluindo também os riscos de mercado. A gestão de Riscos é conduzida pela Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles e pelo Comitê de Riscos da ELETRONUCLEAR, cujas principais atribuições são: acompanhar e validar os resultados das análises de riscos e priorizar os riscos de maior impacto e vulnerabilidade, segundo critérios financeiros, operacionais e de imagem.

INVESTIMENTOS

Em linhas gerais, os principais objetivos da Eletronuclear nos próximos anos, onde serão concentrados os seus investimentos são:

- ♦ **Manutenção das usinas Angra 1 e 2:** Além do foco na preservação e melhoria da segurança e produtividade, em vista do esgotamento da capacidade de armazenamento de combustível usado nas piscinas no interior das unidades previsto para 2020 em Angra 2 e 2021 em Angra 1, há a necessidade de capacidade de armazenagem de combustível usado (implantação do UFC)

- ♦ **Aumento da capacidade de geração:** *Power uprate* e extensão da vida útil das usinas para além dos 40 anos. As usinas chegam ao final de sua vida útil em 2025 para Angra 1 e 2041 para Angra 2. Contudo, uma série de investimentos já tem sido realizada e deverão ser intensificados, com a finalidade de preservar estruturas e sistemas, de forma a permitir o licenciamento ambiental e nuclear por períodos adicionais, estendendo a vida útil.

♦ **Implantação de Angra 3:** O maior investimento em curso, que corresponderá a um aumento de 70% na potência instalada da Eletronuclear, com início da geração previsto para 2018.

O cronograma oficial ora vigente do empreendimento (CEG rev 2) planeja maio de 2018 como a data de conclusão da construção da usina e, portanto, no presente Plano de Negócios, todos os cálculos e projeções financeiras são referidos à essa data.

Entretanto, se antevê que a data de término da construção poderá vir a ser postergada, como consequência de atrasos irrecuperáveis oriundos de óbices de grande complexidade gerados por fatores externos não gerenciáveis pela empresa. Pelas avaliações em curso, estima-se, preliminarmente, que a data de início de operação será 31 de dezembro de 2018, razão pela qual essa data é mencionada em alguns tópicos deste Plano de Negócios.

♦ **Implantação de novas usinas:** Esses investimentos viabilizarão a expansão a longo prazo do parque gerador, com a adição de no mínimo 4.000 MW adicionais (conforme o PNE 2030). Isso representará um acréscimo de 120% sobre a potência instalada da ELETRONUCLEAR já considerando Angra 3.

♦ **Aprimoramento dos mecanismos de governança e gestão,** visando a eficiência na gestão da empresa e a racionalização de custos. Muito embora a Eletronuclear esteja numa fase de grande expansão de seus negócios, como os números acima demonstram, a empresa está buscando uma maior eficiência nos seus processos, com diversos projetos em andamento, com vistas a uma melhoria do seu perfil de dispêndios com PMSO. Neste ponto destacam-se o Plano de Sucessão Programada de Empregados – PSPE que resultará numa redução significativa do custo de pessoal e a revisão de Contratos de Serviços em andamento.

ANGRA 3

O principal investimento atualmente em curso na ELETRONUCLEAR é a construção da usina Angra 3. Com a concessão da licença de construção em 31 de maio de 2010 pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, as obras da usina Nuclear Angra 3 foram reiniciadas em 2010. Angra 3 será a terceira usina da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto e terá uma potência bruta elétrica de 1.405 MWh, podendo gerar cerca de 10,9 milhões de MWh por ano - energia equivalente ao consumo das cidades de Brasília e Belo Horizonte por um ano.

Angra 3 é uma usina similar a Angra 2, que é sua planta de referência, a qual se encontra em operação desde o ano 2000 (mais de 10 anos), e por conta dessa semelhança, grande parte do projeto de engenharia a ser utilizado na nova usina está pronta. Além disso, a experiência com a construção e montagem de Angra 2 demonstrou a significativa capacidade técnica das empresas nacionais em atuar nesse segmento.

Em 2013 foi assinado o contrato de Suprimento de Bens e Serviços Importados com a AREVA, após extensa renegociação. O Contrato de Garantias estabelece as obrigações assumidas pela AREVA em relação ao cumprimento dos contratos, além das disposições relacionadas a garantias de desempenho operacional da usina. O Contrato de Suprimentos inclui os componentes fabricados diretamente pela AREVA e aqueles fabricados por suas subcontratadas. Contrato de Serviços tem como escopo a execução dos serviços importados necessários à construção, supervisão de montagem e comissionamento de Angra 3.

Ao final de dezembro de 2014, considerando o progresso físico individual das disciplinas consideradas: licenciamento, engenharia, suprimentos nacionais e importados, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento e outros, o empreendimento Angra 3 apresentou um progresso físico global realizado de 51,57%.

O FUTURO

Nos próximos anos, os esforços da ELETRONUCLEAR estarão concentrados na conclusão de Angra 3 e na implantação das futuras usinas nucleares brasileiras, além da manutenção de elevados padrões de desempenho das usinas de Angra dos Reis.

O Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela EPE, considera, além de Angra 3 em seus diversos cenários, um mínimo de 4 e um máximo de 8 novas usinas de geração nuclear em operação até o ano de 2030. Para tanto, o Ministério de Minas e Energia - MME determinou que a ELETRONUCLEAR conduzisse os estudos de localização para a construção de uma nova central nuclear a ser instalada na região Nordeste.

Posteriormente, também por solicitação do MME e da EPE os estudos foram estendidos para outras regiões do país, visando fazer um inventário de áreas capazes de assentar uma central nuclear em todo o território nacional, para potencial utilização futura. A seleção definitiva do sítio estará associada aos estudos de política energética da EPE, que definirá a região que receberá o primeiro empreendimento nuclear após Angra 3.

Todo o território nacional foi estudado pela ELETRONUCLEAR e Universidade Federal do Rio de Janeiro - Coppe, mediante metodologia do EPRI, visando identificar áreas a princípio adequadas para assentarem novos centrais nucleares. Como resultado um conjunto de áreas propícias ao desenvolvimento de centrais foi oferecido ao MME, que, a partir de seu planejamento energético de longo prazo, se manifestará sobre os sítios potenciais nas regiões previstas para novos empreendimentos de geração.

Está também em andamento uma série de estudos voltados à expansão da indústria de geração de eletricidade com fonte nuclear no país. Esses estudos abrangem o aspecto de política energética, de seleção de tecnologias e a viabilidade econômico-financeira das futuras usinas nucleares brasileiras.

Estes trabalhos têm por objetivo maior estudar profundamente todos os aspectos relacionados com um novo empreendimento nuclear, fornecendo informações precisas, abalizadas e atuais, para que os tomadores de decisão do presente possam fazê-lo adequadamente, promovendo resultados positivos no futuro.

15. UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Eletrobrás Eletronuclear é patrocinadora de 2 (duas) entidades de Previdência Privada: Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS e FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA.

- a) Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:
- i. nome;
 - Fundação Real Grandeza – FRG
 - NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social
 - ii. razão social;
 - Fundação Real Grandeza
 - Instituto de Seguridade – NUCLEOS
 - iii. CNPJ
 - FRG – CNPJ 34269803/0001-68
 - NUCLEOS – CNPJ 30022727/0001-30
 - iv. demonstrativo anual, contendo:
 1. valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;
 2. valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;
 3. valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;
 4. valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;“Vide tabela abaixo”

Tabela B.15.1 – Valores das contribuições de Previdência Complementar

Mês	Patrocinadora				Participantes		Total (R\$)
	Núcleos		FRG		Núcleos	FRG	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor			
Janeiro	1.561	2.036.484,49	722	899.225,11	1.163.751,11	899.225,11	4.998.685,82
Fevereiro	1.562	1.895.793,61	722	882.852,41	1.121.588,08	882.852,41	4.783.086,51
Março	1.563	1.855.424,63	720	826.724,98	1.097.777,44	826.724,98	4.606.652,03
Abril	1.570	1.858.578,34	720	836.880,55	1.143.495,22	836.880,55	4.675.834,66
Maió	1.574	2.606.047,32	720	1.115.571,73	1.473.851,06	1.115.571,73	6.311.041,84
Junho	1.570	2.083.998,94	719	952.526,90	1.256.053,56	952.526,90	5.245.106,30
Julho	1.585	2.023.607,27	719	910.873,38	1.188.562,31	910.873,38	5.033.916,34
Agosto	1.584	2.102.722,72	726	999.054,00	1.292.650,11	999.054,00	5.393.480,83
Setembro	1.577	2.360.533,55	726	979.124,10	1.408.360,72	979.124,10	5.727.142,47
Outubro	1.569	1.994.347,82	717	852.290,45	1.194.786,44	852.290,45	4.893.715,16
Novembro	1.557	1.930.099,03	716	781.488,46	1.181.226,19	781.488,46	4.674.302,14
Dezembro	1.479	1.885.788,38	715	774.440,36	1.149.012,69	757.114,58	4.566.356,01
13º Salário	1.479	1.838.559,20	715	771.295,50	1.128.972,28	788.621,28	4.527.448,26
Total	-	26.474.985,30	-	11.582.347,93	15.800.087,21	11.582.347,93	65.436.768,37
Valor Total da Patrocinadora				38.054.333,23			
Valor Total dos Participantes				27.382.435,14			

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal - GAPA

5. discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;
“Sem ocorrência”
6. valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;
“Vide anexos 2 e 3”
7. síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;
“Vide anexos 2 e 3”
8. avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;
“Vide anexos 2 e 3”
- v. conclusões contidas no relatório da auditoria independente;
“Vide anexos 2 e 3”
- vi. demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários;
“Vide anexos 2 e 3”
- vii. conclusões do último estudo atuarial;
“Vide anexos 2 e 3”

-
- b) informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

A Eletrobras Eletronuclear é patrocinadora de 2 (duas) entidades de Previdência Privada: Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS e Fundação Real Grandeza – FRG. De forma alternada, a cada ano realizamos auditoria em uma das entidades.

Em 19 de dezembro de 2014, emitimos o Relatório de Auditoria nº 09/2014, resultado do trabalho realizado na Fundação Real Grandeza – FRG, quanto ao cumprimento de seus normativos internos e das obrigações legais regidas pela Secretaria Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS.

As principais constatações, bem como, as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas estão apresentadas no quadro inserido no item 2.2 da Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 134, de 04/12/2013.

16. ENCERRAMENTO

Sem mais a relatar, encerramos assim o Relatório de Gestão da Eletronuclear relativo ao exercício 2014, colocando-nos à disposição dos Órgãos de Controle para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Rio de Janeiro, de maio de 2015.

PÁGINA EM BRANCO

ANEXO 1

Demonstrações Contábeis da Eletrobras Eletronuclear, incluindo Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.

PÁGINA EM BRANCO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)			
A T I V O	NOTA	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5a	18.361	6.917
Títulos e valores mobiliários	5b	81.680	33.190
Clientes	6	254.200	107.608
Impostos e contribuições sociais	7	73.598	70.425
Estoque de combustível nuclear	8	340.319	343.730
Almoxarifado	9	57.564	129.133
Outros	10	33.221	39.165
		858.943	730.168
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	11	341.894	281.006
Estoque de combustível nuclear	8	661.489	507.488
Cauções e depósitos vinculados	12	60.206	45.650
Outros	10	23.061	22.875
		1.086.650	857.019
Imobilizado	14	10.511.388	9.263.371
Intangível	15	58.139	48.344
		11.656.177	10.168.734
TOTAL DO ATIVO		12.515.120	10.898.902
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)			

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	456.396	206.545
Financiamentos e empréstimos	17	1.101.380	263.324
Impostos e contribuições sociais	18	51.423	67.363
Obrigações estimadas	19	93.218	76.878
Encargos setoriais	20	31.649	49.857
Benefícios pós-emprego	21	11.832	7.955
Provisão para plano de incentivo de desligamento	22	177.881	-
Outros		62.432	60.565
		1.986.211	732.487
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	102.727	91.728
Financiamentos e empréstimos	17	4.044.862	2.964.709
Provisões para riscos	23	155.408	95.004
Benefícios pós-emprego	21	66.514	44.135
Obrigações para desmobilização de ativos	24	1.314.480	1.136.342
Provisão para plano de incentivo de desligamento	22	41.418	
Outros		7.025	-
		5.732.434	4.331.918
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	25	6.607.258	6.607.258
Prejuízos acumulados		(1.759.129)	(758.527)
Outros resultados abrangentes		(51.654)	(14.234)
		4.796.475	5.834.497
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.515.120	10.898.902
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)			

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(em milhares de reais)

	NOTA	2014	2013
Prejuízo do exercício		(1.000.602)	(688.535)
Outros resultados abrangentes			
Ganho (Perda) em benefícios pós-emprego	21	(37.420)	171.612
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego		-	-
		<u>(37.420)</u>	<u>171.612</u>
Resultado abrangente do período		(1.038.022)	(516.923)

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de reais)**

	NOTA	2014	2013
Receita Operacional Líquida	26	1.926.762	1.717.999
Custo Operacional	27	(1.774.162)	(1.427.480)
Lucro Operacional Bruto		152.600	290.519
Despesas Operacionais	28	(1.046.799)	(881.159)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica		(894.199)	(590.640)
Resultado Financeiro	29	(83.859)	(72.576)
Resultado antes dos Impostos		(978.058)	(663.216)
Imposto de renda e contribuição social	30	(22.544)	(25.319)
Prejuízo líquido do exercício		(1.000.602)	(688.535)
Resultado atribuível aos acionistas controladores		(1.000.602)	(688.535)
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(0,0368)	(0,0264)

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de reais)**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2014	2013
Prejuízo antes dos impostos	(978.058)	(663.216)
Ajustes na conciliação do lucro com o caixa gerado		
Depreciação de ativo imobilizado	349.909	335.488
Baixas e outros ajustes de imobilizado	2.321	1.172
Impairment do Imobilizado	557.834	532.509
Amortização do intangível	10.531	9.116
Baixas e atualização de depósito judicial	5.953	(2.551)
Consumo de matéria-prima e material do estoque	353.874	346.401
Variações monetárias e cambiais - fornec. , perda transmissão e dif. de tarifa	(3.245)	31.966
Encargos - financiamentos e empréstimos	46.501	37.108
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(40.897)	(28.799)
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	36.777	49.853
Provisão de férias	(3.651)	6.745
Provisão para plano de incentivo de desligamento	219.299	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	155	4.229
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	79.145	49.227
Ajuste a valor presente de contas a receber distribuidoras	-	(32.446)
Ajuste a valor presente de contas a pagar FURNAS diferencial	-	29.445
Provisões para risco	60.218	21.791
	696.666	728.038
Varição - (acrécimo) e decréscimo - nos ativos operacionais		
Clientes	(146.592)	800.574
Estoques	(500.839)	(419.581)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros	52.743	37.221
Cauções e depósitos vinculados	(20.509)	(3.373)
Outras variações nos ativos operacionais	5.789	26.097
	(609.408)	440.938
Varição - acréscimo e (decrécimo) - nos passivos operacionais		
Fornecedores	264.095	(753.640)
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	(15.940)	(43.904)
Obrigações de folha de pagamento e provisão de férias	19.991	2.132
Pagamento de dívida à entidade de previdência privada	(9.641)	(47.965)
Pagamento de IR e CSLL	(55.916)	(50.988)
Pagamento de PLR	(37.071)	(42.691)
Pagamento de Incentivo de Desligamento	(133.445)	-
Outras variações nos passivos operacionais	93.332	92.678
	125.405	(844.378)
Recursos provenientes das atividades operacionais	212.663	324.598
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - acréscimo e (decrécimo)		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	1.785.433	739.969
Pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo	(51.929)	(59.116)
Pagamento de IOF e encargos de dívida	(96.155)	(75.558)
Adiantamento pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo	-	(5.619)
Recursos provenientes das atividades de financiamentos e empréstimos	1.637.349	599.676
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - acréscimo e (decrécimo)		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.767.433)	(1.512.129)
Aquisição de ativo intangível	(20.326)	(17.776)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(1.068.728)	(409.908)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.017.919	891.102
Recursos aplicados nas atividades de investimento	(1.838.568)	(1.048.711)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.444	(124.437)
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.917	131.354
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.361	6.917
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.444	(124.437)

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6.607.258	(69.992)	(185.846)	6.351.420
Prejuízo líquido do exercício	-	(688.535)	-	(688.535)
Ganho em benefícios pós-emprego	-	-	171.612	171.612
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.607.258	(758.527)	(14.234)	5.834.497
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.607.258	(758.527)	(14.234)	5.834.497
Prejuízo líquido do exercício	-	(1.000.602)	-	(1.000.602)
Perda em benefícios pós-emprego	-	-	(37.420)	(37.420)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.607.258	(1.759.129)	(51.654)	4.796.475
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)				

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de reais)**

	2014	2013
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de venda de energia e serviços	2.192.422	1.941.689
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	1.234.933	1.471.494
Provisão para devedores duvidosos	(155)	(4.229)
	3.427.200	3.408.954
MENOS:		
INSUMOS		
Serviços de terceiros	327.707	290.626
Serviços de terceiros - usina Angra 3	777.989	430.177
Materiais	54.142	47.611
Materiais - usina Angra 3	677.921	824.603
Combustível para produção de energia	308.605	298.790
Encargos da rede de transmissão	65.867	53.807
Seguros das usinas Angra 1 e 2	10.323	9.479
Luz, telefone, água e esgoto	12.785	12.096
Outros custos operacionais	12.241	10.618
Juros/Encargos sobre capitais de terceiros - usina Angra 3	202.849	112.948
Perda de valores ativos (Impairment) - usina Angra 3	557.834	532.509
Outros custos - usina Angra 3	(530.616)	5.572
	2.477.647	2.628.836
VALOR ADICIONADO BRUTO	949.553	780.118
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(360.440)	(344.604)
	589.113	435.514
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	75.619	125.928
	664.732	561.442
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	644.866	483.704
Remuneração do trabalho - usina Angra 3	106.790	98.194
Impostos, taxas e contribuições	402.470	370.899
Remuneração de capitais de terceiros		
- Despesas financeiras	159.478	198.504
- Aluguéis	26.638	26.494
- Outras	325.092	72.182
Remuneração de capitais próprios		
- Prejuízo líquido do exercício	(1.000.602)	(688.535)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	664.732	561.442

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como a construção da terceira unidade nucleoeleétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

**Informação não auditada por auditoria independente*

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A ANEEL estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2020, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN, através das Resoluções Homologatórias:

- 1.407/2012 de 21 de dezembro de 2012
- 1.663/2013 de 03 de dezembro de 2013
- 1.830/2014 de 25 de novembro de 2014

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 1.127.268 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.319 em 31 de Dezembro de 2013). O plano estratégico da Eletronuclear para cumprir com os compromissos assumidos junto às instituições financeiras e compromisso na construção de Angra 3 é efetuar ações junto ao Tesouro Nacional para liberação dos recursos do empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, em andamento desde setembro de 2013 e que encontra-se em estágio final .

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, a exceção de certos os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo, conforme segue:

- Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido de valor presente da obrigação do benefício definido.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de Março de 2015.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia

no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia Grupo estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os efeitos que esta norma possa ter nas Demonstrações Financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 possa ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente ao exercício anterior, salvo disposição em contrário.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

a) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam determinadas premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Mais detalhes estão apresentados na nota 3.18.

b) Obrigação para desmobilização de ativos

O valor atual dessa obrigação depende de fatores tais como a taxa de desconto, determinada ao final de cada exercício conforme mencionado acima, e das condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1,00% maior que a estimativa da administração (7,69% em substituição a 6,69%), a Companhia deveria reconhecer uma redução do passivo de R\$ 123.188 milhões em contrapartida do ativo imobilizado.

c) Impairment de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14c).

No exercício de 2014 foram identificadas perdas (*impairment*) relativo a Angra 3.

Mudança de estimativa contábil

Durante o exercício de 2014, a Companhia decidiu alterar o percentual de sinergia esperada utilizado na mensuração do cálculo do impairment. Esta mudança é prospectiva e tem por objetivo aprimorar as informações financeiras utilizadas nas premissas adotadas no cálculo de impairment do ativo imobilizado de Angra III (veja nota 14c).

d) Outras estimativas

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, foi deflagrada, em 2014, a chamada “Operação Lava-Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras no setor de óleo e gás do Brasil.

Até a data de aprovação das Demonstrações Financeiras de 2014, a Companhia e seus administradores, não haviam sido notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva contra as empresas Eletrobras, seus projetos ou seus administradores, eventualmente decorrentes de fatos conexos com a Operação Lava Jato. Apesar disso, a Companhia adotou algumas providências acautelatórias de caráter interno, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa na medida em que se relacionem com a Eletronuclear e seus projetos, não tendo identificado qualquer atividade ilegal relacionada ao tema até a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Dentre outras providências já concluídas, em razão das notícias divulgadas na imprensa envolvendo empresas que prestam serviços para a Eletronuclear (Usina Termonuclear Angra 3), em março de 2015, foi aberta comissão de correição, a fim de efetuar verificações sobre os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. Os trabalhos dessas comissões ainda se encontram em curso.

A Eletrobras, em acréscimo às providências acima citadas, encaminhou correspondências, em março de 2015, a autoridades encarregadas pelas citadas investigações, e solicitou que lhe fosse esclarecido se (i) há informações ou provas no âmbito da Operação Lava Jato que possam afetar as Empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso positivo, que lhe seja dado acesso aos referidos documentos. No entanto, até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia não havia obtido resposta às suas indagações.

Com base nas informações disponíveis para a Companhia até o momento, a estimativa da Administração é que eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas suas Demonstrações Financeiras relativas a 2014.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

3.4 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

3.4.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.3 – Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento, ou;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou

mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento, mantido até o vencimento, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil

dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos não financeiros vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão.

3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge* de fluxo de caixa. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

3.6 - Clientes

A conta de clientes corresponde a um líquido a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, conforme detalhado na Nota 6.

3.7 - Estoques de combustível nuclear e almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU. São apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 8);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 9).

3.8 - Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos. O montante dos custos referentes às paradas foi de R\$ 140.718 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 121.657 em 31 de dezembro de 2013).

3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)

A Companhia possui, com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, classificados como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

3.10 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

3.11 - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial, verificados nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

3.12 – Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela XVI do anexo a Resolução Normativa Aneel Nº 474 de 07.02.2012 (DOU 16.02.2012 e 22.03.2012 retificação) e alterações previstas na Resolução Normativa Aneel Nº 529 de 21.12.2012 (DOU 28.12.2012), sendo 3,33% ao ano a taxa média praticada para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2; 16,67 % para ativos de informática; 14,29% para os veículos e 6,25% para os demais ativos utilizados administrativamente. A administração reconhece ainda como custo adicional de depreciação, através de testes individuais realizados em seus ativos, as parcelas de depreciações que, segundo os critérios estabelecidos pela Aneel, excedam as datas das licenças de operação das Usinas de Angra 1 e 2, sendo estas respectivamente 12/2024 e 06/2041. Desta forma, a parcela de depreciação assim considerada excedente é reconhecida de forma linear ao prazo de vida útil remanescente de cada ativo, respeitando-se os limites individuais das licenças

de operação de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). A adoção deste procedimento a partir do exercício de 2013 implicou no reconhecimento de uma depreciação adicional no montante de R\$ 63.730 em 2014.

(iii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Os encargos financeiros e as variações monetárias são apropriados ao resultado do exercício, sendo transferida para o imobilizado em curso a parcela correspondente aos financiamentos dos bens alocados nesse grupo contábil, nos termos da Instrução contábil 6.3.10 item 4, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico expedido pela ANEEL e de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 20 (R1) – Custos dos Empréstimos.

Obrigações especiais - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 14).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto, não está inserida em seu alcance.

3.13 - Intangível - Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao

projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O Software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a 5 anos.

3.14 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 - Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por prazo superior a 12 meses após a data do balanço.

3.16 – Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Já as provisões para eventuais contratos onerosos são mensuradas a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Eletronuclear reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.17 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.18 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 21).

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios definidos é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente utilizando taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. As premissas básicas aplicadas aos cálculos desenvolvidos pelos atuários, são estabelecidas pela ELETROBRAS para todas as controladas. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O atuário determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.19- Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

3.20 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.21 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados. Essa provisão decorre de uma obrigação construtiva, configurada pela prática frequente desse benefício, realizada em diversos exercícios anteriores, não tendo ocorrido no presente qualquer alteração dessas características.

3.22- Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos itens transacionados forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os itens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções de vendas, abatimentos sobre vendas, descontos incondicionais e impostos e contribuições sobre vendas.

A receita da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal de suas atividades. A receita

proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.23- Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.24 – Riscos sócio-ambientais e trabalhistas

- **Riscos socioambientais**

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor, observadas as questões detalhadas na Nota 14 (item d).

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria-prima radioativa e a guarda de seus dejetos, para que os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos, quando necessário.

Seguem abaixo os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas, com conseqüente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos regulador-fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia.

Todos esses eventos estão sob rígido controle e são permanentemente monitorados pela Companhia, estando pendente apenas a renovação do Licenciamento Ambiental, que será liberado pelo IBAMA, a saber:

- Licenciamento ambiental (Nota 14, item “d”) - atraso na renovação da licença ambiental dos empreendimentos Angra 1 e Angra 2;

- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados à gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;
- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;
- Emissão de CO₂ - incapacidade de reduzir o volume de CO₂ emitido pelas operações da Companhia;
- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

- **Risco trabalhista**

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras estão identificadas a seguir:

	Mensuração	2014		2013	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empéstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo	18.361	18.361	6.917	6.917
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo	423.574	423.574	314.196	314.196
Clientes	Custo Amortizado	254.200	254.200	107.608	107.608
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Custo Amortizado	559.123	559.123	298.273	298.273
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	5.146.242	5.146.242	3.228.033	3.228.033

O valor de mercado dos instrumentos em 31 de dezembro de 2014 se aproxima do valor registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia não realizou operações com derivativos.

4.1 - Fatores de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Gerência de Riscos e Conformidades de Controles são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Eletronuclear está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Eletronuclear, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria do Grupo supervisiona como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Eletronuclear está exposta. O Comitê de Auditoria do Grupo é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. Este time de auditoria interna realiza procedimentos regulares e esporádicos nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria do Grupo.

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço - que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados à exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo para descomissionamento) e ao euro (fornecedores).

Com exceção de compra de dólar futuro, detalhado na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRAS.

A análise de sensibilidade da exposição cambial pode ser resumida como segue:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE						
			Cenário I		Cenário II	
			25%		50%	
Composição	Risco	Valor Justo	Valor	Ganho/Perda	Valor II	Ganho/Perda
<u>Ativo</u>						
Fundo para descomissionamento	Desvalorização do Real	341.894	427.368	85.474	512.841	170.947
<u>Passivo</u>						
Fornecedores - exterior	Desvalorização do Real	(24.295)	(30.369)	(6.074)	(36.443)	(12.148)
TOTAL		317.599	396.999	79.400	476.399	158.800

a.2) Risco de juros

A Administração da Eletronuclear entende que a exposição a risco de juros não é significativa visto que os empréstimos e financiamentos são indexados a UFIR e TJPL e todos são captados em moeda nacional. Ambos os indexadores não sofreram oscilação relevante no exercício corrente.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica a partir de janeiro de 2013 comercializada, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Normativa nº 530 de 21 de dezembro de 2012 evidencia que apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR. Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Abaixo apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO		
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2013	SALDO EM 31/12/2014
Caixa e equivalentes de Caixa	6.917	18.361
Contas a Receber	107.608	254.200
Contas a Receber com partes Relacionadas	4.450	4.869
TOTAL	118.975	277.430

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

- Índices de liquidez:

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica em manter caixa e equivalentes, além de aplicações, que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos. Abaixo apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,46 e;

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,26.

Em 2013, a Companhia obteve a liberação do Empréstimo ponte nº 0418.626-06/2013 com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 200.000 e em 2014 obteve outra liberação no valor de R\$ 800.000, totalizando o montante integral do contrato de R\$ 1.000.000. A classificação deste empréstimo no passivo circulante em 31 de Dezembro de 2014 continua vinculada à obtenção de garantias junto à União, ainda não obtidas. O prazo máximo para recebimento das garantias é 30 de Junho de 2015, conforme Segundo Termo Aditivo, assinado em 30 de dezembro de 2014, que alterou o prazo de vencimento para 21 meses a partir da assinatura do contrato.

Considerando o exposto acima, a Administração da Eletronuclear entende não haver exposição aos riscos de liquidez corrente. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, com entrada em operação e consequente início de receita previstas para o fim do exercício de 2018.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2013 (i)				
- Empréstimos	321.498	127.574	807.321	5.141.576
- Fornecedores (iii)	206.545	45.864	45.864	-
TOTAL	528.043	173.438	853.185	5.141.576
Em 31 de dezembro de 2014 (i)				
- Empréstimos	1.230.364	317.056	1.456.790	5.635.932
- Fornecedores (iii)	456.396	51.363	51.364	-
TOTAL	1.686.760	368.419	1.508.154	5.635.932

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(iv) A Empresa contraiu empréstimo ponte de curto prazo com a Caixa Econômica Federal, para cobrir o fluxo de caixa de Projeto Angra 3, devido ao atraso na liberação do contrato de longo prazo que está em fase de aprovação pelo Tesouro Nacional. Tão logo seja efetivado o aval do terouro e os recursos liberados, o empréstimo ponte será quitado.

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	5.146.242	3.228.033
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(18.361)	(6.917)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(81.680)	(33.190)
Dívida líquida	5.046.201	3.187.926
Total do patrimônio líquido	4.796.475	5.834.497
Total do capital total	9.842.676	9.022.423
Índice de alavancagem financeira - %	51	35

4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2014			
R\$ MIL			
DESCRIPTIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2014
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	254.200		254.200
- Caixa e equivalentes de caixa	18.361		18.361
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo		81.680	81.680
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo		341.894	341.894
Em 31 de Dezembro de 2014	272.561	423.574	696.135

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2013			
R\$ MIL			
DESCRIPTIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2013
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	107.608	-	107.608
- Caixa e equivalentes de caixa	6.917	-	6.917
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	33.190	33.190
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	281.006	281.006
Em 31 de dezembro de 2013	114.525	314.196	428.721

4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R\$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	33.190	33.190	-	-	33.190
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	281.006	281.006	-	-	281.006
Total de ativos em 31/12/2013	314.196	314.196	-	-	314.196
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	81.680	81.680	-	-	81.680
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	341.894	341.894	-	-	341.894
Total de ativos em 31/12/2014	423.574	423.574	-	-	423.574

Gerenciamento do capital

A política da Administração, bem como as demais áreas, procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a Companhia adota a política de preservar a liquidez com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade

de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos e que não fazem parte da gestão de caixa, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

As aplicações financeiras da Companhia apresentadas no quadro abaixo (“b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo”) resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal para construção da usina Angra 3, que são mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal por força contratual. Estão aplicados em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	18.361	6.917
SALDO	18.361	6.917

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Investimento em renda fixa:		
* BB Extramercado FAE 2	-	12.937
** Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M	81.680	20.253
TOTAL	81.680	33.190

* Rentabilidade no ano: 10,47% em 2014 e 12,03% em 2013

** Rentabilidade no ano: 10,45% em 2014 e 7,27% em 2013

Em 2014 foram aplicados R\$ 1.050.002 em títulos e valores mobiliários de curto prazo. Houve o rendimento bruto de R\$ 10.647 e resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante R\$ 1.012.159 para a quitação de obrigações relativas a construção da usina Angra 3.

NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R\$ MIL	
	Ativo Circulante 31/12/2014	Ativo Circulante 31/12/2013
Energia contratada	171.706	218.280
Desvio negativo	-	(110.672)
Desvio positivo	82.494	-
TOTAL	254.200	107.608

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Em dezembro de 2014 não há registro de inadimplência por parte das concessionárias de distribuição.
- b) O desvio negativo (ressarcimento) de R\$ 110.672 provisionados em dezembro de 2013 decorreu do fornecimento de energia ter sido menor que a energia garantida para 2013. Porém, o montante estabelecido pela CCEE foi de R\$ 103.531. Sendo assim, o montante devolvido às Distribuidoras no exercício de 2014 foi de R\$ 103.531. A diferença entre o valor provisionado e o valor estabelecido pela CCEE no montante de R\$ 7.141 está registrada como receita de vendas.
- c) O desvio positivo (parcela variável) de R\$ 107.417 provisionados até dezembro de 2014 é em decorrência de a energia fornecida ter sido maior que a energia garantida para 2014. Porém, o montante estabelecido pela CCEE foi de R\$ 82.494. Desta forma, o contas a receber e a Receita de vendas foram ajustadas no mesmo montante. Ela corresponde a 50% do montante apurado e valorado ao preço de liquidação das diferenças (“PLD”) médio do ano de 2014 e deverá ser cobrado a todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN em doze parcelas no exercício de 2015.
- d) A companhia estará tratando o assunto da revisão do cálculo da parcela variável diretamente a ANEEL.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/12/2014	31/12/2013
IRRF sobre aplicações financeiras	194	2.731
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	61	107
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	51	89
Saldo de antecipações de IRPJ	40.829	18.913
Saldo de antecipações de CSLL	15.087	6.756
IRRF sobre serviços prestados Exterior pago a maior	-	14.649
CIDE sobre serviços prestados Exterior pago a maior	110	9.766
Créditos fiscais Pasep e Cofins	17.135	17.174
Outros	131	240
TOTAL	73.598	70.425

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear, ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, o que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear; não havendo geração de energia não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R\$ MIL	
	2014	2013
Concentrado de urânio	130.395	85.025
Elementos prontos	3.874.783	3.490.176
Serviços em curso	234.825	205.607
Consumo Acumulado	(3.238.195)	(2.929.590)
TOTAL	1.001.808	851.218
Ativo circulante	340.319	343.730
Ativo não circulante	661.489	507.488
TOTAL	1.001.808	851.218

A movimentação dos elementos de combustível nuclear prontos está apresentada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS				
BALANÇO	R\$ MIL			
	SALDO EM 2013	ADIÇÕES	BAIXA	SALDO EM 2014
Ativo circulante	343.730	-	(3.411)	340.319
Ativo não circulante	3.146.446	388.018	-	3.534.464
TOTAL BRUTO	3.490.176	388.018	(3.411)	3.874.783
Consumo acumulado	(2.929.590)	(308.605)	-	(3.238.195)
VALOR LÍQUIDO	560.586	79.413	(3.411)	636.588

NOTA 9 – ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo nos montantes de R\$ 45.158 (R\$ 107.925 em 31 de dezembro de 2013) das usinas no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais nos montantes de R\$ 12.406 (R\$ 21.208 em 31 de dezembro de 2013), totalizando R\$57.564 (R\$ 129.133 em 31 de dezembro de 2013).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prêmios de seguros	4.128	1.576	-	-
Partes relacionadas (a)	14.917	9.860	-	-
Antecipação de Empréstimos ELETROBRAS	-	5.619	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.868	2.255	-	-
Furnas - Contingência trabalhista (a)	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização (a)	-	-	6.040	5.854
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	2.296	9.960	-	-
Devedores diversos	4.871	5.754	1.289	1.289
TOTAL	33.221	39.165	23.061	22.875

Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na Nota 32.

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo

descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à ELETROBRAS, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente a ELETROBRAS estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base do cálculo, a parcela considerada pela ANEEL na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2014 o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 8.490, conforme correspondência ELETROBRAS CTA-DFT 1014/2015 de 25/02/2015.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Conta-corrente	9	10
Dólar Comercial Futuro	(7.024)	2.027
Letra Financeira do Tesouro	341.894	278.959
Outros	(10)	10
TOTAL	334.869	281.006

Mensalmente, a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em dezembro de 2014, o fundo apresenta um ganho financeiro de R\$40.897 (Nota 29), (R\$28.799 em 2013), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para Descomissionamento conter título vinculado à variação da moeda dólar norte-americano, sem saldo final representativo, porém com forte movimentação durante o período.

Em 2014 foram aplicados R\$ 18.726 no fundo para descomissionamento e houve pagamento de IR no montante de R\$ 6.

Abaixo apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	58.875	48.640
Quotas de 2008 a 2014	178.150	169.658
Total de quotas recolhidas	237.025	218.298
Ganhos líquidos auferidos acumulados	97.844	62.708
Patrimônio líquido do fundo	334.869	281.006
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	7.025	-
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	341.894	281.006

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	13.706	13.129
Contingências cíveis	124	98
Contingências tributárias	37.395	18.309
	51.225	31.536
Outros depósitos	642	769
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	8.339	13.345
TOTAL	60.206	45.650

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
Composição	SALDO EM 31/12/2013	31/12/2014		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	31.536	(547)	20.236	51.225
Outros depósitos	769	(400)	273	642
Atualização monetária s/depósitos judiciais	13.345	(6.654)	1.648	8.339
TOTAL	45.650	(7.601)	22.157	60.206

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.366.782 (R\$ 1.395.269 em 31 de dezembro de 2013) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.566.338 (R\$ 1.594.613 em 31 de dezembro de 2013).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa por não haver histórico consistente de lucratividade.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados na Nota 18.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Terrenos		34.447	-	-	34.446
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.444.747	(703.892)	-	766.194
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		7.489.600	(2.927.900)	-	4.620.486
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		122.849	(69.754)	-	49.825
Veículos		11.342	(5.886)	-	4.730
Móveis e Utensílios		21.046	(10.193)	-	7.494
Angras 1 e 2	3,3	9.124.031	(3.717.625)	5.406.406	5.483.175
EM CURSO					
Terrenos		116	-	116	116
Ed.Obras Cíveis Benfeitorias		1.346.415	-	1.346.415	1.140.941
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		524.489	-	524.489	292.133
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		3.452	-	3.452	5.197
Veículos		2.322	-	2.322	2.867
Móveis e Utensílios		179	-	179	159
A Ratear		1.487.920	-	1.487.920	1.259.310
Transf/fab e rep/mat em processo		3.002	-	3.002	3.002
Compras em andamento		(644)	-	(644)	3.813
Adiantamento a fornecedores		1.737.778	-	1.737.778	1.072.728
Angras 1, 2 e 3		6.195.372	-	6.195.372	4.312.775
Impairment Angra 3		(1.090.343)	-	(1.090.343)	(532.509)
		5.105.029	-	5.105.029	3.780.266
TOTAL BRUTO		14.229.060	(3.717.625)	10.511.435	9.263.441
Obrigações especiais	3,3	(237)	190	(47)	(70)
VALOR LÍQUIDO		14.228.823	(3.717.435)	10.511.388	9.263.371

b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2013	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	*BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2014
Em curso	4.312.775	1.767.433	223.712	819	(108.799)	(568)	6.195.372
Impairment Angra 3	(532.509)	(557.834)	-	-	-	-	(1.090.343)
Em serviço: custo	8.852.816	-	-	-	108.799	162.416	9.124.031
depreciação	(3.369.641)	(349.932)	-	(819)	-	2.767	(3.717.625)
Total em serviço	5.483.175	(349.932)	-	(819)	108.799	165.183	5.406.406
TOTAL BRUTO	9.263.441	859.667	223.712	-	-	164.615	10.511.435
Obrigações especiais	(70)	-	-	-	-	-	(70)
depreciação	-	23	-	-	-	-	23
TOTAL	9.263.371	859.690	223.712	-	-	164.615	10.511.388

*O valor de R\$ 164.615 na coluna de BAIXA/OUTROS está composto de R\$ 98.993 (Ajuste desmobilização), R\$ 67.944 (Transferência de estoque sobressalente) e R\$ 2.322 (baixas e outros).

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2013 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS*	SALDO EM 31/12/2013
Em curso	2.880.400	1.512.129	113.365	841	(193.197)	(763)	4.312.775
Impairment Angra 3	-	(532.509)	-	-	-	-	(532.509)
Em serviço: custo	8.567.566	-	-	-	193.197	92.053	8.852.816
depreciação	(3.034.097)	(335.512)	-	(841)	-	809	(3.369.641)
Total em serviço	5.533.469	(335.512)	-	(841)	193.197	92.862	5.483.175
TOTAL BRUTO	8.413.869	644.108	113.365	-	-	92.099	9.263.441
Obrigações especiais	(94)	-	-	-	-	-	(94)
depreciação	-	24	-	-	-	-	24
TOTAL	8.413.775	644.132	113.365	-	-	92.099	9.263.371

*O valor de R\$ 92.099 na coluna de BAIXA/OUTROS está composto de R\$ 98.625 (Ajuste desmobilização), R\$ 5.354 (valor transferido do imobilizado para o intangível) e R\$ 1.172 (baixas e outros).

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão.

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

c.2) Taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 6,69% obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado. Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto 4,51%. Nesses cálculos foram utilizados, além dos parâmetros tradicionais conforme Nota Técnica ELETROBRAS 070/2014, o beta calculado pela ANEEL, conforme Nota Técnica ANEEL 381/2012; alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.

c.3) A taxa de crescimento não inclui inflação.

c.4) Revisão orçamentária da construção da usina de Angra 3 - a mensuração do “*impairment*” registrado no exercício de 2014 é decorrente substancialmente da revisão do orçamento da construção da usina de Angra 3. Como consequência dessa revisão, a Companhia ajustou o orçamento no montante de R\$ 1.815,8 milhões, sendo R\$ 949,3 milhões de custos diretos e R\$ 866,5 milhões de custos indiretos, em relação ao orçamento original, representando aumento real de 11,8%.

Os detalhes que motivaram a revisão estão elencados no item g desta nota.

c.5) Sinergia: a construção da Usina de Angra 3 considera a estrutura organizacional das áreas operacional e administrativa das Usinas de Angra 1 e 2, com base nas atividades comuns às duas usinas em operação. Isso significa que mesmo na hipótese de construção de unidades adicionais, ainda em que fossem em pátios diferentes, que não é o caso de Angra 3, haveria uma grande sinergia implicitamente vinculada devido a facilidade da obtenção de matéria prima bruta e as experiências obtidas nas unidades já existentes. Desta forma, a Companhia utiliza um percentual para alocação dos gastos com esta estrutura decorrente da capacidade da geração de energia de cada usina. O comparativo de custos incorridos nas usinas demonstra que existe uma grande vantagem na utilização de um pátio comum em relação à implementação de unidades em um pátio novo. Isto ocorre por conta de uma série de atividades operacionais e de infraestrutura necessárias à operação da nova unidade, que já se encontram em plena execução, necessitando apenas de adaptações e expansão e não de uma implementação. Considerando os fatores supracitados e ainda os eventos ocorridos descritos nos itens C.3 e g, a Companhia revisou o cálculo da sinergia apurada entre as usinas e alterou o percentual de 13% utilizado no exercício de 2013 para 28% no exercício de 2014.

A análise elaborada pela Companhia determinou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável *“impairment”* na Usina Angra 3 no montante de R\$ 557.834 em 31 de dezembro de 2014, provocando uma redução do Ativo Imobilizado correspondente, tendo como contrapartida o registro na conta de despesas operacionais em 31 de dezembro do exercício de 2014. O valor acumulado de *“impairment”* no ativo imobilizado é R\$1.090.343.

d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos; corresponde a 40 anos contados a partir da data de entrada em operação: 01.01.1985 e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15.06.2011, o que corresponde a 40 anos contados a partir da data de entrada em operação: 30.09.2000.

Em 12 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Operação, unificada, nº 1217/2014 para as Usinas de Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

No presente exercício, foi contabilizado ajuste a valor presente, decorrente de diferença da taxa de 6,80% ao ano, utilizada em 31 de dezembro de 2013, para 6,69% ao ano, em 31 de dezembro de 2014, sobre o Passivo para Desmobilização das Usinas Angra 1 e Angra 2. O valor registrado a crédito no Passivo Não Circulante de R\$ 14.465, teve como contrapartida o Ativo Imobilizado.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 6,69% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema ELETROBRAS.

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses*. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 01 de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

Diante desse quadro de incertezas, em setembro de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - ELETROBRAS que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irrecuperáveis da ordem de 7 meses*, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 01 de dezembro de 2015 para 01 de julho de 2016.

Com base em análises detalhadas das diversas etapas que compõem o cronograma executivo, a ELETRONUCLEAR informou a sua controladora que o término da implantação de Angra 3 está previsto para dezembro de 2018.

Dentre os motivos externos que mais vêm impactando o cronograma do empreendimento, destacam-se:

- Os entraves regulatórios no processo de licenciamento de segurança nuclear pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, que a despeito da Licença de Construção promulgada em março de 2010, requer emissões gradativas de “Autorizações para Concretagem de Elementos Estruturais”. Até o momento, já foram emitidas 54 autorizações, no entanto, em ritmo e quantidade aquém das necessidades para o fiel cumprimento das sequências lógicas do cronograma.
- As dificuldades para a efetivação do novo arranjo financeiro para suportar a aquisição de bens e serviços no exterior, originalmente através de bancos estrangeiros, posteriormente através do BNDES e agora, assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF), porém ainda pendente do equacionamento das contra garantias comerciais estabelecidas pelo próprio contrato.
- O término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento de equipamentos e sistemas importados, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital.

**Informação não revisada por auditoria independente*

- A efetivação dos contratos com a AREVA, que depende da eficácia do aludido contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.
- Grandes interferências no processo licitatório dos serviços de montagem eletromecânica, oriundas de recursos e impugnações interpostas, por participantes da concorrência, na esfera judicial e no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU.

Em 11 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 591/2009 – 2º retificação, para a Usina de Angra 3, válida por 6 anos.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2014 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2013	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2014
Em curso	20.631	20.326	(17.355)	-	153	-	23.755
Em serviço - custo	83.070	-	17.355	-	-	-	100.425
amortização	(55.357)	-	-	(10.531)	(153)	-	(66.041)
Total em serviço	27.713	-	17.355	(10.531)	(153)	-	34.384
TOTAL LÍQUIDO	48.344	20.326	-	(10.531)	-	-	58.139

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2013 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2012	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS*	SALDO 31/12/2013
Em curso	14.006	17.776	(11.446)	-	174	121	20.631
Em serviço - custo	66.182	-	11.446	-	-	5.442	83.070
amortização	(45.858)	-	-	(9.116)	(174)	(209)	(55.357)
Total em serviço	20.324	-	11.446	(9.116)	(174)	5.233	27.713
TOTAL LÍQUIDO	34.330	17.776	-	(9.116)	-	5.354	48.344

NOTA 16 – FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composta nessa rubrica a provisão do valor de R\$154.091 (R\$ 137.592 em 31 de dezembro de 2013), a ser pago a FURNAS. Essa provisão, entendida como devolução líquida a FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:
- 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060.
 - 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468.
 - 3) Atualização monetária de R\$ 10.617 e juros de R\$ 5.882 a crédito desta rubrica no resultado de 2014.
- c) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 31/12/2014				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	51.364	51.364
Fornecedores - nacional	42.502	-	343.878	386.380
Fornecedores - exterior	19.629	4.666	(5.643)	18.652
TOTAL CIRCULANTE	62.131	4.666	389.599	456.396
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	102.727	102.727
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	102.727	102.727
TOTAL EM 31/12/2014	62.131	4.666	492.326	559.123

FORNECEDORES EM 31/12/2013				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	45.864	45.864
Fornecedores - nacional	36.452	-	107.366	143.818
Fornecedores - exterior	11.002	2.040	3.821	16.863
TOTAL CIRCULANTE	47.454	2.040	157.051	206.545
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	91.728	91.728
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	91.728	91.728
TOTAL EM 31/12/2013	47.454	2.040	248.779	298.273

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Tratam-se de financiamentos captados com a ELETROBRAS para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da Usina Angra 1.

Não existem garantias financeiras fornecidas pela ELETRONUCLEAR para os contratos de financiamentos de Angra 1 e 2, sendo a própria ELETROBRAS a garantidora desses financiamentos.

Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a ELETROBRAS, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da ELETROBRAS, com abertura de um crédito de R\$ 6.146.256, destinados à implantação da usina Angra 3.

A garantia do contrato do BNDES está consignada mediante uma cessão fiduciária do faturamento da venda de energia da ELETRONUCLEAR.

Em 30/06/2013, foi assinado o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal - CEF para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, no montante de R\$ 3,8 bilhões, cujo prazo de vencimento é de 25 anos a partir da data da assinatura. De acordo com a cláusula 3ª – Liberação de Recursos, a realização fica condicionada ao prévio adimplemento de diversas condições estipuladas nesse contrato. Como essas condições ainda não foram realizadas, em 30/09/2013, foi assinado pelas partes o contrato de Empréstimo Ponte nº 0418.626-06/2013 com garantia da ELETROBRAS, no valor de R\$ 1 bilhão, destinado a aquisição de materiais, equipamentos importados e serviços estrangeiros para a construção da usina Angra 3, cujo prazo de vencimento é de 21 meses a partir da data da assinatura, conforme segundo Termo Aditivo.

O montante desse Empréstimo Ponte foi recebido integralmente. A taxa de juros é de 6,7 % a.a. e os juros serão capitalizados até 30/06/2015, data em que será incorporado ao contrato principal se o contrato com garantia da União já tiver sido firmado. Caso contrário, a Eletronuclear terá que quitar integralmente o valor do contrato, acrescido dos juros capitalizados, nesta mesma data.

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	31/12/2014					31/12/2013				
	R\$ MIL				TX. JUROS EFETIVA	R\$ MIL				TX. JUROS EFETIVA
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL		JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			
ANGRAS 1 e 2: ELETROBRAS	-	56.843	382.792	439.635	7,00%	-	56.843	434.721	491.564	6,90%
ANGRA 3: ELETROBRAS	-	-	1.039.683	1.039.683	5,50%	-	-	594.250	594.250	5,50%
BNDDES	7.164	-	2.622.387	2.629.551	6,72%	5.288	-	1.935.738	1.941.026	6,72%
CEF	5.760	1.031.613	-	1.037.373	6,70%	895	200.298	-	201.193	6,70%
TOTAL GERAL	12.924	1.088.456	4.044.862	5.146.242		6.183	257.141	2.964.709	3.228.033	

b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	263.324	2.964.709	3.228.033
Ingressos	800.000	985.433	1.785.433
Encargos - resultado	46.501	-	46.501
Encargos - investimento	234.359	-	234.359
Transferência para o circulante	51.929	(51.929)	-
Incorporação de encargos ao principal	(146.649)	146.649	-
Pagamentos	(148.084)	-	(148.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.101.380	4.044.862	5.146.242

c) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	263.132
2015	1.101.188	56.650
2016	99.894	73.578
2017	180.176	93.331
2018	212.595	113.546
2019	220.627	120.133
Após 2019	3.331.762	2.507.663
TOTAIS	5.146.242	3.228.033

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347
PASEP e COFINS	12.713	13.616
PASEP e COFINS - Provisão	(14.499)	(8.820)
Taxas de importação	2.737	2.797
COSIRF	4.099	5.197
CIDE s/serviços no exterior	6.949	16.148
IRRF - Folha de pagamento	15.386	15.164
INSS	11.539	11.926
FGTS	4.073	3.937
ISS sobre importação e outros	4.287	3.922
Outros	792	129
TOTAL	51.423	67.363

A companhia constitui IRPJ e CSSL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei 11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em Dezembro de 2014, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSSL Diferidos no

montante total de R\$ 435.341 (R\$ 318.837 em 2013), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/12/2014				31/12/2013			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	673.305	60.597	168.326	228.925	752.452	67.720	188.114	255.834
Provisão para participações de empregados	(51.149)	(4.603)	(12.787)	(17.391)	(48.134)	(4.332)	(12.034)	(16.366)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	183.739	16.537	45.935	62.471	195.116	17.560	48.779	66.339
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(24.324)	(2.189)	(6.081)	(8.271)	(23.796)	(2.142)	(5.949)	(8.091)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	1.775	160	444	604	15.427	1.388	3.857	5.245
Outros ajustes CPC	(158.196)	(14.238)	(39.549)	(53.787)	(79.156)	(7.124)	(19.789)	(26.913)
Baixa despesas administrativas	(215.098)	(19.359)	(53.775)	(73.133)	(225.844)	(20.326)	(56.461)	(76.787)
Impairment	(557.834)	(50.205)	(139.459)	(189.664)	(532.509)	(47.926)	(133.127)	(181.053)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(71.399)	(6.426)	(17.850)	(24.276)	(57.841)	(5.206)	(14.460)	(19.666)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(56.207)	(5.059)	(14.052)	(19.111)	(45.560)	(4.100)	(11.390)	(15.490)
Provisão para benefícios pós emprego	62.975	5.668	15.744	21.412	3.423	308	856	1.164
Provisão para devedores duvidosos	(97.054)	(8.735)	(24.264)	(32.998)	(96.899)	(8.721)	(24.225)	(32.946)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	-	-	-	-	4.202	378	1.051	1.429
Provisão para contingências judiciais	(148.314)	(13.348)	(37.079)	(50.427)	(93.670)	(8.430)	(23.418)	(31.848)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão para Plano de Incentivo - PSPE	(219.299)	(19.737)	(54.825)	(74.562)	-	-	-	-
Subtotal	(1.367.809)	(123.103)	(341.952)	(465.055)	(923.518)	(83.118)	(230.879)	(313.997)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	(1.367.809)	(123.103)	(341.952)	(465.055)	(923.518)	(83.118)	(230.879)	(313.997)
(-)Ativo Diferido	1.367.809	123.103	341.952	465.055	923.518	83.118	230.879	313.996
Outros resultados abrangentes	14.234	1.281	3.559	4.840	14.234	1.281	3.559	4.840
(-) Outros resultados abrangentes	(14.234)	(1.281)	(3.559)	(4.840)	(14.234)	(1.281)	(3.559)	(4.840)
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2012, os cálculos do IRPJ e CSLL diferidos passaram para Provisões Ativas, permanecendo até hoje, e não foram contabilizadas pela ELETRONUCLEAR em conformidade com o CPC 32 - Art 24.

No dia 14 de Maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não adoção da antecipação prevista na referida legislação tendo em vista que não havia identificado nenhum benefício para a Companhia e ainda pelo fato da RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos ocorrida durante período de 2014.

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	18.791	-
Provisão de férias e gratificação de férias	48.544	49.855
Encargos sociais sobre provisão de férias	25.893	27.023
Provisão de 13º salário	(10)	-
TOTAL	93.218	76.878

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
RGR	31.042	49.158
Taxa de fiscalização da Aneel	607	699
TOTAL	31.649	49.857

NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 3.988 (R\$ 3.920 - 31 de dezembro de 2013) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido – Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal

e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado. Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2014		2013	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
1. Participantes ativos				
1.1. Participantes - nº	707	1.616	737	1.597
1.2. Idade Média	55,67	44,95	54,96	44,74
1.3 Salário Médio em R\$	12.056,05	8.844,16	11.420,98	8.188,56
2. Aposentados				
2.1. Participantes Aposentados - nº	345	179	318	158
2.2. Idade Média	63,77	68,54	63,31	68,33
2.3. Benefício Médio em R\$	7.000,67	5.752,87	6.189,68	5.035,60
3. Pensionistas				
3.1. Participantes Pensionistas - nº	59	70	57	62
3.2. Benefício Médio em R\$	2.047,84	3.725,08	1.940,75	3.157,43
População Total	1.111	1.865	1.112	1.817

a) Termos de compromissos

a.1) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidade da mesma, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2014, monta R\$ 9.658 (R\$ 17.651 - 31 de dezembro de 2013); totalmente classificado no passivo circulante. Em 2013, R\$ 8.612 estavam classificados no passivo circulante e R\$ 9.039 no passivo não circulante.

a.2) Contrato de pactuação de obrigação

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza firmou com a ELETRONUCLEAR o contrato de pactuação de obrigação, com respectivo parcelamento de pagamento, relativo as contribuições amortizantes destinadas ao plano de benefício definido da Real Grandeza. O montante da dívida foi corrigido nos termos contatuais na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 66 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2011. Todas as parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2014 foram quitadas contra crédito da ELETRONUCLEAR, referentes a contribuições que foram pagas após a data de efetivação da dívida.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2014, monta R\$ 24.760 (R\$ 10.535 - 31 de dezembro de 2013), R\$ 2.174 classificados no passivo circulante e R\$ 22.586 no passivo não circulante.

a.3) Dívida total por vencimento

Os contratos têm o seguinte perfil de vencimento:

ANO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	8.612
2015	11.832	9.039
2016	22.586	10.535
TOTAL	34.418	28.186

b) Outros benefícios pós-emprego – Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o a inativos e pensionistas.

c) Provisão atuarial – Benefício pós-emprego

PROVISÃO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
SAÚDE	18.040	23.904
PID	25.888	-
TOTAL	43.928	23.904

d) Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde, PID
d.1) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas					
	2014			2013	
	Real Grandeza	Nucleos	PID	Real Grandeza	Nucleos
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,24%	12,25%	11,84%	12,04%	12,03%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,16%	6,18%	5,79%	6,40%	6,39%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,83%	N/A	7,41%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,72%	3,50%	5,30%	5,30%
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,72%	5,72%	5,30%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,24%	12,25%	N/A	12,04%	12,03%
Hipóteses Demográficas					
Taxa de rotatividade	80%	(2/Idade)-0,04	N/A	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000	AT-49	N/A	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Alvaro Vindas	N/A	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	-	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	-	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi de R\$ (181.493) (R\$ 129.052 em 2013) e do plano Nucleos foi de R\$ (219.845) (R\$ 69.812 em 2013).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

d.2) Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

a) Conciliação dos passivos dos planos de benefícios definidos

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2014					2013			
	Plano BD		Saúde	PID	Total	Plano BD		Saúde	Total
	Real Grandeza	Núcleos				Real Grandeza	Núcleos		
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	1.195.571	775.316	18.040	-	1.988.927	1.100.961	712.156	23.881	1.836.998
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.326.722)	(927.688)	-	-	(2.254.410)	(1.105.056)	(723.703)	-	(1.996.695)
Passivo(Ativo) Líquido	<u>(131.151)</u>	<u>(152.372)</u>	<u>18.040</u>	<u>-</u>	<u>(265.483)</u>	<u>(4.095)</u>	<u>(11.547)</u>	<u>23.881</u>	<u>8.239</u>
Efeito da restrição sobre o ativo	131.151	152.372	-	-	283.523	4.095	11.547	-	15.642
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-	-	28.842	-	-	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.040</u>	<u>-</u>	<u>18.040</u>	<u>28.842</u>	<u>-</u>	<u>23.881</u>	<u>52.723</u>
Custo do serviço corrente	(15.373)	4.555	3.447	25.888	18.517	8.881	20.825	1.367	31.073
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-	-	-	-	4.516	12.605	-	17.121
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	<u>(15.373)</u>	<u>4.555</u>	<u>3.447</u>	<u>25.888</u>	<u>18.517</u>	<u>13.397</u>	<u>33.430</u>	<u>1.367</u>	<u>48.194</u>

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e de 31 de dezembro de 2014 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	2014			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.076.627	666.863	23.880	1.767.370
Custo de serviços corrente líquido	7.652	20.969	629	29.250
Custo de juros	128.071	79.176	2.842	210.089
Benefícios pagos	(32.969)	(15.867)	(79)	(48.915)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	16.190	24.175	(9.232)	31.133
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	28.687	20.680	11.308	60.675
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(12.497)	3.495	(20.540)	(29.542)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.195.571	775.316	18.040	1.988.927
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.105.054	723.703	-	1.828.757
Receita de Juros	133.968	88.322	-	222.290
Contribuições patronais	15.379	21.944	79	37.402
Contribuições de participantes do plano	19.412	16.414	-	35.826
Benefícios pagos / adiantados	(32.968)	(15.866)	(79)	(48.913)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	85.877	93.171	-	179.048
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	85.877	93.171	-	179.048
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.326.722	927.688	-	2.254.410

Descritivo	2013			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509
Custo de serviços corrente líquido	27.315	32.941	-	60.256
Custo de juros	108.107	78.863	1.367	188.337
Benefícios pagos	(24.532)	(16.545)	(489)	(41.566)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	<i>(283.819)</i>	<i>(311.325)</i>	<i>6.605</i>	<i>(588.539)</i>
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(464.973)	(383.946)	(10.129)	(859.048)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	181.154	72.621	16.734	270.509
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.100.961	712.156	23.880	1.836.997
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.219.609	777.086	-	1.996.695
Receita de Juros	103.590	66.259	-	169.849
Contribuições patronais	20.595	20.857	489	41.941
Contribuições de participantes do plano	18.434	12.116	-	30.550
Benefícios pagos / adiantados	(24.532)	(16.545)	(489)	(41.566)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	<i>(232.642)</i>	<i>(136.070)</i>	<i>-</i>	<i>(368.712)</i>
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(232.642)	(136.070)	-	(368.712)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.105.054	723.703	-	1.828.757

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2014		2013	
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos
Disponível	181	2.111	-	3
Realizável (Previdenciário e Administrativo)	32.804	179.168	-	135.669
Investimento em Renda Fixa	962.104	659.298	825.004	441.870
Investimento em Renda Variável		118.042	245.786	94.099
Investimentos Estruturados	22.241	73.905	17.780	33.461
Outros recebíveis	263.337	30.999	-	6.015
Investimentos Imobiliários	67.530	34.080	38.863	16.077
Empréstimos e Financiamentos	31.415	6.120	28.647	4.465
Outros	(3.542)	148	(3.815)	65
(-) Recursos a receber - patrocinador	(19.996)	(172.285)	(22.634)	-
(-) Exigíveis Previdenciais	-	-	-	(3.161)
(-) Exigíveis Contingencial	(16.194)	-	(13.726)	(2.227)
(-) Fundo de Investimentos	(6.521)	(787)	(5.627)	(459)
(-) Fundo Administrativo	(6.637)	(3.111)	(5.224)	(2.174)
Total dos Ativos Garantidos	1.326.722	927.688	1.105.054	723.703

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

d.3) Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2014	31.12.2013
Programa Previdenciário Real Grandeza	143.689	118.040
Programa Previdenciário Nucleos	(93.449)	(110.838)
Programa de seguro	-	(3.614)
Programa de Saúde	1.414	10.646
Total	51.654	14.234

Descritivo	2014			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	3.377	(4.982)	-	(1.605)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(28.687)	(20.680)	(11.308)	(60.675)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	9.120	1.488	20.540	31.148
Retorno sobre ativos do plano	85.877	93.171	-	179.048
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(96.825)	(86.386)		(183.211)
Ajustes saldo da dívida	(2.125)			(2.125)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	(29.263)	(17.389)	9.232	(37.420)

Descritivo	2013			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	464.973	383.947	10.129	859.049
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(181.154)	(72.621)	(16.734)	(270.509)
Retorno sobre ativos do plano	(232.643)	(136.070)	-	(368.713)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(4.095)			(4.095)
Ajustes saldo da dívida	(32.574)	(11.546)	-	(44.120)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	14.507	163.710	(6.605)	171.612

e) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 45.600 (Plano Real Grandeza R\$ 16.341, Nucleos R\$ 23.199 e PID R\$ 6.059) para os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de Real Grandeza 8,20 anos e Núcleos 8,02 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

Real Grandeza

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Benefícios de aposentadoria	86.671	87.880	266.748	2.224.069	2.665.368

Nucleos

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Benefícios de aposentadoria	41.797	43.607	142.238	2.040.388	2.268.030

f) Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano de Benefício Definido Real Grandeza

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 30.226 (aumento de R\$ 31.628).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 17.968 (redução de R\$ 18.135).

Plano de Benefício Definido Nucleos

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 24.514 (aumento de R\$ 25.892).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 10.202 (redução de R\$ 9.813).

Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 884 (redução de R\$ 821).

Plano de Incentivo de Desligamento - PID

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 325 (redução de R\$ 321).

NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANO DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões para março de 2014 e término em abril de 2014. Até 31 de dezembro de 2014, ocorreram 339 desligamentos, e os demais ocorrerão até dezembro de 2015. Ao longo de 2014 ocorreu o desembolso de R\$ 133.445 a título de incentivo de desligamento. Na forma da legislação societária e com base nas adesões ocorridas, a ELETRONUCLEAR reconheceu contabilmente no resultado (conforme notas 27 e 28) uma provisão de R\$ 219.299, sendo R\$ 177.881 no passivo circulante e R\$ 41.418 no passivo não circulante.

NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	26.139	7.643	22.403	7.230
Planos Bresser, Collor, etc.	4.633	1.981	4.681	1.957
Outras	2.151	642	2.180	643
Atualização	9.491	-	9.166	-
	58.146	10.266	54.162	9.830
TRIBUTÁRIAS				
Tributos Federais/Estaduais	217	80	799	80
INSS	14.211	32.482	14.248	17.892
Atualização	40.576	-	573	-
	55.004	32.562	15.620	17.972
CÍVEIS				
Desapropriações	-	-	-	-
Responsabilidade civil	1.657	80	-	-
Outros	283	40	3.828	58
Atualização	11.126	-	2.278	-
	13.066	120	6.106	58
AMBIENTAL				
Contecioso ambiental	25.187	-	3.500	-
Atualização	4.005	-	15.616	-
	29.192	-	19.116	-
TOTAL	155.408	42.948	95.004	27.860

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Em abril de 2014, foram inseridas provisões prováveis de multas ambientais relacionadas a processos administrativos em curso no IBAMA, decorrentes de autos de infração pela captura incidental de quelônios em Angra 2, que monta o valor de R\$ 21.687.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 117.341 atualizados em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 165.106 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 8.992 de processos de natureza trabalhista (R\$ 7.894 em 31 de dezembro de 2013), R\$ 108.206 de ações tributárias (R\$ 97.479 em 31 de dezembro de 2013) e outros de natureza cível no valor de R\$ 139 (R\$ 59.733 em 31 de dezembro de 2013) e outros de natureza ambiental R\$ 4 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2013)

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo monta R\$ 47.504. A ELETROBRAS concedeu, em garantia a essa execução, ações de sua propriedade e que totalizam R\$ 44.601.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que, a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R\$ 10.002.

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM 31/12/2013	ATUALIZAÇÃO EM 31/12/2014	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2014
			BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	54.162	325	(658)	4.317	58.146
Tributárias	15.620	40.003	(735)	116	55.004
Cíveis	6.106	8.848	(1.888)	-	13.066
Ambiental	19.116	(11.611)	-	21.687	29.192
TOTAL	95.004	37.565	(3.281)	26.120	155.408

NOTA 24 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

a) Descomissionamento

a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No exercício de 2013 foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente correspondente registrado no passivo é de R\$ 709.415. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, conforme RDE 1160.006/13 de 19.12.2013 e prevê atualização há cada cinco anos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 31 de dezembro 2014 é de R\$1.314.480 (R\$ 1.136.342 em 31 de dezembro de 2013).

a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema ELETROBRAS é de 6,69% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento reconhecido no resultado em dezembro de 2014 é de R\$ 79.145 (R\$ 49.227 em dezembro de 2013).

b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1112.002/13 de 17/01/2013 (reunião 1112ª), o Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, para determinar as estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

b.1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 297.969 (Base JUL/2014).

b.2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 594.418 (Base JUL/2014), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

c) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2014			31/12/2013
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(447.214)	490.961	454.988
ANGRA 2	1.151.338	(932.884)	218.454	199.206
TOTAL	2.089.513	(1.380.098)	709.415	654.194
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2014			31/12/2013
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	474.716	(152.838)	321.878	240.998
ANGRA 2	417.653	(134.466)	283.187	241.150
TOTAL	892.369	(287.304)	605.065	482.148
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
USINA	31/12/2014			31/12/2013
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.412.891	(600.052)	812.839	695.986
ANGRA 2	1.568.991	(1.067.350)	501.641	440.356
TOTAL	2.981.882	(1.667.402)	1.314.480	1.136.342

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Eléct. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Eléctrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013*
Suprimento de energia elétrica	2.192.242	1.833.361
Ajuste devolução tarifa a Furnas - RH 1406/12 e RH 1585/13	-	54.012
Diferença perdas na transmissão	-	54.129
Outros Serviços	220	233
Impostos sobre vendas:		
PASEP	(36.313)	(30.953)
COFINS	(167.257)	(142.580)
ISS	(11)	(12)
Outros	(1.425)	(668)
	(205.006)	(174.213)
Reserva global de reversão - RGR	(60.694)	(49.523)
TOTAL	1.926.762	1.717.999

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 14.113.782MWh* (13.456.225* em 2013), corresponde a uma receita no exercício de 2014 de R\$2.217.166 (R\$ 1.833.361 em 2013).

*Informação não auditada por auditoria independente

a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional –SIN.

b)Apuração do PASEP e do COFINS

A apuração do PASEP e COFINS é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

NOTA 27 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	Períodos de 12 meses findos em	
	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal (a)	556.524	439.244
Material	52.981	46.546
Serviços de terceiros	246.835	220.376
Depreciação e amortização (b)	348.640	332.824
Encargos de uso da rede de transmissão	65.867	53.807
Combustível para produção de energia elétrica	308.605	298.790
Aluguéis	9.759	9.350
Provisão para plano de incentivo de desligamento (c)	160.089	-
Outros	24.862	26.543
TOTAL	1.774.162	1.427.480

* Informação não auditada por auditoria independente

- a) Pessoal** – variação ocasionada por aumentos salariais e por gastos referentes ao programa para incentivo de desligamento pago nas rescisões ocorridas em 2014.
- b) Depreciação e amortização** – variação gerada pela depreciação acelerada de imobilizado em função do prazo de licenciamento das usinas.
- c) Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.

NOTA 28 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal (a)	175.659	92.158
Material	1.161	1.065
Serviços de terceiros	80.872	70.250
Depreciação e amortização	11.800	11.780
Aluguéis	16.879	17.144
Provisões para risco e benefício pós-emprego (b)	78.735	69.985
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (c)	155	4.229
Provisão para plano de incentivo de desligamento (b)	59.210	-
" <i>Impairment</i> " de Angra 3 (d)	557.834	532.509
Outras provisões	45.575	50.391
Outras	18.919	31.648
TOTAL	1.046.799	881.159

* Informação não auditada por auditoria independente

- a) **Pessoal** – variação ocasionada por aumentos salariais e por gastos referentes ao programa para incentivo de desligamento pago nas rescisões ocorridas em 2014.
- b) **Provisão para plano de incentivo de desligamento** – conforme descrito na Nota 22.
- c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** – a variação desse item foi em decorrência da provisão em 2013 do valor de R\$ 4.141 relativa ao contas a receber da INEPAR em função da aplicação de multa contratual.
- d) **"*Impairment*" de Angra 3** – conforme descrito na Nota 14.

NOTA 29 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Ajuste a valor presente diferencial a receber das distribuidoras	-	32.446
Aplicações financeiras	-	6.033
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	29.795	21.966
Variaç.monetária - perdas de transmissão e diferença de tarifa para descomissionamento (Nota 11)	-	19.339
	40.897	28.799
Outras	4.927	17.345
	75.619	125.928
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(46.501)	(37.108)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(79.145)	(49.227)
Ajuste a valor presente diferencial a pagar a Furnas	-	(29.445)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(15.933)	(53.081)
Despesa com juros - diferença de tarifa	(5.882)	-
Variaç.monetária - diferença de tarifa	(10.617)	(20.190)
Outras	(1.400)	(9.453)
	(159.478)	(198.504)
TOTAL	(83.859)	(72.576)

* Informação não auditada por auditoria independente

NOTA 30 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos períodos findos em 2014 e 2013, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(978.058)	(663.215)	(978.058)	(663.215)
Adições				
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	79.145	49.227	79.145	49.227
Provisões diversas	5.489	-	5.489	-
Provisão Impairment Angra 3	557.834	532.509	557.834	532.509
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	41.050	40.910	41.050	40.910
Provisão atuarial benefício pós-emprego	36.777	49.853	36.777	49.853
Provisão para Devedores Duvidosos	155	4.229	155	4.229
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	10.647	23.281	10.647	23.281
Provisão para contingências	61.672	47.097	61.672	47.097
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	118.154	108.547	118.154	108.547
Provisão plano incentivo - PSPE	358.401	-	358.401	-
Provisão Variação Cambial Reg Caixa	-	-	-	-
Provisão para PLR dos empregados	51.149	48.134	51.149	48.134
Outras	6.153	1.901	5.447	333
	1.326.626	905.688	1.325.920	904.120
Exclusões				
Provisão atuarial - resultados abrangentes	54.174	51.776	54.174	51.776
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	-	3.001	-	3.001
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	10.747	10.747	10.747	10.747
Reversão de provisão para contingências/PSPE	140.556	-	140.556	-
Reversão de provisão variação cambial Reg Caixa		21.267	-	21.267
Reversão de provisão para plr	48.134	44.497	48.134	44.497
Reversão outras provisões				-
	253.611	131.288	253.611	131.288
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	94.957	111.185	94.251	109.617
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	28.487	33.356	28.275	32.885
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	66.470	77.830	65.976	76.732
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Ajuste de exercícios anteriores	553	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período	16.606	18.413	5.938	6.906

NOTA 31 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	10.647	29.314
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(10.647)	(23.281)
Efeito na receita financeira	-	6.033
Encargos financeiros contabilizados no resultado	280.860	173.754
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(234.359)	(136.646)
Efeito na despesa financeira	46.501	37.108
Efeito líquido no resultado	(46.501)	(31.075)

* Informação não auditada por auditoria independente

NOTA 32 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL											
SALDOS	31 DE DEZEMBRO DE 2014										31/12/2013 TOTAL
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	
Ativo											
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	454	1.672	1.468	1.520	5.114	4.450
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	(22)	(80)	(70)	(73)	(245)	-
Fundo descomissionamento	334.869	-	-	-	-	-	-	-	-	334.869	281.006
Despesa antecipada - Financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.619
Outras contas a receber	10.198	26.368	123	-	-	-	-	-	-	36.689	31.446
Passivo											
Fornecedores	-	(1.351)	(124)	(152)	(123)	-	-	-	-	(1.750)	(1.388)
Fornecedores - Provisão	-	(518)	(410)	(446)	(426)	-	-	-	-	(1.800)	(1.298)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(154.091)	-	-	-	-	-	-	-	(154.091)	(137.592)
Financiamentos captados	(1.479.318)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.479.318)	(1.085.814)
Saldo Líquido	(1.134.251)	(129.592)	(411)	(598)	(549)	432	1.592	1.398	1.447	(1.260.532)	(903.571)
TRANSAÇÕES	31 DE DEZEMBRO DE 2014										31/12/2013 TOTAL
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletoacre	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	
Receita											
Venda de energia	-	-	-	-	-	5.449	20.066	17.615	18.242	61.372	53.392
Ressarcimento Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	(274)	(1.010)	(887)	(918)	(3.089)	-
AVP - Diferencial distribuidoras RH 1406/12 E 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.449
Diferencial FURNAS RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	581.431
Devolução tarifa de energia RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.012
Diferença perdas transmissão RH 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.129
Variação monet. - Perdas de transmissão RH 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.339
Remuneração do fundo financeiro	40.897	-	-	-	-	-	-	-	-	40.897	28.799
Despesa											
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(10.617)	-	-	-	-	-	-	-	(10.617)	(20.190)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(5.882)	-	-	-	-	-	-	-	(5.882)	-
Encargos uso da rede elétrica	-	(5.951)	(4.463)	(5.252)	(4.215)	-	-	-	-	(19.881)	(14.701)
Encargos financeiros	(46.501)	-	-	-	-	-	-	-	-	(46.501)	(37.108)
Diferencial distribuidoras RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.603)
AVP - Diferencial FURNAS RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.445)
Cessão de funcionários	(31)	(204)	-	-	(359)	-	-	-	-	(594)	(203)
Auditoria externa	(959)	-	-	-	-	-	-	-	-	(959)	(815)
Saldo Líquido	(6.594)	(22.654)	(4.463)	(5.252)	(4.574)	5.175	19.056	16.728	17.324	14.746	661.486

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

NOTA 33 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	60.694	49.523
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	196	81
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	1.229	587
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	7.839	8.736
TOTAL	69.958	58.927

NOTA 34– SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$16.199.111e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO CORRESPONDENTE
Riscos nucleares	31/05/2014	3.417.733	9.282
- Danos materiais		2.656.200	6.822
- Responsabilidade civil		761.533	2.460
Riscos de Engenharia	01/12/2015	12.419.075	171.046
- Construção		10.415.487	152.966
- Armazenamento de equipamentos		2.003.588	18.080
Diversos	Diversas	362.303	513
TOTAL		16.199.111	180.841

* Informação não auditada por auditoria independente

NOTA 35 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2014, foram de R\$ 41.341,24 e R\$ 2.632,08 (R\$ 43.765,81 e R\$ 2.387,24 em dezembro de 2013), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2014, corresponde a R\$36.861,19 (R\$ 34.883,31 em dezembro de 2013).

Nos exercícios de 2014 e de 2013, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração dos Diretores e Conselheiros **	3.275	3.086
Encargos Sociais	913	860
Benefícios	182	224
Participação nos Lucros e Resultados (*)	-	292
TOTAL	4.370	4.462

* Informação não auditada por auditoria independente

** Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração

NOTA 36 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2014. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

36.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela ANEEL.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.672, de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.164.001 para o ano de 2014, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2. Nessa receita, está incluído o valor de R\$ 61.393 relativo à revisão da receita do ano de 2013 solicitada pela ELETRONUCLEAR.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.663, de 3 de dezembro de 2013, estabeleceu as cotas-partes para os anos de 2014 e 2019 e a Resolução Homologatória ANEEL nº 1830, de 25 de novembro de 2014, estabeleceu as cotas-partes para os anos de 2015 e 2020 que serão utilizadas para ratear a receita garantida a cada distribuidora juntamente com o montante estabelecido previamente pela ANEEL. Desta forma a ELETRONUCLEAR tem garantida a parte da receita, permitida a cada distribuidora, na geração das usinas Angra 1 e 2 para os anos 2015 a 2020.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela ANEEL, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período.
- Revisões tarifárias ocorrerão a cada intervalo de três anos.
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da Eletronuclear ou por iniciativa da ANEEL, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

CONCESSIONÁRIA	2015	2016 / 2017	2018 / 2019	2020
	AES-SUL - Aes Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	59.168	118.337	118.337
AME - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	40.046
AMPLA - Ampla Energia e Serviços S.A.	65.302	130.604	130.604	65.986
BANDEIRANTE - Bandeirante Energia S.A.	68.052	136.103	136.103	63.571
BOA VISTA - Boa Vista Energia S.A.				5.625
CAIUÁ-D - Caiuá Distribuição de Energia S.A.	7.558	15.116	15.116	7.336
CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá	-	0	0	6.660
CEAL - Companhia Energética de Alagoas	20.828	41.657	41.657	21.811
CEB-DIS - Ceb Distribuição S.A.	40.504	81.008	81.008	40.338
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	56.836	113.672	113.672	51.965
CELESC-DIS - Celesc Distribuição S.A.	117.260	234.521	234.521	114.261
CELG-D - Celg Distribuição S.A.	74.313	148.625	148.625	76.458
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A.	46.666	93.331	93.331	49.759
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco	73.635	147.270	147.270	71.123
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	11.267	22.534	22.534	12.280
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão	33.957	67.914	67.914	36.082
CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	39.901	79.803	79.803	42.582
CEMIG-D - Cemig Distribuição S.A.	179.063	358.126	358.126	176.886
CEPISA - Companhia Energética do Piauí	18.284	36.567	36.567	19.410
CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	18.936	37.873	37.873	19.612
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica	3.839	7.678	7.678	3.837
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	108.924	217.848	217.848	104.134
COELCE - Companhia Energética do Ceará	62.512	125.024	125.024	64.414
COPEL-DIS - Copel Distribuição S.A.	170.295	340.591	340.591	161.385
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte	30.080	60.160	60.160	30.084
CPFL JAGUARI - Companhia Jaguari de Energia	3.168	6.337	6.337	3.277
CPFL LESTE PAULISTA - Companhia Leste Paulista de Energia	1.947	3.895	3.895	1.916
CPFL MOCOCA - Companhia Luz e Força de Mococa	1.500	3.000	3.000	1.375
CPFL PIRATININGA - Companhia Piratininga de Força e Luz	66.137	132.273	132.273	62.426
CPFL SANTA CRUZ - Companhia Luz e Força Santa Cruz	6.398	12.797	12.797	6.954
CPFL SUL PAULISTA - Companhia Sul Paulista de Energia	2.645	5.291	5.291	2.482
CPFL PAULISTA - Companhia Paulista de Força e Luz	150.869	301.738	301.738	148.860
CERR - Companhia Energética de Roraima				609
DMED - DME Distribuição S.A.	2.866	5.732	5.732	2.790
EBO - Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.	4.605	9.211	9.211	4.522
EDEVP - Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranaíba	5.894	11.788	11.788	5.631
EEB - Empresa Elétrica Bragantina S.A.	4.894	9.788	9.788	4.627
ELEKTRO - Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	87.794	175.588	175.588	85.857
ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre	5.657	11.313	11.313	5.555
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	271.478	542.957	542.957	251.777
EMG - Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	7.942	15.883	15.883	7.866
ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	27.393	54.786	54.786	28.289
EPB - Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia	24.649	49.299	49.299	24.385
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	44.410	88.820	88.820	44.680
ESE - Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	18.314	36.629	36.629	17.058
IENERGIA - Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.	1.578	3.156	3.156	1.332
LIGHT - Light Serviços de Eletricidade S.A.	144.399	288.798	288.798	140.041
RGE - Rio Grande Energia S.A.	54.540	109.079	109.079	53.425
TOTAL	2.246.260	4.492.520	4.492.520	2.246.260

36.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	250.650
2016	233.203
2017	110.751
Após 2017	6.232.631
TOTAIS	6.827.235

36.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	70.000
2016	74.025
2017	50.665
Após 2017	41.532
TOTAIS	236.222

36.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2015	1.871.218
2016	1.751.124
2017	1.511.009
APÓS 2017	516.290
TOTAL	5.649.641

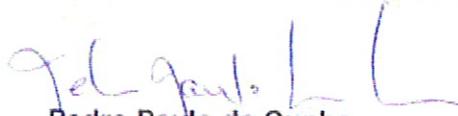
PARECER DO CONSELHO FISCAL

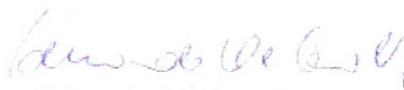
O Conselho Fiscal da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, compreendendo as peças: Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo); Demonstração do Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, levantadas em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do parecer da KPMG Auditores Independentes emitido em 26 de março de 2015, que contém dois parágrafos de ênfase, intitulados: "Continuidade" e "Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos".

Tendo em vista que a Companhia registrou no exercício de 2014, um prejuízo R\$ 1.000,6 milhões, não foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos, sendo o referido valor registrado na conta de Prejuízos Acumulados.

Desta forma, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da ELETRONUCLEAR, nos termos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015.


Pedro Paulo da Cunha
Presidente


Eduardo De Carolis
Conselheiro


Raquel da Ressurreição Costa Amorim
Conselheira



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 35-15-9400
Fax 55 (21) 35-15-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Eletronuclear S.A. - Eletronuclear
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletronuclear S.A. - Eletronuclear (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Continuidade

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia. Conforme mencionado na Notas Explicativas nºs 1 e 4.1.c, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e sua geração de resultados ainda não é suficiente para que suas atividades sejam lucrativas. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina de Angra 3, com entrada da operação e consequente início de receita previstas para o fim do exercício de 2018. A situação patrimonial e financeira da Companhia representa uma incerteza significativa que levanta dúvida substancial quanto à sua capacidade de conduzir suas atividades sem o suporte financeiro de terceiros. Os planos da Administração da Companhia com relação ao início das atividades operacionais da Usina de Angra 3 estão descritos nas mesmas Notas Explicativas nºs 1 e 4.1.c. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em função de notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento da Companhia no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato”, a Administração da Companhia adotou algumas ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Companhia até o momento, na avaliação da Administração, eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas Demonstrações Financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação “Lava Jato” ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de março de 2014, que não conteve modificação

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Danilo Simão Simões
Contador CRC IMG058180/O2T-SP

PÁGINA EM BRANCO

ANEXO 2

Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza.

PÁGINA EM BRANCO

Relatório dos Auditores Independentes

**Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

CONTEÚDO

1.	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2014	3-5
2.	Demonstrações Contábeis:	
2.1.	Balço Patrimonial (Consolidado)	
	Ativo	6
	Passivo	7
2.2.	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	8
2.3.	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	9
	Demonstração do Ativo Líquido – Plano BD	10
2.4.	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano BD	11
	Demonstração das Provisões Técnicas – Plano BD	12
	Demonstração do Ativo Líquido – Plano CD	13
2.5.	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano CD	14
	Demonstração das Provisões Técnicas – Plano CD	15
3.	Notas Explicativas às demonstrações contábeis	16-62



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da
REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social
Rio de Janeiro – RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

continua...

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

5. Ênfases

Destaque especial para o divulgado na nota 10.5, esclarecendo que os Tribunais Regionais Federais, na sua maioria, têm promulgado jurisprudência contrária a tese defendida pela Fundação Real Grandeza, consubstanciada na orientação da consultoria jurídica contratada. Os débitos fiscais de competência, a partir de 2015 estão sendo recolhidos tempestivamente, por conseguinte, os débitos fiscais de exercícios bases anteriores permanecem sem provisão, no total de R\$22.460 mil.

Continua...

Conforme mencionado na nota explicativa 17.1 o Conselho Deliberativo aprovou o plano de equacionamento do deficit acumulado referente ao Plano de Contribuição Definida – CD, estruturado na modalidade de contribuição variável, no montante de R\$8.372 mil e que as patrocinadoras firmarão contrato de dívidas para amortização do deficit referente à parcela de benefícios concedidos. Esse deficit foi equacionado por patrocinadoras, participantes e assistidos, observando a proporção contributiva, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008 e alterações.

A nota explicativa 17.2 ressalta que a Fundação Real Grandeza, optou em promover os estudos técnicos em 2015, pertinentes a convergência das taxas de juros aplicadas aos planos BD e CD, com os custeios aprovados e o fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, assim como, os ajustes de precificação dos títulos públicos federais, considerando a variação da rentabilidade pela taxa da curva de aquisição e a taxa do passivo atuarial, de acordo com normativos do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Rio de Janeiro, 12 de março de 2015.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG - 757/O -8 - F - RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador – CRCRJ – 046.114/O

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
DISPONÍVEL	4	1.891	1.976
REALIZÁVEL		12.239.679	11.236.989
Gestão Previdencial	5	235.774	255.231
Gestão Administrativa	6	6.476	5.527
Investimentos	7	11.997.429	10.976.231
Créditos Privados e Depósitos		35.646	32.767
Ações		-	5.124
Fundos de Investimento		11.057.177	10.268.288
Investimentos Imobiliários		581.181	362.653
Empréstimos		322.574	307.289
Depósitos Judiciais/Recursais		851	110
PERMANENTE		2.287	2.678
Imobilizado		2.110	2.114
Diferido		177	564
GESTÃO ASSISTENCIAL	8	122.352	110.991
TOTAL DO ATIVO		12.366.209	11.352.634

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
EXIGÍVEL OPERACIONAL		40.149	41.807
Gestão Previdencial	9.1	31.511	29.197
Gestão Administrativa	9.2	7.462	6.212
Investimentos	9.3	1.176	6.398
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		141.975	128.445
Gestão Previdencial	10.1	116.833	104.859
Gestão Administrativa	10.2	2.595	2.433
Investimentos	10.3	22.547	21.153
PATRIMÔNIO SOCIAL		12.061.733	11.071.391
Patrimônio de Cobertura do Plano		11.929.860	10.955.787
Provisões Matemáticas	11.2	11.230.112	10.550.576
Benefícios Concedidos		8.313.411	6.549.918
Benefícios a Conceder		2.925.073	4.000.658
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(8.372)	-
Equilíbrio técnico		699.748	405.211
Superavit Técnico Acumulado		699.748	405.211
Fundos	11.4	131.873	115.604
Fundos Administrativos		73.936	66.167
Fundos de investimentos		57.937	49.437
GESTÃO ASSISTENCIAL	12	122.352	110.991
TOTAL DO PASSIVO		12.366.209	11.352.634

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL**

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31.12.14	31.12.13	(%)
A) Patrimônio Social – Início do Exercício	11.165.792	12.038.287	(7,25)
1. Adições	1.965.861	448.105	338,71
Contribuições previdenciais	251.358	230.368	9,11
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	1.462.221	-	100,00
Reversão de contingências – Gestão previdencial	-	8.234	(100,00)
Receitas administrativas	61.345	58.509	4,85
Resultado positivo dos investimentos – Gestão administrativa	7.640	2.848	168,26
Constituição de Fundos de Investimentos	8.500	-	100,00
Receitas assistenciais	174.797	148.146	17,99
2. Destinações	(969.686)	(1.320.600)	(26,57)
Benefícios	(727.532)	(584.916)	24,38
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	-	(495.903)	(100,00)
Constituição de contingências – Gestão previdencial	(11.974)	-	100,00
Despesas administrativas	(61.054)	(57.605)	5,99
Constituição de contingências – Gestão Administrativa	(162)	(439)	(63,10)
Reversão de Fundos de Investimentos	-	(13.128)	(100,00)
Despesas assistenciais	(168.964)	(168.609)	0,21
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	996.175	(872.495)	214,18
Provisões matemáticas	679.536	1.136.246	(40,19)
Superavit (Deficit) técnico do exercício	294.537	(1.978.463)	114,89
Fundos administrativos	7.769	3.313	134,50
Fundos dos investimentos	8.500	(13.128)	164,75
Gestão assistencial	5.833	(20.463)	128,51
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3) (*)	12.161.967	11.165.792	8,92

(*) Inclui o patrimônio social da gestão assistencial no valor de R\$100.235 mil e R\$94.402 mil conforme Nota Explicativa item 12.

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA**

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	66.167	62.854	5,27
1. Custeio da gestão administrativa	68.985	61.357	12,43
1.1. Receitas	68.985	61.357	12,43
Custeio administrativo da gestão previdencial	40.076	39.122	2,44
Taxa de administração de empréstimos	599	594	0,84
Resultado positivo dos investimentos	7.640	2.848	168,26
Reembolso da gestão assistencial	20.490	18.793	9,03
Outras receitas	180	-	100,00
2. Despesas administrativas	(61.216)	(58.044)	5,46
2.1. Administração previdencial	(25.538)	(23.318)	9,52
Pessoal e encargos	(16.529)	(15.636)	5,71
Treinamentos/congressos e seminários	(117)	(81)	44,44
Viagens e estadias	(80)	(73)	9,59
Serviços de terceiros	(2.669)	(2.048)	30,32
Despesas gerais	(5.638)	(4.707)	19,78
Depreciações e amortizações	(343)	(334)	2,69
Contingências	(162)	(439)	(63,10)
2.2. Administração dos investimentos	(15.188)	(16.095)	(5,64)
Pessoal e encargos	(11.273)	(12.005)	(6,10)
Treinamentos/congressos e seminários	(70)	(80)	(12,50)
Viagens e estadias	(44)	(70)	(37,14)
Serviços de terceiros	(1.076)	(1.013)	6,22
Despesas gerais	(2.516)	(2.666)	(5,63)
Depreciações e amortizações	(209)	(261)	(19,92)
2.3. Administração assistencial	(20.490)	(18.631)	9,98
3. Sobra da gestão administrativa (1-2)	7.769	3.313	134,50
4. Constituição do fundo administrativo (3)	7.769	3.313	134,50
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 4)	73.936	66.167	11,74

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) DO PLANO BD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
1. Ativos	11.647.776	10.764.929	8,20
Disponível	1.555	1.581	(1,64)
Recebível	282.311	297.451	(5,09)
Investimentos	11.363.910	10.465.897	8,58
Créditos privados e depósitos	35.646	32.767	8,79
Ações	-	4.553	(100,00)
Fundos de Investimento	10.475.019	9.802.436	6,86
Investimentos Imobiliários	581.181	362.653	60,26
Empréstimos	271.213	263.378	2,97
Depósitos Judiciais / Recursais	851	110	673,64
2. Obrigações	176.462	166.126	6,22
Operacional	37.096	40.127	(7,55)
Contingencial	139.366	125.999	10,61
3. Fundos não previdenciais	113.239	99.607	13,69
Fundos Administrativos	57.117	51.650	10,58
Fundos dos Investimentos	56.122	47.957	17,03
4. Ativo líquido (1-2-3)	11.358.075	10.499.196	8,18
Provisões Matemáticas	10.658.327	10.091.707	5,61
Superavit Técnico	699.748	407.489	71,72

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) DO PLANO BD

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
A) Ativo líquido – Início do Período	10.499.196	11.379.940	(7,74)
1. Adições	1.630.534	213.858	662,44
Contribuições	217.614	205.624	5,83
Resultado positivo dos investimentos – Gestão Previdencial	1.412.920	-	100,00
Reversão de contingências – Gestão previdencial	-	8.234	(100,00)
2. Destinações	(771.655)	(1.094.602)	(29,50)
Benefícios	(723.318)	(581.518)	24,38
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	-	(477.203)	(100,00)
Constituição de contingências – Gestão previdencial	(11.974)	-	100,00
Custeio Administrativo	(36.363)	(35.881)	1,34
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	858.879	(880.744)	(197,52)
Provisões Matemáticas	566.620	1.095.441	(48,27)
Superavit / Deficit Técnico do Exercício	292.259	(1.976.185)	(114,79)
B) Ativo líquido – Final do Período (A+3)	11.358.075	10.499.196	8,18
C) Fundos não previdenciais	113.239	99.607	13,69
Fundos Administrativos	57.117	51.650	10,58
Fundos dos Investimentos	56.122	47.957	17,03

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO BD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	11.590.659	10.713.279	8,19
1. Provisões Matemáticas	10.658.327	10.091.707	5,61
1.1. Benefícios concedidos	8.289.815	6.534.657	26,86
Benefício Definido	8.289.815	6.534.657	26,86
1.2. Benefício a conceder	2.368.512	3.557.050	(33,41)
Benefício Definido	2.368.512	3.557.050	(33,41)
2. Equilíbrio Técnico	699.748	407.489	71,72
2.1. Resultados Realizados	699.748	407.489	71,72
Superavit Técnico Acumulado	699.748	407.489	71,72
Reserva de Contingência	699.748	407.489	71,72
3. Fundos	56.122	47.957	17,03
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	56.122	47.957	17,03
4. Exigível Operacional	37.096	40.127	(7,55)
4.1. Gestão Previdencial	36.207	33.810	7,09
4.2. Investimentos	889	6.317	(85,93)
5. Exigível Contingencial	139.366	125.999	10,61
5.1. Gestão Previdencial	116.833	104.859	11,42
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22.533	21.140	6,59

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) DO PLANO CD**

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
1. Ativos	591.379	473.245	24,96
Disponível	157	163	(3,68)
Recebível	27.418	23.954	14,46
Investimento	563.804	449.128	25,53
Ações	-	571	(100,00)
Fundos de Investimento	512.444	404.646	26,64
Empréstimos	51.360	43.911	16,96
2. Obrigações	960	657	46,12
Operacional	960	657	46,12
3. Fundos não Previdenciais	18.634	15.997	16,48
Fundos Administrativos	16.819	14.517	15,86
Fundos dos Investimentos	1.815	1.480	22,64
4. Ativo líquido (1-2-3)	571.785	456.591	25,23
Provisões Matemáticas	571.785	458.869	24,61
Deficit Técnico	-	(2.278)	(100,00)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) DO PLANO CD

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
A) Ativo líquido – Início do período	456.591	418.064	9,22
1. Adições	123.121	63.865	92,78
Contribuições	73.820	63.865	15,59
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	49.301	-	100,00
2. Destinações	(7.927)	(25.338)	(68,71)
Benefícios	(4.214)	(3.398)	24,01
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	-	(18.700)	(100,00)
Custeio Administrativo	(3.713)	(3.240)	14,60
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	115.194	38.527	199,00
Provisões Matemáticas	112.916	40.805	176,72
Superavit / Deficit Técnico do Exercício	2.278	(2.278)	200,00
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	571.785	456.591	25,23
C) Fundos não previdenciais	18.634	15.997	16,48
Fundos Administrativos	16.819	14.517	15,86
Fundos dos Investimentos	1.815	1.480	22,64

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO CD

(Em milhares de reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	574.560	458.728	25,25
1. Provisões Matemáticas	571.785	458.869	24,61
1.1. Benefícios concedidos	23.596	15.261	54,62
Contribuição Definida	5.785	4.512	28,21
Benefício Definido	17.811	10.749	65,70
1.2. Benefício a conceder	556.561	443.608	25,46
Contribuição Definida	531.051	426.404	24,54
Saldo de contas - Parcela patrocinadores	229.728	184.158	24,75
Saldo de contas - Parcela participantes	301.323	242.246	24,39
Benefício Definido	25.510	17.204	48,28
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(8.372)	-	100,00
(-) Deficit equacionado	(8.372)	-	100,00
(-) Patrocinadores	(4.186)	-	100,00
(-) Participantes	(4.144)	-	100,00
(-) Assistidos	(42)	-	100,00
2. Equilíbrio Técnico	-	(2.278)	(100,00)
2.1. Resultados Realizados	-	(2.278)	(100,00)
Deficit técnico acumulado	-	(2.278)	(100,00)
3. Fundos	1.815	1.480	22,64
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.815	1.480	22,64
4. Exigível Operacional	960	657	46,12
4.1. Gestão Previdencial	673	576	16,84
4.2. Investimentos	287	81	254,32

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar, restrita aos empregados, inclusive aos em cargos de direção das suas patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e da própria Real Grandeza.

A Fundação não possui fins lucrativos e tem por objetivo conceder e manter os benefícios de aposentadoria, pensão e pecúlio a que têm direito os seus participantes e assistidos, bem como seus beneficiários e dependentes, conforme previsto nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, sob sua administração.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios previdenciários, um estruturado na modalidade de benefício definido, denominado Plano de Benefício Definido (BD), instituído desde a sua criação, e outro na modalidade de contribuição variável, denominado Plano de Contribuição Definida (CD), o qual foi aprovado à época pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 406/SPC/CGAJ, em 20 de março de 2002.

Em 9 de abril de 2003, a então Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida, o que possibilitou a adesão ao referido plano, a partir de 1º de maio de 2003, dos empregados do quadro próprio da Fundação.

A Real Grandeza também opera, por meio do sistema de autogestão, dois planos de assistência à saúde: o Plames (Plano de Assistência Médico Suplementar), disponibilizado aos participantes e pessoas a eles vinculadas, sendo custeado por meio de contribuições específicas dos participantes; e o Plano de Assistência Médica da Real Grandeza, destinado aos seus empregados e dependentes, o qual é custeado pela própria Fundação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade e pronunciamentos contábeis aplicáveis às entidades de previdência complementar, e Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 8, de 31 de outubro de 2011; alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 9/08/2013, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/Previc nº 5, de 08 de setembro de 2011 e pela Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e normativos posteriores..

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa em virtude do ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

A estrutura da planificação padrão contábil das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial, Administrativa, Assistencial e o Fluxo dos Investimentos, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As demonstrações contábeis referentes ao segmento de gestão assistencial, constituída por planos de assistência médica registrados na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), são elaboradas à parte de acordo com as normas específicas para o setor de saúde, sendo nestas demonstrações contábeis apresentados os valores consolidados de ativo, passivo e a variação patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração Superavit ou Deficit

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, bem como as variações patrimoniais da gestão assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Investimentos

b.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

As aplicações em renda fixa são registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos que a Real Grandeza pretende manter até o vencimento, ou pelo valor de mercado obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação para títulos classificados para negociação. Os ágios e deságios ocorridos na aquisição desses títulos são apropriados mensalmente pelo método exponencial à despesa ou receita *pro rata* dia, pelo prazo que decorrer da aquisição até o vencimento do título. Estão classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, são avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Aqueles com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País. O critério de avaliação é pelo custo amortizado de forma proporcional, *pro rata* dia, até o vencimento.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

a) Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.

b) Divulgação das Técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:

Informações de Nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.

Informações de Nível 2 – informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.

Informações de Nível 3 – dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

b.2. Ações

As ações de companhias abertas estão registradas pelo custo de aquisição acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

As ações que não tenham sido negociadas por período superior a 6 (seis) meses são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor.

b.3. Fundos de Investimentos

Registrados pelo valor efetivo na aquisição de cotas, e de eventuais pagamentos de taxas e emolumentos. Os montantes são representados pelo valor unitário das cotas, mensalmente até o encerramento do exercício.

b.4. Investimentos Imobiliários

Reconhecidos pelo valor de custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações, em conformidade com o normativo do órgão regulador.

A depreciação é calculada por método linear à taxa de 2% a.a. ou à taxa correspondente ao tempo vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação. Os ajustes positivos ou negativos são contabilizados no resultado.

Os imóveis devem ser reavaliados pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19 letras "h" e "k" do Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e item 21 da Resolução do CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

b.5. Operações com Participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes estão registrados pelo valor atualizado conforme previsto nos regulamentos, *pro rata* dia até a data do balanço.

A provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foi constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo 'A', da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, adotando os seguintes percentuais:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias;
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Para os empréstimos com três prestações em atraso consecutivas ou não, a provisão para perdas é constituída em 100% dos valores vencidos e a vencer, uma vez que está previsto no regulamento a suspensão do empréstimo e a execução imediata da dívida.

b.6. Provisões para Perdas de Investimentos e Créditos Duvidosos

São constituídas em consideração aos riscos e as incertezas de realizações dos rendimentos auferidos e de recebíveis, mediante critérios estabelecidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

c. Imobilizado e diferido

O imobilizado está contabilizado no Plano de Gestão Administrativa, sendo depreciado pelo método linear, de acordo com a estimativa de vida útil econômica do bem. Para instalações, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, é adotada a taxa de 10% ao ano, e para equipamentos de informática é aplicada a taxa de 20% ao ano.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009 permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitida a inclusão de novos valores no referido grupo contábil. Os custos de programas computacionais registrados no grupo "Diferido" estão sendo amortizados no prazo de 60 meses. Os demais itens registrados nesse grupo de contas, tais como projetos para melhoria da parte operacional da Fundação, estão sendo amortizados no prazo de 120 meses.

d. Provisões de férias e 13º salário, e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias (um terço), e 13º Salário são apropriados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), acrescido dos encargos sociais, conforme regime de competência.

e. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

f. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são apuradas por meio de cálculos atuariais realizados por consultoria atuarial externa, revisado pelo atuário interno. As hipóteses e premissas atuariais são aprovadas pelo Conselho Deliberativo e pelas patrocinadoras, quando lhe for pertinente.

g. Superavit / Deficit Acumulados

Apurados pela diferença do Ativo Líquido, Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superavit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação ao saldo das Provisões Matemáticas. O excedente é registrado em Reserva Especial para Revisão do Plano a cada exercício.

h. Fundos

- **Administrativo** – formado pelo resultado entre receitas e despesas administrativas, acrescido ou deduzido do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências.
- **Investimentos** – formado por meio de uma contribuição mensal sobre o saldo devedor do empréstimo pessoal, acrescido ou deduzido do fluxo dos investimentos.

i. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemática; as provisões com demandas judiciais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

j. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos Planos de Benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 8, de 31 de outubro de 2011 e nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e do Assistencial), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, dos investimentos e do assistencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

k. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superavit Técnico”, “Deficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

4. DISPONÍVEL

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Caixa	3	2
Bancos	641	1.968
Vinculado	1.247	6
Total	1.891	1.976

O disponível vinculado representa o valor de bloqueio judicial.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Refere-se a recursos oriundos de contribuições dos participantes, assistidos e autopatrocinados (vinculados contribuintes), e das patrocinadoras, com base nos planos de custeio dos planos de benefícios.

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são apresentados a seguir:

Realizável – gestão previdencial	Plano	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
Contribuições do mês	BD/CD	21.583	29.109
Contribuições contratadas		172.079	207.767
Furnas Centrais Elétricas S.A.	BD	137.704	176.015
Eletrobrás Termonuclear S.A.	BD	34.375	31.752
Outros valores a receber	BD	25	54
Depósitos Judiciais	BD	42.087	18.301
Total		235.774	255.231

5.1. Benefício definido

De acordo com o Regulamento aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) por meio da Portaria nº 3.256, de 24 de dezembro de 2009, e pela da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 655, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- *Participantes e assistidos*

<u>Parcelas do salário real de contribuição</u>	<u>Taxa (%)</u>
Até a metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	2,4
Da metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social até o valor teto do salário de benefício da Previdência Social	4,6
Parcela excedente ao maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	13,0

- *Patrocinadoras*

Montante igual ao aportado pelos participantes.

Percentual eterno de 2,85% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência da adequação do plano à Lei nº 6.435/77.

Percentual eterno de 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência do Plano Especial de Custeio.

Por determinação da então Secretaria de Previdência Complementar, através do relatório de Fiscalização nº006/2007/ESRJ, os percentuais acima foram convertidos em contratos financeiros no montante de R\$79.929 mil, conforme indicado no parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda., cabendo a patrocinadora Furnas a importância de R\$61.458 mil e a Eletronuclear a importância de R\$18.471 mil, sendo os valores referenciados a 31 de dezembro de 2010.

Conforme determinação do Departamento Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, junto às patrocinadoras, os contratos foram repactuados em 2014, recalculando os valores para a data de referência de 31 de dezembro de 2013, alterando os compromissos das patrocinadoras Furnas e Eletronuclear respectivamente para R\$44.535 mil e R\$16.104 mil.

- *Custo suplementar de provisões matemáticas*

Após o reconhecimento e contratação das dívidas das patrocinadoras para com o Plano de Benefício Definido, em 14 de dezembro de 2000, o valor do déficit remanescente, referido a 31 de dezembro de 2000, era de R\$380,1 milhões, a ser coberto pela constituição de uma contribuição amortizante para as patrocinadoras e de um aumento nas contribuições dos participantes e assistidos, questionado pela Associação dos Aposentados de Furnas.

Merece registro o fato de que existe uma discussão judicial específica em trâmite na 28ª Vara Federal, na qual a mencionada Associação dos Aposentados de Furnas alega que há uma dívida da patrocinadora instituidora para com a Real Grandeza no valor de R\$1.208 milhões, referida a janeiro de 1999, e, dependendo do seu desfecho, o mencionado *deficit* apurado em dezembro de 2000 seria coberto pelos recursos provenientes do pagamento da dívida em demanda.

Em 13 de outubro de 2003, por determinação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), foi firmado um contrato com Furnas e outro com a Eletronuclear, para garantir a cobertura da contribuição amortizante de responsabilidade das patrocinadoras.

Em face das incertezas em relação ao custeio amortizante específico, os aumentos de contribuição foram registrados em 2008 como “Provisões matemáticas a constituir”, por recomendação do atuário responsável.

Na ação anteriormente referida, houve uma nova antecipação de tutela concedida à Após-Furnas, em 21 de outubro de 2008, impedindo a aplicação de reajuste na contribuição dos participantes e assistidos do Plano BD.

Em 5 de maio de 2009 o Conselho Deliberativo da Real Grandeza, amparado por parecer atuarial e jurídico baseado no Art. 4º da Resolução GCPC nº 26, aprovou a liquidação da provisão matemática a constituir de responsabilidade dos participantes e assistidos, utilizando parte dos recursos alocados no fundo previdencial, e a reversão do saldo remanescente para o resultado do plano.

- *Fechamento do plano de benefício definido*

O Conselho Deliberativo da Real Grandeza, na 59ª reunião extraordinária realizada em 7 de julho de 2005, por meio da RC nº 003/59, aprovou o fechamento do Plano de Benefício Definido, não permitindo a entrada de novos participantes, sem considerá-lo saldado.

5.2. Contribuição definida

De acordo com o Regulamento aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) por meio da Portaria nº3.255, de 24 de dezembro de 2009, e pela da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 654, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- *Participantes*

Contribuição básica composta pelas seguintes parcelas:

- (a)** Contribuição básica de 2% (dois por cento) sobre o salário de contribuição;
- (b)** Contribuição adicional, entre 4,5% e 10,0% sobre a parcela do salário de contribuição excedente a 7 UR (Unidade de Referência);
- (c)** Contribuição voluntária, incidente sobre o salário de contribuição até o limite de 10,0%; e
- (d)** Contribuição extraordinária efetuada a qualquer tempo, em valor não inferior a 3 UR (Unidade de Referência), nem superior a cinco vezes o salário de contribuição.

- *Patrocinadoras*

A contribuição das patrocinadoras divide-se em três partes, a saber:

- (a)** Contribuição específica para cobertura dos benefícios de risco, calculada atuarialmente sobre o salário de contribuição (de 0,29% até março de 2013, alterada para 0,067% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 para 0,72%);
- (b)** Contribuição complementar para cobertura das despesas administrativas, calculada sobre a contribuição básica (de 9,93% até março de 2013, alterada para 10,51% até março de 2014 e a partir de abril de 2014 para 10,26%); e
- (c)** Contribuição regular, em nome de cada participante, sendo seu valor igual ao da contribuição básica efetuada pelo participante menos as contribuições específica e complementar efetuadas pela patrocinadora.

A soma das contribuições regular, específica e complementar de patrocinadoras, efetuadas em nome de todos os participantes ativos deste plano, estará, a qualquer tempo, limitada à soma dos percentuais 'a' e 'b', aplicada sobre a folha mensal total do salário de contribuição desses participantes, sendo:

- a) 9,4%; e
- b) Soma, para o período de 12 (doze) meses anteriores ao mês em questão da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das contribuições regular, específica e complementar.

5.3. Contribuição contratada

As contribuições contratadas refletem a composição dos valores devidos pelas patrocinadoras à Real Grandeza.

Em 13 de outubro de 2003, as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram novos termos para a contratação do *deficit* remanescente de 2000, consignado como Provisões Matemáticas a Constituir, no valor de R\$273.123 mil, a preços de novembro de 2001, a serem pagos em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrida em janeiro de 2004.

Em 01 de outubro de 2012, a patrocinadora, Furnas, em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, assinou o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$61.458 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$876 mil, a preço de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Em 31 de dezembro de 2014, foi assinado termo aditivo repactuando o valor original do contrato para R\$44.535 mil, tendo em vista a alteração da data de referência dos valores para dezembro de 2013. As contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidentes sobre a folha de salários, referente ao período de novembro de 2012 a dezembro 2013, foram calculadas e atualizadas monetária perfazendo um monte de R\$23.952 mil, e incluídas no saldo do aditamento, alterando assim o compromisso total de Furnas para R\$68.487 mil.

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza e Eletronuclear assinaram o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$18.471 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$263 mil, a preços de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados.

Em 10 de novembro de 2014, foi assinado termo aditivo repactuando o valor original do contrato para R\$16.104 mil, tendo em vista a alteração da data de referência dos valores para dezembro de 2013. As contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidentes sobre a folha de salários, referente ao período de março de 2013 a dezembro 2013, foram calculadas e atualizadas monetária perfazendo um monte de R\$5.989 mil, e incluídas no saldo do aditamento, alterando assim o compromisso total da Eletronuclear para R\$22.093 mil.

Na repactuação dos contratos, houve ainda, a mudança da taxa de juros para 5,5% ao ano e do número de parcelas, passando para 109 mensais e sucessivas

Com a repactuação, os valores repassados pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear, a título de contribuições eternas de janeiro de 2011 até o mês anterior ao da assinatura dos contratos, passaram a ser devidas, eliminando o crédito inicial e as compensações contra o contrato.

Os valores repassados pela patrocinadora Furnas a título prestações até assinatura do aditamento ao contrato foram atualizados nos moldes do contrato e compensados contra as novas prestações do mesmo período, resultando em saldo credor a favor de Furnas no valor de R\$841 mil.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A. Plano de Benefício Definido

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<i>Deficit Técnico - Contrato em 13/10/2003</i>		
Saldo Inicial	128.821	177.880
Parcelas do período	(70.703)	(66.712)
Atualização	12.377	17.653
Saldo Final	70.495	128.821
<i>Deficit Técnico - Contrato em 01/10/2012</i>		
Saldo Inicial	47.194	53.712
Ajuste da Repactuação	21.293	-
Parcelas do período	(9.045)	(12.168)
Atualização	7.767	5.650
Saldo Final	67.209	47.194
Total	137.704	176.015

Patrocinadora Eletrobrás Termonuclear S.A. Plano de Benefício Definido

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
<i>Deficit Técnico - Contrato em 13/10/2003</i>		
Saldo Inicial	17.568	24.258
Parcelas do período	(9.641)	(9.097)
Atualização	1.688	2.407
Saldo Final	9.615	17.568
<i>Deficit Técnico - Contrato em 07/02/2013</i>		
Saldo Inicial	14.184	18.471
Ajuste da Repactuação	7.909	-
Parcelas do período		(10.089)
Atualização	2.667	5.802
Saldo Final	24.760	14.184
Total	34.375	31.752

6. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em observância ao item 21 "K", do anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos a composição das contas com a denominação – "Outros".

Realizável Gestão administrativa	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
CONTAS A RECEBER	3.794	2.867
Responsabilidade de empregados	202	198
Outros recursos a receber	3.592	2.669
Contas a receber de patrocinadoras	21	23
Imposto de renda a compensar	9	9
Valores a receber do assistencial	3.544	2.619
Outros Valores a Receber	18	18
DESPESAS ANTECIPADAS	8	9
DEPÓSITOS JUDICIAIS	2.674	2.651
Depósito judicial Ações Trabalhista	1.968	1.945
Depósito judicial PIS	99	99
Depósito judicial Cofins	607	607
Total	6.476	5.527

Valores a Receber do Assistencial, representa o custo administrativo da Gestão Assistencial a ser repassado ao Plano de Gestão Administrativa.

Os depósitos judiciais PIS E COFINS referem-se às reversões das provisões constituídas em virtude do Mandado de Segurança impetrado pela Real Grandeza, postulando a inaplicabilidade da cobrança de PIS e COFINS nos moldes estipulados pela Lei nº 9.718/98, que foram revertidas com base no parecer da assessoria jurídica externa tendo em vista a manutenção do resultado favorável quando do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS**7.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

Com o objetivo de aprimorar a governança e os controles internos, a Real Grandeza mantém a maior parte de seus investimentos em fundos de investimentos exclusivos categorizados como multimercado, os quais também são monitorados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Investimentos	Em 31.12.14			Total
	Plano BD	Plano CD	PGA	
Créditos privados e depósitos	35.646			35.646
Companhias abertas	35.646			35.646
Certificados de recebíveis imobiliários	35.646			35.646
Ações	-			-
Companhias abertas	-			-
Fundos de investimento	10.475.019	512.443	69.715	11.057.177
Ações	96.338	4.015	-	100.353
Multimercado	10.187.274	498.751	69.715	10.755.740
Participações	159.727	2.957	-	162.684
Imobiliário	31.680	6.720	-	38.400
Investimentos imobiliários	581.181			581.181
Edificações de uso próprio	47.303			47.303
Edificações locadas às patrocinadoras	530.421			530.421
Aluguéis a receber	3.457			3.457
Empréstimos e financiamento	271.213	51.361		322.574
Depósitos Judiciais	851			851
Total	11.363.910	563.804	69.715	11.997.429

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

	Em 31.12.13			
Investimentos	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Créditos privados e depósitos	32.767			32.767
Companhias abertas imobiliários	32.767			32.767
Ações	4.553	571		5.124
Companhias abertas	4.553	571		5.124
Fundos de investimento	9.802.436	404.646	61.206	10.268.288
Multimercado	9.639.233	396.422	61.206	10.096.861
Participações	132.678	1.749		134.427
Imobiliário	30.525	6.475		37.000
Investimentos imobiliários	362.653			362.653
Edificações de uso próprio	31.844			31.844
Edificações locadas às patrocinadoras	304.474			304.474
Edificações locadas a terceiros	22.996			22.996
Aluguéis a receber	3.339			3.339
Empréstimos e financiamento	263.378	43.911		307.289
Depósitos Judiciais	110			110
Total	10.465.897	449.128	61.206	10.976.231

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Composição patrimonial dos Fundos de Investimentos Exclusivos.

	Em 31.12.14			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda Fixa	8.022.336	375.546	64.051	8.461.933
Notas do Tesouro Nacional	7.438.123	279.459	19.539	7.737.121
Títulos de Dívida Agrária	1.482	16	-	1.498
Letras do Tesouro Nacional	91.970	77.847	38.199	208.016
Debêntures não Conversíveis	72.118	1.520	-	73.638
Letras Financeiras	418.643	16.704	6.313	441.660
Renda Variável	2.157.739	122.796	5.648	2.286.183
Ações	2.157.739	122.796	5.648	2.286.183
Outros Valores	7.199	409	16	7.624
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	7.196	408	15	7.619
Total	10.187.274	498.751	69.715	10.755.740

	Em 31.12.13			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda Fixa	7.365.881	277.402	55.479	7.698.762
Notas do Tesouro Nacional	6.675.546	253.717	49.815	6.979.078
Títulos de Dívida Agrária	2.704	30	-	2.734
Letras Financeiras	522.954	16.858	5.664	545.476
Debêntures não Conversíveis	164.677	6.797	-	171.474
Fundos de Investimentos	25.884	2.588		28.472
Cotas de Fundo de Direito Creditório	25.884	2.588		28.472
Renda Variável	2.240.992	116.107	5.713	2.362.812
Ações	2.240.992	116.107	5.713	2.362.812
Outros Valores	6.476	325	14	6.815
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	6.473	324	13	6.810
Total	9.639.233	396.422	61.206	10.096.861

7.2 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores demonstramos a seguir os títulos classificados por categorias: "para negociação" e "mantidos até o vencimento", detalhados por tipo e prazo.

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.14	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos para negociação		
Por natureza de títulos		
Carteira Própria	37.878	35.646
Certificado de Recebíveis Imobiliários	37.878	35.646
Fundos Exclusivos	5.643.724	5.831.893
Notas do Tesouro Nacional	5.083.656	5.247.680
Letras do Tesouro Nacional	91.970	91.970
Títulos da Dívida Agrária	1.508	1.482
Letras Financeiras	403.011	418.643
Debêntures não conversíveis	63.579	72.118
Total da Carteira	5.681.602	5.867.539
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	627.548	627.744
Entre 1 a 5 anos	247.536	265.035
A partir de 5 anos	4.806.518	4.974.760
Total da Carteira	5.681.602	5.867.539

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.14	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos mantidos até o vencimento		
Por natureza de títulos		
Fundos Exclusivos	2.190.443	2.420.762
Notas do Tesouro Nacional	2.190.443	2.420.762
Por prazo de vencimento		
A partir de 5 anos	2.190.443	2.420.762

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.13	
	Custo	Valor de
Títulos para negociação	Atualizado	Mercado
Por natureza de títulos		
Carteira Própria	35.012	32.767
Certificado de Recebíveis Imobiliários	35.012	32.767
Fundos Exclusivos	5.254.283	5.283.195
Notas do Tesouro Nacional	4.569.058	4.592.860
Títulos da Dívida Agrária	2.674	2.704
Letras Financeiras	521.708	522.954
Debêntures não conversíveis	160.843	164.677
Total da Carteira	5.289.295	5.315.962
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	493.580	495.577
Entre 1 a 5 anos	390.965	391.559
A partir de 5 anos	4.404.750	4.428.826
Total da Carteira	5.289.295	5.315.962

Plano de Benefício Definido	Em 31.12.13	
	Custo	Valor de
Títulos mantidos até o vencimento	Atualizado	Mercado
Por natureza de títulos		
Fundos Exclusivos	2.082.686	2.234.822
Notas do Tesouro Nacional	2.082.686	2.234.822
Por prazo de vencimento		
A partir de 5 anos	2.082.686	2.234.822

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Contribuição Definida	Em 31.12.14	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos para negociação		
Por natureza de títulos		
Fundos Exclusivos	373.768	375.546
Notas do Tesouro Nacional	277.145	279.459
Letras do Tesouro Nacional	77.847	77.847
Títulos da Dívida Agrária	16	16
Letras Financeiras	17.237	16.704
Debêntures não conversíveis	1.523	1.520
Total da Carteira	373.768	375.546
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	81.647	81.651
Entre 1 a 5 anos	4.200	4.167
A partir de 5 anos	287.921	289.728
Total da Carteira	373.768	375.546

Plano de Gestão Administrativa	Em 31.12.14	
	Custo Atualizado	Valor de Mercado
Títulos para negociação		
Por natureza dos títulos		
Fundos Exclusivos	64.903	64.051
Letras Financeiras	6.306	6.313
Letras do Tesouro Nacional	38.199	38.199
Notas do Tesouro Nacional	20.398	19.539
Total da Carteira	64.903	64.051
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	44.505	44.512
Entre 1 a 5 anos	20.398	19.539
Total da Carteira	64.903	64.051

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Contribuição Definida	Em 31.12.13	
	Custo	Valor de
Títulos para negociação	Atualizado	Mercado
Por natureza de títulos		
Fundos Exclusivos	285.193	277.402
Notas do Tesouro Nacional	261.295	253.717
Títulos da Dívida Agrária	29	30
Letras Financeiras	17.075	16.858
Debêntures não conversíveis	6.794	6.797
Total da Carteira	285.193	277.402
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	48.924	48.994
Entre 1 a 5 anos	7.263	7.259
A partir de 5 anos	229.006	221.149
Total da Carteira	285.193	277.402
Plano de Gestão Administrativa		
Em 31.12.13		
Títulos para negociação	Custo	Valor de
Títulos para negociação	Atualizado	Mercado
Por natureza dos títulos		
Fundos Exclusivos	57.141	55.479
Letras Financeiras	5.656	5.664
Notas do Tesouro Nacional	51.485	49.815
Total da Carteira	57.141	55.479
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	31.823	31.823
Entre 1 a 5 anos	5.656	5.664
A partir de 5 anos	19.662	17.992
Total da Carteira	57.141	55.479

Nas aplicações em cotas de fundo de investimento os títulos componentes deste patrimônio estão classificados em "para negociação".

O valor financeiro do patrimônio é representado pelo valor unitário da cota na data do balanço.

Fundos de Investimento	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Fundo de Direitos Creditórios	-	28.472
Fundo de Participação	162.684	134.427
Fundo Imobiliário	38.400	37.000
Total	201.084	199.899

7.3. PROVISÃO PARA PERDAS

A Real Grandeza mantém provisão, no montante de R\$ 121.180 mil (2014 e 2013), para fazer face à perda nos investimentos realizados em Certificado de Depósito Bancário do Banco Santos S.A., tendo em vista que, após intervenção do Banco Central do Brasil, foi decretada a liquidação extrajudicial em 4 de maio de 2005 e a seguir confirmada sua falência em 20 de setembro de 2005. O valor provisionado está deduzido do realizável do programa de investimentos.

No exercício de 2010 foram realizados dois rateios referentes aos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., sendo o primeiro creditado em julho de 2010, no montante de R\$ 16.458 mil, e o segundo em janeiro de 2011 no valor de R\$ 29.623 mil.

Em 14 de janeiro de 2013, a Real Grandeza recebeu a importância de R\$10.630 mil, referente ao terceiro rateio dos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., totalizando até momento R\$57.711, o que representa uma recuperação de 18,5% em termos reais, atualizado pelo CDI, sobre o valor do crédito apurado pela massa falida em 20 de setembro de 2005, que foi de R\$164.575mil.

Existe ainda provisão no valor de R\$231 mil referente a uma parcela de juros não recebida da Ulbra Recebíveis S.A., que está registrada na carteira própria. O principal referente a essa aplicação no montante de R\$23.496 mil também está provisionado como perda no fundo de investimento do Plano BD.

A Real Grandeza e outros debenturistas contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para que procedesse às medidas judiciais cabíveis para cobrança de valores devidos.

Foi constituída provisão no valor de R\$3.785 mil e R\$3.271 mil (2013) para fazer face às possíveis perdas com os empréstimos, assim segregados: Para o Plano BD R\$ 3.393 mil (2014) e R\$3.066 mil (2013) e para o Plano CD R\$392 mil (2014) e 205 mil (2013).

7.4. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

7.4.1. REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

A Real Grandeza procedeu à reavaliação de todos os imóveis por intermédio dos avaliadores independentes, Analítica – Engenharia e Avaliações, Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda. e Câmara de Consultores Associados Ltda. – CCA, atendendo as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O resultado positivo da reavaliação, R\$273.494 mil, foi registrado como receita do mercado imobiliário.

Localização dos Imóveis	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Resultado da Reavaliação
Rua Real Grandeza, 219 Bloco A – RJ	105.785	165.953	60.168
Rua Real Grandeza, 219 Bloco B – RJ	59.646	113.777	54.131
Rua Real Grandeza, 219 Bloco C – RJ	124.267	229.638	105.371
Rodovia Presidente Dutra, 238 – RJ	5.284	14.600	9.316
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 – Angra dos Reis	4.309	7.661	3.352
Av. Imperatriz Leopoldina, 845 – SP	22.938	48.030	25.092
Rua Mena Barreto, 143 – RJ	31.336	47.400	16.064
Total	353.565	627.059	273.494

7.4.2. ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 07 de maio de 2014 foi concretizada a venda do imóvel da Av. Imperatriz Leopoldina nº 845 – São Paulo, à Correia Dias 136 Empreendimentos Imobiliários Ltda. pela importância de R\$62.413 mil apurando um ganho de R\$ 14.383 mil.

8. GESTÃO ASSISTENCIAL - ATIVO

Apresentamos a seguir a composição do ativo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

ATIVO	31.12.14	31.12.13
ATIVO CIRCULANTE	121.469	110.108
Disponível	215	317
Realizável	121.254	109.791
Aplicações	113.509	105.274
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.781	1.503
Títulos e Créditos a Receber	5.964	3.014
ATIVO NÃO CIRCULANTE	883	883
Realizável a Longo Prazo	883	883
Valores e Bens	883	883
TOTAL DO ATIVO	122.352	110.991

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

9.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Consiste em registrar os benefícios a pagar assumidos pelos planos de benefícios, bem como as provisões para garantia mínima e tributos retidos, vide composição abaixo:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Benefícios a pagar	10.132	4.476
Retenções a Recolher	18.812	17.610
Recursos Antecipados	841	6.806
Outras exigibilidades	1.726	305
Total	31.511	29.197

Em Recursos Antecipados estão registrados os valores das compensações referentes aos contratos citados na nota explicativa 5.3, que resultaram em crédito para patrocinadoras, Furnas e Eletronuclear.

9.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os compromissos da Gestão Administrativa assumidos pela EFPC com fornecedores, provisões para 13º salários e férias dos empregados, inclusive os encargos.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Contas a pagar	6.808	5.423
Retenções a Recolher	654	608
Outras exigibilidades	-	181
Total	7.462	6.212

9.3. INVESTIMENTOS

Registra os compromissos dos Investimentos, inclusive dos valores referentes à concessão de empréstimos solicitados pelos participantes e não creditados.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Investimentos Imobiliários	26	5.906
Empréstimos e financiamentos	1.150	492
Total	1.176	6.398

Em 13 de dezembro de 2013 foi recebido da Correia Dias 136 Empreendimentos Imobiliários Ltda. a importância de R\$5.890 mil, como sinal para compra do imóvel da Av. Imperatriz Leopoldina nº 845 – São Paulo, o qual foi registrado como uma obrigação do investimento enquanto se aguardava a decisão do antigo locatário quanto ao exercício do direito de preferência na compra do imóvel para conclusão da venda.

10. CONTINGENCIAL

10.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Estão ajuizadas, por diversos assistidos da Fundação, ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, já cientificadas pela Real Grandeza à patrocinadora Furnas, cujo desfecho, se a eles favorável, deverá ser absorvido por aquela patrocinadora. Existem outras ações judiciais em que a Furnas e a Real Grandeza foram condenadas solidariamente, diante de um determinado elenco de reclamantes. Todavia, dentro da estrita relação entre a Real Grandeza e aquela patrocinadora, a eventual participação da Real Grandeza na citada solidariedade ainda não apresenta indicadores suficientes de procedência, dado o caráter especialíssimo do objeto das mencionadas ações, motivo pelo qual a questão está sendo reexaminada sob todos os aspectos jurídico-atuariais, visando à confirmação definitiva dos indicadores de improcedência da solidariedade.

Existe ainda, um terceiro segmento de ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, ajuizadas por diversos assistidos, cujo desfecho poderá gerar reflexos nas complementações de suas aposentadorias. A responsabilidade da Real Grandeza e de Furnas será delimitada em função das determinações constantes das respectivas decisões judiciais. Relativamente às condenações que majorem o benefício complementar, há possibilidade jurídica de a Real Grandeza discutir em regresso a responsabilidade da referida patrocinadora pelos impactos das reservas decorrentes de tais condenações, caso não tenha havido a condenação da patrocinadora nesse sentido.

E por fim, a provisão constituída no programa previdencial no montante de R\$116.833 mil (2014) e de R\$104.859mil (2013), refere-se a diversas ações judiciais postulando:

- Diferença de complementação de aposentadoria em razão de aumentos reais, concedidos pela Lei nº 9.032/95 e MP nº 1.415/96, nos meses de maio de 1995 e maio de 1996;
- Inaplicabilidade do redutor na complementação de aposentadoria imposto para concessão do SB-40;
- Inaplicabilidade do limitador imposto, anteriormente a maio de 2000, pelo Art. 82.2 do Regulamento nº 001.C, com redação conferida pelo plano especial, instituído em 1995;
- Diferenças salariais e revisões de benefícios diversos.

10.2 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A provisão constituída no montante de R\$2.595 mil (2014) e de R\$2.433 mil (2013) refere-se em sua totalidade a ações trabalhistas promovidas por ex-empregados.

10.3 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS

A provisão relativa aos investimentos, no montante de R\$22.547 mil (2014) e de R\$21.153 mil (2013), refere-se a quatro autos de infração emitidos pela SRF e a demandas judiciais com as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro onde se discute os valores de IPTU:

- Pelo não recolhimento de IOF, efetuado pelas instituições financeiras nas operações de aquisição de títulos e valores mobiliários, inclusive fundos de investimentos, realizados entre 24 de janeiro e 16 de junho de 1999, em função do trânsito em julgado do processo nº 90.005424-6, que tramitou na 6ª Vara de Justiça Federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 9347 mil (2014) e de R\$9.098 mil (2013);

- Pelo não recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros de capital próprio, recebidos no período compreendido entre janeiro e agosto de 2001, no valor de R\$ 3.855 mil (2014) e de R\$3.687 mil (2013);
- Pelo não recolhimento do PIS (Contribuição para Programa de Integração Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de janeiro de 1997 a maio de 2002, no valor de R\$ 2.311 mil (2014) e de R\$2.249 mil (2013);
- Pelo não recolhimento da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de fevereiro de 1999 a maio de 2002, no valor de R\$ 6.183 mil (2014) e de R\$6.009 mil (2013);
- A provisão para o I P T U no valor de R\$ 851 mil (2014) e de R\$ 110 mil (2013) refere-se a diferenças de impostos e a cobrança de valores passados onde se discute a prescrição, sendo R\$93 mil com a prefeitura do Rio de Janeiro; R\$ 758 mil (2014) e de R\$17mil (2013) com a prefeitura de São Paulo.

A Real Grandeza impugnou os referidos autos de infração na Secretaria da Receita Federal.

10.4 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

A Real Grandeza, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's, o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987. Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs. Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC. No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFND's passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional - BTNs.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFND's, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos da Fundação. Contudo a ação movida pela ABRAPP (processo n. 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em 2010, decisão ao pleito das EFPCs.

Em 30 de junho de 2011 foi protocolada a petição de início da execução da ação em referência, onde a expectativa do valor a receber pela Real Grandeza montava em R\$81.078 mil, de acordo com o posicionamento dos patronos responsáveis pela execução da sentença, os Drs. Walter Silva, do escritório Figueiredo e Silva, Carlos Eduardo Martins do escritório Carlos Mafra de Laet Advogados e Fábio Kurtz, do escritório Siqueira Castro Advogados.

10.5. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em junho de 2006 a Real Grandeza impetrou Mandato de Segurança objetivando o reconhecimento do seu direito de não se sujeitar ao recolhimento do PIS e da COFINS, nos moldes estipulados pelo artigo 3º da Lei nº 9.718/98, obtendo sentença e acórdão em sentido favorável.

Com o entendimento jurídico, à época, amplamente favorável e com base em parecer dos patronos da ação, a Real Grandeza reverteu às provisões contábeis referentes ao PIS e COFINS.

Ocorre que quando do julgamento das ações de duas instituições financeiras de cunho comercial, foi novamente levantada à discussão sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS das instituições financeiras. A decisão ainda está pendente de julgamento final pelo Plenário do STF e será definida por meio da sistemática da repercussão geral.

Em virtude desses processos, todas as ações movidas por instituições financeiras sobre o tema tiveram seu julgamento sobrestado, aguardando o posicionamento da Corte Suprema. E as entidades fechadas de previdência complementar estão sendo equiparadas as instituições financeiras pela maioria dos julgadores.

Portanto, o desafio atual nas demandas relativas ao PIS e COFINS está em demonstrar que não podemos ser equiparados a instituições financeiras para esse fim específico.

Cabe ressaltar que o panorama atual da jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais é, na sua grande maioria, desfavorável à tese jurídica defendida pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Tendo em vista o contexto atual, informamos abaixo o montante referente ao PIS e COFINS, em discussão e os encargos do período.

	De 2007 a 2014		
	Principal	Encargos	Total
PIS	2.084	757	2.841
COFINS	14.961	4.658	19.619

11. PATRIMÔNIO SOCIAL**11.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS**

As provisões matemáticas estão registradas de acordo com o parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e apresentam-se divididas como a seguir:

- Benefícios concedidos – totalizam o valor atual dos benefícios a serem pagos pela Real Grandeza aos seus filiados, já em gozo de benefícios, abatido das respectivas contribuições futuras; e
- Benefícios a conceder – registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, abatido do valor atual das respectivas contribuições futuras.

11.2 COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Plano de Benefício Definido	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Benefícios concedidos	8.289.815	6.534.657
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	8.289.815	6.534.657
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	7.788.827	6.078.975
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	500.988	455.682
Benefícios a conceder	2.368.512	3.557.050
Benefício definido estrut. em regime de capitaliz. programado	2.326.238	3.512.617
Valor atual dos benefícios futuros programados	2.515.500	3.709.653
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(94.631)	(98.518)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(94.631)	(98.518)
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	42.274	44.433
Valor atual dos benefícios futuros não programados	46.474	48.389
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(2.100)	(1.978)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(2.100)	(1.978)
Total	10.658.327	10.091.707

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Plano de Contribuição Definida	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Benefícios concedidos	23.596	15.261
Contribuição definida - saldo de contas	5.785	4.512
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	17.811	10.749
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	10.411	5.051
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	7.400	5.698
Benefícios a conceder	556.561	443.608
Contribuição definida	531.051	426.404
Saldo de contas - parcela patrocinadores	229.728	184.158
Saldo de contas - parcela participantes	301.323	242.246
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. programado	1	4
Valor atual dos benefícios futuros programados	1	4
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	25.509	17.200
Valor atual dos benefícios futuros não programados	46.440	30.299
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(20.931)	(13.099)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(8.372)	-
(-) Deficit Equacionado	(8.372)	-
(-) Patrocinadores	(4.186)	-
(-) Participantes	(4.144)	-
(-) Assistidos	(42)	-
Total	571.785	458.869

11.3 HIPÓTESES ATUARIAIS

A tabela a seguir apresenta, em síntese, as principais hipóteses utilizadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida.

Hipóteses atuariais	Benefício Definido	Contribuição Definida
Taxa real anual de juros	5,50%	5,50%
Projeção de crescimento real:		
De salário		
Furnas	3,60%	4,81%
Eletronuclear	2,00%	-
Real Grandeza	-	4,81%
Do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real:		
Dos salários	100,00%	100,00%
Dos benefícios da Fundação	100,00%	100,00%
Dos benefícios do INSS	100,00%	100,00%
Rotatividade de pessoal	T-1 Service Table (- 20%)	1% ao ano
Tábua de mortalidade geral	AT – 2000 (suavizada em 10% segregada por sexo)	AT – 2000 (suavizada em 10% segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RP – 2000 Disabled (segregada por sexo)	RP – 2000 Disabled (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Hipótese familiar dos participantes	90% casados e esposa 4 anos mais jovem	90% casados e esposa 4 anos mais jovem
Hipótese familiar dos assistidos	Família Informada	Família Informada
Hipótese de aposentadoria:		
No 1º ano de elegibilidade	50%	50%
No 2º ano de elegibilidade	20%	20%
No 3º ano de elegibilidade	100%	100%

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Destacamos que na avaliação atuarial de 2014 ocorreram as seguintes alterações nas hipóteses atuariais:

Hipóteses atuariais	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Plano BD		
Projeção de Crescimento Real de Salários		
Furnas	3,60%	2,00%
Plano CD		
Projeção de Crescimento Real de Salários		
Furnas	4,81%	2,00%
Real Grandeza	4,81%	2,50%
Rotatividade de pessoal	1,00%	T-1 Service Table

A seguir demonstramos os efeitos destas alterações nas provisões matemáticas dos Planos de Benefícios:

Hipóteses atuariais	Plano BD	Plano CD
Projeção de Crescimento Real de Salários	21.196	4.345
Rotatividade de pessoal	-	(415)

Destacamos ainda que o crescimento real dos salários acima do esperado também gerou acréscimos adicionais nas provisões matemáticas de R\$ 92.354 mil para o Plano BD e R\$ 2.137 mil para o Plano CD.

11.4 FUNDOS

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados para suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Real Grandeza:

- Fundo administrativo – tem o objetivo de garantir os recursos futuros para suprir os gastos com a estrutura administrativa.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Fundo Administrativo	73.936	66.167
Plano BD	57.117	51.650
Plano CD	16.819	14.517

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Fundo dos investimentos – destina-se à cobertura de inadimplências, depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança e a quitação do empréstimo na eventualidade de falecimento do participante.

No exercício de 2013 foi realizado um trabalho de reavaliação da carteira de empréstimo, analisando a efetiva possibilidade de cobrança de dívidas antigas no Plano BD, o que ocasionou uma maior utilização do Fundo para quitação dos empréstimos considerados incobráveis.

Plano BD	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Saldo Inicial do Exercício	47.957	61.297
Contribuições para Fundo	5.892	6.190
Utilizações por falecimento	(2.877)	(2.861)
Utilizações por quitação de dívidas	(303)	(13.549)
Fluxo de Investimento	5.453	(3.120)
Saldo Final do Exercício	56.122	47.957

Plano CD	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Saldo Inicial do Exercício	1.480	1.268
Contribuições para Fundo	300	376
Utilizações por falecimento	(140)	(79)
Utilizações por quitação de dívidas	-	(4)
Fluxo de Investimento	175	(81)
Saldo Final do Exercício	1.815	1.480
Total - Plano BD e CD	57.937	49.437

12. GESTÃO ASSISTENCIAL – PASSIVO

Apresentamos a seguir a composição do passivo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

PASSIVO	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
PASSIVO CIRCULANTE	21.465	16.035
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	17.714	13.301
Provisão de Eventos a Liquidar	3.918	912
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	13.796	12.389
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	145	53
Tributos e Contribuições a Recolher	57	33
Débitos Diversos	3.549	2.648
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	652	554
Exigível a Longo Prazo	652	554
Provisões	652	554
PATRIMÔNIO SOCIAL	100.235	94.402
Patrimônio Social	100.235	94.402
TOTAL DO PASSIVO	122.352	110.991

13. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

13.1 BASE DE APURAÇÃO

Tendo como base o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa que estabeleceu o limite de 1% dos Recursos Garantidores para realização das despesas administrativas e o orçamento, ambos aprovados pelo Conselho Deliberativo, a Real Grandeza atendendo à legislação vigente, apura o seu custo administrativo segregando-o entre as atividades previdencial (BD e CD), assistencial e de investimentos. Para este fim, foi realizado um estudo para determinar, em cada setor, o percentual para alocação das despesas administrativas em cada uma dessas atividades. As despesas com serviços de terceiros, quando diretamente vinculadas a uma atividade específica, são apropriadas a esta; quando não vinculadas diretamente a uma atividade, são rateadas entre as várias atividades utilizando-se a mesma base de rateio apurada para o setor responsável pelo contrato. Após a alocação por atividade, as despesas administrativas referentes à atividade de investimentos foram transferidas aos Planos de Benefícios (BD, CD e Assistencial) com base no volume de recursos aplicados.

As despesas administrativas do Plano de Benefício Definido são custeadas pelas patrocinadoras desde a sua instituição, e as do Plano de Contribuição Definida pela contribuição complementar. As despesas administrativas assistenciais depois de apuradas são reembolsadas ao Plano de Gestão Administrativa pela gestão assistencial.

13.2 ALOCAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Apresentamos a seguir a alocação das despesas administrativas por plano de benefícios.

Em 31.12.14				
Despesas administrativas	PREVIDENCIAL		ASSISTENCIAL	TOTAL
	BD	CD		
Custo direto da gestão	(22.875)	(2.501)	(20.490)	(45.866)
Despesas comuns	(20.904)	(2.316)	(18.978)	(42.198)
Pessoal e encargos	(14.862)	(1.667)	(14.178)	(30.707)
Treinamentos/congressos	(104)	(13)	(96)	(213)
Viagens e estadias	(71)	(9)	(51)	(131)
Serviços de terceiros	(1.601)	(123)	(832)	(2.556)
Despesas gerais	(3.956)	(470)	(3.401)	(7.827)
Depreciação e amortização	(310)	(34)	(268)	(612)
Outras despesas (de Investimento)	-	-	(152)	(152)
Despesas específicas	(1.971)	(185)	(1.512)	(3.668)
Treinamentos/congressos	-	-	(20)	(20)
Serviços de terceiros	(824)	(121)	(1.015)	(1.960)
Despesas gerais	(1.147)	(64)	(477)	(1.688)
Administração dos investimentos	(14.515)	(673)	-	(15.188)
Despesas comuns	(14.243)	(673)	-	(14.916)
Despesas específicas	(272)	-	-	(272)
Serviços de terceiros	(272)	-	-	(272)
Total	(37.390)	(3.174)	(20.490)	(61.054)

A diferença de R\$ 162 mil para o total das despesas administrativas refere-se às despesas contingenciais que não foram transferidas aos Planos de Benefícios, sendo absorvidas provisoriamente pelo fundo administrativo até a conclusão dos processos.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 31.12.13

Despesas administrativas	PREVIDENCIAL		ASSISTENCIAL	TOTAL
	BD	CD		
Custo direto da gestão	(21.259)	(1.620)	(18.631)	(41.510)
Despesas comuns	(19.318)	(1.450)	(17.263)	(38.031)
Pessoal e encargos	(14.540)	(1.096)	(13.028)	(28.664)
Treinamentos/congressos	(75)	(6)	(92)	(173)
Viagens e estadias	(69)	(4)	(54)	(127)
Serviços de terceiros	(1.083)	(41)	(590)	(1.714)
Despesas gerais	(3.241)	(279)	(3.189)	(6.709)
Depreciação e amortização	(310)	(24)	(310)	(644)
Despesas específicas	(1.941)	(170)	(1.368)	(3.479)
Serviços de terceiros	(797)	(126)	(909)	(1.832)
Despesas gerais	(1.144)	(44)	(459)	(1.647)
Administração dos investimentos	(15.319)	(612)	(164)	(16.095)
Despesas comuns	(15.085)	(602)	(164)	(15.851)
Despesas específicas	(234)	(10)	-	(244)
Serviços de terceiros	(234)	(10)	-	(244)
Total	(36.578)	(2.232)	(18.795)	(57.605)

A diferença de R\$ 439 mil para o total das despesas administrativas refere-se às despesas contingenciais que não foram transferidas aos Planos de Benefícios, sendo absorvidas provisoriamente pelo fundo administrativo até a conclusão dos processos.

13.3 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados tendo como base dezembro de 2014, foram R\$24.349,11 e R\$1.876,85 (R\$22.116,73 e R\$1.745,85 em 2013), respectivamente. Esses valores incluem salário, adicional por tempo de serviço e gratificação de função conforme política salarial da entidade.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Apresentamos abaixo o custo com a remuneração da administração, composta pelos Conselhos, Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva e do quadro de Pessoal Próprio.

O custo de cessão representa os valores reembolsados às patrocinadoras pelos empregados cedidos que exercem cargos na diretoria executiva.

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Conselhos Deliberativo e Fiscal	1.093	1.143
Honorários	892	934
Encargos	201	209
Diretoria Executiva	3.625	4.250
Honorários	1.485	1.124
Custo de Cessão	1.783	2.864
Encargos	357	262
Pessoal Próprio	37.173	35.070
Remuneração	22.315	21.569
Encargos	14.858	13.501
Total	41.891	40.463

14. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DAS CONSOLIDAÇÕES

Na consolidação dos balancetes são desconsiderados os lançamentos referentes à participação dos Planos Previdenciários BD e CD no Plano de Gestão Administrativa, respectivamente no montante de R\$57.117 mil (R\$51.650 mil em 2013) e R\$16.819 mil (R\$14.517 mil em 2014), os valores a serem repassados pelos Planos Previdenciários BD e CD para o Plano de Gestão Administrativa, referentes ao custeio administrativo e demais valores, no valor de R\$5.350 mil (R\$5.183 mil em 2013) e o valor de R\$19 mil (R\$ 6 mil em 2013) a ser repassado pelo plano BD ao Plano CD.

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES

Em 31.12.14

	Plano BD	Plano CD	PGA	Ajustes de Consolidação		Saldo Consolidado
				Débito	Crédito	
Disponível	1.555	157	179	-	-	1.891
Realizável	11.646.221	591.222	81.541	-	79.305	12.239.679
Gestão Previdencial	225.194	10.599	-	-	19	235.774
Gestão Administrativa	57.117	16.819	11.826	-	79.286	6.476
Investimentos	11.363.910	563.804	69.715	-	-	11.997.429
Permanente	-	-	2.287	-	-	2.287
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	122.352
Total do Ativo	11.647.776	591.379	84.007	-	79.305	12.366.209
Exigível Operacional	37.096	960	7.462	5.369	-	40.149
Gestão Previdencial	36.207	673	-	5.369	-	31.511
Gestão Administrativa	-	-	7.462	-	-	7.462
Investimentos	889	287	-	-	-	1.176
Exigível Contingencial	139.366	-	2.609	-	-	141.975
Gestão Previdencial	116.833	-	-	-	-	116.833
Gestão Administrativa	-	-	2.595	-	-	2.595
Investimentos	22.533	-	14	-	-	22.547
Patrimônio Social	11.471.314	590.419	73.936	73.936	-	12.061.733
Patrimônio de Cobertura	11.358.075	571.785	-	-	-	11.929.860
Fundos	113.239	18.634	73.936	73.936	-	131.873
Administrativos	57.117	16.819	73.936	73.936	-	73.936
Investimentos	56.122	1.815	-	-	-	57.937
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	122.352
Total do Passivo	11.647.776	591.379	84.007	79.305	-	12.366.209

REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES

Em 31.12.13

	Plano BD	Plano CD	PGA	Ajustes de Consolidação		Saldo Consolidado
				Débito	Crédito	
Disponível	1.581	163	232	-	-	1.976
Realizável	10.763.348	473.082	71.915	-	71.356	11.236.989
Gestão Previdencial	245.801	9.436	-	-	6	255.231
Gestão Administrativa	51.650	14.518	10.709	-	71.350	5.527
Investimentos	10.465.897	449.128	61.206	-	-	10.976.231
Permanente	-	-	2.678	-	-	2.678
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	110.991
Total do Ativo	10.764.929	473.245	74.825	-	71.356	11.352.634
Exigível Operacional	40.127	657	6.212	5.189	-	41.807
Gestão Previdencial	33.810	576	-	5.189	-	29.197
Gestão Administrativa	-	-	6.212	-	-	6.212
Investimentos	6.317	81	-	-	-	6.398
Exigível Contingencial	125.999	-	2.446	-	-	128.445
Gestão Previdencial	104.859	-	-	-	-	104.859
Gestão Administrativa	-	-	2.433	-	-	2.433
Investimentos	21.140	-	13	-	-	21.153
Patrimônio Social	10.598.803	472.588	66.167	66.167	-	11.071.391
Patrimônio de Cobertura	10.499.196	456.591	-	-	-	10.955.787
Fundos	99.607	15.997	66.167	66.167	-	115.604
Administrativos	51.650	14.517	66.167	66.167	-	66.167
Investimentos	47.957	1.480	-	-	-	49.437
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	110.991
Total do Passivo	10.764.929	473.245	74.825	71.356	-	11.352.634

15. FISCALIZAÇÃO DA SPC

A Real Grandeza, ao final de agosto de 2007, recebeu o Relatório de Fiscalização nº 006/2007/ESRJ, resultante da inspeção realizada na Fundação entre os meses de fevereiro e agosto de 2007. O exame, que compreendeu o período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2007, abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido (BD) e ao Plames.

O relatório estabeleceu recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano BD, como também para todos os usuários do Plames.

Seguindo o rito definido pelo órgão fiscalizador, a Real Grandeza encaminhou uma manifestação inicial, em setembro de 2007, contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando elucidar a equipe de fiscalização quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando, assim, evitar os citados aumentos.

Em 17 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio do Ofício nº 176/ERRJ/Previc, deu como encerrada a ação fiscal acatando os argumentos da Fundação, à exceção dos itens relacionados ao plano de custeio do Plano BD e a paridade contributiva para as despesas administrativas, cujo efetivo cumprimento será objeto de acompanhamento por parte do órgão fiscalizador em uma próxima ação fiscal ou avaliado em processo apartado, devido à necessidade de se aguardar decisão definitiva na ação judicial movida pela Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas), a qual questiona a paridade contributiva nas despesas administrativas.

16. NOVO PLANO DE CUSTEIO – PLANO BD

Levando-se em consideração as exigências no citado Relatório de Fiscalização, com referência ao Plano BD, o Conselho Deliberativo aprovou em 23 de novembro de 2009, por meio da RC nº 001/172, um novo plano de custeio definido em regulamento, visando equacionar o equilíbrio financeiro-actuarial e outros aspectos identificados pelo grupo de trabalho designado para avaliação de questões legais e atuariais observadas historicamente no plano.

Este plano de custeio e a alteração regulamentar foram encaminhados as Patrocinadoras e ao DEST para análise e aprovação. As negociações para aprovação junto ao DEST estenderam-se até o exercício de 2011, mas não obtiveram êxito.

Em virtude da não aprovação pelo DEST do plano de custeio apresentado em 2009, a REAL GRANDEZA elaborou novo plano de custeio para o Plano BD com novas taxas de contribuição, preservando-se, entretanto, a busca pelo equacionamento do equilíbrio financeiro-actuarial e das questões legais e atuariais identificadas pelo grupo de trabalho designado pelo Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo, em 27 de dezembro de 2011, através da RC nº 002/229 aprovou o novo plano de custeio do Plano BD onde as principais alterações são:

- Redução de contribuição para Participantes, Assistidos e Patrocinadoras, visando eliminar o excesso de contribuição em relação ao custo normal.
- Transformação das contribuições eternas de 2,85% e 2,24% sobre os salários reais de contribuição em contrato de dívida, firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza conforme Nota Explicativa nº5.3.

Os percentuais definidos em faixas salariais e de benefícios a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes e Assistidos passam a ser recalculados anualmente pelo atuário responsável visando o equilíbrio de custo e custeio, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela PREVIC. O Conselho Deliberativo determinou, ainda, que os percentuais de contribuição dos Assistidos correspondessem a 1/3 (um terço) da respectiva faixa de contribuição dos Ativos, restabelecendo a proporção contributiva de antes do Plano Especial de Custeio.

O novo plano está aprovado pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear e também foi submetido à avaliação do DEST que apresentou algumas recomendações, as quais foram cumpridas através da RC 001/248.

No entanto, com a nova determinação do DEST junto às patrocinadoras para alteração da data de referência dos valores dos contratos, de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2013, é necessário reenviar todo o processo para análise e aprovação junto a PREVIC.

Cabe ressaltar que se o plano de custeio proposto fosse aplicado de imediato, o resultado do plano BD seria afetado negativamente em R\$730.771 mil, tendo em vista a redução das contribuições futuras.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

17.1. DEFICIT TÉCNICO DO PLANO CD

O deficit técnico acumulado apurado no exercício, R\$ 8.372 mil, excedeu aos 10% das provisões matemáticas referente às parcelas do plano estruturadas sob a forma de benefício definido, e como previsto na Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 14/2014, foi elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo o plano de equacionamento do deficit, sendo registrado em Provisões Matemáticas a Constituir.

As contribuições extraordinárias incidem sobre os ativos, autopatrocinados e assistidos que optaram pelo benefício de renda vitalícia.

Abaixo apresentamos a divisão do deficit e as novas taxas de contribuições extraordinárias que serão aplicadas.

PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

	<u>Deficit</u>	<u>Benefícios Concedidos</u>		<u>Benefícios a Conceder</u>	
		<u>Valor</u>	<u>Custeio %</u>	<u>Valor</u>	<u>Custeio %</u>
Patrocinadora	4.186	42	Contrato de Dívida	4.144	0,10%
Participante	4.144	-	-	4.144	0,10%
Assistido	42	42	0,23%		
Total	8.372	84		8.288	

17.2 TAXA DE JUROS REAL

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, por meio da Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, não será mais aplicada a redução gradual da taxa de juros real para cálculo das provisões matemáticas como previsto na Resolução CNPC nº9, de 29 de novembro de 2012.

A nova redação estabelece que a taxa de juros real anual a ser utilizada para cálculo das provisões matemáticas corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos, mas deverá ser comprovada através de estudo técnico, a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A entidade poderá adotar taxa de juros reais anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro.

Para adoção de taxa de juros real anual fora deste intervalo, deverá ser enviado estudo técnico específico para autorização pela Previc.

A Real Grandeza, como previsto nas Resoluções CNPC nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, optou por não adotar as novas regras para o exercício de 2014, portanto, a aplicação a partir do exercício seguinte poderá trazer impacto na situação econômica e financeira dos planos de benefícios.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

ARISTIDES LEITE FRANÇA

Diretor Presidente
CPF: 308.775.557-53

WILSON NEVES DOS SANTOS

Diretor de Administração e Finanças
CPF: 225.017.467-91

ROBERTO DE CARVALHO PANISSET

Diretor de Seguridade
CPF: 263.050.707-68

EDUARDO HENRIQUE GARCIA

Diretor de Investimentos
CPF: 815.247.496-72

HORÁCIO DE OLIVEIRA

Diretor - Ouvidor
CPF: 108.869.157-91

CONTADOR RESPONSÁVEL

MARCOS AURÉLIO NAVES MARTINS

Contador – CRC 75077-O/6-RJ
CPF: 617.721.007-49

PÁGINA EM BRANCO

ANEXO 3

Demonstrações Contábeis do Nucleos – Instituto de Seguridade Social.

PÁGINA EM BRANCO

**NUCLEOS - Instituto
de Seguridade Social**
Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2014 e
relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

PricewaterhouseCoopers, Av. José Silva de Azevedo Neto 200, 1º e 2º, Torre Evolution IV, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 22775-056
T: (21) 3232-6112, F: (21) 3232-6113, www.pwc.com/br

PricewaterhouseCoopers, Rua da Candelária 65, 20º, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 20091-020, Caixa Postal 949,
T: (21) 3232-6112, F: (21) 2516-6319, www.pwc.com/br



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.5, a Entidade reconheceu em 2014 valor a receber da União relacionado à atualização monetária de OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 46.389 mil. O valor reconhecido relaciona-se a processo judicial movido pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar - ABRAPP contra a União Federal, que transitou em julgado em 2010 em favor das entidades de previdência complementar, no entanto foi objeto de ação rescisória e em 31 de dezembro de 2014 encontra-se em fase de admissibilidade de recurso pelos tribunais superiores. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, um ativo cuja confirmação final depende de eventos não totalmente sob o controle da entidade, é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade. Consequentemente, o patrimônio social e o saldo de "Outros realizáveis" em 31 de dezembro de 2014, bem como o superávit do exercício findo nessa data, estão apresentados a maior em R\$ 46.389 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Rio de Janeiro, 3 de março de 2015


Priscilla Louisa Cooper
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "I" RJ


Cláudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo e patrimônio social	Nota	2014	2013
Disponível	4	4.301	3.823	Exigível operacional	9	3.675	3.397
Realizável		2.245.551	1.884.997	Gestão previdencial		2.300	2.062
Gestão previdencial	5	358.131	343.705	Gestão administrativa		1.301	1.291
Gestão administrativa	6	237	211	Investimentos		74	44
Investimentos	7	1.887.183	1.541.081	Exigível contingencial	10	5.846	5.886
Créditos privados e depósitos		15.647	21.562	Gestão previdencial		286	446
Fundos de investimento		1.718.596	1.443.718	Gestão administrativa		158	164
Investimentos imobiliários		69.349	41.307	Investimentos		5.402	5.276
Empréstimos		12.457	11.491	Patrimônio social		2.240.957	1.880.365
Depósitos judiciais/recursais		8.077	7.548	Patrimônio de cobertura do plano	11	2.233.029	1.865.479
Outros realizáveis		63.057	15.455	Provisões matemáticas		2.385.669	2.138.925
Permanente	8	626	828	Benefícios concedidos		548.853	478.368
Imobilizado		557	708	Benefícios a conceder		1.875.813	1.705.474
Intangível		69	100	(-) Provisões matemáticas a constituir		(38.997)	(44.917)
Diferido		-	20	Equilíbrio técnico		(152.640)	(273.446)
				Resultados realizados		(152.640)	(273.446)
				(-) Déficit técnico acumulado		(152.640)	(273.446)
				Fundos	12	7.928	14.886
				Fundos previdenciais		-	8.122
				Fundos administrativos		6.328	5.585
				Fundos dos investimentos		1.600	1.179
Total do ativo		2.250.478	1.889.648	Total do passivo e patrimônio social		2.250.478	1.889.648

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração da mutação do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Patrimônio social - início do exercício	1.880.365	1.971.549	-4,62
1 Adições	590.024	245.256	140,57
Contribuições previdenciais	273.463	230.863	18,45
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	301.356	-	100,00
Reversão de contingências - Gestão previdencial	203	1.972	-89,71
Receitas administrativas	13.843	12.397	11,66
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	738	-	100,00
Constituição de fundos de investimento	421	24	1654,17
2 Destinações	(229.432)	(336.440)	-31,81
Benefícios	(215.594)	(173.425)	24,32
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	-	(150.695)	-100,00
Despesas administrativas	(13.683)	(12.176)	12,38
Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	-	(135)	-100,00
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(155)	(9)	1622,22
3 Acréscimo (decréscimo) no patrimônio social (1+2)	360.592	(91.184)	495,46
Provisões matemáticas	246.744	293.431	-15,91
Superávit (déficit) técnico do exercício	120.806	(273.446)	144,18
Fundos previdenciais	(8.122)	(111.270)	-92,70
Fundos administrativos	743	77	864,94
Fundos dos investimentos	421	24	1654,17
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	2.240.957	1.880.365	19,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração do plano de gestão administrativa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Fundo administrativo do exercício anterior	5.585	5.508	1,40
1 Custeio da gestão administrativa	14.581	12.397	17,62
1.1 Receitas	14.581	12.397	17,62
Custeio administrativo da gestão previdencial	12.145	11.129	9,13
Custeio administrativo dos investimentos	1.568	1.116	40,50
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	64	65	-1,54
Recéitas diretas	37	25	48,00
Resultado positivo dos investimentos	738	-	100,00
Outras receitas	29	62	-53,23
2 Despesas administrativas	13.838	12.185	13,57
2.1 Administração previdencial	7.544	6.369	18,45
Pessoal e encargos	4.295	3.806	12,85
Treinamentos/congressos e seminários	64	68	-5,88
Viagens e estadias	79	86	-8,14
Serviços de terceiros	1.464	1.073	36,44
Despesas gerais	1.352	1.231	9,83
Depreciações e amortizações	135	96	40,63
Contingências	155	9	1622,22
2.2 Administração dos investimentos	6.294	5.816	8,22
Pessoal e encargos	3.808	3.513	8,40
Treinamentos/congressos e seminários	57	64	-10,94
Viagens e estadias	70	79	-11,39
Serviços de terceiros	1.039	935	11,12
Despesas gerais	1.200	1.137	5,54
Depreciações e amortizações	120	88	36,36
3 Resultado negativo dos investimentos	-	135	-100,00
4 Sobra da gestão administrativa (1-2-3)	743	77	864,94
5 Constituição do fundo administrativo (4)	743	77	864,94
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	6.328	5.585	13,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração do ativo líquido do plano de benefício definido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação (%)</u>
1 Ativos	2.249.019	1.888.193	19,11
Disponível	4.295	3.817	12,52
Recebível	364.459	349.290	4,34
Investimento	1.880.265	1.535.086	22,49
Créditos privados e depósitos	15.647	21.562	-27,43
Fundos de investimento	1.711.678	1.437.723	19,05
Investimentos imobiliários	69.349	41.307	67,89
Empréstimos	12.457	11.491	8,41
Depósitos judiciais/recursais	8.077	7.548	7,01
Outros realizáveis	63.057	15.455	308,00
2 Obrigações	8.062	7.828	2,99
Operacional	2.374	2.106	12,73
Contingencial	5.688	5.722	-0,59
3 Fundos não previdenciais	7.928	6.764	17,21
Fundos administrativos	6.328	5.585	13,30
Fundos dos investimentos	1.600	1.179	35,71
4 Resultados a realizar	-	-	-
5 Ativo líquido (1-2-3-4)	2.233.029	1.873.601	19,18
Provisões matemáticas	2.385.669	2.138.925	11,54
Déficit técnico	(152.640)	(273.446)	-44,18
Fundos previdenciais	-	8.122	-100,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração da mutação do ativo líquido do plano de benefício definido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Ativo líquido - Início do exercício	1.873.601	1.964.886	-4,65
1 Adições	587.167	243.964	140,68
Contribuições previdenciais	285.608	241.992	18,02
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	301.356	-	100,00
Reversão de contingências - Gestão previdencial	203	1.972	-89,71
2 Destinações	(227.739)	(335.249)	-32,07
Benefícios	(215.594)	(173.425)	24,32
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	-	(150.695)	-100,00
Custeio administrativo	(12.145)	(11.129)	9,13
3 Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido (1+2)	359.428	(91.285)	493,74
Provisões matemáticas	246.744	293.431	-15,91
Fundos previdenciais	(8.122)	(111.270)	-92,70
Superávit (déficit) técnico do exercício	120.806	(273.446)	144,18
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	2.233.029	1.873.601	19,18
C) Fundos não previdenciais	7.928	6.764	17,21
Fundos administrativos	6.328	5.585	13,30
Fundos dos investimentos	1.600	1.179	35,71

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício definido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação (%)</u>
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	2.242.691	1.882.608	19,13
1 Provisões matemáticas	2.385.669	2.138.925	11,54
1.1 Benefícios concedidos	548.853	478.368	14,73
Benefício definido	548.853	478.368	14,73
1.2 Benefícios a conceder	1.875.813	1.705.474	9,99
Benefício definido	1.875.813	1.705.474	9,99
1.3 (-) Provisões matemáticas a constituir	(38.997)	(44.917)	-13,18
(-) Serviço passado	(38.997)	(44.917)	-13,18
(-) Patrocinadores	(38.997)	(44.917)	-13,18
2 Equilíbrio técnico	(152.640)	(273.446)	-44,18
2.1 Resultados realizados	(152.640)	(273.446)	-44,18
(-) Déficit técnico acumulado	(152.640)	(273.446)	-44,18
3 Fundos	1.600	9.301	-82,80
3.1 Fundos previdenciais	-	8.122	-100,00
3.2 Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	1.600	1.179	35,71
4 Exigível operacional	2.374	2.106	12,73
4.1 Gestão previdencial	2.300	2.062	11,54
4.2 Investimentos - Gestão previdencial	74	44	68,18
5 Exigível contingencial	5.688	5.722	-0,59
5.1 Gestão previdencial	286	446	-35,87
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	5.402	5.276	2,39

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

1 Contexto operacional

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("NUCLEOS", "Instituto" ou "Entidade") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979 e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto social, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC.

A Entidade tem por objetivo principal instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do NUCLEOS, considerando o regime de solidariedade dos compromissos do Plano entre todas as patrocinadoras.

O NUCLEOS administra o Plano Básico de Benefícios - PBB (CNPB nº 19.790.022-74), na modalidade de benefício definido, cujo regulamento em vigor foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2014, conta com 3.689 participantes ativos (3.678 em 2013) e 1.130 assistidos (1.047 em 2013).

As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as provisões necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

As operações do Instituto são supervisionadas e fiscalizadas pela PREVIC. Estão, assim, submetidos ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos da Entidade, que devem estar em consonância com a legislação em vigor, com o estatuto social e o regulamento do plano de benefícios a que os participantes estão vinculados.

Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O NUCLEOS está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), principalmente, por meio da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, da Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, e pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, assim como as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Com a edição da Instrução PREVIC nº 6, de 13/11/2013, que alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, foi criado o grupo de "Tributos" nas despesas administrativas, com vigência a partir de janeiro de 2014. Assim, a partir dessa data, os tributos próprios do Instituto são classificados nesse grupo de despesas. No entanto, em atendimento às orientações da PREVIC, por meio do Ofício Circular nº 001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC, de 23/01/2015, na apresentação da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, as despesas administrativas de 2014 do grupo de "tributos" foram adicionadas ao grupo de "despesas gerais". No exercício de 2013 as despesas com tributos já estão registradas em despesas gerais.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03 de março de 2015.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1 Resultado das operações

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2 Gestão previdencial - Realizável

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições em atraso, contratadas ou não contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou no regulamento do plano de benefícios, até a data do balanço. A atualização das contribuições em atraso em discussão judicial foi totalmente provisionada para perda.

3.3 Gestão administrativa - Realizável

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.4 Investimentos - Realizável

Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimento

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de investimento, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa e de renda variável estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do período.

Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, e depreciados, exceto terrenos, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber e os direitos em alienações estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Empréstimos

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, que determina a adoção de percentuais de reconhecimento de perda sobre os valores dos créditos vencidos ou vincendos conforme o tempo de atraso, quais sejam: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias; 50% para atrasos entre 121 e 240 dias; 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

3.5 Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic. Em conformidade com a legislação vigente, a partir de 8 de setembro de 2011, a Administração do NUCLEOS classifica os depósitos judiciais em contas de ativo no realizável.

3.6 Permanente

O ativo permanente é composto pelo imobilizado, intangível e diferido. No imobilizado estão registrados os bens necessários ao funcionamento da Entidade, registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível e diferido são apresentados pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

3.7 Exigível operacional

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.8 Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante estimado de perda considerada provável, de acordo com a avaliação dos escritórios de advocacia que patrocinam as ações judiciais, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

3.9 Patrimônio social

3.9.1 Provisões matemáticas

São calculadas por atuário, de acordo com a nota técnica atuarial, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

3.9.2 Equilíbrio Técnico

Registra o excedente patrimonial (superávit técnico) ou a insuficiência patrimonial (déficit técnico) em relação aos compromissos totais do plano de benefícios administrado pelo Nucleos.

3.9.3 Fundos

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos. O fundo previdencial, constituído de acordo com o disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais decorrentes da redução da taxa real de juros adotada no cálculo atuarial. O fundo administrativo é constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

3.10 Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4 Disponível

Os saldos consolidados das disponibilidades em 31 de dezembro de 2014, no total de R\$ 4.301 (R\$ 3.823 em 2013), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

5 Gestão previdencial

A composição do realizável da gestão previdencial, em 31 de dezembro, é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuições normais do mês	5.860	5.375
Contribuições extraordinárias do mês	983	1.076
Contribuições em atraso	-	-
Contribuições contratadas	350.458	336.347
Depósitos judiciais e recursais	773	808
Outros realizáveis	57	99
	<u>358.131</u>	<u>343.705</u>

5.1 Contribuições normais do mês

Referem-se às contribuições normais, de responsabilidade de participantes e patrocinadoras, referente ao mês de dezembro de 2014, que foram regularmente recebidas em janeiro de 2015. As contribuições normais devidas pela patrocinadora Nucleos ao plano de benefícios foram recebidas em dezembro de 2014. A composição do saldo a receber em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>			<u>2013</u>		
	<u>Patrocinador</u>	<u>Participante</u>	<u>Total</u>	<u>Patrocinador</u>	<u>Participante</u>	<u>Total</u>
INB	801	675	1.476	695	597	1.292
Eletronuclear	1.439	1.148	2.587	1.355	1.128	2.483
Nuclep	923	874	1.797	807	793	1.600
	<u>3.163</u>	<u>2.697</u>	<u>5.860</u>	<u>2.857</u>	<u>2.518</u>	<u>5.375</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

5.2 Contribuições extraordinárias do mês

Referem-se às contribuições extraordinárias de serviço passado, de responsabilidade das patrocinadoras, referente ao mês de dezembro de 2014, que foram regularmente recebidas em janeiro de 2015. As contribuições devidas pela patrocinadora Nucleos ao plano de benefícios foram recebidas em dezembro de 2014. A composição do saldo a receber em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
INB	249	262
Eletronuclear	447	510
Nuclep	287	304
	<u>983</u>	<u>1.076</u>

5.3 Contribuições em atraso

Registra as contribuições não recolhidas e não contratadas pela patrocinadora NUCLEP relativas aos períodos a seguir descritos. Essas contribuições são objeto de cobrança nos autos de ação judicial, cujo detalhamento pode ser verificado na Nota 5.4.4. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuições devidas até agosto/1988	16.304	14.346
(-) Provisão para perda	(16.304)	(14.346)
Contribuições devidas de janeiro/1995 a dezembro/2000	32.551	28.641
(-) Provisão para perda	(32.551)	(28.641)
	<u>-</u>	<u>-</u>

5.4 Contribuições contratadas

Registra as contribuições em atraso objeto de contrato com as patrocinadoras INB e NUCLEP, firmado em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, (Termo de Transação), além das contribuições em atraso, objeto do contrato firmado com a NUCLEP em 31 de dezembro de 1994, em que o montante da dívida encontra-se em discussão na esfera judicial. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
INB - contrato de maio/2006	162.437	156.253
NUCLEP - contrato de novembro/2007	188.021	180.094
NUCLEP - dívida em discussão judicial	728.350	569.502
(-) Provisão para perda	(728.350)	(569.502)
	<u>350.458</u>	<u>336.347</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

5.4.1 Patrocinadora INB – contrato de maio/2006

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora INB e o NUCLEOS, por meio do termo de transação firmado em maio de 2006 e homologado em juízo em novembro de 2006. Pelos termos do acordo, a dívida consolidada, existente até 31 de maio de 2006, data da assinatura do termo de transação, será paga em 360 parcelas mensais e sucessivas, com início em julho de 2006, devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	156.253	152.938
Parcelas pagas	(13.060)	(14.148)
Atualização	19.244	17.463
	<u>162.437</u>	<u>156.253</u>

5.4.2 Patrocinadora NUCLEP – contrato de novembro/2007

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora NUCLEP e o NUCLEOS, por meio do termo de transação firmado em novembro de 2007 e homologado em juízo, cujo objeto é a composição parcial da dívida previdencial e assistencial, no valor de R\$ 120.111, atualizada até outubro de 2007, oriunda da ação de cobrança movida pelo NUCLEOS em face da NUCLEP (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001). Pelos termos do acordo, a dívida será paga em 360 parcelas mensais e sucessivas, com início em dezembro de 2009, devidamente atualizada pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	180.094	175.343
Parcelas pagas	(14.085)	(15.251)
Atualização	22.012	20.002
	<u>188.021</u>	<u>180.094</u>

5.4.3 Patrocinadora NUCLEP – dívida em discussão judicial

Refere-se ao saldo da dívida em discussão judicial, objeto da Ação de Cobrança (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001), movida pelo NUCLEOS em face da NUCLEP, como segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 monta a R\$ 187.380 (R\$ 146.514 em 2013).
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 monta a R\$ 540.970 (R\$ 422.988 em 2013).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

5.4.4 Cobrança judicial – dívidas da gestão previdencial

Em dezembro de 2002, a Entidade ajuizou Ação de Cobrança contra a NUCLEP (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001), para o recebimento de contribuições em atraso, contratadas e não contratadas, devidas pela referida patrocinadora.

Em julho de 2007, por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a patrocinadora NUCLEP foi condenada ao pagamento do montante de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006.

Em novembro de 2007, em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP. O valor parcial equacionado, em 31 de outubro de 2007, montava a R\$ 120.111.

Em julho de 2011, a 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela NUCLEP, para reduzir a condenação imposta na decisão proferida em julho de 2007. De acordo com essa decisão a dívida ficaria reduzida à importância de R\$ 120.111, valor atualizado em 31 de outubro de 2007 e objeto do equacionamento parcial firmado pelas partes, conforme Termo de Transação, homologado judicialmente.

Em maio de 2012, pretendendo a reforma do acórdão proferido em julho de 2011, no julgamento da apelação, o NUCLEOS interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que tiveram seguimento negado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em julho de 2012, o NUCLEOS interpôs Agravos de Instrumento contra a decisão que inadmitiu os Recursos Especial e Extraordinário. O Agravo de Instrumento em Recurso Especial foi autuado sob o nº 222312, distribuído à Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ficando a remessa do Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário ao STF condicionada ao julgamento do primeiro recurso.

Em dezembro de 2014, o Agravo de Instrumento em Recurso Especial foi julgado por decisão monocrática do Ministro Relator, que negou provimento ao recurso considerando, equivocadamente, que o Nucleos estaria pretendendo rever os termos do acordo celebrado entre as partes. Na sua decisão, não observou o Ministro Relator que o acordo foi parcial e não total. Em virtude desse fato, o Nucleos interpôs, em 05 de dezembro de 2014, Agravo Regimental contra a decisão proferida pelo Ministro Relator. Esse recurso ainda está pendente de julgamento.

A dívida total em discussão na ação de cobrança tratada nesta Nota, pendente de decisão judicial, engloba as contribuições descritas nas Notas 5.3 e 5.4.3, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro, monta:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuições em atraso	48.855	42.987
Contribuições devidas até agosto de 1988	16.304	14.346
Contribuições devidas após agosto de 1988	32.551	28.641
Contribuições contratadas	728.350	569.502
Contribuições contratadas (Previdencial)	187.380	146.514
Contribuições contratadas (Assistencial)	540.970	422.988
	<u>777.205</u>	<u>612.489</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

5.5 Depósitos judiciais e recursais

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos judiciais envolvendo a gestão previdencial, atualizados até a data do balanço pela rentabilidade da caderneta de poupança, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2014, monta a R\$ 773 (R\$ 808 em 2013).

5.6 Outros realizáveis

Corresponde ao saldo a receber do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativo a adiantamentos concedidos aos assistidos do NUCLEOS, por conta de convênio com o INSS encerrado em 2009. Em dezembro de 2014 foi reconhecida provisão para perda no valor de R\$ 42, referente à parcela do crédito em discussão administrativa com o INSS. O Nucleos solicitou ao INSS acesso ao processo de reembolso dos adiantamentos, além de esclarecimentos formais sobre os motivos que levaram à redução do valor, uma vez que montante a ser reembolsado já tinha sido reconhecido e confirmado pelo órgão. O Nucleos não obteve resposta até o fechamento destas Notas Explicativas. O saldo em 31 de dezembro de 2014, líquido de provisão, monta a R\$ 57 (R\$ 99 em 2013).

6 Gestão administrativa

O realizável da gestão administrativa registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros, os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes, os depósitos judiciais e recursais vinculados a processos da gestão administrativa e o saldo do almoxarifado. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a receber	92	73
Despesas antecipadas	83	58
Depósitos judiciais/recursais	62	80
	<u>237</u>	<u>211</u>

7 Investimentos

A composição do realizável dos investimentos, posição sintética consolidada, em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos privados e depósitos	15.647	21.562
Fundos de investimento	1.718.596	1.443.718
Investimentos imobiliários	69.349	41.307
Empréstimos	12.457	11.491
Depósitos judiciais/recursais	8.077	7.548
Outros realizáveis	63.057	15.455
	<u>1.887.183</u>	<u>1.541.081</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

O detalhamento dos investimentos totais do Nucleos, nos diversos segmentos e modalidades de aplicação, englobando os títulos e valores mobiliários em carteira própria e das carteiras dos fundos de investimento está demonstrado a seguir, posição consolidada em 31 de dezembro:

	2014		2013	
	Valor	Particip. (%)	Valor	Particip. (%)
Renda fixa	1.343.870	71,21	1.137.633	73,82
Títulos públicos federais	1.107.919	58,70	944.215	61,27
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional - Série B	799.364	42,36	744.665	48,32
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional - Série C	107.176	5,68	85.490	5,55
NTN-F - Notas do Tesouro Nacional - Série F	3.808	0,20	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	59.123	3,13	11.080	0,72
LTN - Letras do Tesouro Nacional	22.911	1,21	47.387	3,07
Operações compromissadas	115.537	6,12	55.593	3,61
Créditos privados e depósitos	235.842	12,50	193.165	12,53
Debêntures	88.610	4,69	87.141	5,65
Certificados de Depósito Bancário - CDB	6.169	0,33	5.528	0,36
Letras Financeiras Subordinadas	125.653	6,66	100.496	6,52
Notas Promissórias	15.410	0,82	-	-
Fundos de investimento	109	0,01	253	0,02
Cotas de fundos de renda fixa	109	0,01	253	0,02
Renda variável	225.830	11,97	244.100	15,84
Ações	123.226	6,53	137.907	8,95
Cotas de fundos de ações	102.604	5,44	106.193	6,89
Investimentos estruturados	150.342	7,97	85.981	5,58
CRT FIP	85.687	4,54	23.240	1,51
Energia PCH FIP	6.147	0,33	5.900	0,38
Cotas de fundos multimercado	58.508	3,10	56.841	3,69
Investimentos imobiliários	69.349	3,67	41.307	2,68
Empréstimos a participantes	12.457	0,66	11.491	0,75
Depósitos judiciais/recursais	8.077	0,43	7.548	0,49
Outros realizáveis	63.057	3,34	15.455	1,00
Tesouraria/contas a receber/pagar dos fundos	14.201	0,75	(2.434)	-0,16
	<u>1.887.183</u>	<u>100,00</u>	<u>1.541.081</u>	<u>100,00</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

7.1 Créditos privados e depósitos

Estão registradas as aplicações em títulos privados e valores a receber de empresas privadas, com gestão própria do Nucleos (carteira própria). A composição, posição consolidada em 31 de dezembro, é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Certificados de depósito bancário - CDB	6.169	5.528
Banco Santander	6.169	5.528
Debêntures não conversíveis	9.478	16.034
Cia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	-	4.361
Sanesalto Saneamento	9.478	11.673
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	40.951	35.140
(-) Provisão para perda (ULBRA)	(40.951)	(35.140)
Têxtil Renaux (TXRX)	15.281	15.216
(-) Provisão para perda (TXRX)	(15.281)	(15.216)
	<u>15.647</u>	<u>21.562</u>

Os CDBs de emissão do Banco Santander foram adquiridos em outubro de 2006 e integraram o patrimônio do fundo de investimento Nucleos II até 15 de junho de 2012, data em que foram transferidos para a carteira própria do Nucleos.

Os certificados de depósito bancário foram registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado na data do balanço.

As debêntures de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), adquiridas em setembro de 2004, foram resgatadas no vencimento, em 02 de junho de 2014, no montante de R\$ 4.652.

As debêntures de emissão da Sanesalto Saneamento foram adquiridas em outubro de 2004, cujas condições em vigor até o exercício de 2013 previam o pagamento de juros à taxa de 11,50% a.a., atualização monetária pelo IGP-M e amortização em 12 (doze) parcelas com término em 01 de junho de 2021. Em 26 de junho de 2014, os debenturistas reunidos na 19ª. assembleia, por maioria e com voto contrário do NUCLEOS, aprovaram a reestruturação das debêntures de emissão da Sanesalto, com o reescalonamento dos prazos e alteração nas condições de pagamento e remuneração. Com a reestruturação a taxa de juros foi reduzida para 6,25% a.a. e as parcelas vencidas foram incorporadas ao principal, sendo que o prazo de pagamento passou para 10 anos, com início em junho de 2015, após carência de 12 meses, e término em junho de 2025. Com a precificação das debêntures de acordo com as características aprovadas na assembleia de 26 de junho de 2014 foi registrado, aproximadamente, R\$ 1,9 milhões de variação negativa no resultado dos investimentos.

As debêntures de emissão da ULBRA foram adquiridas em 2003 e 2004, sendo que o NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela ULBRA na escritura de emissão de debêntures, e aguarda a decisão do processo. Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda referente à totalidade do investimento. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2014, monta a R\$ 40.951 (R\$ 35.140 em 2013).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

As debêntures de emissão da Têxtil Renaux foram adquiridas em 2005, sendo que o NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou com ação judicial de execução em 2006 para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente, e aguarda a decisão do processo. Em 31 de agosto de 2006 foi constituída provisão para perda referente à totalidade do investimento. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2014, monta a R\$ 15.281 (R\$ 15.216 em 2013).

7.2 Fundos de investimento

Registra as aplicações de recursos por meio de fundos de investimento referenciado, renda fixa, multimercado, ações e participações, nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturados. A composição, posição consolidada em 31 de dezembro, é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundos de investimento referenciado	77.068	-
Itaú Soberano Referenciado DI	77.068	-
Fundos de investimento renda fixa	623.791	501.861
Nucleos V - BTG Pactual ALM	312.123	251.445
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM	311.559	250.163
Votorantim FICFI	109	253
Fundos de investimento multimercado	661.584	662.140
Nucleos I - Sul América FIM	603.084	605.300
Nucleos VII - Vinci Partners FIC FIM	58.500	56.840
Fundos de investimento em ações	264.319	250.577
Nucleos II - GAP FIC FIA	102.980	105.435
Nucleos III - Brasil Plural FIA	110.325	92.556
Nucleos IV - Santander FIA	51.014	52.586
Fundos de investimento em participações	91.834	29.140
CRT FIP	85.687	23.240
Energia PCH FIP	6.147	5.900
	<u>1.718.596</u>	<u>1.443.718</u>

O fundo de investimento Nucleos VII – Vinci Partners é um fundo multimercado do segmento de investimentos estruturados.

Os valores apresentados correspondem ao patrimônio líquido dos fundos.

Os fundos de investimento são registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

A identificação dos fundos de investimento, seus gestores e administradores estão listados a seguir:

Razão Social	Gestor	Administrador
Nucleos I - Sul América Fundo de Investimento Multimercado	Sul América Investimentos	BEM DTVM Ltda.
Nucleos II - GAP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	GAP Asset Management	BEM DTVM Ltda.
Nucleos III - Brasil Plural FI em Ações	Brasil Plural (*)	BEM DTVM Ltda.
Nucleos IV - Santander Fundo de Investimento em Ações	Santander (**)	BEM DTVM Ltda.
Nucleos V - BTG Pactual Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	BTG Pactual Asset	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Icatu Vanguarda	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VII - Vinci Partners Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Vinci Partners	BEM DTVM Ltda.
Itaú Soberano Referenciado DI Longo prazo - Fundo de Investimento	Itaú Unibanco S/A	Itaú Unibanco S/A
Votorantim Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Federal Referenciado DI	Votorantim Asset DTVM Ltda.	Votorantim Asset DTVM Ltda.
CRT FIP	Oliveira Trust	Oliveira Trust DTVM S/A
Energia PCH FIP	Infra Asset	Santander DTVM S/A

(*) Até 31/08/2014 sob gestão da ARX Investimentos.

(**) Até 05/08/2014 sob gestão do Itaú Unibanco Asset.

Os fundos de investimento Nucleos I, II, III, IV, V, VI e VII são exclusivos.

A empresa BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) Ltda. é uma subsidiária integral do Banco Bradesco S/A.

7.2.1 CRT FIP

Representa a aplicação efetuada em dezembro de 2003 no fundo de investimento em participações, denominado CRT FIP. Os recursos aplicados no CRT FIP, cuja participação do NUCLEOS é de 100%, foram investidos em ações preferenciais da Concessionária Rio-Teresópolis S.A.

A evolução do patrimônio do CRT FIP, aprox. R\$ 60 milhões em 2014, decorre da avaliação econômico-financeira realizada pela empresa Hirashima e Associados (H&A), contratada pelo administrador fiduciário (Oliveira Trust), que apurou estimativa de valor justo do ativo do fundo para fins contábeis, de acordo com os pronunciamentos contábeis vigentes no Brasil, mais precisamente o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. Para a realização da avaliação a H&A utilizou as seguintes metodologias e premissas gerais:

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Data-base do estudo:	30 de setembro de 2014
Metodologia:	Fluxo de caixa descontado utilizando o fluxo de caixa livre para a firma. Não foi considerada a perpetuidade, pois o contrato de concessão se encerra em março de 2021. Os fluxos foram considerados no meio de cada período "mid-year convention"
Período de projeção:	06 anos e 09 meses, de 01 de agosto de 2014 a 22 de março de 2021.
Taxa de desconto:	WACC de 10,5% em termos nominais ao ano (CAPM - Custo Médio Ponderado do Capital).
Fontes de informação:	Demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e não auditadas de 30 de setembro de 2014, projeções macroeconômicas disponibilizadas pelo Banco Central, plano de negócios fornecido pela Administração, balancetes contábeis mensais de 2011, 2012, 2013 e 2014, cronograma de investimentos preparado pela Administração e o contrato de concessão e seus aditivos.

O NUCLEOS está desenquadrado em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792/09, por deter 100% das cotas do CRT FIP, adquiridas em 2003. O NUCLEOS iniciou em 2007 ações para enquadramento nos limites legais, que consiste em ofertas públicas (semestrais até 2012 e trimestrais a partir de 2013), através de leilões eletrônicos da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação não houve interessados nas ofertas realizadas até o fechamento do balanço.

7.2.2 Energia PCH FIP

Representa a participação do NUCLEOS, aproximadamente 1%, no fundo de investimento em participações, denominado Energia PCH FIP, adquirida em agosto de 2004. A carteira desse fundo é composta, principalmente, por adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. e por ações da referida empresa.

7.3 Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos inerentes a essas aquisições, reavaliados a valor de mercado com intervalo máximo de três anos e deduzidos da depreciação, exceto terrenos. A composição da carteira de imóveis para aluguel e renda, em 31 de dezembro, é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Uso próprio	7.108	6.645
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul	7.108	6.645
Locados a terceiros	61.837	34.103
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	11.916	11.959
Rua Victor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502	6.308	5.337
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	12.688	11.591
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Norte	5.580	5.216
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	25.345	-
Valores a receber	404	559
Aluguéis e encargos locatícios	404	355
Direitos em alienação de investimento imobiliário	-	204
	<u>69.349</u>	<u>41.307</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Em uso próprio está registrado o imóvel ocupado pela estrutura administrativa do Nucleos, sendo que o Plano de Gestão Administrativa – PGA remunera mensalmente os investimentos do plano de benefícios pela ocupação, em valor compatível com o mercado, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Em locados a terceiros estão registrados os imóveis alugados ou colocados à disposição para locação a terceiros.

Em abril de 2014 foi concretizada a aquisição do imóvel constituído pelo 19º andar do Edifício Centro Empresarial Internacional Rio – RB1, situado na Av. Rio Branco nº 01, Rio de Janeiro – RJ. A avaliação que embasou a compra foi realizada por empresa especializada em avaliações patrimoniais, Apsis Consultoria Empresarial Ltda., CNPJ 27.281.922/0001-70.

Os direitos em alienação correspondem à venda de participação do Shopping Light em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo. O NUCLEOS vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por R\$ 1.790, mediante o recebimento de R\$ 675 à vista e o restante em seis parcelas anuais de R\$ 170 e uma parcela de R\$ 95, reajustáveis pela variação do INPC acrescido de 0,5% ao mês, sendo a última parcela com vencimento em junho de 2014. Todas as parcelas foram recebidas regularmente.

Os aluguéis e encargos locatícios são referentes ao mês de dezembro e foram recebidos regularmente no mês seguinte ao de referência, conforme disposições contratuais.

7.3.1 Reavaliações dos investimentos imobiliários

Os imóveis são reavaliados por empresas especializadas em avaliações patrimoniais, em período não superior a três anos, conforme determina a Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009. Para a avaliação dos imóveis e emissão dos laudos de avaliação as empresas seguem critérios estabelecidos em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A seguir a última avaliação realizada para cada imóvel que compõe a carteira imobiliária do Nucleos.

Imóvel	Data da última avaliação	Vida útil (anos)	Valor da última avaliação	Valor contábil antes da reavaliação	Resultado na reavaliação
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar (i)	05/2013	47	11.985	11.048	937
Rua Victor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502 (ii)	12/2014	62	6.310	5.301	1.009
Av. República do Chile, 230 - 14º and (ii)	10/2014	57	12.700	11.557	1.143
Av. República do Chile, 230 - 15º andar (ii)	10/2014	57	12.700	11.825	875
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar (iii)	04/2014	30	25.686	-	-

(i) Avaliação realizada pela empresa Praxis Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ nº 02.393.061/0001-91.

(ii) Avaliação realizada pela empresa Avaliações Patrimoniais e Estudos Técnicos Ltda. - APET - EPP, CNPJ nº 32.321.333/0001-09.

(iii) Investimento realizado em abril de 2014. A avaliação que embasou a aquisição foi realizada pela empresa Apsis Consultoria Empresarial Ltda., CNPJ 27.281.922/0001-70. O valor da última avaliação corresponde ao custo de aquisição, incluindo os tributos, taxas e emolumentos incorridos na operação de compra.

Com a reavaliação dos investimentos imobiliários o resultado positivo (ganho) contabilizado e incorporado ao patrimônio no exercício de 2014 monta a R\$ 3.027 (R\$ 937 em 2013).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

7.4 Empréstimos

Representam os saldos dos empréstimos concedidos aos participantes do Plano Básico de Benefícios (PBB), os quais são corrigidos pela variação do INPC (IBGE), acrescida de juros de 6% ao ano, para os contratos assinados até fevereiro de 2010, e de juros de 7% ao ano, para os contratos assinados a partir de março de 2010. A posição da carteira em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Principal e encargos contratuais	13.736	12.798
(-) Provisão para perda	(1.279)	(1.307)
	<u>12.457</u>	<u>11.491</u>

A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, que determina percentuais a serem adotados sobre os valores vencidos e vincendos para o provisionamento de direitos creditórios de liquidação duvidosa. O valor provisionado para perda conforme o tempo de inadimplência do mutuário, em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

<u>Dias de Atraso</u>	<u>% de Provisão</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
61 a 120	25	64	44
121 a 240	50	50	56
241 a 360	75	24	53
Acima de 360	100	1.141	1.154
		<u>1.279</u>	<u>1.307</u>

A Entidade adotou as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a recuperação dos créditos provisionados para perda da carteira de empréstimos, bem como critérios mais rígidos na concessão de novos empréstimos.

7.5 Depósitos judiciais e recursais

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais, vinculados a processos judiciais relativos aos investimentos, atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2014, monta a R\$ 8.077 (R\$ 7.548 em 2013).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

7.6 Outros realizáveis

Os valores registrados em outros realizáveis dos investimentos referem-se, principalmente, a créditos decorrentes de ações judiciais. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RET	-	34
IOF	4.993	4.414
BACEN	10.013	6.069
INSS	1.662	4.938
OFND	46.389	-
	<u>63.057</u>	<u>15.455</u>

7.6.1 RET

Corresponde ao saldo remanescente do crédito apurado conforme laudo técnico de revisão de bases de cálculo de imposto sobre a renda da pessoa jurídica, referente ao Regime Especial de Tributação (RET). Em virtude de decisões da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) desfavoráveis ao Nucleos, na homologação de compensações tributárias efetuadas com a utilização do referido crédito, as compensações deixaram de ser realizadas e o saldo remanescente foi baixado em dezembro de 2014 por prescrição.

7.6.2 IOF

Referente à restituição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), criado pela Lei nº 8.033, de 10 de abril de 1990, objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser recebido em dez parcelas anuais, por meio de precatório, tendo início de pagamento em maio de 2007. As parcelas do crédito foram corrigidas pelo IPCA-E, a partir da expedição do precatório, e acrescidas de juros simples de 6% ao ano, a partir de 2008, conforme disposições do Conselho da Justiça Federal para a atualização de precatórios federais. As parcelas devidas nos anos de 2007 a 2013 foram recebidas regularmente. A parcela devida em 2014 foi depositada, conforme informado na página eletrônica do Tribunal Regional Federal da 2ª. Região, porém o valor permanece bloqueado e indisponível para levantamento até que o Conselho Nacional de Justiça aprecie matéria sobre a correção monetária a ser aplicada aos precatórios federais, o que não ocorreu até o fechamento destas Notas Explicativas.

7.6.3 BACEN

Refere-se ao crédito em favor do NUCLEOS, nos autos do processo movido contra o BACEN (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico "cruzados novos". A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado. O valor da condenação foi atualizado pelo IPCA-E e juros simples de 1% ao mês até a expedição do precatório ocorrida em junho de 2014. Após essa data o crédito foi atualizado pela variação da TR – Taxa Referencial, conforme decisão da Corregedoria Nacional de Justiça. Esse critério será aplicado até que o Conselho Nacional de Justiça aprecie matéria sobre a correção monetária a ser aplicada aos precatórios federais, o que não ocorreu até o fechamento do balanço.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

7.6.4 INSS

Registra o crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando ao ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto transitou em julgado. O precatório foi expedido em junho de 2012 e a primeira parcela foi depositada em outubro de 2013, porém o valor foi bloqueado, face ao pedido de substituição do INSS pela União como devedora do precatório, em atendimento às disposições da Lei nº 11.457/2007. Aguarda-se decisão sobre a substituição requerida pelo INSS. O crédito foi atualizado pela variação da TR. Em dezembro de 2014 foi registrada a reversão de parte do crédito, no valor de R\$ 3.276, referente à diferença de correção monetária e juros decorrente da aplicação divergente de critérios de atualização do crédito. O valor do crédito registrado em 2010 correspondia ao valor apurado pelo contador judicial e atualizado pelos critérios fixados na sentença. No entanto, o cálculo que embasou a expedição do precatório não seguiu os termos da sentença e a atualização do crédito foi efetuada somente pela TR, gerando a diferença que ora se reverte.

7.6.5 OFND

O Instituto, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional (BTNs).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização. A ação movida pela ABRAPP (processo nº 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, transitou em julgado em novembro de 2010, com decisão favorável ao pleito das EFPCs. Com base nessa decisão, o NUCLEOS efetuou o registro contábil do valor a receber, no montante de R\$ 29.524, de acordo com o laudo técnico elaborado por consultoria especializada, contratada pela ABRAPP. Esse valor foi revertido em 2011, conforme determinado pela PREVIC, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC /DIACE/PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP promoveu a execução da sentença. Após citada, a União Federal opôs embargos à execução e ingressou com Ação Rescisória (processo nº 2012.02.01.000858-3), com pedido de antecipação de tutela, a fim de declarar a improcedência dos pedidos formulados pela ABRAPP no processo nº 91.012.3902-3 e suspender a execução e o pagamento do valor envolvido no litígio. A antecipação de tutela foi deferida em parte para suspender a realização de quaisquer pagamentos até o julgamento da Ação Rescisória. As alegações da União foram contestadas pela ABRAPP.

Em 18 de abril de 2013, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região julgou improcedente a Ação Rescisória. Em seu voto, o Desembargador Relator ressaltou não vislumbrar "qualquer violação a literal disposição de lei de forma direta e frontal, a ensejar o ajuizamento de ação rescisória, pretendendo a União, na verdade, valer-se dessa ação de natureza desconstitutiva negativa unicamente com o fim de se permitir novo julgamento à luz de outro enfoque". No mesmo sentido, já havia se pronunciado o Ministério Público Federal, afirmando que "as hipóteses de cabimento da ação rescisória devem ser aplicadas de forma bastante restritiva, sob pena de se

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

transmudar a mesma em uma espécie de recurso mega extraordinário elastecendo o prazo de dois anos, podendo ocasionar grave ofensa ao princípio da segurança jurídica. O que a União está objetivando no caso é a rediscussão da decisão já transitada em julgado, sendo que a rescisória é via completamente inadequada para este fim. Portanto, conclui-se da ausência de pressuposto de admissibilidade da rescisória" (Parecer de 25/05/2012). Contra essa decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, pretendendo levar aos tribunais superiores toda a discussão do mérito da causa. Esses recursos aguardam o exame de admissibilidade pelo TRF-2ª Região.

Em 15 de dezembro de 2011, o Nucleos moveu ação ordinária em face da PREVIC, com pedido de antecipação de tutela, especificamente para que fosse declarado nulo e sem efeito o Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC e, com isso, obter autorização judicial para a escrituração contábil do crédito decorrente da correção das OFNDs (processo 0020011-95.2011.4.02.5101).

Em 30 de junho de 2014, o Juízo da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro julgou procedente a ação movida pelo Nucleos, declarando a nulidade da determinação contida no aludido ofício, com o consequente reconhecimento do direito do Nucleos de promover a escrituração dos créditos das OFNDs, objeto da ação judicial movida pela ABRAPP em face da União Federal, já transitada em julgado. A sentença aduz que "Se determinado fato ocorreu, e ele é digno de contabilização, conforme o regramento do Conselho Federal de Contabilidade, deve ser registrado. Não há opção de postergar seu reconhecimento segundo a conveniência da entidade e/ou do órgão regulador. A prudência, em que pese virtude, não é suficiente para embasar a postergação do reconhecimento de resultados e/ou justificar a omissão de receitas". O Magistrado também consignou expressamente na sentença que a não escrituração do crédito apto a impactar no resultado contábil, decorrente de ação judicial transitada em julgado, pode ensejar a autuação da Entidade, com base na alegação de omissão ou postergação de receitas, nos precisos termos do art. 273 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 3000/99).

Posteriormente, em 25 de julho de 2014, em decisão integradora proferida no julgamento dos embargos de declaração opostos pelo Nucleos, o Juízo da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro deferiu o pedido de antecipação de tutela para "determinar o imediato cumprimento do comando sentencial", ou seja, a imediata escrituração dos créditos decorrentes do processo nº 91.012.3902-3.

No que tange aos recursos interpostos pela União Federal contra a decisão que julgou improcedente a ação rescisória e que aguardam o exame de admissibilidade, na avaliação dos consultores jurídicos, sob o aspecto estritamente técnico, baseado no ordenamento jurídico do país, é remota a sua possibilidade de êxito. Ou seja, à luz das normas legais em vigor, é remota a possibilidade de reversão da condenação imposta à União. Considerando tais circunstâncias, a Administração do Nucleos entendeu não se tratar de ativo contingente, fato expressamente exposto e reconhecido pelo Juízo da 32ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no julgamento do processo 0020011-95.2011.4.02.5101, concluindo, assim, que o crédito preenche adequadamente os requisitos para o reconhecimento contábil.

Nesse contexto, para atender ao comando sentencial e apoiada em posicionamento técnico, a Diretoria Executiva, em 12 de setembro de 2014, decidiu aprovar a escrituração contábil do crédito do Nucleos, que em 31 de agosto de 2014 era de R\$ 45.114, conforme cálculo elaborado por consultoria externa, o que corresponde ao valor atualizado do objeto de execução, que em junho de 2011 era de R\$ 29.524 (efetuado pela mesma empresa de consultoria), valor este registrado na contabilidade em 2010 e revertido em 2011, no estrito cumprimento do Ofício Previc nº 4680, cujos efeitos foram retirados com a decisão do processo 0020011-95.2011.4.02.5101. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2014 monta a R\$ 46.389.

É relevante registrar que o crédito contabilizado representa pequena parcela do patrimônio da Entidade (aprox. 2%) e não traz qualquer risco à solvência e liquidez do plano de benefícios.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

7.7 Classificação dos títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira da Entidade e as carteiras dos fundos de investimento exclusivos foram classificados nas seguintes categorias: Títulos mantidos até o vencimento e Títulos para negociação.

7.7.1 Títulos mantidos até o vencimento

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da Entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos estabelecidos quando do investimento e acumulados até a data do balanço.

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>
Debêntures não conversíveis				
Cia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	-	-	4.361	4.361
Sanesalto Saneamento	9.478	9.478	11.673	11.673
	<u>9.478</u>	<u>9.478</u>	<u>16.034</u>	<u>16.034</u>

Por faixa de vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Até 360 dias	-	4.361
Entre 361 dias e 1.080 dias	-	-
A partir de 1.081 dias	9.478	11.673
	<u>9.478</u>	<u>16.034</u>

Os títulos mantidos até o vencimento não puderam ser precificados a valor de mercado em razão da inexistência de negociação desses títulos no mercado.

Em 2014 e 2013 não houve reclassificação de categoria para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira da Entidade, bem como as carteiras dos fundos de investimento exclusivos.

7.7.2 Títulos para negociação

Nessa categoria foram classificados os Certificados de Depósito Bancário – CDB, em carteira própria, e todos os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade (Núcleos I, II, III, IV, V, VI e VII). Estão também incluídos nessa categoria os títulos e valores mobiliários das carteiras dos fundos de investimento não exclusivos Itaú Soberano e Votorantim FICFI, além dos títulos e valores mobiliários que integram as carteiras dos fundos abertos investidos pelo Núcleo VII (cotas de fundos), de acordo com os normativos da CVM e Bacen.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

8 Permanente

O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do NUCLEOS. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios, 20% para computadores e periféricos e 10% para aparelhos de som e imagem.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de *software* e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano. A amortização do diferido foi encerrada em dezembro de 2014.

	31 de dezembro de 2013	Depreciação/ amortização	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2014
Imobilizado	708	(175)	25	(1)	557
Móveis e utensílios	66	(19)	16	(1)	62
Computadores e periféricos	639	(155)	7	-	491
Aparelhos de som e imagem	3	(1)	2	-	4
Intangível	100	(60)	29	-	69
Diferido	20	(20)	-	-	-
	828	(255)	54	(1)	626

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

9 Exigível operacional

Registra os saldos de obrigações oriundas da atividade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gestão previdencial	2.300	2.062
Benefícios a pagar	1	42
Retenções a recolher	325	229
Recursos antecipados	34	29
Obrigações contratadas	1.940	1.757
Outras exigibilidades	-	5
Gestão administrativa	1.301	1.291
Contas a pagar	685	723
Retenções a recolher	413	389
Tributos a recolher	65	-
Outras exigibilidades	138	179
Investimentos	74	44
	<u>3.675</u>	<u>3.397</u>

9.1 Obrigações contratadas

Registra o saldo pendente de compensação ou devolução referente ao valor excedente de contribuições normais aportadas pelas patrocinadoras, em comparação com a contribuição normal dos participantes do Plano Básico de Benefícios. O saldo por patrocinadora, em 31 de dezembro, é assim composto:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
INB	418	690
Eletronuclear	1.243	864
Nuclep	279	203
	<u>1.940</u>	<u>1.757</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

10 Provisões, passivos e ativos contingentes

10.1 Provisões (exigível contingencial)

As provisões para contingências foram registradas para as ações judiciais com probabilidade de perda considerada "provável" pelos escritórios que patrocinam as ações judiciais em que a Entidade é parte. O montante estimado de perda registrado em cada gestão, em 31 de dezembro, é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gestão previdencial	286	446
Gestão administrativa	158	164
Investimentos	5402	5276
	<u>5.846</u>	<u>5.886</u>

As ações judiciais envolvem litígios de natureza administrativa, cível, previdenciária, trabalhista e tributária. Os quadros a seguir apresentam a composição dos valores provisionados, em 31 de dezembro, por natureza da ação e a gestão envolvida, registrados no exigível contingencial, bem como os depósitos judiciais/recursais vinculados, os quais estão registrados em conta do ativo no realizável, em cada gestão (previdencial, administrativa e investimentos).

10.1.1 Valores provisionados referente às ações judiciais com prognóstico de perda "provável".

Natureza da ação judicial	Valor da Provisão (\$)	2014		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	169	37	107	25
Cível-previdenciária	222	222	-	-
Trabalhista	51	-	51	-
Trabalhista-previdenciária	27	27	-	-
Tributária	5.377	-	-	5.377
	<u>5.846</u>	<u>286</u>	<u>158</u>	<u>5.402</u>

Natureza da ação judicial	Valor da Provisão (\$)	2013		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	138	-	116	22
Cível-previdenciária	269	269	-	-
Trabalhista	51	3	48	-
Trabalhista-previdenciária	174	174	-	-
Tributária	5.254	-	-	5.254
	<u>5.886</u>	<u>446</u>	<u>164</u>	<u>5.276</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

10.1.2 Depósitos judiciais/recursais vinculados às ações judiciais com prognóstico de perda "provável".

Natureza da ação judicial	Valor do Depósito (\$)	2014		
		Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	-	-	-	-
Cível-previdenciária	11	11	-	-
Trabalhista	54	-	54	-
Trabalhista-previdenciária	21	21	-	-
Tributária	5.377	-	-	5.377
	5.463	32	54	5.377

Natureza da ação judicial	Valor do Depósito (\$)	2013		
		Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	16	-	16	-
Cível-previdenciária	10	10	-	-
Trabalhista	51	-	51	-
Trabalhista-previdenciária	129	129	-	-
Tributária	5.022	-	-	5.022
	5.228	139	67	5.022

As ações judiciais de natureza tributária têm por objeto a discussão de débitos de IPTU de 1989 a 1991 (período em que se discutia a imunidade tributária das EFPCs). Nessas ações o Município do Rio de Janeiro já obteve êxito, porém o Nucleos aguarda a comprovação efetiva do levantamento dos depósitos vinculados e a extinção das execuções para o encerramento do litígio e a baixa contábil dos valores envolvidos (provisão e depósitos).

As ações judiciais de natureza cível-previdenciária e trabalhista-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB, administrado pelo Nucleos.

10.2 Passivos contingentes

O valor estimado e não contabilizado envolvido nas ações judiciais em que a Entidade figura como ré, cuja avaliação de perda foi considerada "possível" pela administração do Nucleos, suportada pelos escritórios que patrocinam essas ações, em 31 de dezembro de 2014, monta a R\$ 6.922 (R\$ 1.464 em 2013). Os quadros a seguir apresentam a composição dos valores envolvidos nessas ações, em 31 de dezembro, por natureza do litígio e gestão (previdencial, administrativa e investimentos).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Natureza da ação judicial	2014			
	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Administrativa	-	-	-	-
Cível	5.801	-	-	5.801
Cível-previdenciária	1.059	1.059	-	-
Trabalhista-previdenciária	62	62	-	-
	6.922	1.121	-	5.801

Natureza da ação judicial	2013			
	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Administrativa	94	-	94	-
Cível	176	64	-	112
Cível-previdenciária	1.098	1.098	-	-
Trabalhista-previdenciária	96	96	-	-
	1.464	1.258	94	112

As ações judiciais de natureza cível-previdenciária e trabalhista-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB, administrado pelo Nucleos. Os depósitos judiciais/recursais vinculados a essas ações, em 31 de dezembro de 2014, monta a R\$ 702 (R\$ 656 em 2013).

O valor de R\$ 5.801 apresentado em ações de natureza cível, em 2014, é referente ao litígio envolvendo a empresa adquirente do imóvel situado em Botafogo-RJ, vendido pelo Nucleos em 2011. Nessa ação, cuja citação ocorreu em abril de 2014, a empresa autora cobra a devolução de parte do valor negociado, fruto das relações contratuais que cercaram a operação. Os argumentos apresentados pela autora foram devidamente contestados pelo Nucleos e aguarda-se o julgamento da ação. O prognóstico atribuído pelo escritório de advocacia contratado para a defesa do Nucleos é de perda "possível".

10.3 Ativos contingentes

Em junho de 2003 o Nucleos ingressou com ações ordinárias em face da União requerendo a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária quanto as contribuições ao PIS e Cofins exigidos conforme a Lei nº 9.718, de 27/11/1998 e restituição das quantias pagas relativas a esses tributos. A ação relativa à Cofins está aguardando o julgamento de admissibilidade do Recurso Extraordinário e Recurso Especial do Nucleos e do Recurso Especial da União. A ação referente ao PIS encontra-se no aguardo de julgamento de Embargos de Declaração em Agravo Regimental interposto pelo Nucleos perante o Supremo Tribunal Federal. Não há depósitos judiciais vinculados a essas ações.

11 Patrimônio de cobertura do plano

O patrimônio de cobertura do plano monta, em 31 de dezembro de 2014, a R\$ 2.233.029 (R\$ 1.865.479 em 2013), representando o valor do patrimônio, apurado na data do balanço, destinado à cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios administrado pela Entidade (Plano Básico de Benefícios - PBB).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

11.1 Provisões matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano Básico de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos. As provisões matemáticas foram calculadas pela empresa Towers Watson Consultoria Ltda., conforme Parecer Atuarial emitido em 12/02/2015.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Benefícios concedidos	548.853	478.368
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	548.853	478.368
Benefícios a conceder	1.875.813	1.705.474
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.801.315	1.636.411
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	74.498	69.063
(-) Provisões matemáticas a constituir	(38.997)	(44.917)
(-) Serviço passado - patrocinadoras	(38.997)	(44.917)
	<u><u>2.385.669</u></u>	<u><u>2.138.925</u></u>

11.1.1 Benefícios concedidos

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefício, líquido de suas contribuições.

11.1.2 Benefícios a conceder

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

11.1.3 Provisões matemáticas a constituir

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras referente a serviço passado. Essas contribuições são destinadas à cobertura de compromissos previdenciais existentes na data da implantação do Plano Básico de Benefícios, de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras. O pagamento é realizado através de contribuição mensal calculada sobre a folha de salários de participação. O prazo de amortização é de 20 (vinte) anos e o término ocorrerá em novembro de 2020. Anualmente, no plano de custeio, a taxa é recalculada considerando o prazo remanescente de amortização.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

11.1.4 Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nas avaliações de 2014 e 2013 estão resumidas a seguir:

	2014	2013
Taxa real de juros	5,75% ao ano	5,75% ao ano
Crescimento real de salários	2,01% ao ano	2,01% ao ano
Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
Pensionistas	Composição real	Composição real
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
Filhos (quantidade)	2	2

11.1.5 Taxa real anual de juros ("taxa de juros")

A taxa de juros é uma das principais premissas para o cálculo atuarial e corresponde à taxa de desconto utilizada para trazer a valor presente (data do balanço) os fluxos futuros dos compromissos com os participantes, líquidos de suas contribuições e das patrocinadoras, e que estão registrados no balanço sob o título de provisões matemáticas.

Para a adoção de determinada taxa de juros o Nucleos deve comprovar, por meio de estudo técnico específico, elaborado pelo atuário, que o patrimônio de cobertura do plano de benefícios é capaz de produzir retorno (rentabilidade) compatível com essa taxa, cujo limite para 2014 era de 5,5% a.a., nos termos da Resolução CNPC nº 9/2012, facultada ainda à Entidade a manutenção da taxa utilizada na avaliação atuarial de 2013 (5,75% a.a.), mediante solicitação prévia à Previc.

Baseado nessa prerrogativa, o Nucleos requereu à Previc, em junho de 2014, autorização para a manutenção da taxa de juros. Embora o estudo técnico tenha apontado taxa bem superior aos 5,75% a.a., com elevado nível de confiança estatística, a legislação vigente à época do requerimento somente permitia autorização para manutenção da taxa utilizada na avaliação atuarial do ano anterior (2013).

Para melhor entendimento, quanto menor a taxa de juros, maior é o valor dos compromissos atuariais (provisões matemáticas) e, por conseguinte, maior terá que ser o patrimônio para a cobertura desses compromissos. Para se ter uma ideia, foram necessários R\$ 100.022 de patrimônio para a cobertura do aumento nas provisões matemáticas decorrente da redução da taxa de juros de 6% para 5,75% a.a. em 2013 (redução de 0,25% a.a.).

Em 24 e 25 de novembro de 2014, com a publicação da Resolução CNPC nº 15/2014 e Portaria Previc nº 615/2014, respectivamente, foram estabelecidos novos parâmetros para a determinação da taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial, substituindo o escalonamento da taxa fixado pela Resolução CNPC nº 9/2012 (redução de 0,25% a.a. até 2018). A aplicabilidade dessa norma é obrigatória para as avaliações atuariais a partir de 2015 e facultativa na avaliação atuarial de 2014. Com a Resolução CNPC nº 15/2014 foram estabelecidos limites mínimos e máximos para a taxa de

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

juros a ser utilizada na avaliação atuarial, de acordo com a duração do passivo do plano de benefícios e a rentabilidade futura esperada para os seus investimentos (patrimônio de cobertura do plano de benefícios). Foi facultada ainda a solicitação de autorização prévia à Previc para adoção de taxa de juros fora do intervalo de taxas a ser divulgado anualmente com a observância dos parâmetros estabelecidos pela Resolução CNPC nº 15/2014.

Em dezembro de 2014, em resposta ao questionamento da Previc sobre a manutenção do pedido formulado em junho de 2014, até então não analisado por aquele órgão, face à superveniência de novo regramento trazido pela Resolução CNPC nº 15/2014, o Nucleos reiterou a solicitação, porém com pedido de adoção de taxa de juros de 6,16% a.a., que corresponde à rentabilidade futura esperada do patrimônio de cobertura do plano (investimentos e demais ativos garantidores) apontado no estudo específico elaborado pelo atuário, com elevado grau de confiabilidade estatística. Esse estudo foi o mesmo que embasou o pedido formulado anteriormente, porém naquele momento somente era possível a autorização de manutenção da taxa de juros de 5,75% a.a., conforme já explanado.

Em 08 de janeiro de 2015, a Previc se manifestou pela improcedência do pedido formulado pelo Nucleos em dezembro de 2014, que consistia na utilização de taxa de juros de 6,16% a.a. Na mesma oportunidade, a Previc decidiu pela procedência do pedido inicial formulado em junho de 2014, autorizando somente a manutenção da taxa de 5,75% a.a. Dentre os argumentos que levaram a Previc a se manifestar pela improcedência do pedido, foi apontado que o retorno esperado dos investimentos calculado pelo órgão, com base nas informações fornecidas pelo Nucleos, seria de 5,90% a.a..

Diante da negativa da Previc, o Nucleos solicitou à empresa de consultoria atuarial Towers Watson, responsável pela elaboração do estudo, que apresentasse justificativas técnicas para os argumentos que levaram a Previc a se manifestar pela improcedência do pedido.

Em 27 de janeiro de 2015 o Nucleos protocolou requerimento para que a Previc avaliasse as justificativas técnicas apresentadas pela Towers Watson, de modo a reconsiderar a negativa do pedido e autorizar a utilização da taxa real de juros de 6,16% a.a. para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014, diante, inclusive, da premissa básica deste processo, que é a de não onerar desnecessariamente os participantes e as patrocinadoras do plano de benefícios.

Foi também requerido que, caso a Previc conclua pela manutenção da improcedência do pedido para utilização da taxa de juros de 6,16% a.a., mesmo diante dos argumentos apresentados pela Towers Watson, que seja autorizada a adoção da taxa de juros de 5,90% a.a. na avaliação atuarial de 2014, taxa essa encontrada pelo próprio órgão e aderente à rentabilidade futura esperada para o patrimônio de cobertura do plano de benefícios (investimentos e demais ativos garantidores), conforme estudo técnico apresentado.

Em 23 de fevereiro de 2015, o Nucleos recebeu expediente por meio do qual a Previc considerou improcedente a solicitação de reconsideração objeto do requerimento protocolado em 27 de janeiro de 2015, mantendo a decisão anterior que autoriza a manutenção da taxa de juros de 5,75% a.a., apesar de o estudo técnico elaborado pela Towers Watson apontar, com elevado grau de confiabilidade estatística, que o retorno projetado dos investimentos é compatível e aderente à taxa de juros pleiteada.

Dessa forma, o Nucleos decidiu por adotar a taxa de juros de 5,75% a.a. na avaliação atuarial de 2014, para o encerramento das Demonstrações Contábeis do exercício.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

11.1.6 Plano de custeio para 2015

O Plano de Custeio a vigorar a partir de 1º de abril de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 06/02/2015, estabelece as seguintes taxas de contribuição:

Descrição	Taxa de Contribuição (%)
A - Patrocinadores (A.1 + A.2 + A.3) (*)	10,62
A.1 - Custo normal - participantes ativos (paridade)	7,70
A.2 - Custo normal - participantes assistidos (paridade)	0,66
A.3 - Extraordinária (serviço passado)	2,26
B - Participantes Ativos (*)	7,70
C - Participantes Assistidos (**)	8,00

(*) Incidente sobre a folha de salários dos participantes ativos.

(**) Incidente sobre os benefícios dos assistidos que recebem abono.

Para atender o disposto no Plano de Custeio de 2015, as patrocinadoras deverão recolher mensalmente ao NUCLEOS a importância equivalente ao produto da aplicação da taxa prevista no item A.1 (7,70%) acrescida da taxa prevista no item A.2 (0,66%), totalizando 8,36% sobre a folha mensal de salários de todos os seus empregados participantes do PBB. Em contrapartida, através da folha de benefícios, serão recolhidas as contribuições normais efetuadas pelos assistidos e, ao final de cada bimestre, será verificada a equivalência financeira da paridade contributiva entre as contribuições efetuadas pelas patrocinadoras e participantes ativos e assistidos com base nos valores registrados no balancete, realizando-se os ajustes financeiros necessários.

A taxa para cobertura do Serviço Passado informada no item A.3 (2,26%) é recalculada a cada ano considerando o prazo remanescente, com previsão de término em novembro de 2020. Essa taxa deve ser aplicada sobre a folha mensal de salários de todos os empregados das patrocinadoras, participantes do PBB.

A taxa de contribuição dos participantes ativos de 7,70%, aplicada sobre o salário de participação, representa o custo médio da contribuição calculada considerando-se os salários de participação informados na data base da avaliação atuarial. Esta taxa de 7,70% equivale ao resultado da soma das seguintes parcelas:

Faixa salarial	(%) de contribuição
Sobre o salário de participação	2,83
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e a metade do maior salário de benefício do INSS	2,81
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e o maior salário de benefício do INSS	5,70

A contribuição dos participantes assistidos, paga somente pelos que recebem o abono previsto no Regulamento do Plano Básico de Benefícios, foi mantida em 8% do valor do benefício pago pelo Nucleos.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

11.2 Equilíbrio técnico

Em 31 de dezembro, a Entidade apurou o seguinte resultado:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultados realizados		
Até o exercício anterior	(273.446)	-
No exercício atual	<u>120.806</u>	<u>(273.446)</u>
Déficit técnico acumulado	<u>(152.640)</u>	<u>(273.446)</u>

O déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2014 monta a R\$ 152.640 (R\$ 273.446 em 2013), equivalente a 6,40% das provisões matemáticas (12,78% em 2013).

Considerando que o déficit teve origem no exercício de 2013, em que a meta atuarial não foi alcançada em razão da conjuntura econômica desfavorável para os investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, e observadas as condições para equacionamento de déficit estabelecidas pela Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, em seus artigos 28 e 32-A, o Conselho Deliberativo decidiu por aguardar o fechamento das demonstrações contábeis de 2015 para tomar as medidas necessárias ao equacionamento do déficit e reequilíbrio do Plano, caso a situação deficitária se mantenha.

A Resolução CGPC nº 26/2008 fixou em seu artigo 28 que a Entidade deverá elaborar plano de equacionamento de déficit após a apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, se o déficit técnico acumulado for igual ou inferior a 10% (dez por cento) das provisões matemáticas. Em 2014 o limite que trata o artigo 28 é de 15% (quinze por cento), conforme artigo 32-A da citada resolução, com redação dada pela Resolução CNPC nº 14, de 24/02/2014 (DOU de 03/04/2014).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

O resultado realizado do Plano Básico de Benefícios, em cada exercício, é apresentado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gestão previdencial		
Adições	<u>285.608</u>	<u>241.992</u>
Contribuições previdenciais	79.387	73.325
Remuneração das contribuições em atraso	5.885	4.911
Provenientes de contribuições contratadas	200.104	158.758
Outras adições	232	4.998
Deduções	<u>(215.594)</u>	<u>(173.425)</u>
Benefícios de prestação continuada	(50.441)	(42.511)
Institutos	(340)	(330)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(164.759)	(126.204)
Outras deduções	(54)	(4.380)
Reversão de contingências	<u>203</u>	<u>1.972</u>
Custeio administrativo previdencial	<u>(12.145)</u>	<u>(11.129)</u>
Resultado dos investimentos do PBB	<u>301.356</u>	<u>(150.695)</u>
Constituição de provisões matemáticas	<u>(246.744)</u>	<u>(293.431)</u>
Reversão de fundo previdencial	<u>8.122</u>	<u>111.270</u>
Superávit (déficit) técnico do exercício	<u><u>120.806</u></u>	<u><u>(273.446)</u></u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

O resultado da gestão administrativa em cada exercício é apresentado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gestão administrativa		
Receitas administrativas totais	<u>13.843</u>	<u>12.397</u>
Custeio administrativo previdencial	12.145	11.129
Custeio administrativo dos investimentos	1.568	1.116
Taxa de administração de empréstimos	64	65
Receitas diretas/outras receitas	66	87
Despesas administrativas totais	<u>(13.683)</u>	<u>(12.176)</u>
Pessoal e encargos	(8.103)	(7.319)
Treinamentos/congressos e seminários	(121)	(132)
Viagens e estadias	(149)	(165)
Serviços de terceiros	(2.503)	(2.008)
Despesas gerais	(1.659)	(1.631)
Depreciação/amortização	(255)	(184)
Tributos (i)	(893)	(737)
Constituição de contingências	<u>(155)</u>	<u>(9)</u>
Resultado dos investimentos do PGA	<u>738</u>	<u>(135)</u>
Constituição de fundo administrativo	<u>743</u>	<u>77</u>

(i) Na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa as despesas do grupo de tributos foram adicionadas ao grupo de despesas gerais, conforme dispõe o Ofício Circular nº 001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC.

O resultado dos investimentos em cada exercício é apresentado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Investimentos		
Rendas/variações líquidas	<u>303.744</u>	<u>(149.733)</u>
Créditos privados e depósitos	(691)	2.759
Fundos de investimento	246.403	(159.553)
Investimentos imobiliários	8.787	4.760
Empréstimos a participantes	2.108	1.858
Outros realizáveis/obrigações	47.137	443
Reversão de contingências	<u>403</u>	<u>108</u>
Custeio administrativo dos investimentos	<u>(1.632)</u>	<u>(1.181)</u>
Constituição de fundos dos investimentos	<u>(421)</u>	<u>(24)</u>
Resultado dos investimentos (PBB e PGA)	<u>302.094</u>	<u>(150.830)</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

12 Fundos

Os fundos constituídos apresentam em 31 de dezembro os seguintes saldos:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundos previdenciais	-	8.122
Fundos administrativos	6.328	5.585
Fundos dos investimentos	<u>1.600</u>	<u>1.179</u>
	<u>7.928</u>	<u>14.886</u>

12.1 Fundo previdencial

O fundo previdencial está previsto em nota técnica atuarial e foi constituído com o resultado superavitário do plano de benefícios no exercício de 2012. Os recursos do fundo destinam-se à correção de desequilíbrios financeiros e atuariais provenientes da redução da taxa real de juros utilizada no cálculo das provisões matemáticas, conforme previsto pela Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012. O fundo foi atualizado mensalmente pela taxa de retorno dos investimentos do Plano Básico de Benefícios. Em dezembro de 2013, foi utilizado o montante de R\$ 100.022, para a cobertura do aumento nas provisões matemáticas decorrente da redução da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial (de 6% para 5,75% ao ano). Em dezembro de 2014 o saldo remanescente do fundo, no valor de R\$ 9.450, foi revertido para compor o patrimônio de cobertura do plano, em virtude da alteração da Resolução CNPC nº 9/2012 pela Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014, no que tange ao escalonamento da taxa real de juros a ser utilizada no cálculo das provisões matemáticas.

12.2 Fundo administrativo

O fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado da gestão administrativa, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas, em consonância com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo é atualizado pela rentabilidade dos investimentos nos quais possua recursos aplicados.

12.3 Fundos dos investimentos

Os fundos de investimento são compostos pelo fundo de liquidez, destinado à cobertura de inadimplência na carteira de empréstimos, e pelo fundo de quitação por morte, destinado à liquidação de saldo devedor de empréstimos no caso de falecimento do mutuário. Os fundos são corrigidos pela rentabilidade dos investimentos.

13 Ajustes e eliminações de consolidação

Os ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das Demonstrações Contábeis nos exercícios de 2014 e 2013 se referem à participação do Plano Básico de Benefícios no Plano de Gestão Administrativa e no Fundo Administrativo do PGA. O detalhamento desses ajustes e eliminações está demonstrado no quadro a seguir:

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

2014				
Descrição	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	Consolidado
Ativo	2.249.019	7.787	(6.328)	2.250.478
Disponível	4.295	6	-	4.301
Realizável	<u>2.244.724</u>	<u>7.155</u>	<u>(6.328)</u>	<u>2.245.551</u>
Gestão previdencial	358.131	-	-	358.131
Gestão administrativa	6.328	237	(6.328)	237
Investimentos	1.880.265	6.918	-	1.887.183
Permanente	-	626	-	626
Passivo	2.249.019	7.787	(6.328)	2.250.478
Exigível operacional	2.374	1.301	-	3.675
Exigível contingencial	5.688	158	-	5.846
Patrimônio social	<u>2.240.957</u>	<u>6.328</u>	<u>(6.328)</u>	<u>2.240.957</u>
Patrimônio de cobertura do plano	<u>2.233.029</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.233.029</u>
Provisões matemáticas	2.385.669	-	-	2.385.669
Equilíbrio técnico	(152.640)	-	-	(152.640)
Fundos	<u>7.928</u>	<u>6.328</u>	<u>(6.328)</u>	<u>7.928</u>
Fundos previdenciais	-	-	-	-
Fundos administrativos	6.328	6.328	(6.328)	6.328
Fundos dos investimentos	1.600	-	-	1.600
2013				
Descrição	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	Consolidado
Ativo	1.888.193	7.040	(5.585)	1.889.648
Disponível	3.817	6	-	3.823
Realizável	<u>1.884.376</u>	<u>6.206</u>	<u>(5.585)</u>	<u>1.884.997</u>
Gestão previdencial	343.705	-	-	343.705
Gestão administrativa	5.585	211	(5.585)	211
Investimentos	1.535.086	5.995	-	1.541.081
Permanente	-	828	-	828
Passivo	1.888.193	7.040	(5.585)	1.889.648
Exigível operacional	2.106	1.291	-	3.397
Exigível contingencial	5.722	164	-	5.886
Patrimônio social	<u>1.880.365</u>	<u>5.585</u>	<u>(5.585)</u>	<u>1.880.365</u>
Patrimônio de cobertura do plano	<u>1.865.479</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.865.479</u>
Provisões matemáticas	2.138.925	-	-	2.138.925
Equilíbrio técnico	(273.446)	-	-	(273.446)
Fundos	<u>14.886</u>	<u>5.585</u>	<u>(5.585)</u>	<u>14.886</u>
Fundos previdenciais	8.122	-	-	8.122
Fundos administrativos	5.585	5.585	(5.585)	5.585
Fundos dos investimentos	1.179	-	-	1.179

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

14 Equivalência financeira entre a contribuição normal das patrocinadoras e dos participantes

No plano de custeio, aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, são estabelecidas as contribuições normais dos participantes e das patrocinadoras, com base nos resultados da avaliação atuarial.

As contribuições normais dos participantes são calculadas mensalmente observando faixas salariais. Em contrapartida, a contribuição normal das patrocinadoras é calculada aplicando-se a taxa estabelecida no plano de custeio sobre a folha mensal de salários de todos os seus empregados, participantes do NUCLEOS.

Assim sendo, ao longo do ano, a aplicação do percentual de contribuição atribuído às patrocinadoras no plano de custeio, sobre a folha mensal de salários, pode não corresponder aos montantes das contribuições mensais dos participantes. Dessa forma, para se respeitar a equivalência financeira contributiva, se faz necessária a realização de ajustes periódicos.

A seguir é apresentado o resultado dos ajustes efetuados nos exercícios contábeis de 2013 e 2014, para a preservação da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes.

14.1 Plano de Custeio de 2012 (vigência no período de abril de 2012 a março de 2013)

Em consonância com o Plano de Custeio de 2012, aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS, o resultado da verificação da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes ativos do Plano Básico de Benefícios - PBB está demonstrado no quadro a seguir:

	<u>Contribuição normal da patrocinadora (1)</u>	<u>Contribuição normal do participante ativo (2)</u>	<u>Excedente (1 - 2)</u>
Patrocinadora			
INB	7.010	6.155	855
Eletronuclear	15.302	13.149	2.153
NUCLEP	6.340	6.311	29
NUCLEOS	180	142	38
Total	<u>28.832</u>	<u>25.757</u>	<u>3.075</u>

O saldo excedente de contribuições aportadas na vigência do Plano de Custeio de 2012, após a compensação com a insuficiência de contribuições apurada na vigência do Plano de Custeio de 2011, foi cobrado, devolvido ou compensado no decorrer do exercício de 2013. Em relação ao Plano de Custeio de 2011, vide Nota 13 (a) das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício de 2013.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

14.2 Plano de Custeio de 2013 (vigência no período de abril de 2013 a março de 2014)

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS, ao final de cada trimestre de vigência do Plano de Custeio de 2013, é verificada a equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos e assistidos) do Plano Básico de Benefícios - PBB. O resultado acumulado dos trimestres compreendidos no período de vigência do referido plano de custeio está demonstrado no quadro a seguir:

	Contribuição normal da patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			Excedente (1 -2)
		Ativos	Assistidos	Total (2)	
Patrocinadora					
INB	8.327	6.498	925	7.423	904
Eletronuclear	17.604	13.427	630	14.057	3.547
NUCLEP	7.354	6.331	419	6.750	604
NUCLEOS	233	161	31	192	41
Total	<u>33.518</u>	<u>26.417</u>	<u>2.005</u>	<u>28.422</u>	<u>5.096</u>

O excedente de contribuições apurado em cada trimestre foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos subsequentes. A contabilização do valor excedente foi efetuada em cada exercício, de acordo com o período de referência das contribuições aportadas, na periodicidade aprovada pelo Conselho Deliberativo.

14.3 Plano de Custeio de 2014 (vigência no período de abril de 2014 a março de 2015)

Em relação ao Plano de Custeio de 2014, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS, foi determinado a apuração bimestral da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos e assistidos) do Plano Básico de Benefícios - PBB. A verificação bimestral será considerada apenas para os ajustes com as patrocinadoras (devolução/compensação de excedente ou cobrança da insuficiência de contribuições, conforme o caso). Para efeitos contábeis, a verificação envolve o período abrangido entre o início de vigência do referido plano de custeio e o fechamento das demonstrações contábeis. Assim, o resultado dessa comparação desde o início de vigência do Plano de Custeio de 2014 até o fechamento dessas demonstrações contábeis (1º de abril até 31 de dezembro) está demonstrado no quadro a seguir:

	Contribuição normal da Patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			Excedente (1 -2)
		Ativos	Assistidos	Total (2)	
Patrocinadora					
INB	7.440	5.635	791	6.426	1.014
Eletronuclear	15.775	11.555	594	12.149	3.626
NUCLEP	6.491	5.498	418	5.916	575
NUCLEOS	202	135	25	160	42
Total	<u>29.908</u>	<u>22.823</u>	<u>1.828</u>	<u>24.651</u>	<u>5.257</u>

O excedente de contribuições apurado em cada bimestre foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos subsequentes. O saldo pendente de devolução ou compensação está demonstrado na Nota 9.1.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

15 Custeio administrativo e rateio das despesas administrativas

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

A taxa de administração é formada pela parcela das contribuições dos patrocinadores, participantes e assistidos, pelo resultado dos investimentos, ajustados pelas receitas administrativas diretas e outras receitas administrativas, conforme definido no Regulamento PGA.

No exercício de 2014, o custeio administrativo, no valor de R\$ 13.777 (R\$ 12.310 em 2013), e as despesas administrativas, no valor de R\$ 13.683 (R\$ 12.176 em 2013), representam, respectivamente, 0,73% e 0,73% (0,80% e 0,79% em 2013) dos recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios em 31 de dezembro de 2014, cujo valor monta a R\$ 1.879.085 (R\$ 1.533.583 em 2013).

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e dos investimentos é precedido de análise, observando-se a especificidade, a natureza e a atividade envolvida, podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou dos investimentos ou rateada com a utilização de percentuais de mão de obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade.

16 Eventos subsequentes

Em 05 de fevereiro de 2015 foi publicada a Instrução Previc nº 19, que dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, respectivamente, com alterações trazidas pelas Resoluções CNPC nº 15 e 16, ambas de 19/11/2014.

Em atendimento ao artigo 16 da citada instrução, o Nucleos registra que não adotou as regras implementadas pelas Resoluções nº 15 e 16 de 2014, ambas do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), para o exercício de 2014. Adicionalmente, registra que não possui títulos públicos federais classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, sujeitos ao ajuste de precificação de que trata a Resolução CNPC nº 16/2014.

* * *

Norman Victor Walter Hime
Presidente
CPF - 344.225.527-91

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04

PÁGINA EM BRANCO

ANEXO 4

Organograma Geral

.

PÁGINA EM BRANCO

